

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

MARIANA MÜHLENBERG SOARES

**A ETNOECOLOGIA DAS PESCADORAS NOS SISTEMAS ALIMENTARES
DAS LAGOAS DO SUL: FORTALECER O TERRITÓRIO É NO CUIDADO QUE A
GENTE TEM COM ELE. A GENTE OCUPA... E A GENTE CUIDA... OCUPANDO...
A GENTE SE RECONHECE**

PORTO ALEGRE

2024

MARIANA MÜHLENBERG SOARES

**A ETNOECOLOGIA DAS PESCADORAS NOS SISTEMAS ALIMENTARES
DAS LAGOAS DO SUL: FORTALECER O TERRITÓRIO É NO CUIDADO QUE A
GENTE TEM COM ELE. A GENTE OCUPA... E A GENTE CUIDA... OCUPANDO...
A GENTE SE RECONHECE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza

PORTO ALEGRE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Soares , Mariana Mühlenberg

A etnoecologia das pescadoras nos sistemas alimentares das lagoas do Sul: fortalecer o território é no cuidado que a gente tem com ele, a gente ocupa... e a gente cuida... ocupando... a gente se reconhece / Mariana Mühlenberg Soares . -- 2024.

283 f.

Orientadora: Gabriela Coelho-de-Souza.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Mulheres Pescadoras. 2. Pesca artesanal. 3. Segurança alimentar e nutricional. 4. Conservação da biodiversidade. 5. Territorialidades. I. Coelho-de-Souza, Gabriela, orient. II. Título.

MARIANA MÜHLENBERG SOARES

**A ETNOECOLOGIA DAS PESCADORAS NOS SISTEMAS ALIMENTARES
DAS LAGOAS DO SUL: FORTALECER O TERRITÓRIO É NO CUIDADO QUE A
GENTE TEM COM ELE, A GENTE OCUPA... E A GENTE CUIDA... OCUPANDO...
A GENTE SE RECONHECE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 3 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Fabiana Thomé da Cruz
UFG

Profa. Dra. Liza Bilhalva Martins da Silva
UFPEL

Prof. Dr. Tiago de Garcia Nunes
UCPEL

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a todas as pessoas e processos que envolveram as diversas formas de cuidado que recebi e que aprendi a reproduzir ao longo desta jornada.

À minha família e meu companheiro, por ser a base sólida sobre a qual construí meus sonhos e aspirações, e por me ensinar o verdadeiro significado do amor e do apoio incondicional.

As minhas amigas, por estarem sempre ao meu lado, compartilhando conselhos e por serem uma fonte constante de motivação e inspiração.

As colegas e professoras, por proporcionarem um ambiente acadêmico enriquecedor, por me desafiarem a alcançar novos patamares e por compartilharem generosamente seus conhecimentos e experiências.

À minha orientadora, Prof. Dra. Gabriela Coelho-de-Souza, por sua orientação sábia, paciência e dedicação, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Às mulheres pescadoras entrevistadas, por compartilharem suas histórias, sabedorias e vivências, permitindo que este estudo ganhasse vida e profundidade.

E às Lagoas do Sul, que não só inspiraram o tema desta dissertação, mas também me acolheram e me ensinaram sobre a beleza e a importância da conexão com a natureza.

A todas vocês, minha mais sincera gratidão.

“Acho que, de alguma maneira, aceitamos o que fomos convocadas a fazer. Há um sentido de convocação ética, intelectual e física em responder onde nos encontramos, com quem nos encontramos e o que descobrimos ser.”
Donna Haraway

RESUMO

Recentemente as pescadoras artesanais têm conquistado maior reconhecimento de suas territorialidades e incidências sobre os sistemas alimentares. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar os sistemas alimentares a partir dos atravessamentos das territorialidades das mulheres pescadoras e seus efeitos na segurança alimentar e nutricional e na conservação da biodiversidade no território do PAN Lagoas do Sul. Como objetivos específicos buscou-se 1) Caracterizar os corpos-territórios das mulheres pescadoras a partir de seus conhecimentos e práticas sobre o seu território; 2) entender os elos e ambientes dos sistemas alimentares que envolvem a pesca artesanal no PAN Lagoas do Sul e; 3) compreender os atravessamentos dos corpos-territórios das mulheres pescadoras nos sistemas alimentares no território do PAN Lagoas do Sul. Foi realizada pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e exploratória, utilizando-se como técnicas de pesquisa entrevistas semiestruturadas com 17 interlocutoras, entre pescadoras artesanais, técnicas da Emater e Epagri, bem como pesquisadoras da área. Os conceitos e categorias analíticas como corpo-território e identidade, sistemas alimentares, elos e ambientes, foram acionados para a análise dos dados, por meio da análise de conteúdo. A pesquisa caracterizou os corpos-territórios das mulheres pescadoras, analisando as dimensões físicas e sociais, incluindo aspectos reprodutivos e produtivos, para entender a interação entre suas vidas e o ambiente. O estudo do sistema alimentar destacou a relevância das práticas de pesca artesanal e a valorização dos produtos artesanais na sustentabilidade da atividade pesqueira e no abastecimento local, demonstrando a qualidade das dietas baseadas em pescados. A pesquisa também revelou elementos sobre a relação de consumo de pescados no contexto dos indivíduos, contribuindo a refletir, através da utilização biológica dos pescados observada através da segurança hídrica, sobre a conexão entre a saúde do corpo e a saúde dos ecossistemas. Assim, a circularidade entre os elos se destaca como característica do sistema alimentar analisado, de onde também se observa uma mudança no ambiente institucional e nas políticas relacionadas à pesca artesanal, reconhecendo sua importância produtiva, ecológica e cultural. Em vista da persistente ausência de reconhecimento de seus territórios

tradicionais, as pescadoras se destacam como forças transformadoras no ambiente organizacional, especialmente no contexto de suas comunidades, lutando em defesa dos bens comuns, naturais e culturais. Por fim, os atravessamentos dos corpos-territórios das pescadoras evidenciam propriedades emergentes, como a sociobiodiversidade, a estrutura em rede dos territórios e a economia no cuidado na resiliência dos sistemas alimentares na escala territorial. Dessa forma, conclui-se com clareza que há um protagonismo feminino sustentado pelos seus corpos-territórios, que tem ganhado força nos sistemas alimentares da pesca artesanal nas Lagoas do Sul.

Palavras-chave: Mulheres Pescadoras. Pesca artesanal. Segurança alimentar e nutricional. Conservação da biodiversidade. Territorialidades.

ABSTRACT

Recently, artisanal fisherwomen have gained greater recognition for their territorialities and influence on food systems. In this context, the general objective of the research is to analyze food systems through the intersections of fisherwomen's territorialities and their effects on food and nutritional security and biodiversity conservation in the territory of the PAN Lagoas do Sul. Specifically, the study aimed to: 1) characterize the body-territories of fisherwomen based on their knowledge and practices related to their territory; 2) understand the nexus and environments of food systems involving artisanal fishing in PAN Lagoas do Sul; and 3) comprehend the intersections of the bodies-territories of fisherwomen in the food systems of the PAN Lagoas do Sul territory. A qualitative, applied, and exploratory study was conducted using semi-structured interviews with 17 interlocutors, including artisanal fisherwomen, technicians from Emater and Epagri, as well as researchers in the field. Concepts and analytical categories such as body-territory, identity, food systems, nexus, and environments were employed to analyze the data through content analysis. The research characterized the body-territories of fisherwomen by analyzing physical and social dimensions, including reproductive and productive aspects, to understand the interaction between their lives and the environment. The study of the food system highlighted the relevance of artisanal fishing practices and the value of artisanal products in sustaining the fishing activity and supplying local markets, demonstrating the quality of fish-based diets. The research also revealed elements about fish consumption habits in individual contexts, through the biological use of fish - observed via water security - contributing to reflecting on the connection between bodily health and ecosystem health. Thus, the circularity between nexus stands out as a characteristic of the analyzed food system, where changes in the institutional environment and policies related to artisanal fishing are also observed, recognizing its productive, ecological, and cultural importance. In light of the persistent lack of recognition of their traditional territories, fisherwomen emerge as transformative forces in the organizational environment, especially within their communities, advocating for the defense of common, natural, and cultural goods. Finally, the intersections of fisherwomen's bodies-territories reveal emerging

properties, such as sociobiodiversity, the network structure of territories, and a care-based economy in the resilience of food systems at the territorial scale. Therefore, it is clear that there is a female protagonism sustained by their bodies-territories, which has been gaining strength in the artisanal fishing food systems of Lagoas do Sul.

Keywords: Fisherwomen. Artisanal fishing. Food and nutritional security. Biodiversity conservation. Territorialities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Paisagens de São Lourenço do Sul.....	18
Figura 2 - Modelos de sistemas alimentares, destacando características dos sistemas alimentares sustentáveis.....	44
Figura 3 - Mapa da região geográfica de abrangência do PAN Lagoas do Sul.....	58
Quadro 1 - Ações do PAN Lagoas do Sul com relação com as pescadoras artesanais.....	60
Figura 4 - Mapeamento estratégico dos contatos feitos em encontros, entrevistas realizadas e participação em eventos, festas e reuniões na região geográfica de abrangência do PAN Lagoas do Sul	64
Quadro 2 - Quadro Analítico.....	69
Figura 5 - Três gerações de pescadoras a caminho da praia e abrigo onde fazem a separação do camarão após a despesca.....	73
Figura 6 - Encontro do Conselho Cooperativo para Ações na Lagoa Mirim no Âmbito Pesqueiro – COMIRIM	80
Figura 7 - Anúncio e atividade das mulheres na limpeza do camarão	86
Figura 8 - Evento Desfile de Moda Sustentável na Colônia de Pesca Z3 e Restaurante Delícias da Deti.....	89
Figura 9 - Redes de espera do tipo “Aviãozinho” ou “Saquinho”	95
Quadro 3 - Etnoespécies da fauna e usos	98
Quadro 4 - Etnoespécies da flora e usos	105
Figura 10 - Casas e outros elementos que compõe a porção terrestre dos territórios tradicionais das comunidades de pesca artesanal	107
Figura 11 - Venda à domicílio de pescados da pesca artesanal	116
Figura 12 - Diagrama da Rede Regional de Comercialização Solidária do Pescado no Sul do RS	119
Figura 13 - Etapas do processamento da carne de Siri	126
Figura 14 - Preparo do camarão ao molho de tomate e pimentões	131
Figura 15 - Formas de desvio de corpo hídrico para irrigação de lavoura de arroz	138
Quadro 5 - Abordagens multidimensionais que integram os sistemas alimentares e elementos que caracterizam os elos nos territórios da pesca artesanal	141

Figura 16 - Linha do tempo das políticas públicas da pesca artesanal	165
Quadro 6 - Instituições e organizações ligadas à pesca artesanal no território do PAN Lagoas do Sul	204
Figura 17 - Encontro das Pescadoras das Lagoas do Peixe, Patos, Mirim e Mangueira	210
Figura 18 - Diagrama caracterizando o elo dos ecossistemas do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul	212
Figura 19 - Cartazes em defesa dos direitos das comunidades tradicionais por seus territórios	213
Figura 20 - Diagrama caracterizando o elo dos manejos do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul	214
Figura 21 - Pescadoras trabalhando na Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel	215
Figura 22 - Meios de divulgação da Feira do Pescador (Pelotas-RS).....	216
Figura 23 - Diagrama caracterizando o elo do abastecimento do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul	217
Figura 24 - Panfletos distribuídos pelos órgãos governamentais para instrução sobre o consumo de pescado	218
Figura 25 - Placa de anúncio, interior e pratos servidos no restaurante Delícias da Deti (Pelotas-RS)	220
Figura 26 - Diagrama caracterizando o elo das dietas do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul	221
Figura 27 - Cardápio, placa de anúncio e interior do Kiosque da Z3.....	222
Figura 28 - Diagrama caracterizando o elo do consumo do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul	223

Figura 29 - Diagrama caracterizando o elo da utilização biológica do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul	224
Figura 30 - Representação da circularidade e conexão entre os elos dos sistemas alimentares a partir das interações com os corpos-territórios das pescadoras	225
Figura 31 - Diagrama representando os sistemas alimentares atravessados pelos corpos-territórios das pescadoras artesanais no PAN Lagoas do Sul.....	226
Figura 32 - Cartazes pendurados na garagem da Entrevistada “V”	227

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACORDI	Associação Comunitária Rural de Imbituba
AFPAPEL	Associação Dos Feirantes Pescadores Artesanais De Pelotas Colônia Z3 (Pelotas/RS)
AMPAP	Associação de moradores e Pescadoras Profissionais Artesanais e Amadores da Praia do Porto
AMPIR	Associação de Moradores e Pescadores Artesanais de Imbituba e Região
ANP	Articulação Nacional Das Pescadoras
APA	Área de Proteção Ambiental
APAQ	Associação de Pescadores e Amigos de Balneário Quintão (Palmares Do Sul /RS)
APC	Associação dos Pescadores da Capilha (Rio Grande/RS)
APELMA	Associação de Pescadores da Lagoa Mangueira (Santa Vitória do Palmar/RS)
APESMI	Associação de pescadores da Vila São Miguel (Rio Grande /RS)
ASPECI	Associação Dos Pescadores Da Comunidade De Ibiraquera (Imbituba/SC)
ASPEMX	Associação de Pescadores de Xangri-Lá (Xangri-Lá/RS)
AsSsAN-CR	Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CATRAPOVOS	Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos
CEPERG	Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Estuarinos e Lagunares
CIDIJUS	Projeto de Extensão em Cidadania, Direitos e Justiça
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
COMIRIM	Conselho Cooperativo para ações na Lagoa Mirim e Lagoa Mangueira
CONGAPES	Conselho Estadual de Pesca Sustentável

CONFREM	Comissão Nacional De Fortalecimento Das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
COOPESCA	Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa (São Lourenço do Sul/RS)
COOPESI	Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel (Arroio Grande/RS)
CPP	Conselho Pastoral Dos Pescadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESEC	Estação Ecológica
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
FUNBIO	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Lab-MARéSS	Laboratório Interdisciplinar de Mapeamento em Ambiente, Resistência, Sociedade e Solidariedade
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional Dos Pescadores
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimento De Pescadores e Pescadoras Artesanais
MPS	Ministério da Previdência Social
NUDESE	Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAN	Plano de Ação Nacional

PARNA	Parque Nacional
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre;
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UAPI	União Das Associações De Pescadores Da Ilha (Laguna/SC)
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unisul	Universidade do Sul de Santa Catarina
Univali	Universidade do Vale do Itajaí
Univille	Universidade de Joinville

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	SISTEMAS ALIMENTARES ATRAVESSADOS PELAS MULHERES PESCADORAS: ESTRUTURAÇÃO DO CORPO TEÓRICO.....	26
1.1.1	Pesca artesanal.....	28
1.1.2	Mulheres pescadoras: corpos e territórios	33
1.1.3	Sistemas alimentares sustentáveis	39
1.2	CAMINHOS METODOLÓGICOS NO PAN LAGOAS DO SUL.....	48
1.2.1	Território das lagoas do Sul do Brasil	48
1.2.2	Etnoecologia e políticas socioambientais.....	51
1.2.3	Percurso metodológico.....	61
2	TERRITÓRIOS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E A RELAÇÃO ENTRE A TERRA, OS CORPOS-TERRITÓRIOS DE PESCADORAS ARTESANAIS E A LAGOA DOS PATOS.....	71
2.1	CORPO-TERRITÓRIO FÍSICO	71
2.2	CORPO-TERRITÓRIO SOCIAL	76
2.2.1	CORPO-TERRITÓRIO SOCIAL DE REPRODUÇÃO	77
2.2.2	Corpo-território social de produção.....	83
2.3	TERRITÓRIOS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS.....	87
3	SISTEMAS ALIMENTARES DA PESCA ARTESANAL	91
3.1	ELOS DOS ECOSSISTEMAS E MANEJOS: CONEXÕES ENTRE A VIDA NA ÁGUA E NA TERRA	91
3.1.1	Ecossistemas aquáticos e manejos de captura.....	93
3.1.2	Ecossistemas terrestres e manejos pós-captura	104
3.2	ELO DO ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS: TERRITÓRIOS ALIMENTARES DA CASA AOS MERCADOS.....	114

3.3	ELOS DAS DIETAS, CONSUMO E UTILIZAÇÃO BIOLÓGICA DOS ALIMENTOS: FECHANDO O CICLO DOS SISTEMAS ALIMENTARES E RETORNANDO AOS ECOSISTEMAS.....	124
3.3.1	Dietas	124
3.3.2	Consumo	129
3.3.3	Utilização biológica	134
4	AMBIENTES DOS SISTEMAS ALIMENTARES DA PESCA ARTESANAL: QUANDO O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO ENCONTRA A VOZ DA CULTURA	144
4.1	ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS À PESCA ARTESANAL	144
4.1.1	Fase das políticas públicas de preocupação socioeconômica e construção da agenda ambiental (fases 1 e 2).....	146
4.1.2	Fase de políticas socioambientais e participação das comunidades tradicionais de pesca (fase 3).....	149
4.2	REDES QUE SUSTENTAM O SISTEMA ALIMENTAR DA PESCA ARTESANAL: AMBIENTE ORGANIZACIONAL SOB A PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA RELACIONAL.....	167
4.2.1	Redes de apoio governamental à pesca artesanal na agenda da sustentabilidade.....	169
4.2.2	Redes da pesca artesanal na agenda da sustentabilidade territorializada	187
5	OS NÓS DAS REDES: SISTEMAS ALIMENTARES RESILIENTES ATRAVESSADOS PELOS CORPOS-TERRITÓRIO DAS PESCADORAS	208
6	CONSIDERAÇÕES E TRAMADO FINAL	235
	REFERÊNCIAS	243
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO	277
	APÊNDICE B - ROTEIRO -SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS.	278

APÊNDICE C - ROTEIRO - TERRITORIALIDADES DAS MULHERES PESCADORAS	280
APÊNDICE D - DIAGRAMAS SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	283

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 - Paisagens de São Lourenço do Sul



Fonte: Acervo da autora.

Minha caminhada se inicia em São Lourenço do Sul (Figura 1), a “terra de todas as paisagens” ou a “Pérola da Lagoa” como também é conhecido o município. Nesse ambiente tive minhas primeiras experiências junto à natureza, onde a Lagoa dos Patos foi a minha inspiração para cursar a graduação em Ciências Biológicas.

Em meio a tantas belezas naturais, mesclavam-se às paisagens inúmeras injustiças ambientais, contexto no qual o estudo da agroecologia me acolheu e tem me guiado desde então. A agroecologia me fez reconectar com as raízes de meus familiares, reconheci parentes agricultores, apoiei a transição da agricultura convencional para agroecológica e com isso também me transformei. Para relatar essa transformação, não consigo expressar em palavras o processo ainda em curso. A bióloga em mim se transformou em mestranda em Desenvolvimento Rural, e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, num lugar tão distante e virtual, os encontros tão longínquos foram ao mesmo tempo muito intensos. Esse passo dado em meio à pandemia me fez experimentar mundos desconhecidos, ampliar a minha visão e enfrentar os desafios que me foram propostos. Os primeiros foram as disciplinas de base social, que me trouxeram inquietudes e alegrias imensas, deram combustível para me expandir e explorar novos campos.

A disciplina DER309 - Etnoecologia e Gestão Socioambiental foi cursada como disciplina especial, antes de minha entrada no programa de pós-graduação. Desde aquele momento pude exercitar minha capacidade de me colocar como pesquisadora no campo socioambiental, ao analisar uma minuta do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) para o Território Rural Litoral do Rio Grande do Sul. Nesta atividade pude observar a ausência de informações quanto à pesca artesanal e iniciar minha pesquisa sobre o tema. Até aquele momento, minha experiência de pesquisa estava associada aos agricultores e agricultoras familiares, mais especificamente estudando as práticas tradicionais de produção agroecológica.

Com o ingresso, de fato, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e a aproximação com as ações em curso no programa, tive a oportunidade, a convite da professora e minha orientadora Gabriela Coelho-de-Souza, de integrar o AsSsaN Círculo - Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O AsSsAN

Círculo estava desenvolvendo o projeto “PANexus: governança da sociobiodiversidade para a segurança hídrica, energética e alimentar na Mata Atlântica Sul”, desenvolvendo entre outras as ações do PAN Lagoas do Sul. Essa oportunidade trouxe a responsabilidade de acompanhar o projeto Vozes do Mar, representando o AsSsaN Círculo. A partir dessa experiência, iniciei meu contato acadêmico com as pescadoras artesanais da região Sul, nesse contexto me aproximando também ao PAN Lagoas do Sul.

A pesca artesanal esteve sempre ao meu redor quase toda minha vida, no município de São Lourenço do Sul onde nasci e cresci, atividade que se espalha por várias áreas da cidade. Especialmente o bairro Barrinha, onde morei até recentemente, é identificado como moradia do pessoal ligado à pesca e aos estaleiros. Conforme destaca Pasquotto (2005, p. 10) sobre a pesca artesanal no município:

O grupo de pesca é formado por relações de vizinhança ou parentesco distante [...] as esposas dos pescadores, em alguns casos, desempenham funções relativas à pesca, como a comercialização direta na própria casa do pescador e o conserto de redes. (Pasquotto, 2005, p. 10)

Nesse contexto, desde a infância acompanhei histórias de pescadores e de pescadoras, observei seus concertos de redes, o trabalho das mulheres na limpeza dos camarões até tarde da noite durante a safra no verão. Contudo, somente com o trabalho acadêmico a reflexão sobre as relações entre a minha história pessoal e a pesca artesanal ficaram nítidas para mim, foi quando pude me reconhecer como parte desse universo.

Ao relembrar as palavras de Cristiano Quaresma de Paula em “A Geografia da Pesca Artesanal”, ele ressalta a relação do sujeito e o objeto usualmente determinada pelo distanciamento:

Essa ruptura se justifica quando se entende o lugar do sujeito [...] o afastamento do lugar do objeto modifica a visão do sujeito (pesquisador), o qual passa a se ver como de fora e se sentir pertencente a uma outra cultura. Contudo, nem sempre os membros dessa outra cultura o reconhecem como um dos seus, e assim o sujeito fica sem lugar. Chega então o momento de voltar ao seu lugar, a sua cultura, e assim reconhecer-se como sujeito/objeto. (Paula, 2018, p.7)

O processo de aproximação sujeito/objeto vinha tomando corpo desde os estudos feministas que tive contato logo a partir do ingresso no mestrado. A proposta do feminismo comunitário apontada por autoras como Lorena Cabnal (2010) e Julieta Paredes (2017), trouxe a noção de território corpo-terra, onde pude reconhecer os processos de dominação e exploração comuns aos territórios e aos corpos das mulheres. Os estudos feministas revelaram também a indispensável reflexão sobre as maneiras de interpretar a heterogeneidade dos ‘mundos de vida’ como resposta à modernização e as tendências de ressignificações e reconfigurações de ‘corpos mutáveis’, o que revela, num fluxo dinâmico a partir das relações interdependentes, a singularidade das expressões sociais erguidas por mulheres rurais.

Dessa forma, guiada pela teoria feminista que não busca apenas descrever as desigualdades, mas modificá-las (Pini, 2003), meu empenho foi descobrir formas por meio das quais as pessoas possam construir juntas, tal como apontado por Miller (2018). Desse modo, priorizei as experiências e conhecimento das mulheres, a rejeição da separação entre sujeito e objeto e o empenho em incluir uma agenda para mudança política com ênfase na conscientização.

Assim, é preciso frisar que os/as sujeitos/as pesquisados/, do ponto de vista metodológico, não são considerados como meros/as informantes, este estudo foi conduzido de forma dinâmica se aproximando do que propõe Thiollent (1988) como “pesquisa alternativa”, seja a partir da participação ou acompanhamento das atividades presencialmente, sempre que possível, seja por meio do estabelecimento de relações de proximidade com as pescadoras no intuito de compreender suas ações e sua intenção de transformação social.

Aqui, a compreensão da Verdade ou Realidade é substituída pelo entendimento de realidades plurais, que são localmente produzidas. Além disso, essas múltiplas verdades e realidades têm uma dimensão cultural, histórica e situacional, intrinsecamente dependentes dos participantes envolvidos no seu contexto de produção (Spink, 2010). Assim, ao perceber a força de resistência que o território corpo-terra representa, pude questionar como essa relação estaria refletida nos territórios da pesca e nos corpos das pescadoras artesanais.

A partir dessa aproximação sujeito/objeto começo minha reflexão sobre as mulheres, a pesca artesanal e as lagoas do sul, acerca de um lugar familiar, da casa dos meus pais em São Lourenço do Sul, em setembro de 2021, durante a pandemia de Covid-19, em tempos de isolamento social.

A sindemia envolvendo as preocupações com a produção de alimentos, com o desenvolvimento e as mudanças do clima desafiam a sociedade a debater meios de conciliar os aspectos ambientais e as questões socioeconômicas e culturais. Para alcançar tais objetivos, países de todo o mundo vêm se propondo a trabalhar em conjunto estipulando metas em todas as escalas para proteger o planeta, firmando acordos globais por meio de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, são resultado de um plano de ação coordenado pela ONU, no qual governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa definiram 17 objetivos e 169 metas de ação global para alcance até 2030, entre eles objetivando acabar com a fome e alcançar uma agricultura sustentável, alcançar a igualdade de gênero, a soberania e segurança alimentar e nutricional, buscando promover vida digna para todos dentro dos limites do planeta (UN, 2015).

Caracterizada pelo processo dinâmico e multidimensional, a construção dessa discussão requer abordagens sistêmicas, que possibilitem interações com os enfoques do desenvolvimento rural, produção agroalimentar, socioeconômico, de saúde, nutricional, socioambiental e de direitos (Conti; Bazott; Finokie, 2013). A partir da confluência dos debates conceituais e operacionais chegou-se à conformação de Segurança Alimentar e Nutricional expressa como um objetivo de política pública subordinada ao direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar. Sendo concebida a partir da sua multidimensionalidade que envolve as dimensões ética, política, econômica, ambiental, sociocultural e nutricional (González; Rojas; Coelho-de-Souza, 2019).

O modelo de sistema alimentar difundido nos últimos 50 anos visou o aumento da produtividade, o que levou a um processo erosivo tanto da base alimentar (Babin, 2003), quanto de paisagens empobrecidas e com o uso exagerado de agroquímicos. Com o propósito de promover sistemas alimentares sustentáveis,

tem sido objeto de estudo permanente de diferentes ciências, a relação entre natureza e cultura, seus desdobramentos e repercussões sobre a vida dos seres humanos em sociedade, sobre a vida do planeta (HLPE, 2020). A partir dessa perspectiva, a alimentação pode ser compreendida como uma das formas mais expressivas dessa relação, pois revela como uma sociedade, ao longo do tempo, construiu o seu padrão alimentar com base na constante e prolongada interação com o espaço onde vive. Neste contexto, a construção de sistemas alimentares sustentáveis se constitui no objetivo dos modelos de desenvolvimento calcados na sustentabilidade e na soberania alimentar (Coelho-de-Souza; Brizoela; Printes, 2020).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) relembra culturas alimentares esquecidas que vêm conservando, selecionando e melhorando espécies agrícolas desde os tempos mais remotos. Tais culturas poderiam proteger a agricultura e os ecossistemas, diversificar as dietas, garantindo subsistência aos pequenos agricultores e produtores locais (FAO, 2019), um debate que vem sendo feito desde as lutas populares comunitárias até a Organização das Nações Unidas.

De acordo com a perspectiva etnoecológica, saberes e práticas culturais associadas à alimentação dos povos, tornam-se símbolo de resistência cultural (Nascimento, 2020). Desse modo, os sistemas socioecológicos, onde as interações entre sistema cultural e sistema ecológico estão em íntima relação, promovem não só o desenvolvimento de práticas que protegem os ecossistemas, como também promovem os serviços ecossistêmicos fundamentais para a vida no planeta terra e a redução das desigualdades sociais. Em diálogo com Boaventura de Sousa Santos (2008) e Donna Haraway (1995) algumas formas de conhecimento e perspectivas deveriam ser privilegiadas, a saber, as perspectivas localizadas, dos subjugados, dos silenciados, “do Sul”, enquanto contraponto ao centro hegemônico de poder e produção de narrativas.

Políticas vêm sendo pensadas no intuito de valorizar e dialogar com as culturas locais, como por exemplo na área da Planície Costeira de Santa Catarina e Rio Grande do Sul está em vigor o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul). Um território

com uma vasta diversidade ambiental e social de seu povo, convivendo em ecossistemas marítimos, lacustres e lagunares nos biomas Mata Atlântica e Pampa. Nesse território, ecossistemas nativos e antropizados se alternam entre comunidades urbanas e rurais, onde destacam-se as comunidades de pescadores artesanais, indígenas Guarani, comunidades remanescentes de quilombos e agricultores familiares, imigrantes açorianos, alemães, poloneses, italianos e japoneses (Coelho-de-Souza, 2020).

Como forma de promover a conservação da biodiversidade e valorizar esse entrelaçamento de territorialidades no sul do Brasil, o PAN Lagoas do Sul, como também é conhecido, vem desenvolvendo articulações a partir da identificação de atores sociais estratégicos, na caracterização de práticas produtivas, de pesquisa, com diversas instituições nacionais e internacionais, tanto acadêmicas quanto da sociedade civil, conectando saberes científicos e tradicionais. Assim, as ações em andamento no território constituem forças vivas, que agem em sinergia fortalecendo os modos de vida sustentáveis de povos e comunidades tradicionais, dialogando nos diferentes espaços de governança e construindo processos de desenvolvimento sustentável (Steenbock, 2020).

Nesse contexto, a pesca artesanal é uma atividade intimamente ligada ao ambiente natural, por diferentes formas de manejo em distintos ecossistemas litorâneos. Também estando presente nos ambientes organizacionais e institucionais como o Fórum dos Pescadores da Lagoa Mirim, o Território da Cidadania Zona Sul, o Fórum dos Pescadores da Lagoa dos Patos, o Fórum dos Pescadores do Litoral Norte, a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, Parque Nacional Lagoa do Peixe e o Território Litoral entre outros. Demonstrando a presença de espaços de gestão atuante em toda extensão territorial do PAN.

O PAN Lagoas do Sul está integrado ao ambiente acadêmico principalmente por meio do Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (AsSsAN Círculo), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse centro de referência integra a Rede Latino-Americana de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e tem como objetivo constituir-se em uma Unidade NutriSSAN, que abriga grupos de pesquisa, núcleos

de extensão, pesquisadores e extensionistas da América Latina com a finalidade de fomentar ações de pesquisa, ensino e extensão, em especial a realização de projetos. Ao buscar a referência do AsSsAN Círculo, o Projeto Vozes do Mar, buscou alcançar seu objetivo de facilitar a conexão entre redes de mulheres envolvidas com a pesca artesanal costeira no Brasil, para ampliar e fortalecer suas vozes nas discussões sobre pesca, gênero e combate à emergência climática. É nesse contexto, trabalhando em conjunto com o AsSsAN Círculo e o Projeto Vozes do Mar que me envolvo com as pescadoras de diferentes localidades, visões e articulações no território das Lagoas do Sul.

Essa perspectiva revela a necessidade de estudar os atravessamentos¹ das territorialidades² das mulheres pescadoras nos sistemas alimentares, visto seu papel estratégico no contexto do desenvolvimento rural, envolvendo diversos aspectos desde o conhecimento tradicional e as múltiplas estratégias e técnicas do manejo e conservação dos ecossistemas, até as escolhas dentro dos elos de abastecimento, consumo, dietas e utilização biológica, importantes para a segurança alimentar e nutricional nos territórios. Assim, a pesquisa procura compreender: qual o papel dos corpos-territórios das mulheres pescadoras nos Sistemas Alimentares e suas relações na promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e na conservação do território do PAN Lagoas do Sul?

Para aprofundar a busca de respostas a esta questão, foi delineado como objetivo geral desta pesquisa: Compreender os sistemas alimentares a partir dos atravessamentos das territorialidades das mulheres pescadoras e os seus efeitos na segurança alimentar e nutricional e conservação da biodiversidade no território do PAN Lagoas do Sul.

Para atender ao objetivo geral, foram traçados como objetivos específicos: 1- Caracterizar os corpos-territórios das mulheres pescadoras, a partir de seus

¹ Atravessamentos epistemológicos, políticos e subjetivos. Em uma abordagem crítica feminista, “em condição de atravessamento” se refere a característica que permeia as ações, que abarcam principalmente os limites e/ou possibilidades dos processos de subjetivação pela ótica dos confrontos e subversões do gênero, justamente para trabalharem com problemas corpóreos e identitários. Que se infiltra (Trizoli, 2018).

² Adoto a definição de Little (2002, p. 3) da territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou “homeland””.

conhecimentos e práticas sobre o seu território; 2- Entender os elos e ambientes dos sistemas alimentares que envolvem a pesca artesanal no território do PAN Lagoas do Sul; 3- Analisar os atravessamentos dos corpos-territórios das mulheres pescadoras nos sistemas alimentares no território do PAN Lagoas do Sul.

Na sequência desta introdução, o capítulo 1 apresenta o “corpo teórico”, ou seja, as principais referências que envolvem a temática da atividade da pesca artesanal praticada pelas mulheres, destacando a conservação pelo uso alimentar e construção dos sistemas alimentares sustentáveis. Detalha o caminho metodológico a partir da apresentação do campo de estudo, bem como os acordos estabelecidos a partir da realidade encontrada em campo com as participantes da pesquisa e objetivos da pesquisa proposta. No capítulo 2 são apresentados os resultados e as discussões sobre corpos-território das mulheres pescadoras, caracterizados desde as práticas, conhecimentos e percepções. No capítulo 3 são discutidos os elos do Sistema Alimentar das Lagoas do Sul e no capítulo 4 são trabalhados os ambientes institucionais e organizacionais que envolvem o sistema. O capítulo 5 discute os atravessamentos dos corpos-territórios das mulheres pescadoras nos Sistemas Alimentares no território do PAN Lagoas do Sul e o capítulo 6 apresenta as considerações finais.

1.1 SISTEMAS ALIMENTARES ATRAVESSADOS PELAS MULHERES PESCADORAS: ESTRUTURAÇÃO DO CORPO TEÓRICO

A investigação em tela busca abordar os sistemas alimentares e sua relação com os modelos de desenvolvimento em disputa, destacando o papel das comunidades tradicionais de pesca artesanal, especialmente das mulheres pescadoras, como contraponto ao modelo hegemônico de desenvolvimento causador de desterritorialização, fome e devastação ambiental. Dessa forma, ainda que o reconhecimento da importância de seu trabalho e modo de vida permaneça insuficiente, a proposta da presente seção é apresentar o quadro amplo em que as mulheres pescadoras estão inseridas nos sistemas alimentares.

Na primeira parte, busca-se apresentar a pesca artesanal como a responsável pela produção de alimento e subsistência de milhões de pessoas e

também pela conservação da biodiversidade. Observando a importância socioambiental das comunidades pesqueiras e dos Povos e Comunidades Tradicionais como um todo para o etnodesenvolvimento³, enquanto modelo de desenvolvimento sustentável focado nas necessidades e valores de comunidades locais, que integra a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Nesse sentido, as comunidades tradicionais de pesca artesanal compõem o universo de modos de vida enquanto contraponto ao modelo hegemônico de desenvolvimento e ao centro de poder e produção de narrativas.

Dessa forma, na sequência a análise enfoca nas mulheres pescadoras, cujo conceito de corpo-território simboliza, através da questão socioambiental e de segurança alimentar, a relação do corpo dessas mulheres com o ambiente de vida e trabalho. Nesse contexto, as mulheres são geralmente as responsáveis pela reprodução da vida familiar, pela aquisição e preparação dos alimentos, e paradoxalmente são também as maiores vítimas de desterritorialização, fome e desnutrição. De modo que, apesar desse papel significativo, impulsionando diferentes estratégias de transformação dentro dos sistemas alimentares, o reconhecimento da importância das pescadoras ainda é insuficiente.

Para tanto, na última seção de introdução, a questão primordial da alimentação é trazida a partir dos sistemas alimentares. Com a intenção de apresentar a complexidade sistêmica e dinâmica referente à discussão sobre a segurança alimentar e nutricional, e como estes sistemas se relacionam com os modelos de desenvolvimento que estão em disputa. Nesse sentido, os sistemas alimentares são analisados por meio de seus elos e ambientes institucionais e organizacionais, cuja estrutura construída dialoga com a estrutura de análise das dimensões da SAN (disponibilidade, acesso, utilização biológica e estabilidade) e das cadeias produtivas da FAO, que defende os modos tradicionais como a base para a construção dos sistemas alimentares sustentáveis.

³ Etnodesenvolvimento embora seja um conceito relevante no âmbito da dissertação, ele não será o foco do referencial teórico. Ele pode ser definido como 1) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e (2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (veja Stavenhagen, 1985)

1.1.1 Pesca artesanal

Desde os tempos mais remotos, a atividade pesqueira é um dos meios pelo qual o ser humano busca satisfazer uma de suas necessidades mais fundamentais, a alimentação. Nas últimas décadas, a pesca se tornou uma atividade econômica que cresceu consideravelmente em função da demanda mundial por alimentos, sendo a principal atividade em algumas regiões. Isso representou o aumento acelerado da produção, de valores próximos a 20 milhões de toneladas, em meados da década de 1950, a produção mundial de pescado de captura marítima saltou para cerca de 100 milhões, em 2000, um aumento de mais de cinco vezes (FAO, 2020).

Contudo, com o acúmulo de conhecimento e a evolução das práticas de pescaria, sabemos que esse crescimento é finito, os recursos naturais são limitados, sendo necessário, portanto, ordenamento para explorá-los de forma sustentável ambiental, econômica e social e garantir a segurança alimentar e nutricional (Silva; Schiavetti; Oliveira, 2021).

Atualmente existem cerca de 60 milhões de pessoas trabalhando na pesca no mundo, seja em águas costeiras, litorâneas ou águas interiores. De acordo com os dados obtidos pela FAO, desses 60 milhões, 18% são mulheres. Contudo, muitos autores e organizações não governamentais (ONGs) relatam que essa proporção seria uma mulher em cada dois trabalhadores do setor, se considerados tanto o setor primário quanto o secundário desses produtos, envolvendo além da captura, atividades posteriores, tais como manuseamento pós-captura, venda de peixe fresco, processamento, armazenamento, embalagem e comercialização (FAO, 2020).

Outro desafio em caracterizar esses trabalhadores e trabalhadoras é devido à informalidade que caracteriza a pesca artesanal e a aquicultura. Na América Latina, é difícil saber exatamente o tamanho total dessa população, estima-se que a pesca e a aquicultura artesanal gerem cerca de 1,4 milhão de empregos diretos na região. Totalizando 6,3 milhões de pessoas que dependem direta ou indiretamente da pesca e da aquicultura na região. Nesse cenário, a falta de dados sobre a pesca no Brasil se agrava ainda mais, não tendo comunicado os dados oficiais de produção (captura e aquicultura) para a FAO, desde 2014 (FAO, 2020).

A pesca é uma fonte crucial de subsistência nos países em desenvolvimento, especialmente para famílias de baixa renda que vivem em áreas rurais onde as oportunidades de emprego são limitadas, chegando a cerca de um bilhão de pessoas que dependem do peixe como sua principal fonte de proteína animal (FAO, 2020). Em algumas regiões do Brasil a carne de pescado representa 25% do consumo de carne da população, como na região Norte, enquanto em outras como a Região Sul esse alimento representa somente 3% da fonte de proteína animal consumida (IBGE, 2011).

Nesse sentido, tendo como certeza a necessidade de ações conjuntas de políticas que conservem os recursos naturais e a diversidade cultural, não se trata somente de conservar o recurso pesqueiro, mas também os grupos sociais envolvidos (Silva, 2022). De modo que a oferta mundial de alimento e a defesa contra as mudanças climáticas sejam reconhecidas, sobretudo, como um assunto político.

No Brasil a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca define o pescador artesanal como aquele profissional com o objetivo comercial ou de subsistência, que exerce sua atividade de forma autônoma ou em regime de economia familiar com meios próprios ou por meio de parcerias (Brasil, 2009).

Segundo Moura e Diegues (2009), através de sua atividade, as pescadoras artesanais mantêm grande diversidade de interações com o ambiente e saberes sobre a ecologia, transmitindo estes saberes oralmente e na prática através das gerações. É importante destacar que, a pesca não é um procedimento simples de extração de recursos, trata-se de, através do ato da pesca, inúmeras relações sociais que se estabelecem: familiares, companheiros de pesca, pescadoras (artesanais e industriais), laços de amizades estabelecidos entre as pescadoras, entre outros. Também estabelecendo vínculos importantes com as dinâmicas ambientais, estabelecendo limites entre trabalho e vida bastante tênues. Sobre isso, destaca Adomilli (2002, p. 44):

Os aspectos que definem o ritmo da vida social são os ritmos da pesca. Os deslocamentos, de acordo com os ciclos e os períodos de escassez e fartura na pesca, envolvem toda a relação de socialização entre os pescadores, transformando o 'ritmo ecológico' em 'ritmo social' anual.

Latour (2014) argumenta que em vez de separar de um lado sociedade e de outro natureza, deve-se compreender como os coletivos produzem em conjunto as culturas-natureza. Nesse sentido, além do espaço ocupado, as pescadoras estabelecem laços, vínculos e relações imateriais, que constituem um espaço simbólico entendido como território. Em sua essência, o território é a base concreta das políticas, a raiz das culturas e a realidade vivida das relações de vida, se tratando de um espaço multidimensional. Assim, a construção de um território caracteriza-se por não ter início, meio e fim estritamente estabelecidos, e sim por ser um processo contínuo e suscetível a mudanças de conformação, das relações de poder e das distintas narrativas e representando a base do exercício da cidadania (MDA, 2005; Sansone; Furtado, 2014; Ruas, 2019).

Latour (2014) também critica a relação entre ciência e política, como o grande paradoxo dos Modernos, um dos problemas que paralisam o desenvolvimento, que manteve fatos e valores o mais separadamente possível. Considerando a necessidade de integrar a cultura e a natureza no processo de conservação e organização das atividades pesqueiras ora em desenvolvimento, deve-se priorizar a participação e valorização dos povos e comunidades tradicionais na construção das políticas em seus territórios. Conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto 6.040/2007 do Governo Federal é um direito assegurado aos povos e comunidades tradicionais a Consulta Livre, Prévia e Informada, bem como é responsabilidade dos governos proteger os direitos desses povos e garantir o respeito à sua integridade (OIT, 2011).

Contudo, as políticas territoriais se encontram em um paradoxo, resultante da disputa política progressista e neoliberal entre os poderes executivo e legislativo. O processo de modernização e o progresso neoliberal, ao passo que causam a desterritorialização, a concentração de poder e a degradação ambiental, imprimem marcas nos territórios e sobre as relações socioambientais, fazendo emergir diferentes territorialidades, como o movimento agroecológico da sociobiodiversidade,

agricultores familiares e pecuaristas familiares, mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, reivindicando seus territórios e justiça socioambiental (Coelho-de-Souza; Teixeira; Steenbock, 2022). Esses movimentos têm sido destacados por diversos autores, acontecendo em vários lugares do mundo, em especial na América Latina e no Caribe, desde o marco das Epistemologias do Sul, estimulando o reconhecimento de outros modos de pensar o mundo e a relação com a vida, por aqueles que foram alvo de categorias colonialistas que transformaram suas experiências, interpretando-as como deficiências, ilegíveis ou invisíveis (Escobar, 2016; Cabnal, 2010).

Algumas políticas públicas brasileiras evidenciam a necessidade da participação das populações locais nas tomadas de decisões, como por exemplo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro implementado pela Lei nº 7.661/88 (Brasil, 1998)⁴, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9985/2000 (Brasil, 2000), e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT (Brasil, 2005). Enfatizando a participação social nas decisões políticas, os movimentos dos pescadores e pescadoras artesanais desenvolveram experiências de gestão e manejo sustentável e constituíram fóruns, onde as questões da pesca são tratadas de forma participativa (Caldasso, 2008).

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina foram identificados 41 fóruns e espaços de gestão nos quais são potencialmente desenvolvidas ações que refletem na conservação dos ambientes lacustres e lagunares da planície costeira do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Existem entre essas algumas iniciativas de sistemas de gestão compartilhada da pesca artesanal, Reservas Extrativistas Marinhas e os Fóruns de Pesca, como o Comirim – Conselho Cooperativo para ações na Lagoa Mirim e Lagoa Mangureira, Fórum Delta do Jacuí, Fórum do Estuário da Laguna dos Patos, Fórum do Litoral Norte e Fórum do Rio Uruguai (Perucchi; Kubo; Coelho-de-Souza, 2012).

⁴ Art. 5º O PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização, ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; prevenção e controle de erosão marítima, erosão fluvial de Municípios da Zona Costeira e inundação costeira; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico (Redação dada pela Lei nº 14.714, de 2023).

No Rio Grande do Sul os fóruns representam iniciativas inovadoras, sendo compostos por instituições representantes da sociedade civil organizada e poderes públicos dos municípios que os compõem. Atuando na gerência de portarias elaboradas através de um processo participativo que regula a atividade, no caso do Estuário da Lagoa dos Patos, promovendo a integração das diretrizes e dos direitos dos pescadores e pescadoras relacionados às restrições de sua atividade frente à fiscalização e à gestão das Unidades de Conservação, no caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe; construindo propostas de monitoramento participativo como proposto nos Parques Estadual do Delta do Jacuí e na APA do Delta Jacuí e no Parque Nacional da Lagoa do Peixe; visando trazer um maior conhecimento sobre os recursos e medidas tomadas para um maior aproveitamento e nível de coexistência entre as atividades pesqueiras e o ecossistema local, proposto no Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos com a formação de seu Conselho Gestor. Reivindicando direitos no âmbito político, econômico e jurídico e políticas públicas próprias para os pescadores e pescadoras artesanais e comunidades e povos tradicionais, enfatizando a participação social nas decisões políticas sobre o ambiente e as organizações envolvidas (Paula, 2013).

A Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Rio Grande do Sul foi fruto de uma união entre pescadores e pescadoras, cientistas e organizações não-governamentais. Sancionada em 2018, a lei 15.223/2018 veta a pesca de arrasto motorizada na costa gaúcha, visando a reverter o atual estado de crise do setor pesqueiro gaúcho. Quatro anos depois, em 2022 as comunidades de pesca artesanal já começam a ver os efeitos da lei, com o aumento no volume e variedade de espécies na Lagoa dos Patos e na costa do Rio Grande do Sul (Hofmeister, 2022)

Em Santa Catarina os territórios no litoral centro-sul, na APA da Baleia Franca, a participação dos pescadores e pescadoras artesanais foi fundamental na elaboração do seu Plano de Manejo. Na área também ocorrem dois processos de criação de Reservas Extrativistas parcialmente sobrepostas ao território da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APA BF): a Reserva Extrativista do Farol de Santa Marta e a Reserva Extrativista da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba (Policarpo, 2019). Segundo Pomeroy e Rivera-Guieb (2006) no contexto do bioma

marinho, as Resex podem ser consideradas importantes estratégias de gestão dos recursos pesqueiros.

De acordo com Kalikoski *et al.* (2009), os territórios dispõem de um expressivo potencial para se fortalecer a partir de um processo de gestão compartilhada de base comunitária. A exemplo disso, o Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) da Zona Costeira Catarinense também tem contribuído para participação dos pescadores e pescadoras artesanais nos territórios, visando promover ações em distintas esferas capazes de internalizar as identidades culturais e a dimensão socioambiental no desenvolvimento da Zona Costeira de Santa Catarina (Policarpo, 2019).

Essas novas experiências contribuem para a participação e o empoderamento dos pescadores e pescadoras, favorecendo a inclusão da pluralidade dos atores envolvidos na gestão de recursos de uso comum, que contribui para a coerência interna das políticas, evitando as falhas das abordagens externas (Tsakanina; Clauzet; May, 2018). Contudo essas estratégias enfrentam diversos desafios para se tornar um instrumento efetivo de gestão sustentável, sendo um dos principais garantir a representatividade dos atores e melhorar a comunicação de suas ações para a sociedade (Caldasso, 2008). Esse desafio ressalta a necessidade da equidade de gênero na participação da gestão compartilhada.

1.1.2 Mulheres pescadoras: corpos e territórios

Frente aos desafios de um modelo capitalista de devastação, que coloca em xeque a existência dos grupos marginalizados, torna-se necessário investigar aquelas experiências coletivas de resistência, que se nutrem de valores como reciprocidade, cuidado, complementaridade, justiça social e ambiental (Svampa, 2019). Na América Latina emergem da luta anticapitalista, anticolonial, antipatriarcal e antirracista, diferentes perspectivas de natureza propositiva, de cunho comunitário, com ênfase na agroecologia, no bem viver e na ética do cuidado. Nessa caminhada histórica, os feminismos populares do Sul vêm agindo através de diferentes estratégias de ação política, não apenas participando ativamente na denúncia do

despojo territorial histórico e constante, como vem construindo laços comunitários e pensando outros caminhos em defesa dos territórios e dos bens comuns (Barbosa, 2020; Svampa, 2019).

Tais experiências feministas se vinculam à passagem de um paradigma antropocêntrico para outro de natureza relacional¹, no qual se destacam o abandono da ideia de desenvolvimento como crescimento econômico ilimitado, a opção por uma economia solidária e sustentável, a hierarquização igualitária e valorações de outras de atividades e bens, em suma, um aprofundamento da democracia. Acompanhado dos direitos da natureza, da linguagem do corpo/território e da afirmação da interdependência entre eles, demarcando outra visão sobre a produção/reprodução social e outra concepção sobre os territórios (Svampa, 2019).

Nesse contexto, a concepção de território, tendo em vista a questão da defesa da existência, a defesa da própria vida, ou de uma ontologia terrena/territorial, vai muito além do conceito geográfico associado às relações espaço-poder. Se expande através da abordagem de Arturo Escobar que amplia a concepção de território, fazendo dele praticamente como sinônimo de espaço de vida. Alcançando, a partir da perspectiva feminista, a escala primordial do corpo, o território passa a se relacionar desde o íntimo, o “corpo-território” que é ao mesmo tempo objeto de exercício do poder e sujeito (corporificado) de resistência, atentando para o poder da corporeidade (Alves, 2021).

A feminista comunitária maya-xinka, Lorena Cabnal, nascida na Guatemala, ressalta que a defesa do corpo-território se trata de uma proposta integradora, aliando a luta histórica e cotidiana dos povos para a recuperação e defesa do território-terra, como uma garantia do espaço concreto territorial, onde se manifesta a vida dos corpos (Cabnal, 2010). Sobre isso, Lorena (2018, p.27) afirma: “Eu não posso ser feminista se falo da defesa do meu corpo, da sexualidade, mas não defendo a terra. Afinal, onde vão viver os corpos emancipados?”

Quando observamos o espaço de vida das mulheres pescadoras, aqui compreendemos que seu corpo-território integra o espaço da terra e da água. Angelita Ribeiro (2018) aponta para essa diferença: “Enquanto o “ethos pescador” parece estar intimamente ligado ao território aquático, por sua vez, o “ethos pescadora” engloba o espaço da terra e do mar”. A mulher pescadora, portanto, vive

em relação com os ambientes terrestres e aquáticos, e assim passa a conviver com as ameaças.

Tendo em vista o processo colonial que passa pelo país, instituições, grupos etno-sociais, corpos e pela biodiversidade, os horizontes do feminismo comunitário lutam pelo fim das violências cometidas sobre os corpos interligando ao enfrentamento das violências contra a natureza. Assim, tratar da defesa dos corpos-territórios na sua completude passa por compreender os corpos das mulheres em relação com seus territórios, ou seja, através de suas territorialidades que mesclam às territorialidades das espécies e animais que convivem e se associam, defendendo seus corpos e os corpos dos ecossistemas em que se encontram, englobando até o território corpo-Terra (Ferreira *et al.*, 2021)

O que se observa do processo de acumulação de capital e crescimento econômico impostos pela colonização é a imposição desigual dos seus custos. São as mulheres as maiores vítimas com relação à desterritorialização, à produção e reprodução da pobreza social. É possível observar essas realidades entre as mulheres pescadoras e marisqueiras do litoral do nordeste brasileiro, com as mulheres indígenas do México e da Guatemala e com as mulheres atingidas por barragens, forçadas a deixar seus territórios pelo contexto de “guerra de baixa intensidade”, entre muitos cenários que demonstram a correlação entre expropriação territorial e a violência sobre os corpos das mulheres (Barbosa *et al.*, 2020).

A desterritorialização e a violência sobre seus corpos historicamente invisibilizadas, estão latentes na precarização da força de trabalho das mulheres. Conforme apontado por Martinez e Hellebrandt (2019) muitos dos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades pesqueiras são relegados à categoria de ajuda aos profissionais homens, seja pelo fato de apresentarem como características a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, ou sua compatibilização com as tarefas domésticas, consequentemente encontrando dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho e ter os direitos garantidos. Nesse cenário, as territorialidades das mulheres pescadoras são frequentemente invisibilizadas, reforçando a violência sobre seus corpos-territórios.

Silvia Federici (2014) aponta que em regiões como América Latina e África há uma invisibilização jurídica das mulheres, intrínseca à lógica estrutural de

apropriação dos territórios, considerado um mecanismo jurídico de reprodução da negação histórica de direitos. Oliveira (2011), destaca a situação das mulheres pescadoras no município de São José do Norte, ainda pouquíssimo reconhecida, as mulheres não têm registro como pescadoras e boa parte delas nem sabe que perante a lei são sujeitos de direitos.

Essa problemática pode ser percebida através das consequências sobre a renda e a segurança alimentar e nutricional das mulheres. Emma Siliprandi (2012) reflete sobre a estimativa feita na II Conferência da ONU sobre a Mulher, em Copenhague, realizada em 1980, sobre o acesso das mulheres, em nível mundial, aos bens materiais: as mulheres constituíam metade da população mundial, um terço da força de trabalho, mas ganhavam apenas um décimo da renda e possuíam apenas 1% da propriedade mundial. Dando uma ideia do contraste gritante entre a situação das mulheres e dos homens com relação ao acesso a recursos produtivos, determinantes para a sua sustentação econômica e segurança alimentar e nutricional.

Hoje, quarenta anos depois, essa situação não mudou muito. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil divulgado em 2022, apontou para a diferença de 11,5% entre homens e mulheres em algum grau de insegurança alimentar. Esta mesma pesquisa demonstrou as outras condicionantes que nos mostram as facetas específicas de insegurança alimentar, para além da questão de gênero e monetária, como a questão racial, a presença de crianças nos lares e a escolaridade (Penssan, 2022).

Esse cenário está ligado a outro aspecto a considerar sobre as relações entre gênero e segurança alimentar e nutricional, o fato de que geralmente são as mulheres as responsáveis pelo cuidado da família, pela aquisição e preparação dos alimentos e, portanto, pelas tarefas de reprodução da sociedade. Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 2015, o país possuía 11,6 milhões de famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos, e em 2021 foram quase 100 mil crianças nascidas sem o nome paterno na certidão (Grossi; Santos, 2021). Essa função está profundamente ligada à identidade feminina, construída socialmente e permanentemente reforçada pelos estereótipos de gênero (Siliprandi, 2012).

No meio rural é também parte de suas responsabilidades a produção direta dos alimentos, por meio das hortas, criação e captura de animais, transformação de produtos como queijos, doces e pães. Observando a qualidade dos alimentos, a possibilidade de contaminação, a diversidade da dieta, a regularidade de oferta e outros fatores que afetam a alimentação, sendo sujeitos distintos para a promoção da segurança alimentar.

Assim, conforme Siliprandi (2012, p 146):

Podemos afirmar, então, que as mulheres acumularam conhecimento e experiência em áreas estratégicas para a promoção de hábitos saudáveis. Entretanto, normalmente, seu conhecimento e sua importância como sujeitos políticos são pouco valorizados e reconhecidos. O número de mulheres que participam de processos de decisão e que estão em posição de destaque nas organizações públicas e da sociedade civil, ligados ao tema ainda é desproporcional à sua importância estratégica. Essa é outra das facetas das desigualdades de gênero existentes.

Essa constatação se confirma quando observamos os casos das mulheres pescadoras, que continuam invisibilizadas pela sociedade, muitas vezes pela comunidade em que estão inseridas, pelo poder público a ponto de as próprias mulheres enquanto trabalhadoras da pesca enfrentarem a dificuldade de autorreconhecimento. Recentemente estudos com o enfoque de gênero têm se voltado sobre a atividade pesqueira, reconhecendo a presença das mulheres e desconstruindo o ideário coletivo de que a pesca é masculina ao afirmar a importância das mulheres para a pesca artesanal do Brasil. Conforme apontado por Martinez e Hellebrandt (2019, p. 9):

A presença feminina nas atividades produtivas da pesca artesanal é inegável. Pescadora, fileteira, descascadeira, marisqueira, catadora, remendeira, vendedora, mulher de pescador... são tantos nomes assim como são diversificadas as atividades das mulheres no universo da pesca.

Conforme apontam Silva e De Aguiar (2011, p. 375), no Litoral de Santa Catarina:

As pescadoras não são simplesmente mulheres de pescadores. São profissionais que executam tarefas diretamente relacionadas com a captura e com o beneficiamento do pescado, agregando valor econômico ao produto da pesca, o que contribui significativamente para o rendimento familiar.

Uma análise de estratégias de reprodução social numa perspectiva de gênero feita no município de Rio Grande destacou o protagonismo das mulheres no beneficiamento do peixe, seja na indústria, seja no mercado. Diversos outros trabalhos também têm revelado essa prática em diferentes cadeias de produção como do filé de pescada em cidreira (Gidel, 2013), na safra do camarão em São Lourenço do Sul (Verly *et al.*, 2013), curtimento do couro e os artesanatos com escamas de peixes (Camargo, 2019), entre outros usos.

Fundamentais na produção e reprodução sociocultural da pesca, as mulheres têm se destacado pelas iniciativas no regime de economia familiar e como importantes agentes da ação social em seus territórios (Silva; Adomilli, 2020). Sob esse olhar, o empreendedorismo feminino nas comunidades pesqueiras pode ser visto como uma transformação social não só para as mulheres, como também para a comunidade, pois novas perspectivas e oportunidades de geração de renda são apresentadas (Fonseca, 2020) agindo algumas vezes como protagonistas na gerência feita nos ciclos familiares e comunitários (Ribeiro, 2018), frente à migração laboral masculina e a pauperização econômica no campo. Nesse sentido, sua exclusão da posse da terra e no exercício de seus direitos também incide em um maior risco sobre os sistemas de propriedade social e nas dinâmicas de organização da vida comunitária.

Siliprandi (2011) apresenta que, embora diversas organizações governamentais e não-governamentais de apoio ao desenvolvimento rural, que passaram a utilizar enfoques de gênero; e também de organizações feministas que vêm trabalhando com mulheres rurais tenham contribuído para um processo de empoderamento, é notória a necessidade de promover pesquisas participativas com base em grupos de caráter local e comunitário, que incentivam a autonomia econômica das mulheres e reforçam o seu papel de lideranças para o desenvolvimento rural sustentável.

As mulheres camponesas e indígenas na América Latina lutam e resistem em defesa da vida desde suas hortas, em suas organizações, comunidades e seus territórios. Cada vez mais, as mulheres demarcam seu papel no cuidado das sementes, de saberes e conhecimentos agroecológicos necessários, em uma

perspectiva que se vincula à construção de outro paradigma de desenvolvimento para seus territórios e de concepção de vida em uma perspectiva omnilateral. De defesa da vida existente no planeta, do corpo-território, como expressão da interdependência na natureza (Barbosa *et al.*, 2020; Svampa, 2019)

Em algumas ocasiões, esta defesa toma a direção política que se revela em ações e discursos de enfrentamento aos grandes capitais nacionais e transnacionais; em outras, as mulheres defendem seus territórios por meio das práticas cotidianas, compondo um contraponto à lógica hegemônica de acumulação do capital e da monetarização da vida (Barbosa *et al.*, 2020).

A FAO enfatiza questões de impacto atuais e emergentes, como a igualdade de gênero, que precisam ser minuciosamente examinadas para preparação e ação transformadora buscando garantir a sustentabilidade, eficiência e equidade na pesca e aquicultura (FAO, 2022). Entretanto, a gestão no nível local deve permanecer articulada aos outros níveis de gestão. O desafio consiste, dessa forma, em facilitar as interações entre as instituições operando nas diferentes escalas, estimular a formação de conexões institucionais transescalares (Armitage *et al.*, 2001; Policarpo, 2019; Ramos; Da Cruz; Coelho-de-Souza, 2021).

Apoiar a tal transformação implica instituições suficientemente fortes, isso demanda pessoas dentro dos territórios com autonomia e empoderamento para elaborar visões para o desenvolvimento sustentável e, em seguida, para implementar ações transformadoras (Rigg, 2006). Para isso, o estabelecimento de dinâmicas que possibilitem tal transformação, é necessário um olhar ampliado, a partir de um “quadro geral”, analisando a problemática como um todo, sem, no entanto, perder de vista as especificidades dos saberes e práticas locais. Nesse sentido, os sistemas alimentares apresentam o potencial para representar esse quadro.

1.1.3 Sistemas alimentares sustentáveis

Se, por muitas décadas, a solução à questão da fome era atribuída à necessidade de um aumento progressivo na produção de alimentos, hoje em dia, sabe-se que encarar a problemática da segurança alimentar e nutricional, significa

pensar de modo sistêmico e não de maneira isolada, sendo o principal objeto de estudo da SAN os sistemas alimentares como um todo (HLPE, 2014).

A agricultura, o processamento e a distribuição de alimentos se desenvolveram substancialmente no último século devido à urbanização, o crescimento da população e a modernização. A importância dos sistemas alimentares, nesse sentido, se deve a sua magnitude, por direcionarem grande parte dos fluxos globais, sendo de grande relevância para diversos segmentos e setores produtivos. Por meio dos sistemas alimentares foi possível impulsionar o desenvolvimento econômico e social, transformando profundamente a maioria das economias (Coelho-de-Souza; Brizoela; Printes, 2020).

Contudo os sistemas alimentares tem sido tema dos debates que correlacionam a persistência da insegurança alimentar e nutricional e a degradação ambiental (Miguel; Mazoyer; Roudart, 2009; Altieri; Nicholls, 2001; Burigo; Porto, 2021). A FAO (2018), classifica as transformações nos sistemas alimentares como tradicional (pré-industrial) – moderna (industrial) – alternativa (pós-industrial). Essas transformações, em contraponto ao modelo industrial, concentrador de capital, indicam a construção de sistemas alimentares sustentáveis como o objetivo dos modelos territorializados, atentos à sustentabilidade e à soberania alimentar. Cada um dos modelos conta com características diferenciadas, deixando marcas nos territórios onde estão inseridos (Coelho-de-Souza *et al.*, 2020).

O modelo industrial incentivou a modernização do sistema alimentar, com o argumento de que o aumento da produção em escala solucionaria o problema da fome. Esta “evolução” mostrou-se causadora de graves impactos ambientais, sendo a perda da biodiversidade, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos hídricos os mais significativos (Burigo; Porto, 2021). Mesmo com os recursos tecnológicos avançados, a agricultura ainda necessita fundamentalmente dos sistemas naturais; logo, o próprio setor produtivo é diretamente impactado pelos impactos causados, repercutindo a longo prazo na baixa produtividade, a geração de renda, infertilidade dos solos, escassez hídrica, aumentando os riscos relacionados ao clima e ao surgimento de doenças (FAO, 2015).

A modernização da agricultura também envolveu a forte mecanização dos cultivos, a industrialização do processamento, a comoditização de todos os tipos de

alimentos e a globalização dos mercados. Para os agricultores, especialmente pequenos e médios proprietários de terra, a aplicação deste modelo trouxe desafios quanto ao aumento da concorrência, preços elevados de produção, barreiras referentes a normas e especificações, volatilidade do mercado e comoditização dos produtos, apropriação de recursos biológicos por grandes empresas e grilagem de terras, bem como dificuldades decorrentes do desmantelamento de mecanismos e serviços de apoio e crédito (Caron *et al.*, 2020). Portanto, a modernização da agricultura torna-se uma espécie de paradoxo, prejudicando não só a essencialidade da agricultura, tratando dos recursos naturais e segurança alimentar e nutricional, mas agravando a pobreza, visto que a agricultura segue sendo a principal fonte de renda para mais de 30% da população do mundo (FAO, 2015).

Outro aspecto desse modelo se relaciona aos impactos na saúde coletiva, relativos às mudanças no consumo e nas dietas de populações. O impacto diz respeito ao efeito do consumo excessivo de ultraprocessados e de alimentos com baixa qualidade nutricional (com alto teor de açúcar, gordura e sal), assim como a redução de alimentos básicos e regionais, consumidos em pratos tradicionais preparados com alimentos frescos e saudáveis (FAO, 2019b). Esse fenômeno também contribuiu para o aumento da obesidade, da desnutrição e das doenças não transmissíveis, indicando uma necessidade urgente de elaborar políticas públicas que transformem os sistemas alimentares e garantam uma dieta saudável (Popkin, 2005).

O avanço da pandemia de COVID-19 somado às diversas crises mundiais, ressaltam o conceito de Sindemia. O qual se aproxima do conceito de vulnerabilidade, já usado amplamente nas ciências ambientais e da saúde, que envolve diversas disciplinas e que se propõe a discutir as questões voltadas ao desenvolvimento, sustentabilidade, pobreza, obesidade, segurança alimentar e nutricional e saúde coletiva, entre outros. Conforme Burigo e Porto (2021, p. 5):

As pandemias relacionadas à fome, obesidade e mudanças climáticas foram consideradas recentemente uma Sindemia Global, pois interagem umas com as outras, compartilham determinantes socioambientais comuns, e exercem uma influência mútua em sua carga de saúde para a sociedade.

Com isso, a convergência de distintas pandemias em nível global, revelam a urgência de um redirecionamento na forma como vivemos enquanto sociedade. Nesse sentido, os sistemas alimentares sustentáveis podem ser considerados tanto um meio quanto um fim, para que possamos contemplar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pelas Nações Unidas (Barcellos, 2020).

As perspectivas da agricultura e do desenvolvimento rural nas Américas voltadas para a América Latina e o Caribe (2020-2021) indicam caminhos para esse redirecionamento. Começando pela quebra da inércia da ação setorial isolada, reconhecendo que as abordagens integrais são mais propensas a gerar resultados positivos. Admitindo que somente centrando nas pessoas como agentes de mudança e nos seus saberes e territórios, será possível transformar a forma de produzir, comercializar e consumir o alimento. Nesse sentido, a produção agroecológica contribui para construir sistemas alimentares mais resistentes e sustentáveis, sociais, econômicos e ambientalmente (CEPAL, 2021).

No processo de conformação deste novo paradigma, como suporte teórico a esta perspectiva, encontra-se o enfoque sistêmico, cuja noção de sustentabilidade se vincula à necessidade de considerar as relações de equilíbrio dentro do sistema produtivo, considerado segundo Garrido (1995) um "enfoque termodinâmico da economia", um conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida, não somente relações monetárias. Para Norgaard (1989) as bases epistemológicas da Agroecologia, reúnem princípios ou premissas que permitem considerá-la como campo do conhecimento inerente à evolução da cultura humana (que pode ser explicada com referência ao meio ambiente) e à evolução do meio ambiente (que pode ser explicada com referência à cultura humana).

De modo que, para os sistemas alimentares sustentáveis, as aproximações “cultura-natureza” orientadas pela agroecologia representam importantes contribuições desde a produção, passando pelo processamento e consumo, abarcando também debates acerca de distribuição e abastecimento de alimentos (Sachs, 1993; Caporal; Costabeber, 2004). A agroecologia busca pela diferenciação em lugar da homogeneização dos padrões de produção e consumo, a sustentabilidade dos processos em questão e a valorização dos circuitos locais, de

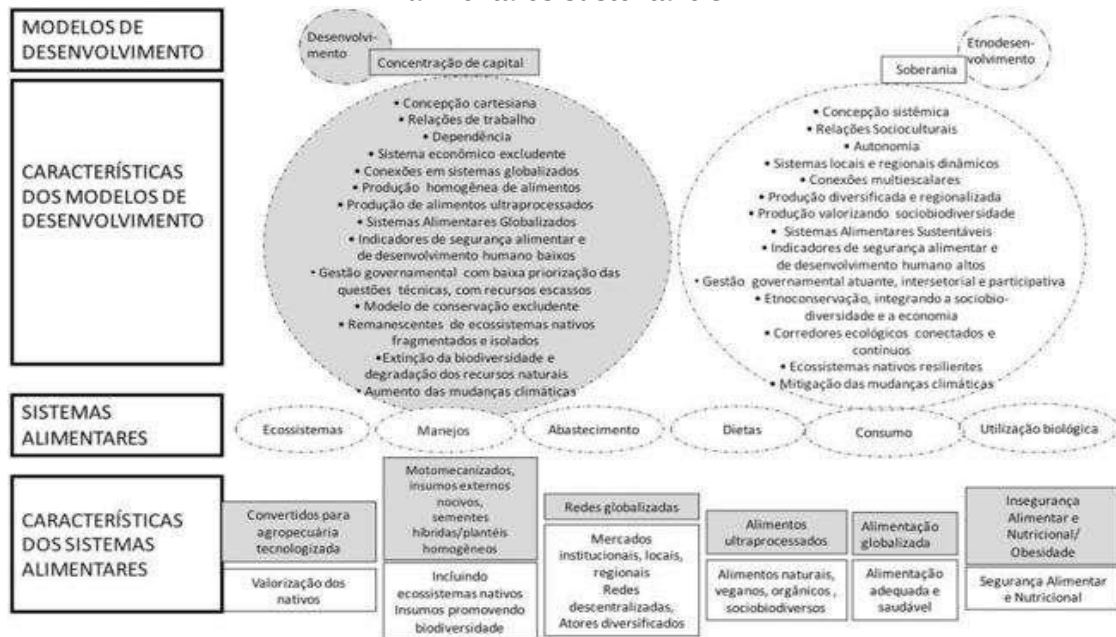
produtos diferenciados e a centralidade nas pessoas e nos seus saberes no centro dessas mudanças (Caporal; Costabeber, 2004; CEPAL, 2021).

Com base em uma série de relatórios fundamentados no trabalho de centenas de especialistas e no conhecimento ancestral de povos e comunidades tradicionais, o atual sistema de conhecimento, ciência e tecnologia deve ser incrementado de modo a tornar a construção dos sistemas alimentares sustentáveis mais participativa, holística, complexa e diversa (Barcellos, 2020), se direcionando ao etnodesenvolvimento (Stavenhagen, 1985).

Nesse sentido, a análise dos sistemas alimentares envolve o “somatório das atividades envolvidas na produção, processamento, comercialização, consumo e descarte de produtos provenientes da agricultura, da silvicultura ou da pesca, inclusive os insumos necessários e a produção gerada em cada uma dessas etapas. Os sistemas alimentares também envolvem pessoas e instituições que iniciam ou inibem mudanças no sistema, assim como o ambiente sociopolítico, econômico e tecnológico em que as atividades acontecem”. De acordo com Coelho-de-Souza (2020), os elos dos sistemas alimentares sustentáveis consistem em:

- a) ecossistemas;
- b) manejo/processamento;
- c) abastecimento;
- d) dietas;
- e) consumo;
- f) utilização biológica (Figura 2).

Figura 2 - Modelos de sistemas alimentares, destacando características dos sistemas alimentares sustentáveis



Fonte: Coelho-de-Souza (2020).

Nessa abordagem, os ecossistemas e o manejo constituem a etapa da produção dos sistemas alimentares sustentáveis, permitindo analisar a produção dos alimentos em conjunto com os ecossistemas nativos, incluindo insumos provenientes da biodiversidade e valorização dos manejos ambientalmente adequados, também sendo importante para a saúde dos sujeitos que promovem a saúde dos ecossistemas através da conservação ambiental (Souza, 2022). De acordo com Altieri (2015), os métodos agroecológicos contribuem para a manutenção da diversidade genética local, a integração animal, incluindo a diversificação de culturas e o manejo orgânico do solo e a conservação da água, como também para reduzir as vulnerabilidades à variabilidade climática.

De acordo com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, um dos grandes desafios envolvendo a SAN é contribuir para a promoção do abastecimento e do acesso à alimentação adequada e saudável para toda a população. Para alcançar esses objetivos, agindo em conjunto, os ministérios propõem justamente a ampliação da produção orgânica e de base agroecológica de alimentos, com a valorização dos produtos da sociobiodiversidade e o estímulo às experiências locais de uso (Caisan, 2017).

O abastecimento nos sistemas alimentares sustentáveis configura o elo que permite a chegada dos alimentos aos mercados locais e regionais, dando preferência por redes descentralizadas e incluindo atores diversificados, podendo alcançar mercados institucionais (Coelho-de-Souza, 2020). Conforme Souza (2022), “os sistemas de abastecimento que consigam promover equidade, inclusão social e conservação da biodiversidade ao longo dos elos, contribuem para promover sistemas sustentáveis”.

Os elos de dietas e consumo, desempenham importante papel, sendo responsáveis pelo grau de processamento, pelas decisões e elaborações dos preparos, também quanto à natureza dos alimentos (natural, orgânico, agroecológico, sociobiodiverso) que serão consumidos (Coelho-de-Souza, 2020). O elo das dietas envolve padrões de escolhas alimentares que se encontram na escala das estruturas institucionais e organizacionais, no estabelecimento de normas e validação social da qualidade dos alimentos, bem como as organizações coletivas que se empenham em influenciá-las, como se observa a partir dos registros de patrimônio cultural de receitas tradicionais. Em relação ao consumo, Perucchi (2023, p.46) indica que está relacionado à forma como o alimento é preparado, considerando-se fatores culturais locais e do contexto dos indivíduos, sendo que é possível que a presença de ecossistemas locais/regionais e de espécies nativas nos sistemas traga uma maior disponibilidade de alimentos locais/regionais. Esses elos refletem no elo de utilização biológica, relacionado aos efeitos nutricionais dos alimentos, responsável pela esfera da saúde a partir da alimentação e nutrição do indivíduo/população (FAO, 2014).

De acordo com Lang (2017), a noção de dietas sustentáveis deve estar associada a uma transição nutricional. Deixando de lado o consumo em que ganhava destaque a proteína animal, o açúcar e as gorduras, adotando hábitos de consumo que necessariamente dialoguem com as práticas de produção sustentáveis, em que a utilização racional dos recursos naturais e a preservação da agrobiodiversidade sejam centrais. De acordo com Kearney (2010) a natureza desta transição nutricional estaria relacionada a fatores sociodemográficos e outras características do consumidor, antes marginais na definição de políticas e ações públicas. Enfatizando a necessidade de estabelecer novos regramentos e arranjos

institucionais do Estado, criando diretrizes e metas alimentares não somente mais saudáveis, mas também mais sustentáveis e equitativas, que fomentem a produção familiar agroecológica e sustentável a partir de uma perspectiva global de uso da terra, conforme Rivzi e colaboradores (2018).

Em cada um dos elos do sistema alimentar encontram-se diferentes iniciativas, que funcionam e se relacionam com outras iniciativas, do mesmo ou outros elos do sistema, conformando diferentes arranjos. De modo que, para compreender tais arranjos, as lógicas e práticas adotadas pelos atores presentes nos elos, os estudos sobre os sistemas alimentares devem abranger os ambientes institucional e organizacional, em que as cadeias produtivas presentes estão inseridas.

O Ambiente Institucional é o conjunto de leis, normas, regras, que influencia o ambiente produtivo. De modo que as oportunidades captadas pelas organizações (grupos de indivíduos vinculados a algum propósito comum ou com afinidade em seus objetivos) são fornecidas pelas estruturas institucionais. Na perspectiva das cadeias da sociobiodiversidade, Ramos (2019) aponta que a legislação sanitária, em particular, muitas vezes não está alinhada com os modelos de processamento descentralizados de pequeno e médio porte, focando mais em aspectos como escala, padrão e inocuidade, e negligenciando atributos nutricionais, sociais, ambientais e culturais. A perspectiva da Segurança Sanitária e Nutricional dos Alimentos critica essa visão limitada, defendendo uma abordagem mais ampla da qualidade que inclua saúde pública, adequação nutricional e ausência de toxicidade.

Assim, é necessária uma atuação articulada de redes e fóruns para desenvolver normativas que sejam adequadas ao contexto de pequenos e médios empreendimentos no ambiente institucional. Como observado através da busca de qualidade ampla, a qual depende de políticas públicas efetivas, da continuidade dos trabalhos do ambiente organizacional e de mudanças no ambiente institucional, como Políticas públicas (crédito, fomento, ATER, mercados) e no campo regulatório (legislação ambiental, sanitária, fiscal, entre outras) (Ramos, 2019).

O ambiente organizacional pode ser constituído de grupos políticos (partidos políticos, Câmara dos Deputados, Senado e órgãos reguladores) ou econômicos, empresas, sindicatos, cooperativas, associações rurais, entre outros. Também

representando o apoio direto e indireto à população, com ações que envolvem a pesquisa e desenvolvimento; a assistência técnica; capacitação; educação ambiental (Silva, 2011; Bitencourt; Satolani; Correa, 2008).

No contexto das cadeias da sociobiodiversidade, Ramos (2019) aponta o papel crucial do Ambiente Organizacional na mobilização, fomento, assessoria técnica, troca de informações e na promoção de políticas públicas adequadas. Esse ambiente contribui para a estruturação e consolidação das cadeias, oferecendo suporte a elementos essenciais como equipamentos, financiamentos e capacitações. Além disso, fomenta a reflexão sobre valores sociais e ambientais importantes, como conservação, valorização do rural, justiça social e saúde alimentar, influenciando na formação política dos atores envolvidos. Esse impacto se manifesta especialmente nas iniciativas ligadas ao extrativismo, produção, processamento e comercialização de produtos dessa natureza, que muitas vezes enfrentam desafios regulatórios impostos pelas legislações ambientais e sanitárias, apontando para a necessidade de troca de conhecimentos e o estabelecimento de boas práticas para a garantia da qualidade dos alimentos produzidos localmente, promovendo o protagonismo das famílias.

À medida que os dados são analisados, os efeitos do Ambiente Organizacional no Ambiente Institucional se tornam mais claros nas práticas dos atores da cadeia, integrando-se às redes da pesca artesanal e aos sistemas alimentares.

Em resumo, ao observar os desafios enfrentados pelas mulheres pescadoras, incluindo a desterritorialização, a invisibilização de seu trabalho e a violência sobre seus corpos-territórios, a dissertação aborda os sistemas alimentares sustentáveis, enfatizando a importância da pesca artesanal praticada por mulheres na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, observando também suas influências na conservação da biodiversidade. Que destacam a necessidade de políticas públicas de valorização e fortalecimento do papel das mulheres pescadoras nos sistemas alimentares, promovendo a agroecologia, a diversificação dos padrões de produção e consumo, e a sustentabilidade socioambiental. Essa é a faceta dos sistemas alimentares que os itens seguintes empenham em demonstrar.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS NO PAN LAGOAS DO SUL

A presente seção apresenta o território onde ocorreu a pesquisa e as escolhas metodológicas que configuraram esse percurso. Na primeira seção é apresentado o território das Lagoas do Sul, tratando de características físicas e socioambientais presentes. Na segunda seção é apresentado o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul, retomando o debate da governança socioambiental. Por fim, são apresentados os caminhos metodológicos percorridos para alcançar os objetivos específicos em uma coprodução com as mulheres pescadoras e suas territorialidades, dentro do território das Lagoas do Sul do Brasil.

1.2.1 Território das lagoas do Sul do Brasil

Na região costeira do sul do Brasil há uma série de ambientes diversos, como praias, dunas, cordões e intercordões litorâneos, terraços lagunares, pontais, ilhas, além de inúmeras lagoas de água-doce e lagunas, entre outros (Manzoli, 2011). Esse sistema é responsável pela drenagem da água de cinco bacias hidrográficas de parte do Rio Grande do Sul e do Uruguai (Steenbock, 2020). O sistema recebe um suprimento de sedimentos relativamente abundante, bem como aportes consideráveis de nutrientes da Lagoa dos Patos, a maior laguna do Brasil e do Rio da Prata, estando sob a influência da convergência subtropical formada pelo encontro das águas frias da Corrente das Malvinas e das águas quentes da Corrente do Brasil. Devido tal singularidade de características, a região tem sido considerada uma das áreas de pesca mais produtivas da costa brasileira (Caldasso, 2008).

Tais características servem como berçário para peixes e paradorio para aves migratórias dando à região elevada relevância para a conservação da biodiversidade (Schifino; Fialho; Verani, 2004). Algumas espécies de peixes podem completar todo seu ciclo de vida nas águas do estuário como os peixe-rei *Odonthestes argentinensis* e *Atherinella brasiliensis*, e enquanto outras espécies marinhas estuarino-dependentes usam as águas costeiras para a desova e as águas do estuário como criadouro para larvas e juvenis como o linguado (*Paralichthys*

orbignyianus), os bagres (*Genidens* spp.), a tainha (*Mugil liza*), a corvina (*Micropogonias furnieri*), a miraguaia (*Pogonias cromis*). Outras, eventualmente, são vistas no estuário como a pescadinha (*Macrodon atricauda*), a castanha (*Umbrina canosa*), a anchova (*Pomatomus saltatrix*) e a pescada-olhuda (*Cynoscion guatucupa*) (Fisher; Pereira; Vieira, 2004). Dentre a fauna aquática, os crustáceos também são componentes importantes, como o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) e os siris (*Callinectes* spp.) (Caldasso, 2008), bem como os moluscos (*Ostrea* sp.), mamíferos marinhos como a baleia franca (*Eubalena australis*) e tartarugas, como a tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) e tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriácea*) (Bugoni; Krause; Petry, 2001).

Inserido nesse mosaico de ambientes aquáticos, os ecossistemas terrestres associados apresentam uma heterogeneidade complexa, se diversificando no sentido leste-oeste e no sentido norte sul apresentando um ecótono dos biomas Mata Atlântica e Pampa (Steenbock, 2020). Nos banhados, restingas, campos, formações florestais e butiazais a diversidade fitofisionômica se modifica, também, de acordo com a proximidade em relação a lagos, lagoas e lagoas, promovendo nichos ecológicos muito característicos, tanto para espécies da fauna como de flora.

A planície costeira gaúcha é especialmente importante para as aves aquáticas de banhado e de praia e também para um grande número de aves migratórias que utilizam a região seja para alimentação, reprodução ou descanso durante períodos de migração da América do Norte, como o maçarico-depapo-vermelho (*Calidris canutus*) e o trinta-réis-real (*Thalasseus maximus*); e do sul da América do Sul, como a batuíra-de-peito-tijolo (*Charadrius modestus*). Outras aves são residentes da região, como os trinta-réis-de-coroa-branca (*Sterna trudeaui*), as garças, os socozinhos (*Butorides striata*) e as saracuras-três-potes (*Aramides cajaneus*). Além dessas, também ocupam a região espécies ameaçadas de extinção, como o joão-platino (*Asthenes hudsoni*), o gavião-cinza (*Circus cinereus*) e a sanã-cinza (*Porzana spiloptera*) (Bencke *et al.*, 2010; Accordi; Hartz, 2013; Franz, 2018).

Nas dunas costeiras da região, ocorre uma diversidade de pequenos animais, como os tuco-tuco (*Ctenomys* sp.), o ratinho-das-dunas (*Calomys laucha*) e a lagartixa-das-dunas (*Liolaemus arambareis*), de extrema importância para o

ambiente, especialmente em proximidade de Mata Atlântica, por serem dispersores de sementes e por servirem de alimento para animais maiores, como o gato-do-mato (*Leopardus guttulus*) e o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*). Ainda são possíveis de se encontrar outras espécies de maior porte como o jaguarundi (*Puma yagouaroundi*) e o gato-palheiro (*Leopardus colocolo*) (Bencke, 2009), importantes indicadoras de boa qualidade dos ambientes por serem sensíveis às mudanças nas cadeias tróficas (Steenbock, 2020).

Contudo, em função da alteração de habitats para agricultura, pecuária, silvicultura, urbanização, mineração em larga escala e outras atividades econômicas desordenadas sobre o território, essa diversidade biológica vem sendo ameaçada de extinção. Segundo o Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora), na região são 133 espécies de plantas em ameaça de extinção, sendo a maioria de hábito herbáceo ou arbustivo. Entre as espécies ameaçadas estão os butiás (*Butia* spp, Arecaceae), espécies indicadoras do impacto das mudanças climáticas e do uso do solo, devido à diversidade de flora e fauna associada, indicando o estado de conservação dos ambientes sob ameaça (Trochez, 2020).

Sabe-se que os impactos ambientais são potencializados na medida em que há problemas socioculturais, político-institucionais, de gestão e de legislação, regulamentação e licenciamento ambiental (Steenbock, 2020). Contudo a região das lagoas costeiras do sul do Brasil, além de apresentar uma vasta diversidade de ambientes e abrigar um conjunto singular de espécies da biodiversidade também abriga uma grande diversidade cultural, envolvendo comunidades de pesca artesanais, indígenas Guarani, comunidades remanescentes de quilombos, agricultores familiares descendentes de imigrantes açorianos, alemães, poloneses, italianos e japoneses.

Essas territorialidades são a chave para a sustentabilidade do desenvolvimento na região, envolvendo saberes e práticas produtivas que compõem modos de vida tradicionais (Coelho-de-Souza et. al, 2020). Desse modo as histórias de seu povo e suas expressões de múltiplos usos sustentáveis se alternam em ambientes nativos e antropizados, entre comunidades urbanas e rurais, favorecendo as dinâmicas de um território sociobiodiverso.

1.2.2 Etnoecologia e políticas socioambientais

Nos últimos anos a atenção dos pesquisadores têm se voltado para a interação do ser humano com seu meio, sobretudo, diante dos desdobramentos do desenvolvimento centrado na modernização da agricultura, que visa ao aumento da produtividade e vem causando irreparáveis danos ambientais. Nesse sentido, os estudos etnoecológicos têm contribuído significativamente para a valorização de aspectos fundamentais para a manutenção dos recursos naturais na perspectiva do etnodesenvolvimento (Stavenhagen, 1985).

A Etnoecologia constituiu-se em um campo de conhecimento, na interface entre a Antropologia e a Ecologia, atravessado pelo campo do conhecimento tradicional. Fundamentada na interdisciplinaridade entre as ciências sociais e naturais, buscando compreender as inter-relações entre as sociedades humanas e o ambiente natural (Toledo; Barrera-Bassols, 2009.), a etnoecologia vem contribuindo no reconhecimento da importância da biodiversidade e da diversidade cultural, bem como da valorização das populações, práticas, saberes e territórios tradicionais.

Dedicando-se às temáticas do manejo dos recursos naturais, segurança alimentar e nutricional, produtos da sociobiodiversidade, justiça ambiental, conservação da biodiversidade e valorização da diversidade cultural, entre outras (Coelho-de-Souza; Bassi; Kubo, 2011), a literatura da etnoecologia tem avançado no sentido de localizar e definir as populações no contexto social, político, econômico, cultural e ambiental, e recentemente incorporar ao marco jurídico-normativo, a diversidade cultural. Incluindo a questão dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais no âmbito das políticas de segurança alimentar e nutricional (Conti; Coelho-de-Souza, 2013) e aos processos de conservação da biodiversidade (Brasil, 2007; Brasil, 2012)

De acordo com Kageyama e Santos (2011) esses avanços, notadamente significativos no âmbito da justiça ambiental, se relacionam ao cenário de regime democrático de direito no Brasil e ao contexto internacional. Com a redemocratização Brasileira, a partir da conjuntura de movimentos sociais e ambientalistas, o socioambientalismo surge como alternativa ao conservacionismo/preservacionismo. Com a instituição da Constituição Federal de

1988, passou-se a reconhecer ao Poder Público o dever de assegurar a proteção à diversidade biológica e à salvaguarda do patrimônio sociocultural brasileiro (Art. 225 e Art. 215), a preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético (Art. 225, § 1º, II) e a valorização da diversidade étnica e regional (Art. 215, § 3º) (Santilli, 2005).

Posteriormente, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em junho de 1992, esses princípios foram fortalecidos e incorporados aos documentos internacionais assinados durante a ECO-92, referências fundamentais de políticas públicas sociais e ambientais em todo o mundo e para o Direito Ambiental Internacional, inserindo definitivamente a questão socioambiental entre os grandes temas da agenda nacional e global. A Convenção de Diversidade Biológica (CDB) é um desses exemplos, cujos objetivos acordados por mais de cem países são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização dos recursos genéticos e dos saberes associados a esses.

Desde então os compromissos firmados na CDB vem sendo incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, por meio de políticas públicas específicas, de modo que os povos e comunidades tradicionais passaram a ser atores políticos das ações sociopolíticas e ambientais. Como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000), com as Reservas Extrativistas e Reservas de Uso Sustentável, prevendo a permanência das populações tradicionais nesses territórios da União e orientando as concepções de uso sustentável e conservação da biodiversidade.

A criação de órgãos governamentais responsáveis por políticas públicas como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares e a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do Ministério da Justiça, do Ministério da Cultura e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Segundo o Decreto 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais, de 7 de fevereiro de 2007 entende-se por povos e comunidades:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição.

Baseado no pressuposto da inseparável ligação entre diversidade cultural e diversidade biológica, isto é, na condição de uso dos recursos naturais e ocupação territorial dos Povos e Comunidades Tradicionais para sua reprodução cultural, essas diversidades em conjunto servem como pano de fundo para a criação de políticas públicas, como o Plano Nacional de Promoção de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Desse modo, a construção de políticas voltadas para a sociobiodiversidade representa a viabilidade de integrar o uso e a conservação da biodiversidade e a geração de renda (Brasil, 2009). Revelando possibilidades de simultaneamente gerar valores socioambientais, a partir da inclusão social, do protagonismo dos produtores, gerando maior equidade social ao longo da cadeia e contribuindo para conservação e recuperação ambiental (Ramos, 2019).

Nessa linha, assim como o Plano Nacional de Promoção de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade tem a diversidade cultural e biológica como ponto de partida para a criação de políticas públicas, o Guia Alimentar para a População Brasileira, enfatiza que:

[...] padrões tradicionais de alimentação, desenvolvidos e transmitidos ao longo de gerações, são fontes essenciais de conhecimentos para a formulação de recomendações que visam promover a alimentação adequada e saudável. Esses padrões resultam do acúmulo de conhecimentos sobre as variedades de plantas e de animais que mais bem se adaptaram às condições do clima e do solo, sobre as técnicas de produção que se mostraram mais produtivas e sustentáveis e sobre as combinações de alimentos e preparações culinárias que bem atendiam à saúde e o paladar humanos (Brasil, 2014, p. 21).

Assim como as políticas anteriores, mais recentemente o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies, que envolve o Plano de Ação Nacional (PAN) para espécies ameaçadas de extinção (MMA, 2014) também passou a integrar a diversidade cultural em suas estratégias de conservação da biodiversidade. Especificamente o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil - PAN Lagoas

do Sul, com seu enfoque territorial revela uma nova perspectiva integradora, unindo as concepções de uso sustentável e conservação da biodiversidade, na ideia de “conservação pelo uso” (Coelho-de-Souza, 2020; ICMBIO, 2018). Esse modo de conservação, por meio de práticas de agricultura, pecuária, pesca e outras atividades produtivas, busca reconhecer as dinâmicas territoriais e diferentes territorialidades relacionadas aos processos de conservação, além de contribuir para a segurança alimentar e nutricional. Sobre as estratégias do PAN Lagoas do Sul, Coelho-de-Souza (2020, p. 208) aponta:

O resultado dessas práticas envolve ter à mesa e oferecer à sociedade alimentos saudáveis, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional de quem produz e de quem consome, promovendo a saúde integral das comunidades, do ambiente, bem como, consolidando as dinâmicas de territórios sociobiodiversos.

Portanto, como forma de superar a perspectiva de segurança alimentar e nutricional de enfoque produtivista, busca-se promover múltiplas agendas políticas sociais e ambientais capazes de reformular estratégias de SAN. Dessa forma, contendo o avanço do esgotamento dos recursos naturais, bem como das assimetrias perpetuadas pelo sistema alimentar contemporâneo, priorizou-se a participação da sociedade em diferentes níveis de governança em busca por justiça socioambiental.

Um debate que vem sendo feito desde as lutas populares comunitárias até a Organização das Nações Unidas, como apresentado pela campanha do Plano de Ação 2022 da FAO, no Ano Internacional da Pesca e Aquicultura Artesanal. Conforme Julio Berdegue, Representante Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, “as pessoas engajadas na pesca e na aquicultura artesanais em pequena escala contribuem significativamente para a segurança alimentar, nutrição, redução da pobreza e uso sustentável dos recursos naturais” (FAO, 2021).

Dessa forma os objetivos do Ano Internacional da Pesca e Aquicultura Artesanal se constituíram em: contribuir com a pesca artesanal e a aquicultura de pequena escala para o desenvolvimento sustentável, sobretudo em relação à segurança alimentar e nutricional, erradicação da pobreza e uso de recursos naturais, através conscientização global, compreensão e apoio; e promover o

diálogo e a colaboração entre pescadores e pescadoras artesanais de pequena escala, piscicultores, governos e outros parceiros-chave ao longo da cadeia de valor, bem como para fortalecer ainda mais sua capacidade de aumentar a sustentabilidade na pesca e aquicultura e melhorar o seu desenvolvimento social e bem-estar (FAO, 2022).

Tendo em vista o exposto, tem-se como propósito global construir sistemas alimentares sustentáveis que conciliem a alimentação com os conceitos mais amplos ligados à conservação e à sustentabilidade, e valorizem os saberes tradicionais e localizados, interligando a natureza dos sistemas econômicos, sociais e ambientais (FAO, 2012).

A formação de territórios dinâmicos e transformação dos sistemas alimentares se constroem a partir das instituições políticas fortes e capital social abundante desde o nível local até o regional e nacional (Rigg, 2006). Para isso diversos fóruns, movimentos agroecológicos, socioambientais, em prol da soberania e da segurança alimentar e nutricional foram fortalecidos por projetos, órgãos colegiados e políticas públicas, órgãos ambientais, organizações não governamentais e grupos de instituições de pesquisa, ensino e extensão rural também vêm atuando na região com ações de educação ambiental, pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologias, controle ambiental e políticas de ordenamento territorial, com foco na conservação ambiental e no desenvolvimento sustentável. Um exemplo está na experiência do Plano de Ação de conservação da biodiversidade e dos modos de vida sustentáveis das Lagoas do Sul do Brasil com enfoque territorial, o PAN Lagoas do Sul.

1.2.1.1 Plano de Ação Nacional com Enfoque Territorial

O debate socioambiental repercute da interação de diferentes atores sociais, entre os quais as iniciativas privadas, as comunidades tradicionais, o poder público, organizações internacionais, organizações não governamentais e academia, com diferentes interesses sobre o uso dos recursos da biodiversidade. Criam-se então, desse processo, instrumentos de gestão e a regulamentação do uso dos recursos da biodiversidade, resultantes da negociação entre as diferentes atribuições e direitos

dos envolvidos. Isso reforça a importância de estabelecer interfaces entre esses atores sociais e constituir uma visão abrangente a partir do compartilhamento de saberes tradicionais, técnicos e científicos. Essa visão, fundamentada na etnoecologia, substitui a abordagem verticalizada, a partir de objetivos pré definidos, por uma abordagem coletiva, caracterizada pela tomada de decisão conjunta, caracterizada pela gestão compartilhada dos recursos da biodiversidade.

É nesse contexto que foi elaborado entre 2017 e 2018 o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul. Buscando agregar diferentes grupos sociais, instituições e espaços de gestão que atuam em ações potencialmente conservacionistas na região das lagoas costeiras do sul do Brasil, o PAN Lagoas do Sul foi publicado em agosto de 2018 através de portaria nº. 751/2018 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

De acordo com a Instrução Normativa nº. 21/2018 do (ICMBio), os Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) são “instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, a serem utilizados para o ordenamento das ações para a conservação de seres vivos e ambientes naturais, com um objetivo definido em escala temporal”. Os PANs se inserem como parte da estratégia brasileira para alcançar as Metas de Aichi do Protocolo de Nagoya, estabelecidas no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (em 2012), da qual o país é signatário. Contudo, para que políticas públicas relacionadas ao planejamento ambiental sejam executadas com sucesso e possamos alcançar as Metas do Protocolo, é fundamental a busca pelo envolvimento social, multiinstitucional e de diferentes esferas políticas na proposição de ações e no compromisso em relação à sua implantação (Coelho-de-Souza, 2020).

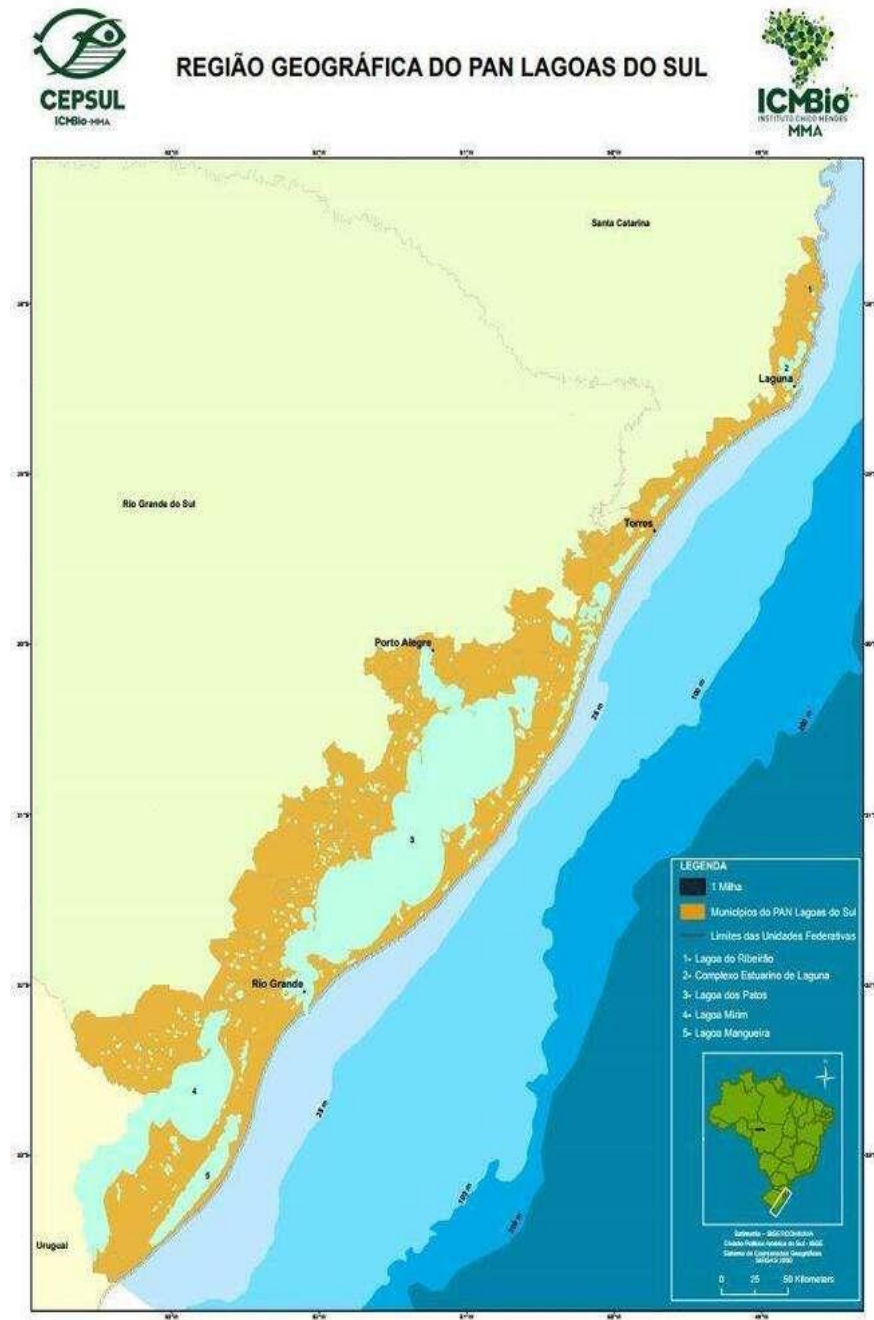
O Plano conta com a colaboração de diversas instituições presentes no território, sendo efetivado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL) e um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) formado por 15 membros de diferentes instituições,

que monitoram anualmente o seu desenvolvimento e trimestralmente vêm publicando edições do “Lagoando”, o boletim de notícias do Plano⁵.

A abrangência geográfica do PAN inclui o complexo estuarino lagunar litorâneo, agregando as lagoas costeiras e as áreas terrestres contíguas, desde o Rio Maciambú/SC até a fronteira do Brasil com o Uruguai (Figura 3). Nesse território o PAN Lagoas do Sul estabeleceu como objetivo geral melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território. Com esse propósito, no seu primeiro ciclo de 5 anos, 141 ações foram trabalhadas e desenvolvidas no âmbito de governança de articuladores, colaboradores, grupos sociais e instituições envolvidas.

⁵Ver em CEPSUL (2019): <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/biodiversidade-marinha-do-sudeste-e-sul/acervo-digital/boletins-de-planos-de-acao/pan-lagoas>.

Figura 3 - Mapa da região geográfica de abrangência do PAN Lagoas do Sul



Fonte: CEP Sul/ICMBio (2019).

Essas ações estão distribuídas em quatro objetivos específicos:

O Objetivo Específico n. 1 busca promover e fortalecer ações articuladas e intersetoriais, com foco ecossistêmico, na conservação e na sustentabilidade,

incentivando o empoderamento equitativo da sociedade quanto ao uso e gestão do território; Objetivo Específico n. 2 busca promover a troca de saberes, a produção e difusão de conhecimentos para a cultura da sustentabilidade, buscando a educação socioambiental e o reconhecimento da importância dos bens e serviços ecossistêmicos, da sociobiodiversidade e dos territórios dos povos tradicionais; Objetivo Específico n. 3, busca promover alternativas econômicas menos impactantes, incentivando atividades que promovam o bem viver, a manutenção e a melhoria dos processos ecossistêmicos com adoção de práticas sustentáveis, fazendo frente às ameaças relacionadas à urbanização e atividades antrópicas. Objetivo Específico n. 4 se constitui em fomentar ações que subsidiem o aprimoramento dos instrumentos legais, de normatizações e de licenciamento para gestão integrada e participativa.

A construção do PAN Lagoas do Sul foi fundamentada na identificação de atores sociais estratégicos, envolvidos nas ações em andamento no território, que constituem suas forças vivas, valorizando e fortalecendo os modos de vida sustentáveis de povos e comunidades tradicionais, na caracterização de práticas produtivas saudáveis, de pesquisa, de educação e de organização territorial potencialmente conservacionistas; e na articulação entre esses atores e práticas, construindo e implementando propostas de ações sinérgicas, que dialogam nos diferentes espaços de governança e constroem processos de desenvolvimento sustentável. Um exemplo dessas articulações no território do PAN, é a intersecção entre a ação dos movimentos agroecológicos e os processos relacionados à implementação da segurança alimentar e nutricional referentes ao manejo dos produtos da sociobiodiversidade, como a Rota dos Butiazais, a Cadeia Solidária das Frutas Nativas e a Rede Juçara (Steenbock, 2020).

Na obra “Conservação da Biodiversidade e Modos de Vida Sustentáveis nas Lagoas do Sul do Brasil”, que apresenta as ações em andamento no PAN cujos autores aceitaram o desafio em registrá-las na forma de livro, as ações que mais se aproximam da questão da pesca e a atividade das pescadoras artesanais estão apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 1 - Ações do PAN Lagoas do Sul com relação com as pescadoras artesanais

Ação	Objetivo		
1.24	Promover a articulação interinstitucional para a implementação e para a integração dos sistemas de informação geográficas para uso das Unidades de Conservação	3.31	Promover o Projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável – Identidade Cultural (DTS-IC) de agricultores, pescadores e artesãos por meio do turismo cultural de base comunitária
1.25	Apoiar e subsidiar o monitoramento da qualidade das águas na Região Hidrográfica Litoral, auxiliando a definir parâmetros específicos para os ecossistemas lacustres, incluindo bioindicadores e metabolismo, espécies raras, ameaçadas ou endêmicas	2.32	Apoiar tecnicamente e participar da articulação comunitária em favor da qualidade ambiental, do saneamento e do ordenamento das lagoas do município de Garopaba (Encantada, Capivara e Macacú/Siriú) e do Rio da Madre.
1.3	Apoiar a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca	2.33	Apoiar e participar da articulação comunitária em favor da qualidade ambiental, do saneamento e do ordenamento da ocupação no entorno da Lagoa de Ibiraquera.
1.32	Incentivar ações de pesquisa sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre as espécies e os processos ecológicos nos sistemas aquáticos e socioeconômicos, visando estratégias de adaptação e mitigação às mudanças	3.13	Manter e buscar ampliação de políticas de inclusão do pescado oriundo da pesca tradicional na alimentação escolar, como cota da agricultura familiar.
1.48	Promover integração, troca de experiência e fortalecimento dos espaços de governança e abrangência do PAN	3.20	Apoiar monitoramentos da pesca, priorizando técnicas participativas
1.49	Fortalecer a implantação do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional nos municípios dos Territórios Rurais Litoral e Centro-Sul.	3.9	Promoção da cadeia de valor de produtos da sociobiodiversidade no RS
1.50	Promover a discussão entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e a SEAP sobre o fortalecimento de ações e políticas intersetoriais de valorização dos modos de vida tradicionais sustentáveis no território do PAN.	4.30	Promover a visibilidade dos impactos da mineração (zinco, cobre e chumbo) na região da Bacia do Camaquã e de São José do Norte
1.8	Apoiar a elaboração e a implementação do Plano de Manejo do REVIS Ilha dos Lobos, contendo ações com foco no monitoramento da qualidade ambiental na região.	4.36	Promover a integração das diretrizes e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais aos processos de licenciamento, fiscalização e gestão de Unidades de Conservação.
2.24	Promover a articulação e a formação dos pescadores artesanais no litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul no âmbito das ações de integração comunitária apoiadas pelo Projeto GEF Mar.		

Fonte: CEPsul/ICMBio (2019).

As ações listadas acima orientaram esta investigação ao buscar as interseções entre as pescadoras artesanais e os sistemas alimentares no território das Lagoas do Sul. As ações listadas ajudam na investigação ao explorar e também deixar mais evidente qual seria essa interseção. Ainda, a pesquisa considera, sob a perspectiva dessas mulheres, seu envolvimento na segurança alimentar e nutricional e na conservação ambiental. Para isso, emprega o conceito de corpo-território como uma lente analítica que permite compreender as dinâmicas das pescadoras nesses processos socioambientais, investigando como a noção de corpo-território contribui para essa análise.

1.2.3 Percurso metodológico

Diante do desafio de operacionalizar os objetivos da pesquisa que se propôs a aprofundar a compreensão do envolvimento das pescadoras nos sistemas alimentares e sua relação com os corpos territórios no território das Lagoas do Sul, optou-se pela pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e exploratória (Gerhardt; Silveira, 2009), a partir do referencial da etnoecologia orientada pela abordagem sistêmica. Uma metodologia sistêmica possibilita interconectar uma visão do macro e do micro, envolvendo uma amplitude de leitura que contempla também elementos externos (Bertalanffy, 1975).

Conforme Gil (2008) aponta, a pesquisa exploratória tem a intenção de desenvolver, esclarecer e modificar o conhecimento a respeito do objeto pesquisado, tendo como finalidade a formulação de problemas mais precisos para estudos posteriores. Nesse contexto, busco responder qual é a participação das mulheres nos sistemas alimentares sustentáveis, revelando as iniciativas em que estas se envolvem, procurando reunir informações que demonstrem os atravessamentos de suas territorialidades nos sistemas alimentares, com a finalidade de formulação de agenda política para valorizar suas ações, bem como de incentivo a sua participação na governança de seus territórios. Esta seção está organizada nos passos metodológicos da pesquisa: a inserção em campo, o campo de pesquisa, a sistematização e análise de dados.

1.2.1.2 Inserção em campo

A observação e participação no projeto Vozes do Mar possibilitou o primeiro contato com as mulheres pescadoras em um contexto de pesquisa, o que me motivou a identificar pessoas, grupos, espaços que se relacionam com essas mulheres, como também a buscar os vários assuntos pertinentes a estas, dando início ao estudo exploratório. Assim, me propus a rastrear no território do PAN Lagoas do Sul as iniciativas, organizações e movimentos em que as mulheres pescadoras são protagonistas, as instituições com as quais se relacionam, bem como sobre os ecossistemas que convivem no seu cotidiano, o manejo que fazem dos recursos naturais e a legislação que envolve suas atividades.

Visando acompanhar e compreender os dados que a pesquisa empírica trazia acerca das relações das pescadoras, busquei percorrer os níveis micro e macrossocial, e que davam forma à trama nos sistemas alimentares. Assim, iniciei meu trabalho de campo participando de uma reunião do Fórum da Lagoa dos Patos em São José do Norte, no final de 2022.

Na ocasião tive a oportunidade de pegar uma carona com o pescador e também presidente da Colônia de Pesca de São Lourenço (Z-8) e seu irmão, assessor do deputado estadual presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Pesqueiro da Assembleia. A reunião tinha como objetivo denunciar abordagens violentas da Patram e reivindicar por direitos. O direito das embarcações de pesca artesanal de dentro do estuário de saírem para pescar em águas marinhas, como eles se referem “sair da boca da barra”, trajeto conhecido por muitos, que estava sendo impedido.

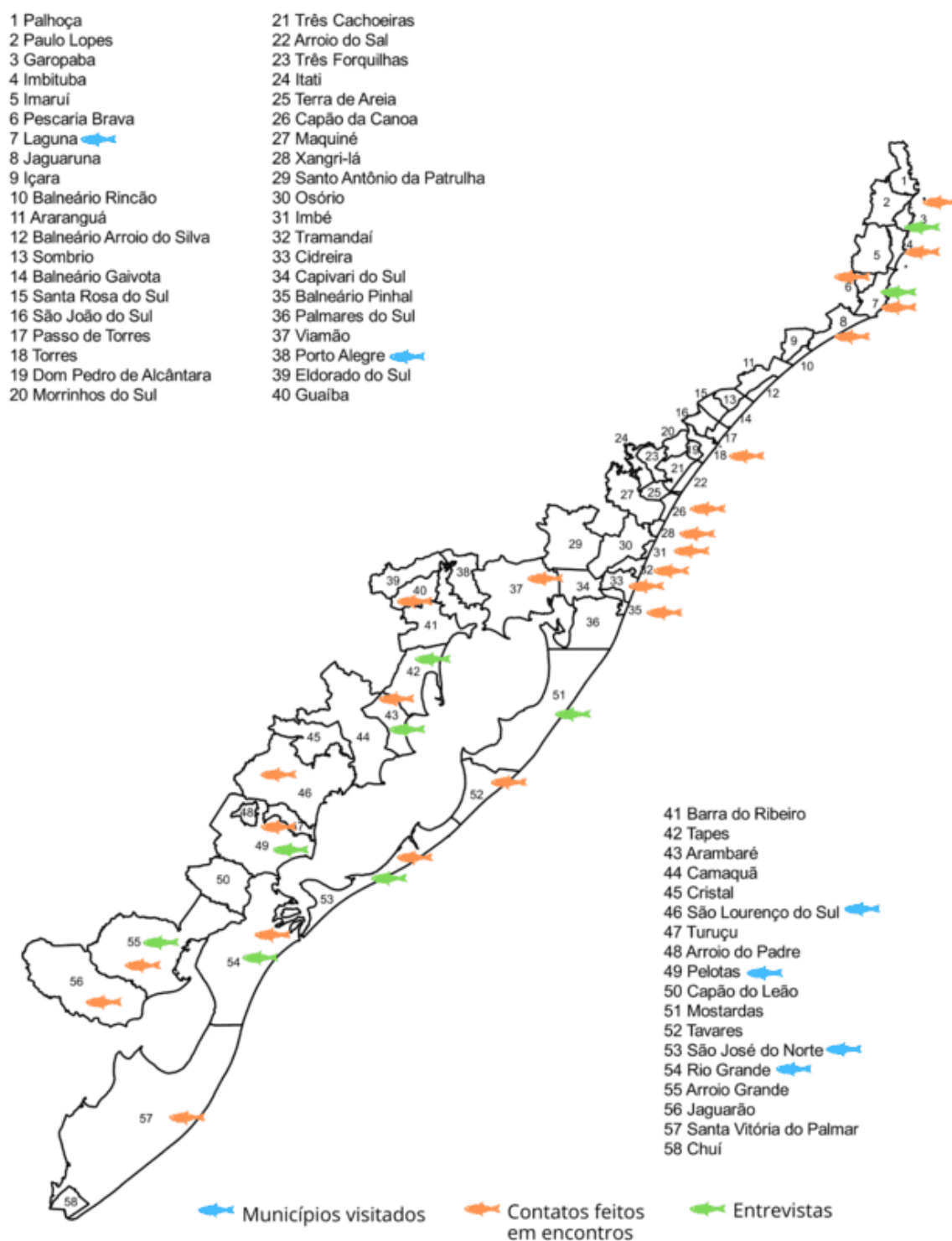
Na reunião compareceram pescadores e algumas poucas pescadoras do Sul do Estado, extensionistas da Emater, vereadores de São José do Norte e também pesquisadoras que compõem a secretaria do Fórum. Na ocasião tive a oportunidade de conhecer uma pescadora que veio a ser entrevistada, em sua casa, alguns meses depois. A partir desse evento estabeleci uma série de contatos pessoais, telefônicos e por e-mail que permitiram o acompanhamento, a observação e a descrição de situações concretas vivenciadas e relatadas pelas pescadoras que serão relatadas ao longo do texto.

Uma questão que deve ser destacada se refere ao distanciamento social imposto pelas medidas sanitárias devido à pandemia de Covid-19, que coincidiu com a pesquisa de campo. Em vista dos temores no período que exigiam precauções, comprovações de vacinação e anuência para participação de espaços colegiados, muitos contatos virtuais foram utilizados para a proposta da cadeia de informantes. Nesse contexto, foram possíveis interações com pescadoras de diferentes localidades, e a proposta inicial que envolvia identificar e visitar as interlocutoras, fazendo o acompanhamento de seu cotidiano, logo revelou-se inviável pela quantidade de mulheres contatadas e as distâncias que se encontravam.

Por limitações de tempo e recursos foram visitados sete municípios no Rio Grande do Sul e 1 em Santa Catarina (Figura 4). As visitas demandaram o percurso de mais de 700km de distância, feitos com carro próprio ou auxílio de parceiros por meio de caronas. Ainda, pela percepção da participação nas redes sociais virtuais e em grupos de whatsapp, outras três pescadoras, uma extensionista da Epagri e dois pesquisadores de Santa Catarina (ambos membros do Grupo de Assessoramento Técnico-GAT do PAN Lagoas do Sul) foram contatadas por chamada de vídeo. Do mesmo modo, no Rio Grande do Sul uma representante das comunidades tradicionais (membro do GAT), uma extensionista da Emater, um ex-representante do Fórum da Lagoa dos Patos e uma pescadora foram entrevistados a distância por meio do Google Meet, totalizando 17 entrevistas.

A inserção em campo que se seguiu decorreu da grata abertura de várias pescadoras de diferentes municípios para as entrevistas.

Figura 4 - Mapeamento estratégico dos contatos feitos em encontros, entrevistas realizadas e participação em eventos, festas e reuniões na região geográfica de abrangência do PAN Lagoas do Sul



Fonte: Autora.

1.2.1.3 Coleta de dados

A fim de acompanhar experiências coletivas, grupos de mulheres pescadoras do território do PAN, no período de dezembro de 2022 à dezembro de 2023, foram acompanhados em encontros e eventos, no sentido de analisar *in situ* as territorialidades das mesmas nos diferentes elos e ambientes dos sistemas alimentares e seu papel relacionado à Segurança Alimentar e Nutricional e à conservação. Assim, as formas de encontro foram determinadas para a pesquisa de campo, diferenciam-se em: encontros espontâneos e casuais, no contexto do cotidiano, compartilhando momentos informais como as feiras, festas, almoços ou conversações desinteressadas; e encontros mais formais em reuniões, eventos, Fóruns e entrevistas.

Através da participação em eventos presenciais e virtuais pude observar e compor o conjunto dos dados do ambiente organizacional e institucional. Foi feita a observação e participação nos eventos organizados pelas redes de extensão rural, como o Encontro das Pescadoras e Agricultoras do Curso Flor & Ser promovido pela Epagri (Tubarão-SC), e a celebração do Dia Internacional da Mulher feita pelo Ministério da Pesca (Porto Alegre-RS), assim como festas de Abertura de Safra do Camarão (Pelotas-RS), a Festa da Tainha na Taquara e a Festa de Nossa Senhora do Navegantes (São Lourenço do Sul-RS) promovidas com o apoio das Colônias e ao Desfile de Moda Artesanal do Projeto (Re)Mar Redeiras (Pelotas-RS).

Além disso, foram feitas visitas a unidades produtivas como a Coopesi (Arroio Grande-RS), a Feira do Pescador e a Feira da Pesca Familiar (Pelotas-RS), a peixarias familiares e ao desativado Quiosque das pescadoras (Tapes-RS), ao trailer da Associação das Pescadoras Amigas da Lagoa (São Lourenço do Sul), ao Kiosque da Z3 e ao Restaurante Delícias da Deti (Pelotas-RS), bem como a participação em reuniões dos Fóruns de Pesca como o encontro do Comirim e da Lagoa dos Patos. Virtualmente também foram acompanhados eventos e seminários online, como o seminário Catrapovos, o Cursos de formação em Povos e Comunidades Tradicionais da UERGS, bem como alguns eventos científicos e políticos, como as Conferências de Segurança Alimentar e audiências públicas referentes ao projeto de concessão do parque eólico na Lagoa dos Patos.

A participação nos eventos pode auxiliar na identificação das redes sociais que envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os atores sociais e naturais entre si. Em distintos níveis em que funcionam, a observação contribuiu para descrever a maneira com que se inter-relacionam no complexo processo de luta sociopolítica e ambiental, que constituem desafios para a ecologia política (Little, 2006). A força deste método e referencial teórico está na possibilidade de investigação de situações concretas para investigar a integração entre as estruturas presentes e as ações, estratégias, constrangimentos, identidades e valores, dos padrões das relações entre indivíduos e grupos (pesca artesanal, comunidades tradicionais, mulheres, ambientalistas) envolvendo a concentração de poder, justiça e governança, em constante construção e reconstrução (Sabatier, 2007).

Para acompanhar o percurso e vivência recém descritos, foram utilizadas duas linhas metodológicas na coleta dos dados em campo, entrevistas e a observação participante.

As entrevistas são técnicas utilizadas para coleta de dados e também para diagnóstico e orientação, desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (Gil, 2008). A organização semiestruturada, se dá em torno de um conjunto de questões abertas pré determinadas (Apêndices 2 e 3), com outras questões complementares que emergem a partir do diálogo entre entrevistadora e entrevistada ao longo da realização das entrevistas. Estas buscam esclarecer e coletar informações adicionais e mais detalhadas a respeito de algum aspecto do relato (Guazi, 2021). A amostragem foi baseada no método “cadeia de informantes” (*chain of informers*), também conhecida como “método bola-de-neve” (Biernacki; Waldorf, 1981). Como critério para a realização das entrevistas foram consideradas as mulheres da cadeia da pesca artesanal que se reconheciam a partir da identidade “pescadora”. De modo que, a partir desses contatos estabelecidos, objetivou-se identificar as principais interlocutoras para caracterizar a territorialidade das mulheres pescadoras, desde seus conhecimentos e práticas sobre o seu território.

O consentimento sobre sua participação na pesquisa e uso de imagem, foram consultados às pescadoras previamente e estando de acordo oficializaram pela assinatura dos termos de consentimento (Apêndice 1). Nele são explicitados a motivação do trabalho, a metodologia bem como o destino das informações. Este

instrumento, elaborado a partir de Miranda (2006), foi assinado pela pesquisadora e pelas pescadoras e ambas ficaram com cópias, sendo uma etapa muito importante da pesquisa, que se bem executada abre um espaço de diálogo entre pesquisadores e comunidades para que a pesquisa seja um vetor motivador e de empoderamento para o desenvolvimento sustentável para as mulheres, as comunidades e os ecossistemas (Coelho-de-Souza *et al.*, 2019b).

Em vista de alguns pedidos de anonimato e com a intenção de preservar as identidades das pescadoras, também em função dos cargos públicos ocupados por alguns e a sensibilidade de certos temas abordados, os nomes de todas as participantes da pesquisa foram substituídos por letras, como “Entrevistada “A””.

A observação participante conforme Agrosino (2012), é um processo de aprendizagem através da exposição às atividades dos participantes no cenário da pesquisa, ou a participação nelas. A escolha por esta técnica de pesquisa centra-se no reconhecimento da não neutralidade da ciência e a necessidade de participação da sociedade, de modo que exige também a inserção do pesquisador no estudo, em permanente reflexão crítica sobre a própria intervenção e as implicações teóricas e metodológicas do processo.

Nesse sentido, a observação participante acompanhou atividades rotineiras, no contexto do dia-a-dia das pescadoras, no descasque do camarão às margens do arroio, na cozinha e na cooperativa, na preparação de alimentos em casa e na praia, na venda, nos encontros políticos e em festividades, outras interações *in situ*. O que permitiu observar como se dão suas territorialidades, bem como interpretar os significados dados pelas participantes nas interações cotidianas. Essa abordagem considera a indissociabilidade entre a teoria e a prática, o mundo material e a significação do mundo material através do mundo das ideias ou mundo imaterial são processos indissociáveis, sujeito e objeto não podendo ser separados.

Outro aspecto decisivo para a escolha da pesquisa participante está na necessidade de privilegiar a perspectiva da intervenção social, tendo como base a aprendizagem, crescimento e empoderamento dos atores. Tal como enfatizado pelas pesquisas feministas, que rejeitam a neutralidade valorativa e tem como objetivo claro promover os interesses das mulheres (Agrosino, 2012).

Vale ressaltar ainda que nos últimos anos a participação da sociedade tem estado cada vez mais presente na construção de políticas públicas em diferentes

níveis e sentidos, como por exemplo as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, através dos fóruns e conselhos municipais e estaduais (Costa; Pascoal, 2006) e nas políticas de conservação. Nesse sentido, foi proposto um encontro com as pescadoras, uma proposta conjunta com a Emater, a Associação de Pescadoras Amigas da Lagoa e o PAN Lagoas do Sul, com o objetivo de tecer as redes e fortalecer as atividades das mulheres na pesca artesanal na região. O acompanhamento de processos como a construção do Encontro das Pescadoras das Lagoas do Peixe, Patos, Mirim e Mangueira em São Lourenço do Sul, contribuiu para amadurecer as análises apresentadas nos capítulos que seguem e permitiu a geração na perspectiva da pesquisa-ação, que foi aprofundada em Soares e Coelho-de-Souza (2023).

1.2.1.4 Organização e análise de dados

Todas as entrevistas gravadas junto às participantes foram transcritas integralmente. Após o material transcrito, me debrucei sobre cada objetivo específico. Para responder o objetivo de 1) caracterizar os corpos-territórios das mulheres pescadoras, a partir de seus conhecimentos e práticas sobre o seu território, busquei coletar dados através da observação participante no cotidiano das mulheres pescadoras e por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2). A partir desses resultados a análise dos dados buscou construir um retrato geral dos corpos-territórios e do sistema, acompanhando operadores conceituais como a etnoecologia, identidade, território, sistema alimentar, corpo-território, identificando agentes, ambientes e práticas relacionadas à pesca artesanal. A análise de conteúdo para o objetivo 1 contou com as categorias analíticas: corpo-território, observando aspectos físicos e sociais de reprodução e produção.

Para entender os elos e ambientes dos sistemas alimentares que envolvem a pesca artesanal no PAN Lagoas do Sul; busquei a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2 e 3) com diferentes pessoas envolvidas em todos os elos dos sistemas alimentares e através da observação participante. Para o objetivo 2, a análise de conteúdo contou com as categorias analíticas: ecossistemas, manejos, abastecimento, dietas, consumo, utilização biológica,

ambiente institucional e organizacional, de acordo com o referencial teórico da etnoecologia e dos elos dos sistemas alimentares.

Por fim, para 3) compreender os atravessamentos dos corpos-territórios das mulheres pescadoras nos sistemas alimentares no território do PAN Lagoas do Sul, busquei a coleta de dados a partir da observação participante; e nos dados das entrevistas (Apêndice B e C).

O objetivo 3 foi alcançado através da análise do fluxo de resultados dos objetivos 1 e 2, com o auxílio de operadores conceituais para acompanhar as costuras dos corpos-territórios das pescadoras nos sistemas alimentares, através de seus atravessamentos e territorialidades, territórios, redes, etnoecologia, propriedades emergentes com o auxílio das categorias analíticas: sociobiodiversidade, território-rede e economia do cuidado (Quadro 2).

Aperfeiçoando o olhar sobre os resultados, a construção dos diagramas e figuras possibilitou destacar as interações dos corpos-territórios das pescadoras nos sistemas alimentares e valorizar as propriedades emergentes de seus territórios.

Quadro 2 - Quadro Analítico

Objetivos específicos	Técnica de pesquisa	Análise de dados	Operadores conceituais
Caracterizar os corpos-territórios das mulheres pescadoras, a partir de seus conhecimentos e práticas sobre o seu território;	Observação participante sobre o cotidiano das mulheres pescadoras; entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo (Categorias analíticas: físico, social - reprodução e produção)	Território, identidade, etnoecologia, segurança alimentar e nutricional, corpo-território
Entender os elos e ambientes dos sistemas alimentares que envolvem a pesca artesanal no PAN Lagoas do Sul	Entrevistas com pessoas envolvidas em todos os elos dos sistemas alimentares; entrevistas semiestruturadas;	Análise de conteúdo (Categorias analíticas: ecossistemas, manejos, abastecimento, dietas, consumo, utilização biológica, ambiente institucional e organizacional)	Etnoecologia, ambientes e elos dos sistemas alimentares, políticas públicas, ordenamento, organizações
Compreender os atravessamentos dos corpos-territórios das mulheres pescadoras nos sistemas alimentares no território do PAN Lagoas do Sul	Observação participante; entrevistas semiestruturadas com as mulheres pescadoras; entrevistas com membros do PAN Lagoas	Análise do fluxo de resultados dos objetivos 1 e 2, análise de conteúdo, construção dos diagramas (Categorias analíticas: sociobiodiversidade, território-rede, economia do cuidado)	Territorialidade, corpo-território, elos e ambientes dos sistemas alimentares, etnoecologia.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para complementar as análises dos resultados, utilizou-se do levantamento bibliográfico, documental e audiovisual acerca do tema, particularmente importante, visto que o problema de pesquisa demandou dados muito dispersos pelo espaço, incluindo a região costeira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, permitindo a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente (Gil, 2008).

Apesar do esforço despendido na organização e sistematização dos dados, foi somente na redação do texto que a análise foi enfim ganhando sentido e os objetivos específicos foram sendo respondidos, na construção de cada capítulo. O que Joan Scott compreende como necessário, no sentido de que “devemos buscar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado” e para compreender o significado, é essencial abordar tanto o indivíduo quanto a sociedade em sua complexidade, articulando a natureza de suas interações, uma vez que ambos são fundamentais para entender o funcionamento do gênero, como ocorre a mudança. Nas palavras de Michelle Rosaldo "Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta" (Rosaldo, 1980 apud Scott, 1995).

Assim, interagindo com as entrevistadas e seguindo os passos de Patrícia de Araújo Silva (2013), que ao entrevistar sete mulheres e um homem, usou o artigo feminino como genérico, já que elas estavam em maioria, o texto segue, com exceção de nomes próprios e das narrativas das entrevistas citadas, usando as pescadoras como referência.

2 TERRITÓRIOS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E A RELAÇÃO ENTRE A TERRA, OS CORPOS-TERRITÓRIOS DE PESCADORAS ARTESANAIS E A LAGOA DOS PATOS

A problemática da segurança alimentar e nutricional nos permite refletir em relação à desterritorialização, à fome e à desnutrição que atinge com mais frequência as mulheres que, paradoxalmente, também são responsáveis pela reprodução da vida familiar, pela produção e preparação dos alimentos. Tal função está profundamente ligada à identidade feminina, construída socialmente e permanentemente reforçada pelos estereótipos de gênero, que vem impulsionando diferentes estratégias de transformação dentro dos territórios alimentares, traduzidas através de seus corpos-territórios.

Primeiramente apresentaremos o corpo-território analisado em três níveis: o corpo-território físico, o corpo-território social, analisado por meio da produção e reprodução, para no final apontar para a construção do território alimentar sustentável. Entendemos a alimentação como prática de cuidado, que se encontra entrelaçado na vida das mulheres, o que nos ajuda a refletir sobre as contribuições das pescadoras em diferentes níveis e como se conectam nos territórios alimentares (Rodríguez, 2015; García, 2017).

2.1 CORPO-TERRITÓRIO FÍSICO

Essa seção propõe analisar o nível físico da relação corpo-território entre as pescadoras e o ambiente, onde suas práticas e de seus corpos, interagem com a terra, a água e com as territorialidades dos peixes, garantindo a subsistência de suas famílias a partir da conservação dos corpos-território dos pescados.

É importante destacar que a luta das mulheres pelos territórios não parte de um entendimento essencialista, onde as mulheres estão próximas às espécies por causa dos genes que compartilham, mas por causa do trabalho que realizam (Shiva, 2004). Assim, a partir da leitura latino-americana, o território está ligado à esfera do vivido, das práticas ou do uso do território que está, além do simples valor de uso material, compreendendo um valor simbólico (Svampa, 2019). A questão da relação

de uso e sobrevivência entre a terra, os corpos-territórios de pescadoras artesanais e a Lagoa dos Patos pode ser lida a partir das falas das pescadoras:

O território é composto pela natureza, pela água, pela terra que a gente depende de tudo que tem nele. Esse é o nosso território. É daí que a gente extrai tudo para nossa sobrevivência (Entrevistada "V", Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Eu faço parte de um território de pesca, eu e mais 800 famílias aqui na comunidade Z3, o território é um lugar bom para a gente morar e bom para tirar o sustento da nossa família. O meu território de pesca é a colônia Z3, os quadros aqui na frente e a Lagoa dos Patos (Entrevistada "A", Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

A ligação entre os corpos das pescadoras e o ambiente revela outros significados ao observarmos as formas de defesa do território e as formas de resistência que as mulheres enxergam para sua sobrevivência (Svampa ,2019). Nas palavras das pescadoras:

Pode ser o meu território de pesca e pode ser de outras, mas o fundamento é o mesmo: é dali que a gente sobrevive e tira o nosso sustento. O território fortalece a mulher e o inverso também. Ela tem que lutar mais pelos direitos dela de pescar e ser reconhecida como pescadora e ser aceita por outros pescadores, porque tem pescadores que são machistas dentro do nosso território de pesca. Eu acho que isso tem que acabar, e aí ela vai se fortalecer junto com o território de pesca (Entrevistada "A", Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

A relação de interdependência com o território, apontada através das experiências de resistência das mulheres, segundo Lia Barbosa (2023), nos dá subsídios para reflexões encarnadas sobre o cuidado com a Terra. Para as pescadoras, respeitar o ciclo das espécies e zelar pela proteção do ambiente de onde tiram seu alimento lhes atribui, para além da caracterização de usuárias da lagoa, o mérito de guardiãs da natureza.

Desse modo, a postura das pescadoras, ao se colocarem como parte da natureza, evidencia a relação de pertencimento como parte das características específicas das populações rurais para lidar com a degradação ambiental em seus territórios. Nesse sentido, Silva (2013) examinou as "territorialidades camponesas" e os "saberes locais" presentes nas comunidades rurais do Cerrado, buscando compreender suas formas de interação com o meio ambiente e como lidam com as adversidades ambientais. O autor identificou que as práticas transmitidas

intergeracionalmente nessas comunidades funcionam como respostas adaptativas às mudanças climáticas (Figura 5). O que reforça a conexão entre os modos de vida tradicionais e a sustentabilidade, através dos conhecimentos ecológicos locais fundamentais para construir alternativas mais sustentáveis. A pescadora “V” compartilha seu ponto de vista sobre tal relação:

Somos guardiãs da natureza porque todo o lixo que é jogado dentro da Lagoa dos Patos, que vem nas nossas redes, a gente traz para nossa casa e dá o destino correto. Ao contrário do que o governo diz, que nós somos predadores, nós somos guardiões da natureza porque se nos dessem o real respeito que a gente merece nós não íamos estar no momento em que nós estamos, com tanta poluição. Não, o predador é o governo. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Figura 5 - Três gerações de pescadoras a caminho da praia e abrigo onde fazem a separação do camarão após a despesca⁶



Fonte: Autora (abril de 2023, Comunidade da Várzea, São José do Norte - RS).

⁶ Os juncos ao fundo, segundo as pescadoras, são replantados periodicamente para proteger o abrigo, atracar os barcos e conservar a vegetação impedindo a erosão do terreno.

Sobre a conduta do Estado a respeito das comunidades e territórios tradicionais, a fala da pescadora De acordo com García (2017), os impactos ambientais são percebidos de forma mais imediata por aquelas que têm uma relação de proximidade com essas áreas. De modo que, suas falas evidenciam a distância e denunciam as fragilidades do Estado em proteger os recursos naturais dos interesses do mercado. Elas citam, por exemplo, empreendimentos de geração de energia sustentável e processos de urbanização que têm impactado tanto ambientes aquáticos quanto terrestres, além de denunciar a exploração insustentável dos estoques de pescados, comprometendo a segurança alimentar e nutricional das pescadoras. Sobre os empreendimentos e os processos de desterritorialização, elas apontam:

O trecho revela a preocupação da pescadora para com a proteção ambiental e a visão sobre a posição do governo a respeito do cuidado com as comunidades e territórios tradicionais. Visto que os impactos ambientais são sentidos de maneira mais rápida por aquelas que mantêm uma relação de proximidade com essas áreas (García, 2017). As ameaças apresentadas pelas pescadoras em suas falas demonstram as fragilidades do estado em proteger os recursos naturais dos interesses do mercado, apontando os casos dos empreendimentos de geração de energia sustentável e urbanização que vem causando impactos tanto nos ambientes aquáticos como os terrestres, mas também denunciando a exploração insustentável dos estoques de pescados que vem causando impactos na segurança alimentar e nutricional das pescadoras. Sobre os empreendimentos e os processos de desterritorialização elas apontam:

Porque pelo que a gente está vendo não vai demorar não vai ter mais pesca que artesanal, o governo já excluiu de todas as formas o modo de vida nosso. Estão tentando matar de todas as formas. Está conseguindo porque hoje temos ameaças das eólicas ameaças da mineração no rio Camaquã e no estreito de São José do Norte, só que a OIT 169 que diz que nós os povos tradicionais precisamos ser reconhecidos! Só que o governo também não vê isso aí. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

O povo da cidade vem para cá e destrói o lugar onde a gente vive, desmataram toda a área nativa, já destruíram as dunas, ocupam vários espaços que é tombado pelo meio ambiente, com eles não acontece nada, é só quando moradores nativos. O que acontece é que essas pessoas que vem da cidade eles não se adaptam a nós, não se adaptam aos costumes da comunidade eles acham que é nós que temos que nos adaptar a eles, só que quem tem que se adaptar a nós são eles. Aqui nós somos uma

comunidade tradicional e o poder público fechou os olhos totalmente para nós. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Os efeitos da pesca predatória vêm sendo sentidos pela sociedade como um todo. Recentemente a lei que proíbe a pesca de arrasto na costa do Rio Grande do Sul foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como de acordo com a Constituição Federal por atender aos interesses da sociedade como um todo. Contudo as leis nem sempre são construídas a partir do diálogo com as comunidades tradicionais como foi a construção da Lei 15.223/2018 também conhecida como “Lei das 12 Milhas”. É o caso da proibição da pesca dos bagres no estado do Rio Grande do Sul⁷ que vem causando impactos no sustento das famílias da pesca artesanal. Sobre os impactos nos estoques pesqueiros e na vida as pescadoras elas revelam:

O problema é que a (pesca) industrial acaba mais com recurso do que a (pesca) artesanal. Nós vamos ali, o pescador artesanal não vai ali para ficar rico, ele vai ali para se manter. A safra do bagre já ajudava bem a renda do pescador. É um crime o que fizeram com o pescador, mas fazer o quê? Precisaria fazer uma revisão, porque a safra do bagre é muito estranha, as pessoas ficavam com medo de errar as datas. Aí eles viram nos papéis que não tinha bagre, mas tem muito bagre. (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

A rica diversidade ecológica, sem a qual os humanos não podem sobreviver, é repensada por Tsing (2012) em sua reflexão sobre espécies companheiras – aquelas que convivem no mesmo espaço, estabelecendo relações de ajuda mútua e compartilhando formas de defesa. Assim, de modo semelhante, observa-se que as pescadoras, ao passo que denunciam a inconsistência das regras de preservação ambiental usadas pelo estado, vêm propondo outras formas de relação entre a sociedade e a natureza, em que elas e o ambiente podem se beneficiar mutuamente. Essas propostas incluem estratégias inovadoras como a restauração dos ecossistemas de áreas alagadas e a gestão de resíduos recicláveis retirados dos ambientes, como pode-se ler a partir da perspectiva apresentada na fala da pescadora:

A gente tava conversando com a Emater para ver se a gente não conseguia um projeto de compensação ambiental para botar umas mulheres para trabalhar. Porque não tem renda, fora o seguro, algumas mulheres não têm

⁷DECRETO Nº 51.797, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014

renda nenhuma só dela. É limpar um peixe, remendar uma rede e elas ficam em casa. Então seria interessante uma compensação ambiental para elas manterem aqui limpo. (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

Assim, é possível perceber que a percepção que os indivíduos têm na realidade, num determinado contexto, vem influenciando o processo de formulação de políticas públicas e mudando as diretrizes e objetivos dessas políticas, não definidas unicamente pelos processos objetivos de crescimento econômico e eficiência no uso dos recursos naturais, mas também por transformações nas crenças, ideias e valores que formam paradigmas socioambientais. Na seção seguinte buscamos compreender melhor as realidades, ideias e valores trazidos pelas pescadoras analisando o nível das relações dos corpos-territórios sociais na reprodução de seus modos de vida.

2.2 CORPO-TERRITÓRIO SOCIAL

A seção Corpo-Território Social propõe compreender os aspectos imateriais — simbólicos, afetivos, políticos e subjetivos — que recaem sobre o corpo-território físico das mulheres pescadoras, conforme apresentado na seção anterior. Trata-se de aprofundar a análise sobre como os sentidos atribuídos ao corpo e ao território são construídos nas experiências cotidianas dessas mulheres, revelando vínculos que ultrapassam a materialidade e se manifestam na construção de identidades, na organização social e nas formas de pertencimento e resistência em seus territórios. Para fins analíticos, esta seção foi dividida em duas subseções: “Corpo-território social de reprodução” e “Corpo-território social de produção”. Tal distinção, no entanto, é meramente didática, pois ambas as dimensões se revelam indissociáveis na prática cotidiana dessas mulheres. Os processos de produção de alimentos e de reprodução da vida — como o cuidado com os filhos, o trabalho doméstico e a construção das redes de solidariedade — ocorrem de forma entrelaçada e constituem um mesmo campo de significados, práticas e lutas por reconhecimento.

Ao mobilizar o conceito de corpo-território no sentido imaterial, busca-se destacar que os saberes, identidades e práticas das pescadoras não podem ser dissociados do ambiente natural e social em que estão inseridas. Suas experiências cotidianas revelam uma compreensão ampliada do território, que vai além da

dimensão física, incorporando aspectos culturais, subjetivos e políticos da existência. Assim, compreender o corpo-território das pescadoras implica reconhecer suas formas próprias de organização social, suas estratégias de resistência e os modos de vida que sustentam, ao mesmo tempo em que se reivindica justiça de gênero, segurança alimentar e autonomia nos processos decisórios sobre os territórios que habitam e constroem.

2.3 CORPO-TERRITÓRIO SOCIAL DE REPRODUÇÃO

Propomos analisar, na presente seção, a relação entre o corpo e o território das pescadoras, considerando como interação, a partir de trocas em sociedade, com outras espécies, terra, água e minerais. Essa relação envolve interações sociais na reprodução e defesa do modo de vida tradicional e dos ambientes em que convivem, abrangendo ainda relações intrapessoais, familiares e comunitárias, além das parcerias e interações com o poder público.

A relação consigo na construção da identidade, conforme a observada na identidade de “guardiã”, de acordo com Siliprandi (2011) se dá como processo ao qual se somam as dimensões e componentes estruturais, sócio-histórico e políticos. Para abordar a questão da identidade pescadora, as reflexões das participantes sobre as questões ligadas ao trabalho cotidiano de pesca e responsabilização com a alimentação e cuidado, se entrelaçam ao significado de pertencer a essa cultura e os valores que sustentam seu modo de vida. Quanto a isso, as participantes falam a respeito da identidade pescadora:

Não tem como eu te dizer qual a significância que tem para mim ser pescadora, é a minha vida toda. É onde eu crio os meus filhos, é onde eu mantenho a minha família, então é 100% vida! (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

Tem bastante diferença do trabalho dos homens das mulheres (da pesca). Porque o trabalho das mulheres é 90% mais do que o dos homens. Tem muita diferença, além de nós irmos no mar, nós processamos, nós comercializamos, nós temos a casa, os filhos, as roupas para lavar, comida para fazer, tudo! Então quer dizer que a gente trabalha 90% a mais do que eles. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Na construção de uma identidade pescadora, observa-se, nas falas das mulheres, o empoderamento e valorização de suas práticas cotidianas. No entanto, atividades não remuneradas são frequentes no contexto doméstico para as mulheres, implicando na invisibilidade do trabalho das pescadoras, que majoritariamente trabalham no regime de economia familiar (Boris, 2014). Apesar dessas adversidades, ao buscarem reconhecimento das suas atividades, as pescadoras não apenas alcançam retorno econômico, que lhes confere autonomia e liberdade financeira, mas também conquistam o valor moral de fornecer alimentação de qualidade para a sociedade.

Isso pode ser visto através da fala da “Pescadora V” que revela o reconhecimento de seu trabalho para além do valor monetário: “Ano passado ele ficou louco, eles botaram o camarão a 4 reais, eu disse “não, se é para dar camarão a 4 reais, eu vou encher o carro e vou dar para aquela vila pobre””. Dessa forma, o depoimento da pescadora reforça a relevância social dessas mulheres para a garantia da segurança alimentar e nutricional, notadamente através de relações comunitárias de solidariedade.

Para entender melhor a construção da identidade das pescadoras é necessário ampliar a percepção e observar as relações familiares, como aprendem as artes de pesca e dividem as tarefas. É no contexto familiar que as tarefas de cuidado estão vinculadas, especialmente com os filhos e a alimentação (Siliprandi, 2011). No caso da Pescadora “A”, que atualmente vende refeições para turistas e para os pescadores e pescadoras da comunidade, ela conta como foi sua história familiar:

Eu aprendi as minhas práticas de pesca com a minha família. Eu aprendi a fazer comida vendo a minha mãe. Quando eu casei eu fui para dentro da embarcação com meu marido e aí quando meu filho fez 6 anos eu tive que parar porque ele tinha que estudar, mas aí eu comecei a fazer a feira do pescador e depois o quiosque [...] Essa semana eu tava dizendo, ‘Vou mandar fazer um banner escrito que “Aqui a gente não tem curso para cozinhar mas que aqui é tudo feito artesanalmente como manda a vida do pescador, que a gente faz as coisas como os pais ensinaram a gente” não fiz nenhum curso de culinária é comida caseira, frescura nós não temos!’ (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

Memórias sobre o passado e projeções do futuro, como as compartilhadas pela “Entrevistada A”, conferem profundidade ao quadro de relações que compõem

a identidade das pescadoras. Siliprandi (2011) destaca que, especialmente nas relações familiares, as mulheres são ensinadas, geração após geração, a assumir o papel de cuidadoras da alimentação, função profundamente vinculada à identidade feminina. Nas experiências da pesca artesanal, tanto em atividades embarcadas quanto em terra, é possível observar a transmissão de responsabilidades, conhecimentos e patrimônio relacionados à alimentação, conforme descrito no relato da pescadora:

A mulher pescadora trabalha (embarcada) com o marido, com os filhos ou com os irmãos. É constrangedor, porque não tem banheiro no barco...então é tudo sempre em regime de economia familiar. Os filhos estavam sempre na volta, o meu marido, as crianças, as noras tudo sempre na volta. Agora mesmo elas estão limpando o camarão. Aqui (no quiosque) eu acho que fico até uns 55 anos, depois eu acho que vou passar para as minhas noras. (Entrevistada "A", Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

As pescadoras se envolvem nas atividades da comunidade sobre a educação e a transmissão da cultura e tradicionalidade e revelam aspectos de coletividade para além do contexto familiar:

Aqui nós temos a festa São Pedro que vem lá da igreja matriz visita comunidade, vem de embarcação. Tem a procissão de nossa senhora dos Navegantes. Eu participo do grupo "Pinto o 7", a gente faz as festas, que tem o objetivo de não deixar morrer as tradições e também ajudamos as famílias que precisam dentro da comunidade, e tem alguma necessidade a gente está sempre junto. A comunidade aqui é bem unida. É através desse conjunto de ações que a própria comunidade faz e os filhos também participam. A comunidade é bem tradicional e até hoje ela tem muitos valores porque as tradições não podem morrer, as pessoas mais velhas elas vão se indo, então não pode ficar no esquecimento a gente tenta não deixar no esquecimento. (Entrevistada "V", Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

No trecho seguinte a fala da Pescadora "V" revela a influência das relações familiares sobre as relações comunitárias e a dificuldade das mulheres em assumir atividades fora do contexto familiar:

A gente começou a partir de um projeto do Brasil Sem Miséria, era para a pesca artesanal. Aí tinha que escrever o projeto, aí eu escrevi o projeto pedindo as louças, talheres, copos, panelas, tudo o que eu precisava para abrir o restaurante do projeto. Esse projeto era para dez pescadoras, mas elas não quiseram, elas foram desistindo. Porque os maridos ficaram falando "quem é que vai limpar o siri se tu tiver lá trabalhando? aquela coisa toda entendesse? Quem é que vai fazer a comida? quem é que vai lavar a roupa? E aí elas vão desistindo né, porque eles fazem elas desistir. Mas eu toquei, eu e essa outra menina. (Entrevistada "V", Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Na busca por empoderamento, Maneschy, Siqueira e Álvares (2012), apontam para a importância das relações sociais estabelecidas pelas pescadoras fora de suas comunidades, envolvendo uma ampla rede de aliados que têm como objetivo fortalecer e defender os direitos das pescadoras artesanais, como os movimentos sociais de mulheres e de classe.

Para “V” a motivação para participação no movimento é a luta por direitos e teve início pela insatisfação em precisar da assinatura do marido para obtê-los, desde então vem tentando ocupar espaços, procurar lideranças das comunidades de pesca, nas universidades buscando relações de parcerias e “participar de tudo dentro do estado” (Figura 6). Nas palavras da Pescadora “V” a participação das mulheres nessas relações pode ser considerada a partir da perspectiva apresentada no trecho de entrevista a seguir:

A união é que faz a força! No momento que a gente empoderar as mulheres e fazer elas se reconhecerem como Pescadoras todo esse processo... As mulheres sempre organizam tudo melhor que os homens. Não somos nós que tomamos conta da casa? Dos filhos e dos maridos? Então os movimentos também precisam das mulheres, e as mulheres organizadas elas fazem muito barulho. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Figura 6 - Encontro do Conselho Cooperativo para Ações na Lagoa Mirim no Âmbito Pesqueiro – COMIRIM



Fonte: Autora (abril de 2023, Associação dos Pescadores da Capilha, Rio Grande - RS).

Nas lutas por direitos que impulsionam movimentos sociais, as relações com o poder público e suas fragilidades se revelam. As pescadoras falam sobre as dificuldades de diálogo com os órgãos do estado e apontam suas demandas por direitos, inclusão e participação na tomada de decisões, exigindo democracia econômica, política e ecológica (Shiva, 2004). De modo que a inclusão de saberes localizados para tomada de decisões reflita na construção de políticas eficientes:

Enquanto o governo, a universidade e todo esse pessoal dos órgãos não tiverem um olhar para a pesca artesanal nós não temos expectativa nenhuma, porque ninguém vem dentro das bases, o governo não conversa, é pesquisas que também são feitas a quilômetros de distância da gente que não condiz com a realidade nossa dos pescadores. Não tem conversa, a IN 012 proíbe a gente de sair fora da boca da Barra, não tem explicação! Já a IN 03 do Estado do Rio Grande do Sul essa não, essa foi essencial. Algumas coisas ajudaram, mas quase todas são prejudiciais... Lá em Porto Alegre os pescadores estão passando fome, tem tanto bagre e os caras não podem matar um bagre e nem para comer. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Ao passo que formulam críticas sobre a relação mantida com o estado, as pescadoras propõem sugestões para melhorias, baseadas na aproximação e inclusão de suas ideias na formulação de estratégias de apoio para a pesca artesanal. Priorizando reconhecer diferentes realidades das mulheres e propiciando a inclusão na prática, com apoio para o empoderamento das pescadoras:

Faziam os cursos para as mulheres. Aí trouxeram os cursos de bijuteria! Elas vieram me questionar porque as mulheres não quiseram fazer? Não é esse o nosso interesse! Eu quero aprender a fazer um bolinho, eu quero aprender a fazer artesanato de escama de peixe, essas coisas, a gente quer algo que esteja direcionado ao nosso trabalho. O que elas fazem é tirar nós do nosso foco, esses cursos são excludentes, descaracterizam a pesca artesanal e a gente não aceita isso! (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Sobre os investimentos aplicados pelo governo na pesca, as pescadoras também buscam ser ouvidas para a tomada de decisões, sugerindo investimentos em levantamentos de dados e em infraestrutura para comercialização:

Eu vejo dificuldade é que não tem um cadastro que diga realmente quantos pescadores existem, não tem um controle de quanto pescado entra dentro das salgas. Há uma inoperância. (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/RS, maio de 2023).

É que não tem dados, não existem dados em nenhum lugar do Brasil sobre a pesca artesanal. Como que a EMATER trabalha com a pesca artesanal e

não sabe quantos pescadores têm nas comunidades? Esses dados eram para a partir deles, eles ganham para fazer esses dados e eles não fazem. Então ao invés de pegar e investir nessa parte aí, ela investe em outra coisa para pesca. Se tá vindo recurso e não estão investindo vamos investir em outra coisa, em um local, junta o dinheiro por mês e investe em um local para venda de pescado. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Sobre a dificuldade de manutenção de cadastros e regularização de documentos, pelo deslocamento, as pescadoras sugerem que os órgãos governamentais organizem a realização da documentação e cadastros dentro das comunidades “só marcar dentro de uma escola fazem quantos documentos der num dia. Não precisa tirar o pescador da comunidade, vem na ilha, não, mas eles não vêm.” Desse modo, a construção da identidade das pescadoras reivindica uma conformação mais justa e inclusiva para os territórios.

A dificuldade em obter os dados têm causado problemas complexos e por isso também é agravada. É o caso do não reconhecimento do trabalho feito pelas mulheres dentro das salgas, galpões e dentro de suas casas, que além de comprometer a segurança das mulheres, as coloca na clandestinidade e compromete a obtenção de dados confiáveis. As identidades se constituem em um processo de significação e de apropriação do mundo. Trata-se, portanto, de reconhecer que o processo identitário acima de tudo é um processo de retomada do seu território tanto material, quanto simbólico (Maneschy; Siqueira; Álvares, 2012). Sobre a retomada do território as mulheres têm feito movimentos para o reconhecimento da identidade pescadora na Lei Nacional de Pesca:

Tu pode ler a lei de cabo a rabo não existe o nome pescadoras e a gente quer ter os mesmos direitos que os homens porque a gente trabalha tanto ou mais que eles. Também coisas específicas como a saúde da mulher pescadora porque as mulheres pescadoras têm vários problemas, precisamos de políticas públicas direcionadas a nós mulheres. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

É verdade que, ao longo do tempo, os padrões definidores das identidades sofrem alterações. Contudo, na sociedade contemporânea, o gênero continua sendo um eixo de injustiça socioeconômica e ambiental, e ainda define a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo (Maneschy; Siqueira; Álvares, 2012). Na seção seguinte procuramos entender como essas águas se encontram e o papel social das pescadoras na produção.

2.3.1 Corpo-território social de produção

O corpo-território social de produção das pescadoras tece relações que passam pelos mercados ao produzirem comida de qualidade, nutritiva, fresca, propiciando uma dieta diversificada e justa, de fácil acesso e baixo custo. Por estarem responsáveis por tais atividades e no cuidado familiar, as tarefas de reprodução social acabam influenciando no papel produtivo que exercem (Boris, 2014). Desde o princípio, a partir da captura dos peixes os produtos da pesca artesanal apresentam qualidade elevada, oferecida pelo próprio manejo e modo de vida das pescadoras artesanais:

O pescado da pesca artesanal tem qualidade porque é um produto que não vai ao gelo. Tu nunca vai comer uma coisa que ficou em um porão por 10 a 15 dias e que usam também produtos para manter aquele peixe inteiro. Isso dentro da pesca artesanal tu nunca vai ver. Tu vai chegar muitas vezes na praia para comprar um peixe ele tá vivo, ele tá fresquinho, o nosso peixe da pesca artesanal ele tem qualidade, tem bastante qualidade. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

As pescadoras relatam que quando os maridos chegam em casa, a partir dali elas são as responsáveis pelo trabalho com o peixe, tendo alguns serviços que só as mulheres sabem fazer no pós-captura. Entre as atividades que contribuem para os territórios alimentares sustentáveis está a preparação dos alimentos de qualidade para a família e para a venda aos consumidores, a Pescadora “V” explica: “Aqui quem fica mais responsável pela comida sou eu. A gente não faz a separação, o mesmo pescado que a gente vende é o que a gente consome.”

A preparação dos alimentos em casa, devido à frequência de consumo faz com que as mulheres diversifiquem os preparos e frequentemente testem novas receitas:

A gente tem que “jogar com peixe” né, tu não vai comer sempre frito ou sempre camarão com massa ou sempre com arroz ou a baiana. Tem que ter outras formas né. A gente consome mais frito mas também faz bolinho, seca para o consumo para fazer as bacalhoadas, ensopado a gente faz a corvina. Tem camarão, Siri, faço canja de siri e faço panqueca. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Emma Siliprandi (2011) aponta para a tarefa de transformação de produtos feitos pelas mulheres na intenção de aumentar a renda familiar. Nesse sentido, as

pescadoras vêm explorando o potencial gastronômico na agregação de valor, que para além da qualidade vem contribuindo para a diversidade nos territórios alimentares sustentáveis. Sobre isso, a Pescadora “A” conta: “O que rende mais mesmo é a culinária com o peixe, a gente vende muito bolinho de peixe, risoles. Tudo de tainha, às vezes eu misturo algum outro peixinho com a tainha para tirar um pouco a fortidão”. De modo que a experiência e a responsabilidade no aproveitamento dos pescados estão atribuídas às mulheres:

A mulher contribui mais na renda familiar, porque às vezes eles pescam é só para manter os equipamentos de pesca deles, muitas vezes é a mulher que vai lá paga uma luz, paga um telefone, é assim que funciona. É para aumentar a renda familiar mesmo, então a mulher contribui em 40% na renda familiar, tem mulheres que até 50%, só no trabalho que ela mesmo faz... Já me planejo para ver o quanto eu tenho que ganhar, chega fim de semana junto todo o dinheiro invisto tudo em peixe para vender na semana santa (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

O cálculo das despesas da casa e do processo produtivo, incluindo a mão de obra das pescadoras, vem influenciando os preços dos produtos da pesca artesanal, o que reflete mais equidade e justiça em seus territórios alimentares. Nesse processo, a comunidade também é favorecida pela agregação de valor, negociação e luta política feita pelas pescadoras (Maneschy; Siqueira; Álvares, 2012).

Quase todo peixe aqui em casa é filé, eu tenho uma freguesia grande, o pessoal conhece, aí tudo é bem limpo, as tábuas bem branquinhas. Tem gente que não dá bola para sujeira e olha para o preço. Só que eles têm que ver né, para manter as coisas limpas não é barato, o garrafão de clorofila tá 16 reais... Tu não tem como trabalhar a menos de 30, se não o meu trabalho que eu fico às vezes até a meia noite aqui dentro, não vale nada. Se é para trabalhar de graça eu entrego 5 reais aqui na porta e passo o dia só de dona de casa. Mas aí a gente quer agregar valor ao produto, ganhar mais algum dinheiro, porque senão, não dá para pagar as contas. Não dá nem para pagar as baterias, não dá para pagar nada (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Aonde tem uma safra todo mundo ganha. Se eu tiver muito camarão para entregar para um dia, eu tenho que colocar mais mulher para trabalhar. Elas vêm aqui perguntar se podem descascar, eu preciso de mão de obra e elas precisam trabalhar. (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

Para além da comunidade, a sociedade como um todo se favorece, não apenas pela oferta material dos produtos da pesca, mas também imaterial, quando

as pescadoras ensinam as formas de preparo para os consumidores e consumidoras:

A gente ajuda eles (consumidores) bastante a fazer, do modo que a gente faz, do modo de preparar, de cozinhar, como tu vai temperar né. Porque o peixe para nós é temperado só com sal, o pessoal da cidade bota Sazón, bota várias coisas e perde todo o gosto. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Conforme Siliprandi (2011), as mulheres vêm avançando por outros caminhos para além das formas convencionais que o mercado vem explorando. Acreditam que existam caminhos para avançar, relacionados à atividade turística e às compras institucionais, considerando a possibilidade da aquisição de seus produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos e para a merenda escolar. Entretanto, os caminhos para a ampliação da oferta dos produtos da pesca artesanal no mercado não dependem somente da iniciativa das pescadoras. Existem gargalos para a inclusão produtiva, os mais significativos relacionados à regularização da produção artesanal, na perspectiva da industrialização e da fiscalização sanitária. Alguns processos já em andamento exemplificam as dificuldades e possibilidades observadas pelas pescadoras:

O que o governo fez? Deu as fábricas de gelo e as cooperativas deu tudo, mas não deu pulmão para elas. Não tem como alguma coisa se manter se não se sabe como. Porque se estraga uma máquina de gelo tem que mandar arrumar. Não tem como tu dar uma coisa e depois não ter assistência técnica. E quem ocupou esses lugares na direção não eram pescadores, então como uma coisa vai para frente se os mais interessados não fazem parte daquilo, então não tinha como ir para frente (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Veio uma proposta da Prefeitura de reativar agroindústria, eu não tenho idade nem paciência para reativar mais nada, a gente tem que fazer os acordos, daqui a pouco a gente faz uma parceria com alguém que já está consolidado, e eles nos abrangem, porque vem projeto do PAA. Acho que é a única forma porque depois da gente fazer um monte de coisa, a gente até fez uma Festa do Peixe para arrecadar dinheiro e fazer umas adequações de banheiro que pediram essas coisas. No fim gastamos dinheiro todo para eles chegarem e dizer que não dava, aí desanimou nós, jogou um balde de água fria em cima da gente (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

Sobre a fiscalização sanitária em feiras e a comercialização de produtos processados fora do ambiente industrial, as duas pescadoras observam realidades diferentes em seus municípios. Elas relatam:

Para te ver agora, o governo mandou para as prefeituras um documento que não pode vender bolinho, as bancas de peixe não podem vender bolinho, não pode vender camarão processado e nem peixe cortado. E aí a fiscalização pega. Tem esse decreto dele aí agora. A prefeitura até assinou o papel, só que aí diz que não passou pela câmara dos vereadores o papel e ele não poderia ter assinado. Se eu não processar eu não ganho para pagar as contas (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

A licença que a Feira do Pescador tem é uma licença especial, que a prefeitura tem. Já é uma coisa mais para cultura de manter as bancas dos peixes, existe um acordo com a vigilância sanitária junto com o pessoal da prefeitura, para o pessoal poder trabalhar. Não só na semana santa, há 18 anos que vem esse acordo, é bem longo o período. A vigilância responde à prefeitura, eles têm esse acordo e tá funcionando, daqui a pouco a própria lei não vai conseguir que a gente faça mais isso, mas por enquanto andam assim. Eu acho que também não é oficial, mas eles cumprem os acordos (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

A partir dos relatos pode-se perceber a influência significativa das forças do estado nas relações do mercado. Nesse contexto, as pescadoras vêm se articulando no cenário econômico, demandando a valorização de seu trabalho, em alguns casos tendo que lidar com o próprio estado, na reivindicação de uma tabela de preços mínimos, e com outras pescadoras e pescadores por vezes concorrentes, por vezes parceiras na oferta aos consumidores (Figura 7).

Figura 7 - Anúncio e atividade das mulheres na limpeza do camarão





Fonte: Autora (fevereiro de 2023, Beira do Arroio São Lourenço, São Lourenço do Sul - RS).

Assim, a gestão dos recursos naturais, a partir das territorialidades pescadoras e dos peixes, ligadas aos territórios de terra e de água, dão sentido à constituição dos territórios alimentares. Na seção seguinte buscamos analisar a construção dos territórios alimentares sustentáveis a partir dos corpos-territórios.

2.4 TERRITÓRIOS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

As relações dos corpos-territórios passam pela noção de territórios alimentares saudáveis sobre os níveis físico, social, de reprodução e de produção, demonstrando a conexão entre os modos de vida das pescadoras através de suas materialidades, sociabilidades com diferentes atores e resistências frente às forças do mercado e do estado.

A construção dos territórios alimentares se dá em contexto de disputas (Santos; Fontão, 2022), podendo se observar ao longo dos últimos anos, tentativas de reforço e destaque para determinadas influências alimentares, ao mesmo tempo em que se busca o apagamento de outras (Junqueira, 2018). Nessa disputa, as pescadoras vêm defendendo as suas identidades culturais territoriais intimamente relacionadas às heranças alimentares, estimulando a construção de redes de trocas recíprocas e equilibradas geralmente associadas aos assim chamados circuitos curtos de produção e de abastecimento alimentar (CCPAA), que acolhem feiras, restaurantes em empreendimentos de turismo no meio rural, programas governamentais e/ou institucionais de aquisição de alimentos, entre outros.

Distinguem-se dos circuitos longos, por comportarem informações e elementos de qualidade, padrões e valores simbólicos.

No nível físico pode demonstrar a intimidade na relação entre a terra, o corpo-território das pescadoras e a Lagoa dos Patos, especialmente quando tratada a questão da sobrevivência. Sobre isso, Lorena Cabnal (2018, p.27) afirma ser fundamental a defesa do território para a defesa dos corpos “Afinal, onde vão viver os corpos emancipados?”. A percepção das mudanças climáticas pela Pescadora “V” demonstra a sensibilidade do corpo com o território:

Agora tem menos quantidade de pescado bem menos quantidade cada vez acho que o clima piora. Mas claro que depois da lei da pesca de 2018 mudou muito porque apareceu várias espécies de peixe que a gente nem conhecia. Mas o que está nos prejudicando mais hoje em dia é mesmo essa destruição do clima, chuva demais seca em alguns lugares (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

O nível social de reprodução revelou uma série de relações estabelecidas pelas pescadoras, que partem desde a construção de suas identidades como pescadoras, entrelaçadas por elementos familiares e comunitários. Assim, as territorialidades das pescadoras, profundamente marcadas pelos conhecimentos tradicionais adquiridos através das gerações, conduzem práticas que contribuem para a construção simbólica dos territórios alimentares sustentáveis. A fala da entrevistada demonstra o sentimento de liberdade que se liga ao território pesqueiro:

Ser mulher pescadora significa o modo de vida que eu escolhi o modo de ser a minha patroa, eu sou ao mesmo tempo a minha empregada e minha patroa. Além disso, é viver junto à natureza, ser dona de mim e ter os melhores momentos. Eu trabalho nos horários que eu quero, nos melhores momentos, no amanhecer e no anoitecer, são os horários mais bonitos que existem. Eu tenho como contemplar eles todos dentro da natureza (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

O que também pode-se perceber através das relações sociais externas a esses contextos, mas que interferem em sua reprodução social, como as parcerias que estabelecem com outras comunidades, movimentos sociais, universidades e assistência técnica, e as posições de enfrentamento que sustentam, na defesa de seus corpos e dos territórios alimentares sustentáveis que compõem:

A gente vende direto para o consumidor e um pouco na salga por intermédio dos salgueiros porque a gente não tem como escoar toda a produção para o consumidor. Então a gente tem que passar um pouco para o salgueiro que é o atravessador. Eles são uma máfia eles chegam a se reunir para discutir o preço que vão pagar para o pescador. Quem é que vai pagar menos, nunca mais, sempre para menos. Só vem os "Catarina". Se tivesse mais compradores talvez seria melhor que aí teria mais preço. Onde vira monopólio, aí quem manda são os cabeças. Se abre o leque para que tenha mais gente aí consegue um preço melhor. Porque se sabe que eles compram a 8 reais aqui vendem a 50 reais lá (Entrevistada "A", Colônia Z3 - Pelotas/ RS, maio de 2023).

O Corpo-território social de produção revela que o envolvimento das pescadoras tem estimulado a revisitar as dietas e práticas alimentares tradicionais ao mesmo tempo que tem fertilizado ecossistemas de inovação, fortalecendo a base da economia familiar e dos territórios alimentares sustentáveis. Como observado no Evento Desfile de Moda Sustentável na Colônia de Pesca Z3 que dava como sugestão de almoço tradicional com pescados da pesca artesanal o Restaurante Delícias da Deti (Figura 8).

Figura 8 - Evento Desfile de Moda Sustentável na Colônia de Pesca Z3 e Restaurante Delícias da Deti





Fonte: Autora (fevereiro de 2023, Colônia de Pesca Z3, Pelotas - RS).

Desde os níveis físico, social de reprodução e de produção dos corpos-territórios, é possível encontrar elementos, significados e valores dos territórios alimentares sustentáveis que as pescadoras constroem, fundamentados na interdependência entre o modo de vida tradicional da pesca artesanal e a conservação da natureza. Assim, as pescadoras nos múltiplos níveis em que interagem destacam a percepção das mudanças climáticas, a urgência em recorrermos às epistemologias guardiãs, destacando a importante coexistência entre as formas de produção e a reprodução da vida nos sistemas alimentares da pesca artesanal, e direcionando para uma economia do cuidado.

3 SISTEMAS ALIMENTARES DA PESCA ARTESANAL

O capítulo apresenta uma análise abrangente do sistema alimentar da pesca artesanal na região do PAN Lagoas do Sul, descrevendo os elos que o compõem e analisando como se encadeiam. Inicia-se com a conexão entre os ecossistemas aquáticos e terrestres e os respectivos manejos de captura e pós-captura da pesca artesanal, destacando íntima relação entre a conservação dos territórios pesqueiros para a biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade das comunidades tradicionais de pesca. Em seguida, discute o abastecimento de alimentos, desde a casa das pescadoras até os mercados consumidores, abordando os impactos dos ecossistemas, manejos tradicionais, desafios de processamento, armazenamento do pescado e as dinâmicas de mercado, abordando a importância de formas alternativas de comercialização que surgem em resposta à crise dos estoques pesqueiros e as barreiras da legislação sanitária. Por fim, também são explorados os elos de dietas, consumo e utilização biológica dos alimentos, ressaltando a importância do consumo dos produtos da pesca artesanal e enfatizando os benefícios esperados na saúde a partir da alimentação, envolvendo nutrientes e uma abordagem integral da saúde para alcançar a segurança alimentar e nutricional. Apontando a necessidade de políticas que reconheçam as pescadoras e seus territórios e valorizem as práticas tradicionais de manejo, para promover a sustentabilidade e garantir a conservação dos ecossistemas e modos de vida das comunidades pesqueiras.

3.1 ELOS DOS ECOSSISTEMAS E MANEJOS: CONEXÕES ENTRE A VIDA NA ÁGUA E NA TERRA

A defesa dos ambientes naturais é parte central da luta em defesa dos territórios pesqueiros. De acordo com Diegues (2019, p. 120), no contexto dos povos e comunidades tradicionais:

A biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural quanto do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, além de retirar espécies, colocar outras e enriquecendo assim a própria sociobiodiversidade ou etnobiodiversidade.

Na perspectiva da etnoecologia, o autor aponta que as comunidades pesqueiras mantêm conhecimentos profundos e tradicionais sobre os ecossistemas locais e desempenham um papel fundamental na gestão sustentável e na conservação desses ambientes (Diegues, 2019). De modo que a preservação desses territórios pesqueiros garante não apenas a proteção dos ecossistemas aquáticos e terrestres, mas a disponibilidade de espécies de peixes e frutos do mar e a biodiversidade associada, fornecendo recursos alimentares essenciais e também meios de vida para inúmeras famílias que dependem da pesca artesanal (Begossi; Clauzet; Dyball, 2015).

A pesca artesanal é uma atividade amplamente diversificada na região e envolve uma ampla variedade de espécies e práticas de manejo de captura e pós-captura, com raízes em diferentes culturas. Essas práticas desempenham um papel crucial na manutenção dos ecossistemas e recursos alimentares, para o autoconsumo e para venda, influenciando na segurança alimentar e nutricional bem como na economia dos territórios, que devem ser atentamente avaliadas (Haimovici; Andriguetto; Sunye, 2014).

Em contrapartida, a segurança ambiental e riscos associados à insalubridade dos ecossistemas impactam não apenas a sustentabilidade dos ambientes nos territórios pesqueiros, mas também a saúde das comunidades locais. Não sendo apenas uma questão de conservação ambiental, mas também de assegurar processos sustentáveis mediados por pessoas, destacando dimensões humanas da biodiversidade. Tais processos podem ser observados por meio das práticas alimentares, tradições culturais, economias locais e nos sistemas alimentares sustentáveis como um todo, como ressalta a fala da pescadora de Rio Grande (RS):

Com certeza faço parte de um território de pesca, tanto terrestre quanto aquático [...] É daqui do terrestre que a gente consegue o processamento, a venda, a comercialização e tudo, mas é do aquático que a gente tira a fonte de renda. Eu acho que na verdade não tem extensão delimitada. A gente pode ocupar os dois territórios da mesma forma porque não tem cercas nas águas. Só temos cercas nos (territórios) terrestres. Toda a extensão aquática é o meu território (Entrevistada "V", Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Nesse sentido, buscando abordagens que gerem impactos positivos tanto para os ecossistemas terrestres e aquáticos quanto para os seres humanos que

interagem de forma sustentável com esses ambientes, é fundamental adotar análises interdisciplinares que considerem a biodiversidade em múltiplas dimensões, como será detalhado a seguir.

3.1.1 Ecossistemas aquáticos e manejos de captura

Os ecossistemas aquáticos da região, sejam eles lagunares ou marinhos, estão sujeitos a dinâmicas sazonais que se desdobram ao longo do ano, sendo fortemente influenciados pelas condições climáticas, como variações de temperatura, padrões de chuvas e intensidade dos ventos (Moraes, 2011; Santos, 2019). Sendo profundamente conhecidas pelas comunidades tradicionais, estas oscilações climáticas exercem um impacto substancial sobre os ciclos reprodutivos das espécies marinhas, no recrutamento de peixes e na disponibilidade de recursos alimentares, especialmente relacionada às temporadas de safra como a da tainha e do camarão (Lima, 2016). Consequentemente, essas flutuações sazonais têm um efeito profundo sobre os modos de vida e as práticas de manejo das comunidades pesqueiras, que se adaptam a essas mudanças sazonais para melhorar suas atividades de pesca e garantir a sustentabilidade de seus meios de subsistência. Essa conexão intrínseca entre os ecossistemas aquáticos e as comunidades pesqueiras é apontada em diversos estudos etnoecológicos (Ramires; Molina; Hanazaki, 2007; Perucchi, 2013; Adomilli, 2016; Leite, 2018; Corrêa, 2023), e destaca a importância de compreender e considerar as dinâmicas naturais dos ecossistemas na gestão e conservação dos recursos pesqueiros.

Da mesma forma, eventos climáticos irregulares, como a ocorrência de La Niña e El Niño, afetam as condições de temperatura e ventos, se manifestando na região sul no Brasil por meio de chuvas intensas ou longos períodos de estiagem (Barros, 2013). Tais eventos vêm se tornando cada vez mais frequentes e extremos, modificando assim as condições dos ecossistemas da região e da biologia das espécies bem como nas comunidades pesqueiras que neles habitam. Esses eventos esporádicos exercem influência nas flutuações nos níveis das lagoas, tanto em sua diminuição quanto em seu aumento, interferindo na entrada de água do mar na Laguna dos Patos e Lagoa do Peixe, o que impacta diretamente a presença/ausência e a diversidade de recursos disponíveis ao longo do ciclo

sazonal. De modo que as alterações climáticas vêm afetando diretamente os modos de vida tradicionais pesqueiros (Soares *et al.*, 2014).

Assim como nas lagoas e lagoas, muitos ecossistemas marinhos próximos à costa desempenham um papel fundamental nos ciclos sazonais da pesca artesanal. Em determinados momentos do ano diversas espécies de peixes, camarões, lulas e baleias utilizam essas áreas para completar fases importantes de seus ciclos de vida. Nesse contexto, essas zonas são frequentemente referidas como "berçários" pela comunidade pesqueira e consideradas prioritárias para a preservação das espécies e manutenção da atividade pesqueira que alerta para a importância do respeito aos ciclos de vida presentes nos ecossistemas (Costa; Asmus, 2018), demonstrando o caráter conservacionista presente nas estratégias de captura e produtividade da pesca artesanal (Nunes, 2010), como destaca o relato da pescadora:

10 kg de camarão miúdo mais na frente pode ser 60 de camarão "grado". A fiscalização ia ajudar bastante. Igual a questão do siri. A gente é consciente que se a "siria" que tá ovada, quando estão "patronas", com as ovas já saltando para fora, essas a gente nunca traz, a gente sempre devolve. Porque aquela dali tá pronta para produzir mais (Entrevistada "M", Laguna /SC, março de 2023).

As lagoas da região se caracterizam por águas rasas e tranquilas, proporcionando uma maior "regularidade" na pesca, quando comparada à realizada na costa oceânica. Frequentemente a atividade pesqueira se divide em dois ciclos econômicos-ecológico característicos, o de verão e inverno, marcados principalmente pela pesca do camarão-rosa no verão (ADOMILLI, 2006). "No camarão a gente passava de fevereiro a maio na praia, e na cidade no inverno" (Entrevistada "M", Laguna /SC, março de 2023)⁸.

De acordo com Moura (2009), no território de Lagos dos Patos, na Coréia, em Rio Grande, "apesar da principal característica do "inverno" ser o "frio", ele é fundado pelo término das "safras de verão"". Já em locais em que as espécies alvo não alcançam distinta alta na abundância, não se identificando o fenômeno das safras,

⁸ Verão também é o período do ano que coincide com as férias escolares, onde as famílias acampam durante semanas ou até meses, aproveitando para ficarem mais próximos dos recursos e pescar.

como na Lagoa Mirim⁹, não se pode definir um ciclo econômico-ecológico nos mesmos termos. O relato da pescadora da comunidade de Santa Isabel (Jaguarão/RS) indica que o ciclo econômico esteja fortemente vinculado ao período de defeso, apresentando certa regularidade das espécies capturadas. “Nós não temos safra, a gente trabalha durante os nove meses nos mesmos peixes. Traíra, viola, jundiá, pintado e trairão¹⁰” (Entrevistada “I”, Vila Santa Isabel- Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023). A leitura desta pescadora é semelhante ao apontado por Pieve e colaboradores (2009) acerca da composição das principais espécies de captura de pescado na Lagoa Mirim.

Dependendo das condições climáticas, a pesca do camarão pode ou não garantir um bom retorno financeiro. Embora o camarão tenha um alto valor de mercado, as chuvas e os ventos desfavoráveis podem prejudicar a captura, o que leva muitos pescadores a deixarem as suas andainas e o manejo regularizado — feito com o uso do “aviãozinho” ou “saquinho” — em busca de camarões em outras áreas (Moura, 2009) (Figura 9).

Figura 9 - Redes de espera do tipo “Aviãozinho” ou “Saquinho”



Fonte: Autora (janeiro de 2023, Ilha dos Marinheiros, Rio Grande - RS).

⁹ Cabe salientar que os peixes estuarinos não desapareceram da Lagoa, mas agora entram em quantidade reduzida devido a construção da Barragem Eclusa no Canal São Gonçalo (Pieve, 2009).

¹⁰ A traíra é categorizada pelo seu tamanho sendo “trairão” uma divisão de indivíduos maiores.

Os termos "aviãozinho" ou "saquinho" são usados pelas pescadoras para descrever um tipo de rede de espera, especialmente utilizada na pesca de camarão. Essa rede possui um formato cilíndrico (saco), com "braças" que partem de um ponto central e se abrem em forma de funil ou lembrando as asas de um avião. Trata-se de uma armadilha de pesca noturna, onde se coloca uma luz no centro que funciona com uma atração luminosa para o camarão. As redes são recolhidas duas vezes ao dia, ao amanhecer e ao entardecer.

Em alguns contextos, mesmo na ausência de grandes safras de camarões, o manejo nas redes de "aviãozinho" é mantido pelo siri que é capturado incidentalmente¹¹. O aproveitamento das espécies da fauna acompanhante é uma importante adaptação da pescaria, vista como alternativa de renda para as pescadoras artesanais "nestas últimas décadas" frente aos episódios de baixa rentabilidade da safra do camarão (Maier; Quevedo Neto, 2009). No entanto, alguns acabam optando por artes de pesca não permitidas como o arrasto embarcado com a pesca de "coca"¹² ou desembarcado como a pesca de "berimbau"¹³, artes de pesca por vezes condenadas entre as próprias pescadoras.

Quando estas não parecem opções viáveis, a decisão tomada para o sustento das famílias é pescar outras espécies, em alguns casos a pesca do siri se torna uma opção pelo seu elevado valor agregado após o manejo pós-captura e sua disponibilidade durante todo o ano, sendo mencionadas técnicas direcionadas para sua captura como os "coves" ou "covos"¹⁴.

Assim, percebe-se que a escolha de qual espécie será trabalhada envolve fatores como:

- i) as condições climáticas
- ii) a abundância e tamanho de indivíduos no período
- iii) o retorno econômico de cada espécie

¹¹ A pesca artesanal do siri tem sua origem nos hábitos alimentares dos índios de tradição umbu que habitavam a planície costeira, conforme vestígios encontrados nos sambaquis nos arredores do estuário da Lagoa dos Patos (Maier; Quevedo Neto, 2009).

¹² Segundo relatos apresentados no trabalho de Moura (2009) "a coca é uma pescaria antiga, num destrói nada... inté pelo contrário. Se arrastá na volta das redes ('saquinho') é bom pra pescaria".

¹³ Essa prática de manejo de captura com berimbau é feita desembarcada, pelo motor do barco atrapalhar a pesca é feita puxando a rede por uma cordinha a pé, com os chumbos nos "pezinhos" da rede.

¹⁴ Essa prática de manejo de captura envolve o uso de armadilhas feitas de rede plástica para resistir aos cortes causados pelos siris, redes de nylon e aos de pvc para a estrutura, onde se colocam iscas para atrair os siris para o interior.

Cunha e Rouguelle (1989) e Moura (2009) avaliam que o fundamento da movimentação na atividade pesqueira obedece aos ciclos biológicos conhecidos dos recursos territoriais. Já para Lopes e colaboradores (2021, p. 1852) “a pesca é seletiva em termos de tamanho e os pescadores tendem a visar os peixes maiores, mais valiosos, para comercialização”. O relato da pescadora demonstra a complexidade entre os fatores:

A tainha também é no mesmo local de ocorrência que o camarão na nossa andaina. Ela dá tanto em maio, que dá bastante tainha, mas também pescamos bastante em novembro e dezembro quando não tenho a pesca do camarão. Aí a gente pesca tainha com rede de espera. E a captura por dia depende se a água tiver boa, se o clima estiver bem aí a gente mata 60, 70 ou 80 kg, porque a gente também não tem uma grande força de rede para tainha. [...] A tainha é um peixe pequeno, aí dá junto a savelha, o cascote papa-terra e outras espécies, mas essa rede não tem como tu safar ela no mar tem que trazer para a terra então a gente opta por pescar uma pesca que seja mais vantajosa. Se tu mata uma corvina ela pesa 7 a 8 kg e tem um valor econômico muito mais alto do que a tainha. A gente só se joga na tainha quando tem menos de outro peixe. O linguado que tem um valor econômico maior, a tainha graúda eu vendo filé de linguado por R\$ 30 e em postas a R\$25,00 (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Para Moura (2009) a primeira estratégia adotada em “anos de água doce” é a diversificação das espécies-alvo. Entre as principais espécies de peixes relatadas pelas interlocutoras (Quadro 3) estiveram o camarão-rosa, tainha (*Mugil* spp.), o peixe-rei (*Odontesthes* spp), a viola (*Loricariichthys anus*) e a corvina (*Micropogonias furnieri*)¹⁵ no verão, o linguado (*Paralichthys* spp.) no inverno e o bagre (*Genidens* spp.) durante o ano todo bem como a savelha (*Brevoortia* spp.) e o jundiá (*Rhamdia* spp), o pintado (*Pimelodus maculatus*) e o siri (*Callinectes* spp.).

¹⁵ Também foi relatada uma arte de pesca distinta para a captura das corvinas o “bomboí”. Descrita como “uma rede que você larga e fica com uma cordinha esperando a corvina. Você escuta o fundo do bote e ouve quando ela ronca”. Em especial sobre a captura da corvina, foi relatada dificuldade devido a pesca anilhada que vem impactando os estoques da espécie, prática que vem impactando como um todo as espécies marinhas que entram na Laguna dos Patos.

Quadro 3 - Etnoespécies da fauna e usos

Espécie	Família	Uso
Abrótea	Phycidae	Alimentar
Anchova	Pomatomidae	Alimentar
Bagre	Ariidae	Alimentar e Medicinal
Berbigão	Veneridae	Alimentar
Burriquete	Sciaenidae	Alimentar
Cação	Várias espécies (Ex. <i>Squantina</i> spp.)	Alimentar
Camarão rosa	Penaeidae	Alimentar
Camarão sete-barbas	Penaeidae	Alimentar
Cascote	Sciaenidae	Alimentar
Corvina	Sciaenidae	Alimentar
Garoupa	Epinephelidae	Alimentar
Jundiá	Pimelodidae	Alimentar e Medicinal
Lambari	Erythrinidae	Alimentar
Linguado	Paralichthyidae	Alimentar
Lula	Loliginidae	Alimentar
Maria Luiza	Sciaenidae	Alimentar
Para-terra	Sciaenidae	Alimentar
Peixe-rei	Atherinopsidae	Alimentar
Pescada	Sciaenidae	Alimentar
Pescadinha	Sciaenidae	Alimentar
Pintado	Pimelodidae	Alimentar
Roubalo	Centropomidae	Alimentar
Sardinha	Clupeidae	Alimentar
Savelha	Clupeidae	Alimentar
Siri	Portunidae	Alimentar
Tainha	Mugilidae	Alimentar
Traíra	Erythrinidae	Alimentar
Viola	Rinobatidae	Alimentar

Fonte: Dados da pesquisa. Destaca-se sobre o uso medicinal das espécies na seção 3.3.3 sobre a utilização biológica.

A maioria das espécies de peixe dentro das lagoas é capturada pela pesca artesanal com rede de espera, de emalhe chamada de “manjoada”, fixada nas andainas, revisadas diariamente duas vezes “nos melhores horários, os mais bonitos”, cedo pela manhã e ao final da tarde, nos meses mais quentes, devido ao calor que apodrece os peixes parados nas redes por muito tempo, e em menor frequência (menos de uma vez por dia) no período de temperaturas amenas, com o auxílio de pequenas embarcações motorizadas sendo necessário avaliar abundância e retorno financeiro da espécie-alvo e os custos com combustível para “não sair no

prejuízo”. Ainda são observados outros manejos tradicionais, sem tantos custos e a necessidade de embarcações motorizadas, como a pesca de cooperativa com os botos, a pesca de lance, tarrafa, manejos praticados indo à procura dos peixes em áreas abertas ou em beira de praia. Já a pesca de gongo é feita próxima aos juncais e banhados com “caícos” movidos a remo ou a vela (Pasquotto; Miguel, 2005), também sendo relatada a pesca em sangas com caniços, artes de pesca pouco utilizadas atualmente, principalmente pela degradação dos ecossistemas em que eram praticadas (Casagrande, 2012).

Distintos nos ecossistemas lagunares e marinhos, os ciclos ecológico-econômicos de “verão” e “inverno” alteram os manejos de captura da pesca artesanal em função das espécies capturadas em cada espaço¹⁶, que se expressam nos modos de ocupação dos territórios das pescadoras:

Na época do verão a pesca de praia é bem fraquinha do mar e começa a melhorar quando esfria. Então sobrou a Lagoa dos Patos que é o nosso território também (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Na zona costeira, uma parte significativa da pesca é realizada quando o clima é caracterizado por baixas temperaturas e condições climáticas intensas, aproximadamente durante os meses de maio a dezembro. Os ambientes marinhos apresentam maior frequência de situações adversas relacionadas às condições naturais, sendo a pesca altamente imprevisível. Essa imprevisibilidade resulta numa alternância de períodos de atividade pesqueira exigindo um conhecimento profundo para avaliar as condições do mar e do tempo (Adomilli, 2002), conforme relata a pescadora:

Para determinado tipo de peixe ou camarão. Para botar por exemplo o “avião”¹⁷ para o camarão a água tem que estar tocando no Nordeste e tem que estar, quanto mais escura melhor, aquele chocolateado. Então, a gente sabe se vai dar uma “quadra de peixe”. Antigamente a gente falava isso porque eram quatro dias. Hoje não se aplica mais tanto porque às vezes é dois dias só ou às vezes é uma semana. (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

¹⁶ “O espaço ecológico é mais do que uma distância física, embora seja afetado por ela, também é calculado por meio do caráter da região que se situa entre grupos locais e por meio da relação dessa região com as exigências biológicas” (Evans Pritchard, 1978:122 apud Adomilli, 2006).

¹⁷ No processo de captura do camarão sete-barbas, emprega-se a rede denominada “avião”, enquanto na lagoa, a pesca do camarão-rosa é realizada com um conjunto de redes mais compactas chamado “aviãozinho”. Embora ambas se assemelhem, a rede “avião” se destaca por seu tamanho e robustez, sendo empregada de maneira que envolve a utilização de “cabos” e a seleção do ponto de pesca.

As espécies destacadas pelas participantes da pesquisa na pesca costeira foram a pescada (*Cynoscion guatucupa*), papa-terra (*Menticirrhus americanus*), tainha (*Mugil sp.*), peixe-rei (*Odontesthes sp.*), anchova (*Pomatomus saltatrix*), corvina (*Micropogonias furnieri*), abrótea (*Urophycis brasiliensis*), viola (*Loricarichthys anus*; *Rhinobatos sp.*), bagre (*Genidens sp.*; *Heptapterus sp.*; *Netuma barba*), linguado (*Paralichthys spp.*) e o camarão sete-barbas (*Artemesia longinaris*).

Como já registrado em diversos estudos da literatura etnoictiológica (Ramires; Molina; Hanazaki, 2007; Pieve *et al.*, 2009; Nunes, 2010; Perucchi, 2013), as pescadoras diferenciam a distribuição espacial e temporal dos peixes nas épocas de tempo quente e tempo frio. Identificam a sazonalidade de algumas espécies capturadas como a anchova e linguado, observadas em diferentes períodos no inverno, e o camarão sete-barbas e a lula no verão. Outras espécies já são observadas durante todo o ano, como a papa-terra e o peixe-rei, e destacam que o período de abundância de muitas das espécies está condicionado, também, às variações climáticas nos ambientes marinhos e não apenas a um período específico do ano. É o caso do bagre, que de acordo com a entrevistada “A” (Pelotas/RS, maio de 2023) “tem uma safra estranha” se referindo a ausência de um período definido com observação mais frequente, além da piracema de uma das espécies de bagre (*Netuma barba*) a mais abundante dentro do estuário (Araújo, 1988) ser posterior à piracema geral, o que salienta a necessidade de rever as incongruências nas portarias do IBAMA referente aos períodos de defeso (Coelho-de-Souza *et al.*, 2007). A memória da pescadora contribui para a compreensão da problemática:

A história do bagre foi que o pescador tinha a mania de fazer os mapas de bordo para entregar para o Ibama e nunca colocar o bagre. Não colocavam. “Ah não bota bagre”. E aí o Ibama identificou como se fosse falta do Pescado mesmo. [...] mas era uma safra que ajudava na renda familiar (Entrevistada “A”, Pelotas/RS, maio de 2023).

No sentido do relato da pescadora e conforme Kalikoski e Vasconcellos (2013), espécies como os bagres¹⁸ têm importante função na diminuição da vulnerabilidade social das comunidades pesqueiras em períodos climáticos extremos que impactam as principais safras como a da tainha, corvina, e do camarão (FURG,

¹⁸ Espécies de importância relativa secundária segundo o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul (FURG, 2012).

2012). O que demonstra a importância dos conhecimentos ecológicos locais sobre as diferentes espécies presentes nos ambientes costeiros para a gestão dos recursos naturais e a manutenção do sistema alimentar da pesca artesanal no contexto das mudanças climáticas. A fala da pescadora demonstra a profundidade dos conhecimentos ecológicos locais mantidos por elas:

A diferença assim, a rede do bagre é a mesma rede, o bagre é mais no meio da lagoa e o linguado é mais beirinha. Quando eles querem matar o bagre lá no meio da Lagoa, quando eles querem matar o linguado larga nas beirinhas que eles sabem que vai dar linguado (Entrevistada “K”, Tapes/RS, março de 2023).

Como observado sobre os bagres e linguados, outras espécies também são apontadas em ambientes específicos, como o berbigão (*Anomalocardia flexuosa*) enterrado na areia da praia e a garoupa (*Epinephelus marginatus*) encontrada em tocas nos costões rochosos, o que vai interferir na escolha dos manejos para cada espécie alvo. Contudo, a rica biodiversidade faunística presente nos ecossistemas aquáticos se contrapõe com os estoques pesqueiros de baixa densidade o que transmite a importância dos manejos de captura seletivos e direcionados para cada espécie, preservados pelas práticas tradicionais de pesca artesanal, para a manutenção dos ecossistemas aquáticos (Revizee, 2006).

Assim, se observa que os manejos de pesca artesanal oceânica abrangem técnicas diversas, notadamente a pesca de emalhe¹⁹, arrasto, pesca de cabo com redes de emalhe, mas também o aviãozinho, espinhel, linha, pesca de tarrafa e a pesca realizada de forma cooperativa com os botos, entre outros. Segundo o Panorama estadual e municipal da produção pesqueira industrial e artesanal de Santa Catarina (2018), as maiores capturas foram com as redes de emalhe, seguidas pelo arrasto duplo e emalhe anilhado, que representaram, juntos, 66,9% de toda produção artesanal em Santa Catarina. Já no litoral do Rio Grande do Sul, os instrumentos e práticas de pesca artesanal são a pesca de emalhe (de um pano só, de malhão três pano); tarrafa de peixe e de camarão e a pesca do cabo. Em razão da geografia do Litoral do estado de relevo e solo, formam um ecossistema que

¹⁹ Prática passiva em que os peixes ou crustáceos ficam presos nas malhas devido ao seu próprio movimento.

demanda o manejo de pesca de cabo, conforme o relato apresentado no trabalho de Gidel (2013, p. 30):

Olha a pesca de cabo é uma pesca tradicional e é uma pesca que se dá exclusivamente aqui no litoral norte do Rio Grande do Sul e no Sul e no litoral sul de Santa Catarina, ela é uma pesca regional exatamente pela geografia da orla né. Que não existem baías, a circulação de água é bastante, sempre tem correnteza, bastante vento, bastante ondulação e não tem condição de sair ao mar de barco” (Gidel, 2013, p. 30).

Cada tipo de manejo e petrechos adaptados às condições locais, como o clima e o vento, exigem conhecimento e saberes-fazeres em alguns casos demandando uma vigilância constante devido à força das águas que envolvem o risco de perda de redes, no passado a pesca de cabo exigia elevado esforço físico manual no momento do recolhimento das redes. A tarefa desembarcada era feita em conjunto pela família, que atualmente vem sendo feita com o auxílio de motores de carros na beira da praia, segundo o relato da pescadora:

Alguns escolheram fazer as parelhas e outros ter o cabo. Aqui nessa região, até bururu, até o litoral norte, a gente tem a pesca de cabo. A gente tem um cabo que fica fixado na beira da praia num calão e uma âncora que fica uns 300 400 metros para dentro da água. Aí tem um cabo e naquele cabo ali tu solta rede para dentro do mar, solta o avião do camarão e a rede de peixe. Puxa com um carro, com uma fubica²⁰, uma caminhonete, uma Rural.[...] E aí o pessoal puxa, nesse tipo de pesca dificilmente tu consegue pescar sozinho, precisa de ajuda porque demanda muito esforço físico. [...] A gente usa na pesca de cabo o aviãozinho e a rede de espera, que é o mesmo estilo, que tem cabo é maior e o chumbo maior mais reforçada para suportar a força do mar. (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Tais mudanças, no entanto, ainda envolvem um “alto grau de artesanidade”, como apontado por Moura (2009) no sistema de parelhas²¹.

Apesar da intensidade da maré, ainda é observado o uso de canoas tradicionais chamadas de bateiras²² na pesca oceânica do litoral catarinense. Além

²⁰ “Fubicas” são carros de madeira que são confeccionados quando a lata do carro é substituída por madeira.

²¹ Há variações quanto a definição de “parelhas”. Para Moura (2009), segundo Barcellos (1966) parelha consiste em uma forma de sociedade entre proeiros nos quais um é proprietário e tem parte maior nos lucros, justificada pelas despesas da alimentação, motor, barco, redes, combustível, etc, dividindo o restante pelo número de integrantes da “parelha”. Já Brutto (2001) refere-se a Parelha como o conjunto dos petrechos de pesca, incluindo redes, bandeiras, âncoras e botes. O autor ainda aponta que o sistema pesqueiro de parelhas passou por mudanças ao utilizar mais frequentemente motor de centro a gasolina e posteriormente motor a diesel; alguns passam a levar gelo para os acampados e levar a produção de pescados para a indústria, como consequência do processo de salga que passou a ser realizado dentro das indústrias.

disso, observa-se o uso de caminhões que transportam as embarcações e as redes por terra até os pontos de pesca de interesse. Prática das pescadoras no oceano já descrita por Bunse (1981 apud. Bravo, 2008):

[...] vêm de longe; trazem as canoas e os apetrechos de pesca num caminhão e estabelecem-se num ponto do litoral em ranchos mais ou menos primitivos. Pescam durante todo o ano, ora neste, ora naquele ponto do litoral; colocam a canoa no caminhão e dirigem-se para onde a praia oferece melhores condições para a pesca. (1981, p.81)

Espécies como a tainha e a anchova apresentam manejos específicos para melhor captura na safra, como pesca de caceio com rede de emalhe, que é lançada na água para esperar os peixes malharem, recolhida e novamente lançada, sendo realizada durante toda a noite ou o dia inteiro. Outra estratégia envolve o cerco do cardume com a embarcação e o uso de redes de emalhe altas, com a preferência pela utilização de redes boiadas que não tocam o fundo do mar, o que é preferido devido à presença de pequenos peixes no fundo que não se pretende capturar. Ainda se observa a pesca de tarrafa, feita de forma cooperativa entre pescadoras artesanais de tarrafa e botos que ocorre principalmente na Barra do Rio Tramandaí, entre os municípios de Imbé e Tramandaí (Rio Grande do Sul), e no estuário do município de Laguna (Santa Catarina) (Ilha *et al.*, 2020).

Desse modo, nota-se a importância de reconhecer os manejos de pesca artesanal e garantir os territórios pesqueiros nas lagoas e lagoas, bem como no mar e os pontos de pesca na zona de praia, para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos, bem como a preservação das tradições e modos de vida das comunidades pesqueiras. No entanto, essa necessidade frequentemente gera conflitos com outros interesses, como os surfistas em busca de ondas ideais, a pesca industrial que busca maximizar seus lucros e o turismo, que muitas vezes valoriza o uso recreativo das áreas costeiras. Além disso, o avanço da urbanização e da carcinicultura, bem como dos empreendimentos de geração de energia sobre os territórios de pesca ameaçam a integridade dos ecossistemas e espaços de trabalho e de vida da pesca artesanal (Paula, 2020).

²² De acordo com Castro (2008) são nessas embarcações que ocorrem as iniciações embarcadas dos jovens aprendizes de pesca.

Assim, é essencial considerar a importância de equilibrar esses diferentes usos do litoral, adotando políticas que considerem a conectividade entre os territórios aquáticos e terrestres da pesca artesanal, promovendo o gerenciamento costeiro (Kalikoski; Rocha; Vasconcellos, 2006) e a coexistência harmoniosa de todas essas atividades em benefício da comunidade, da economia local e da conservação ambiental (Silva *et al.*, 2017).

3.2.2 Ecossistemas terrestres e manejos pós-captura

Uma notável interconexão entre os ecossistemas aquáticos e terrestres se manifesta através da dinâmica física desses ambientes e de seu impacto nos meios de subsistência da pesca artesanal. Ligação relatada historicamente na região das lagoas costeiras do sul do Brasil pelo característico processo de migração das pescadoras catarinenses na costa do Rio Grande do Sul, relação que se mantém explícita atualmente na cadeia produtiva do camarão-rosa. Essa ligação entre a água e a terra se torna ainda mais evidente ao considerar os ciclos climáticos sazonais, com as estações de verão e inverno, que consequentemente, surgem as “pescadoras migrantes” ou “andorinhas” que se lançam às praias à procura dos recursos para o sustento das famílias, influenciando os manejos de captura, as estratégias após a captura e a ocupação dos espaços terrestres, tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul (Pereira, 2003; Adomilli, 2007).

Enquanto no inverno as comunidades de pescadoras se concentram nas vilas costeiras e nos pontos de pesca próximos às suas residências, no ciclo do verão, pescadoras de diferentes localidades deslocam-se para as margens da lagoa, onde estabelecem acampamentos que perduram por meses. Esses espaços de natureza praticamente intocada são tradicionalmente nomeados pelas pescadoras, sendo citados diversos nomes como “morro da formiga”, “barba negra” flor da praia” entre outros, facilitando a orientação e identificação dos locais de pesca e residência durante a temporada de verão. Nesses locais, muitas vezes partilhados com outras famílias devido o período coincidir com as férias escolares, são montados acampamentos com lonas, e em alguns casos, estruturas de madeira ou telhados

naturais de juncos²³. Segundo Adomilli (2002) a falta de demarcações "privadas" nesses espaços, promove um forte senso de comunidade, de modo que, por meio de esforços coletivos, são cuidadosamente sinalizados e limpos, envolvendo a preservação da vegetação nativa, da fauna, das nascentes de água potável e da gestão de resíduos.

Nesses ambientes também são apontadas espécies vegetais para alimentação como frutas nativas como araçá, goiaba, maracujá silvestre e butiá²⁴ e medicação²⁵ (Quadro 4). São relatados como espaços de lazer, onde as crianças se entregam às brincadeiras descendo na areia fina das dunas, e mesmo depois das famílias deixarem de depender da pesca como fonte de renda, continuam a visitá-los e usufruir desses ambientes como espaços de descanso, reestabelecendo contato com a natureza e redescobrimo conhecimentos ecológicos locais, revisitando memórias, ao mesmo tempo que compartilham histórias e fortalecem os laços culturais, demonstrando uma conexão íntima com esses ecossistemas terrestres:

Na época das pescarias a gente tinha uma casinha ali para a gente acampar, no caso na hora do camarão a gente passava de fevereiro a maio na praia e aí na cidade no inverno. Na época da corvina também vinha no caso, às vezes a gente vinha junto, mas não dava por causa da escola a minha mãe não vinha, mas na época do camarão mesmo na época das férias a gente tava sempre na praia (Entrevistada "M", Laguna/SC, março de 2023).

Quadro 4 - Etnoespécies da flora e usos

Espécies	Usos	Partes utilizadas	Informações adicionais
Alfavaca	Alimentar	Folhas	Temperar os pescados
Araçá	Alimentar	Frutos	Consumo direto dos frutos in natura
Arruda	Medicinal	Folhas	Folhas para chá. Muitos usos
Bambu	Tecnologia	Colmo	Confecção de utensílios de pesca
Bananeira	Alimentar	Folhas	Folha para envolver o peixe para cozinhar
Bananinha-do-mato	Alimentar	Frutos	Xarope
Batata doce	Medicinal	Folhas	Folha para chá. Recomendado para melhorar a

²³ O junco é conhecido como material de construção para paredes de casas inteiras ou parte delas, como apontado no trabalho etnoecológico de Pieve (2009) na Lagoa Mirim. Além de ter sido um produto que contribuía para a renda das famílias e a economia das comunidades.

²⁴ No trabalho etnoecológico de Fogaça (2014) sobre *Butia catarinensis* a espécie é apontada como alternativa de sustento à pesca pelos os moradores locais situados entre a BR-101 e a Lagoa de Imaruí que usam o butiá, abundante na região, produzindo principalmente o suco.

²⁵ O relato da pescadora de Tapes indica a o uso das plantas medicinais "mamica" "palma" e "arruda". Geralmente usadas como chás, mas também em conservas no álcool usadas em situações de cortes ou picadas de animais (Entrevistada "K", Tapes/RS, março de 2023).

Espécies	Usos	Partes utilizadas	Informações adicionais
			circulação em mulheres grávidas
Bergamota	Alimentar	Frutos	Consumo direto dos frutos in natura
Butiá	Alimentar	Frutos	Suco, consumo direto dos frutos in natura e cachaça
Framboesa	Alimentar	Frutos	Consumo direto dos frutos in natura
Goiaba	Alimentar	Frutos	Consumo direto dos frutos in natura
Jabuticaba	Alimentar	Frutos	Consumo direto dos frutos in natura
Junco	Tecnologia	Folhas	Construção de paredes e telhados
Laranjinha	Alimentar	Frutos	Consumo direto dos frutos in natura
Limão	Alimentar	Frutos	Temperar os pescados
Mandioca	Alimentar	Raízes	Farinha
Mamica	Medicinal	Casca	Tintura, muitos usos, recomendada para redução da dor de picadas de animais
Mamona	Alimentar	Folhas	Folha para envolver o peixe para cozinhar
Manjerona	Alimentar	Folhas	Temperar os pescados
Maracujá-do-mato	Alimentar	Frutos	Suco
Mentruz	Alimentar	Folhas	Salada
Palma	Medicinal	Folhas	Folhas para chá. Muitos usos, recomendada para o estômago ou lesões cutâneas

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, observa-se que os ecossistemas terrestres também apresentam dinâmicas em função do clima, das chuvas e secas, que modifica a relação dos pontos de pesca e a dos territórios terrestres das comunidades pesqueiras, importantes espaços de morada e vivência com centralidade no fortalecimento das relações comunitárias (Paula, 2020). A memória da pescadora retrata elementos e relações estabelecidas com os ecossistemas terrestres:

Onde ela morava não tinha luz, era beira de praia mesmo, entre dunas. Moradas dos pescadores se localizavam entre o mar, a faixa de praia e a duna costeira. Atrás das Dunas tem aquelas áreas “limpas”, abertas, com uma vegetação, rasteira tipo um terreno assim. Sempre do lado de um arroio, barrinha de água doce. Ali eram umas moradas dos pescadores, eles faziam as casinhas sempre em lugares assim e geralmente sempre os pontos de pescas eram localizados por essas moradas. (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Os territórios terrestres da pesca artesanal envolvem e preservam dunas que acolhem lagoas intermitentes, encontrando restingas e campos, mesclados com vegetação arbórea abrigando frondosas figueiras, juncais conservados e replantados

pelas comunidades para a proteção do avanço da água sobre o território terrestre caracterizando zona de transição (Macedo, 2003), onde também ficam atracadas as embarcações. Praias que se contrastam com as hortas, pomares e quintais cultivados pelas comunidades (Casagrande, 2012) (Figura 10).

Figura 10 - Casas e outros elementos que compõe a porção terrestre dos territórios tradicionais das comunidades de pesca artesanal



Fonte: Autora (2023, Ilha dos Marinheiros, Rio Grande e Comunidade da Várzea, São José do Norte - RS).

Nesses ambientes terrestres, compostos de uma grande diversidade de paisagens, ocorrem os manejos pós-captura e preparos dos alimentos tradicionais. De modo que, o reconhecimento e a proteção dos territórios pesqueiros em sua parcela terrestre contribuem não só para a conservação direta dos ambientes como também para a valorização da sociobiodiversidade (Coelho-de-Souza *et al.*, 2019a), como descrito pelo depoimento a seguir:

A gente saía para pescar e já tinha todo aquele rito quando chegava em casa. Uma fazia uma coisa, a outra fazia a outra, elas tiravam a escama e faziam o preparo né. Os tipos ervas, como era colocado, dependendo do peixe, as folhas que eram enroladas. No sentido do dia a dia era mulher que pescava, eu lembro da minha tia e da minha avó. Eu lembro muito bem disso, que a gente pegava “Ah vamos fazer o almoço” os homens estavam trabalhando nas lavouras e ela com a varinha e lá e pá. [...] E aí quando a gente chegava em casa cada um ia fazer uma coisa. Também que é muito

semelhante em vários locais, as hortas nas portas das casas e as frutas cítricas nas hortas. Porque depois uma espécie de “putrificação” daquelas frutas que já alimenta a terra. Eles plantavam muito alho poró, leguminosas as ervas, os chás plantados e as coisas que a mãe natureza oferecia. Eu me lembro muito forte porque meu pai gostava bastante de “metrus”²⁶ a gente tinha também a manjerona. Então a gente tava fazendo a preparação e “faltou isso” vai ali e já colhia e trazia. A gente tava fazendo a preparação, tava fazendo uma grande “peixada” e tá faltando tal coisa um “que” a mais e vai na natureza e era colhida e trazido (Entrevistada “E”, Tapes/RS, abril de 2023).

Além de manterem o sustento das comunidades através do autoconsumo dos pescados capturados, os manejos feitos após a captura, etapa majoritariamente realizada pelas mulheres, possibilitam a geração de renda das famílias, contribuindo para a economia local e segurança alimentar e nutricional do território (Lopes; Freitas; Begossi, 2020; Neto; Rangel, 2023).

Assim como para os manejos de captura, aspectos ecológicos e econômicos como a quantidade e qualidade das espécies, perspectiva de venda e retorno econômico são notados para decidir os manejos pós-captura. Em períodos de safra, como a safra do camarão ou da tainha, em que a chance de captura é quase certa e o volume prometido é grande, a rotina de trabalho se intensifica, demandando diariamente que as redes sejam revisadas e despescadas (Hellebrandt; Walter; De Anello, 2013). Assim, a pesca envolve muito mais do que tirar o peixe da rede, envolvendo uma intensa rotina de trabalho, conforme depoimento a seguir:

Pelo menos aqui na minha dinâmica, que nem as vezes o meu marido chega na praia, quando eu não vou, aí quando eu chego eu vou fazer a limpeza, aí ele faz também para ser mais rápido, para terminar mais rápido, para a gente descansar mais, porque depois tem de novo porque assim, não é todos os dias, mas três quatro dias que é na pega. Já na lagoa é diferente a pesca é todos os dias. Vai ter dias que não dá, aí a gente não vai. Vai dar muito pouquinho e não vale a pena, mas durante a safra é todos os dias. Aqui a safra da Lagoa é a do Camarão, peixe a gente pode pescar o ano inteiro. e na área marinha é também o ano inteiro só que claro no mar tem época depende de viração de vento, a força da água [...] Depende do trabalho que tem na lagoa: é levantar às três ou quatro da manhã se tiver em casa, porque tem o deslocamento, mas se estiver acampando aí pode acordar um pouco mais tarde. De lanterna na cabeça porque tá escuro, precisa pegar as caixas, o caíco e vai para dentro da água e vai remando, não pode usar motor, até as redes. A maioria dos pescadores tem 20, 30, então a gente tem que bater as redes, uma por uma, e vai tirando. Se devolve para água às vezes e às vezes a gente leva quando tem alguma

²⁶ *Coronopus dydimus* (L.) Sm. espécie nativa e espontânea no Rio Grande do Sul. De acordo com o levantamento etnobotânico de Pesce (2011) a parte da planta utilizada são os ramos, tanto para consumo como para venda. Encontra-se também na nomenclatura popular como “manstrução” e “mentruz”.

venda, se não a gente devolve para água os peixinhos. Então praticamente quando chega na margem tá praticamente limpo, só tira um matinho alguma coisa. E aí vai até o seco, bota o camarão nas caixas traz para casa. Chega 2 da tarde dependendo do que tem para fazer, aí come alguma coisa, faz alguma coisa e vai para praia chega e começa tudo de novo e vai parar lá pelas 10:00 9:30 da noite (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Mais do que uma atividade econômica, a pesca é um modo de vida que sustenta suas famílias e comunidades. A pesca artesanal fundamentalmente é um modo de vida e meio de produção que envolve o trabalho em família, de modo que as atividades e etapas cotidianas que seguem a despesca no manejo após a captura, são determinadas por escolhas orientadas pela economia familiar (De Oliveira Goes; Cordeiro, 2018). De modo que dependendo se há e qual a forma de venda pretendida, a tomada de decisões no trabalho familiar na pesca é orientado pela melhor valorização dos recursos pescados, apreciando o esforço de todos os envolvidos na pesca, antes, durante e após a captura. Portanto, é importante ressaltar que é “fora do mar”, nos ambientes terrestres, que as decisões do regime de economia familiar como o beneficiamento são moldadas, observando a necessidade de maximizar os ganhos e melhorar o uso dos recursos disponíveis (Fassarella, 2008).

Os relatos das pescadoras participantes da pesquisa revelam que as decisões da economia familiar na pesca artesanal na região das lagoas do sul levam em consideração fatores como: a sazonalidade da pesca, a disponibilidade de mão de obra, bem como as preferências dos consumidores e o mercado local, corroborando com os resultados descritos por Hellebrandt, Walter e De Anello (2013); Fassarella (2008) e Palheta, Cañete e Cardoso (2016).

As pescadoras frequentemente buscam formas de processar, conservar e agregar valor aos seus produtos, seja por meio do processamento de peixes inteiros somente eviscerados, em postas, na forma de filés, iscas e mantas, da secagem, da salga, da preparação de conservas, ou cozinhando e transformando os pescados em produtos culinários como bolinhos de peixe, empanados congelados, entre uma ampla gama de maneiras de preparo com alto valor de mercado. Adomilli (2007) avalia como processos que agregam valor ao produto bruto e aumentam sua durabilidade, permitindo uma venda mais lucrativa a longo prazo. Processo também observado entre as entrevistas:

As mulheres são muito importantes, são fundamentais! Nisso elas têm um papel predominante. Elas estão mais presentes na questão do manuseio e no agregamento de valor dos produtos da Pesca. Na limpeza do Siri, na limpeza do Camarão, nesse quesito de agregar valor. A mulher sempre tem esse olhar de “olha vamos ganhar um pouquinho mais vendendo não a 7, mas a 30!” A mulher tem mais esse olhar, o homem já não “Não, vamos vender que a gente já faz dinheiro” e ela “vamos comprar um freezer para poder estocar um pouco de camarão” a mulher é sempre quem tem essa iniciativa, esse olhar para essa questão econômica de garantir mais recursos (Entrevistado “C”, Rio Grande/RS, março de 2023).

Nota-se que as decisões de beneficiamento são influenciadas por práticas de gestão sustentável, como a utilização de métodos seletivos de pesca para evitar a captura de espécies não-alvo ou o tamanho mínimo de captura, garantindo a conservação dos recursos pesqueiros, um melhor aproveitamento das espécies da época, objetivando melhor retorno e evitando desperdícios em todo o manejo. Em resumo, a economia familiar na pesca fundamenta as decisões de manejos após a captura, buscando agregar valor ao esforço de pesca aplicado, o que ao mesmo tempo promove a sustentabilidade e a continuidade a longo prazo da atividade pesqueira (Hellebrandt; Andrade Leitão, 2016). A fala da pescadora “M” revela parte da lógica por trás das decisões de beneficiamento:

E aí quando faz o filé para não colocar fora a carne que fica ali na espinha a gente acaba aproveitando, cozinha e faz os bolinhos. O peixe na verdade quando a gente vai lá e agrega esse valor ele rende assim umas três vezes mais do que vender ele inteiro. O bolinho de peixe é algo que ia fora aquela carne ali e tu aproveitou, tu vai ter o gasto bem dizer só dos temperos, então é vamos dizer assim uns 80% de lucro porque é algo que tu ia acabar colocando fora (Entrevistada “M”, Laguna/SC, março de 2023).

A falta de adequação da regulamentação para as práticas tradicionais de beneficiamento feitas pela pesca artesanal, acaba levando à criminalização das práticas tradicionais de manejo pós-captura e desvalorizando produtos de elevada qualidade, uma vez que as pescadoras enfrentam restrições que não se adequam ao caráter artesanal da atividade. Como um dos reflexos da dificuldade de inclusão produtiva dos manejos artesanais, os mercados da pesca artesanal são limitados e acabam sendo intermediados por atravessadores que costumam comprar seus produtos, como peixes e frutos do mar *in natura* por preços consideravelmente baixos, chegando a valores inferiores a R\$1,00/kg de peixe em algumas localidades (Garcez; Botero, 2005). O relato da pescadora revela um pouco sobre as dinâmicas de mercado, regularização e a fidelização ao modo cooperado de industrialização

dos manejos pós-captura, além da tradição da espera pelo dia da “santa” para iniciar a captura:

Nós temos aqui hoje o Leonel, o Paulo e a cooperativa comprando dos pescadores. Normalmente um espera o outro botar o preço quando chega essa época de abertura de safra... Normalmente eles falam primeiro de fevereiro, mas todo mundo sai depois da santa, no dia dois. Aí eles esperam todo mundo e falam “Ah quanto é que vai ser o teu aí” “não sei ainda tô calculando, tô vendo os meus gastos”. Aí começa aquela coisa de comércio né. “Aí começa “Ah vou botar a traíra 7,00”, “ai eu vou botar a minha 7,50”, “ah eu vou botar a minha a 8, 00”. O que acontece, tem uns fixos que não saem, têm os pescadores fiéis que não saem, mas tem aqueles que se vendem por 50 centavos, então foi por isso que melhorou o preço do Peixe e do filé também. O filé artesanal melhorou por causa disso, porque eles começaram a ver o preço da cooperativa e o pessoal começou a pedir a mesma coisa. É claro que tem diferença, das gurias alí sai com SIF (Serviço de Inspeção Federal), sai com nota, eles têm CISPOA, sai tudo certinho (Entrevistada “I” Vila Santa Isabel- Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023).

Os critérios de inspeção dos ambientes de processamento de pescados moldados por padrões industriais, as agroindústrias estão voltadas para aspectos estruturais de grande porte, que acabam forçando a necessidade de investimentos que não são compatíveis com a realidade dos retornos financeiros irregulares da pesca artesanal, levando ao endividamento e mostrando a ineficiência de políticas de inclusão produtiva.

Além de desconsiderar na sua formulação os modos tradicionais de manejos que envolvem rotinas de beneficiamento feitas na sua maioria por mulheres, muitas vezes no ambiente doméstico. De acordo com Gerber (2021) “a cozinha é o espaço inicial de circulação de aprendizados sobre os processos de beneficiamento dos produtos da pesca”, criando assim um contexto de desvalorização, desincentivo e consequente desaparecimento da atividade de beneficiamento artesanal dos pescados.

Entre as entrevistadas, a problemática fundamental é considerar a importância das práticas locais e tradicionais, para repensar as regulamentações adequadas e políticas que promovam e protejam as práticas artesanais fundamentais para alcançar essa sustentabilidade ambiental, social e econômica nos territórios pesqueiros, valorizando a presença das mulheres pescadoras na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Desse modo, vista do histórico papel da indústria pesqueira, que muitas vezes dita práticas não condizentes com as capacidades ambientais e com o modo de vida das comunidades pesqueiras, é fundamental que as práticas tradicionais da pesca artesanal que valorizam a diversidade de espécies, respeitam os ecossistemas e promovem a sustentabilidade social e econômica, sejam respaldadas e promovidas pelo estado, ao invés de marginalizadas. Em muitos casos, para melhor refletir o potencial dos manejos artesanais e alcançar a regularização, os pescados são processados em unidades de beneficiamento coletivos como em agroindústrias, cooperativas (Vasconcelos, 2022) e cozinhas comunitárias.

Opszuka e De Lima (2016) apontam que as iniciativas de organização das pescadoras artesanais em cooperativas trazem várias vantagens, como o papel autorregulador diante das medidas de manejo e a redução de custos por meio de parcerias entre barcos e pescadoras, incluindo o compartilhamento de informações sobre pescarias e estoques para uma melhor estatística da pesca. Além disso, a principal intervenção dessa forma de organização visa romper a dependência do setor artesanal em relação à rede dos atravessadores. Portanto, o apoio a essas práticas é essencial para garantir a harmonia entre a atividade pesqueira, o meio ambiente e as comunidades locais, ao mesmo tempo em que preservam a herança cultural e o modo de vida tradicional da pesca artesanal, os quais são cruciais para promover a justiça e a sustentabilidade na atividade pesqueira.

A partir dos relatos das pescadoras sobre os ambientes e suas formas de relação, os ecossistemas são lidos como abrigo para variadas espécies e fontes de grande diversidade de recursos, que posteriormente são transformados em uma enorme variedade de alimentos, tanto para autoconsumo como para a geração de renda para as famílias. Mas, para além disso, estes espaços moldam os modos de vida sendo elemento central na noção de identidade e pertencimento das comunidades (Adomilli, 2002). São lugares de memória e afeto das pescadoras, as quais com empenho se mobilizam para conservá-los:

A relação aqui com esse lugar é de pertencimento, a gente pertence a esse lugar. É o nosso território de vida, de memórias de tudo! A gente se desenvolveu aqui, eu cresci aqui. (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

No contexto relatado a manutenção dos territórios pesqueiros enfrenta desafios em diferentes aspectos, desde conflitos históricos como a sobreexploração da pesca industrial, as barreiras de inspeção sanitária incompatíveis com as práticas artesanais tradicionais, o avanço de empreendimentos imobiliários sobre os territórios terrestres que vem impedindo o acesso às áreas de pesca e destruindo a vegetação nativa (Paula, 2020). Ao mesmo tempo, inúmeras comunidades permanecem sem acesso à água tratada, estradas e outras estruturas básicas como as unidades de saúde coletiva e tratamento de esgoto. Assim como o uso indiscriminado de agrotóxicos que vem contaminando tanto a terra como a água, e a dragagem e drenagem de banhados importantes para a manutenção das espécies de peixes e para o equilíbrio ecológico dos ecossistemas. Além de questões mais atuais, como a exclusão das comunidades pesqueiras dos processos de licenciamento que impactam os territórios tradicionais de pesca, como os projetos de transição energética no contexto recente de mudanças climáticas (Evangelista *et al.*, 2022).

Em resumo, a análise dos ecossistemas aquáticos e terrestres e as práticas de manejo na pesca artesanal evidenciam a íntima relação entre a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais das comunidades pesqueiras e a sustentabilidade dos meios de subsistência. Ao destacar os métodos de captura e pós-captura artesanais ajustados às dinâmicas sazonais nos ecossistemas e aos ciclos reprodutivos das espécies, sublinha-se a importância dos manejos conscientes e adaptados aos territórios que não só preservam os recursos naturais, mas também fortaleçam a segurança alimentar e nutricional e a economia local. Ressaltando a necessidade de políticas inclusivas que reconheçam e valorizem as práticas tradicionais, promovendo a conservação dos ecossistemas e garantindo a continuidade dos modos de vida das comunidades pesqueiras. Essa abordagem integrada serve como base para o próximo elo do sistema alimentar, o elo de abastecimento, que se empenha em demonstrar como os produtos da pesca artesanal são processados e distribuídos, reforçando a conexão entre a conservação dos ecossistemas, a viabilidade econômica das práticas de manejo e o acesso a alimentos nutritivos e sustentáveis.

3.2 ELO DO ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS: TERRITÓRIOS ALIMENTARES DA CASA AOS MERCADOS

O abastecimento de pescados é uma questão crucial para as comunidades de pescadoras, sendo influenciado por diversos fatores, como os próprios ecossistemas e manejos, as opções de mercados, como também as tendências dos consumidores. Um dos principais fatores que influenciam o abastecimento é a abundância da safra, quando a quantidade de pescado capturada é muito grande, muitas pescadoras enfrentam desafios em processar ou armazenar toda a sua captura. Isso frequentemente acaba levando à venda de parte ou até mesmo a totalidade da captura para atravessadores intermediários, para posterior revenda para indústrias, em sua maioria de Santa Catarina, transformando muitas das comunidades pesqueiras em entrepostos (Hellebrandt; Walter; Fisher; Anello, 2019). Como consequência da falta de opções de comércio regular, reflexo das barreiras sanitárias, parte significativa das redes de abastecimento envolve grandes mercados de cadeias longas e complexas, o que vem tendo um impacto negativo no abastecimento local:

Para a firma é sempre lá embaixo eles que botam um preço, infelizmente eles dizem “Ah é o preço que estão pagando, e é isso”. Então a gente tem que vender. Uma quantidade grande que eu não dou conta, não tem como. Até para não ter problema de fazer uma coisa de má qualidade, então é mais fácil fazer pouquinho e fazer uma coisa de boa qualidade. E às vezes não tem venda e tá dando muito, a gente às vezes nem pesca (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Nesse cenário os atravessadores, pela baixa competição têm o poder de definir os valores de compra, pois controlam o acesso ao mercado e muitas vezes detêm informações sobre os preços de mercado. Além disso, os produtos *in natura* têm um valor menor em comparação com os produtos beneficiados, como filés de peixe ou frutos do mar preparados, que têm um valor agregado mais alto devido ao processamento e embalagem. Assim, envolvendo uma relação complexa, a intermediação entre as pescadoras e os consumidores finais, nem sempre é vantajosa para as pescadoras artesanais, o que se observa é que a precificação fica a critério da oferta e da demanda, o que acaba gerando uma situação de

vulnerabilidade, resultado em pagamentos inadequados que, em muitos casos, mal cobrem as despesas das pescadoras. Segundo Pasquotto (2005, p. 58):

Os elementos que influenciam a reprodução das unidades de produção na pesca, e, por consequência, ao menos em parte, a própria reprodução social dos pescadores artesanais, passam a ter uma forte dependência das dinâmicas de mercado, tanto a jusante como a montante da pesca propriamente dita.

No entanto, como já foi observado anteriormente, a crise dos estoques de recursos impactou fortemente as indústrias pesqueiras em décadas passadas (Souza, 2003). Como resposta ao cenário de crise e desvalorização dos produtos, nos últimos anos surgem de outras formas de comercialização antes não exploradas pela pesca artesanal. O que antes era feito para o consumo familiar, produtos processados em casa, passam a ser vendidos para os consumidores, de modo que autoconsumo e venda cada vez mais perdem os limites que os separam²⁷. Trata-se de formas de abastecimento informais, mas que refletem as práticas tradicionais, tendo em vista que geralmente o preparo feito para a venda mantém os cuidados observados para autoconsumo (Figura 11).

²⁷ Existe um dilema entre consumir ou vender o pescado apresentado por Begossi e Richerson (1992).

Figura 11 - Venda à domicílio de pescados da pesca artesanal



Fonte: Autora (janeiro de 2023, São Lourenço do Sul- RS).

Em relação às dinâmicas de exploração dos mercados apontada por Pasquotto (2005), a resposta das pescadoras caracteriza fissuras em relação à dependência:

Ano passado ele ficou louco, eles botaram o camarão a 4 reais, eu disse “não, se é para dar camarão a 4 reais, eu vou encher o carro e vou dar para aquela vila pobre.” Que tem ali na quinta, tem uma vila bem pobre cheia de crianças. ‘Ah é para entregar para vocês?’ Enchi o carro de camarão e fui lá e deixei tudinho na quinta. Eles falam “ah perdesse” eu não perdi nada! Ajudei as pessoas que estavam passando fome. Porque eu não to passando fome. [...] Eu digo para os guris aqui, se todo mundo trancar camarão, eles sobem o preço, mas não né “o vou fazer com o camarão?” bota no freezer. Amanhã eles vão vir buscar com tudo! e vão levar o ontem e o de hoje. Mas não os caras são cagões, eu não sou cagona, eu tranco tudo. Se tem 10 fechando aí, e eles querem comprar, aí eles fazem uma reuniãozinha antes de liberar o camarão “ô vamo colocar o camarão a tanto” e eu não vendo! Tranco aqui todinho, nem que eu tenha que comer com batata. Aí aumenta o preço, mas eles acham que não, eles têm medo eu não tenho medo (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Nesse mesmo sentido, ainda são expressivas outras práticas tradicionais de subsistência e permutas em diferentes contextos entre as comunidades pesqueiras,

comunidades de agricultores e quilombolas²⁸. O que para além da troca de produtos, carrega a potencialidade da sociabilidade humana, fundada na solidariedade, em relações mutualísticas e na integração social (Radmsky; Schneider, 2007). Os relatos demonstram a presença de estratégias não monetárias da economia das famílias da pesca artesanal:

É muito comum um sujeito ir lá e pescar para comer. Vai na lagoa, dá umas tarrafadas e volta para casa. Não vende, isso é muito comum. Então a dimensão da subsistência é muito presente na Pesca (Entrevistado “R”, Florianópolis/SC, abril de 2023).

Tu pode vender o peixe, vender o teu filé fazer a moeda para sobrevivência na cidade no caso na nossa vida urbana tem que pagar energia tem que pagar as dívidas né, mas a gente ainda usa como objeto de troca de subsistência com esse povo que vive no morro. Toda essa região aqui tem bastante gente que faz isso. É mais com o pessoal da agricultura, mas às vezes quando a gente precisa de alguma manutenção algum mecânico ou elétrica no barco também dá para fazer uma troca pelo serviço. (Entrevistada “D”, Garopaba/SC, março de 2023).

Nesse sentido, também é possível se observar pelos diversos relatos das pescadoras que, em vista do valor de mercado não ser atrativo, pescados são frequentemente doados tanto no contexto interno das comunidades como no externo. Assim, as redes de abastecimento ligadas à pesca artesanal, mesmo nos espaços onde a venda é usual e facilitada, se caracterizam como redes de solidariedade e reciprocidade²⁹. Embora, conforme Adomilli (2002) aponta em seu estudo sobre a construção da identidade social das pescadoras do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, resistam as redes de relações de reciprocidade e solidariedade em relação à “família extensa”, formada geralmente por pescadoras e agricultores da região, uma certa autonomia da família frente à “família extensa” é observada. Sobre as relações de solidariedade na caracterização do abastecimento, a pescadora “D” de Garopaba/SC relata:

²⁸ Relatado pela pescadora de Garopaba que troca seus peixes por frutas e verduras com as agricultoras moradoras dos “morros”. O relato da quilombola de Tapes apontou que as trocas ocorrem dentro do contexto da comunidade, no entanto outras trocas entre as diversas origens étnicas estavam evidentes por meio dos aspectos etnoecológicos, etnoculinários e nas organizações dos povos e comunidades tradicionais. Para conhecer melhor a diversidade étnica no Rio Grande do Sul ver Moura (2009) e em Santa Catarina veja Pereira (2003).

²⁹ Para Sabourin (2011) a reciprocidade é um princípio econômico que gera valores humanos, se opondo à troca mercantil.

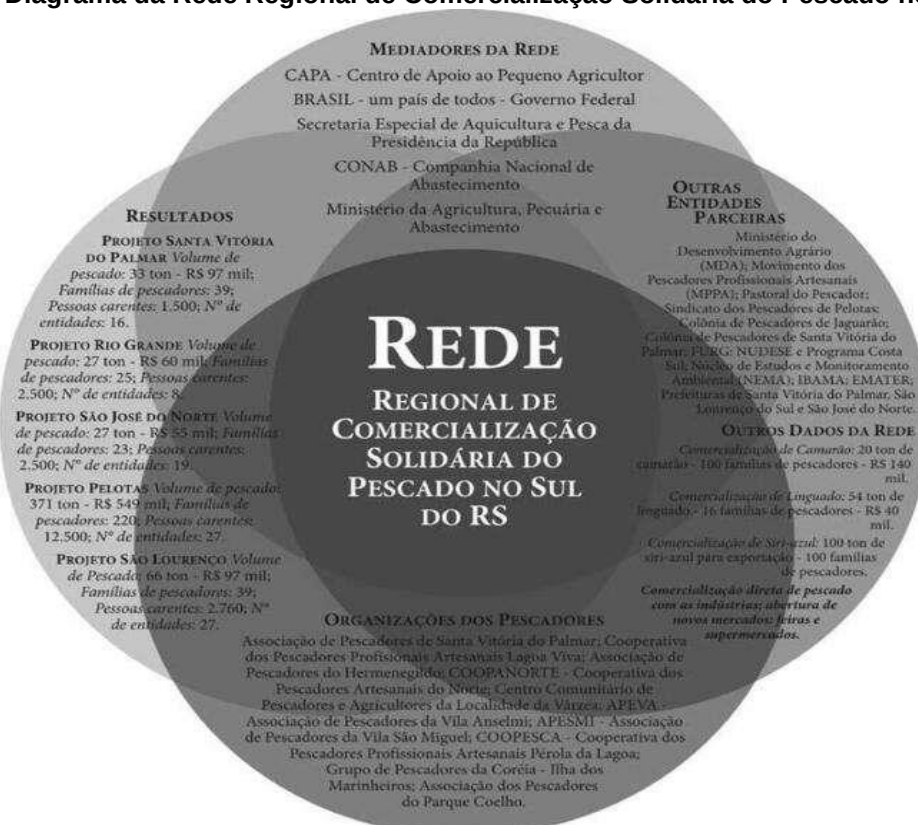
Mas quando vem os peixinhos muito humilde na rede que às vezes acontece de cair uns Peixinhos menores na rede a gente nem vende a gente pega e se chega alguém lá e fala “tem um peixinho para mim?” a gente até dá porque como é que a gente vai vender um peixinho pequenininho, como é que vai fazer filé de um tiquinho de peixe? não tem como, então ele já pega e já dá lá para alguém que esteja precisando que esteja necessitando e já fica por lá mesmo. não vamos comercializar e também quando não serve para gente. Para fazer isso a gente pega e doa mesmo, não vale a pena Deus o livre e mata a fome de alguém. Assim todos os pescadores que ficam ali na praia pelo menos aqui nessa orla da praia onde os rapazes trabalham são várias mesas que trabalham todo mundo ali. Então ali, normalmente quando eles pegam esses Peixinhos Miúdinhos, eles pegam e doam mesmo, para quem precisa ali na volta mesmo (Entrevistada “D”, Garopaba/SC, março de 2023).

Assim, as pescadoras artesanais enfrentam o desafio de obter preços justos por seus produtos, equilibrando a necessidade de vender para os atravessadores e a busca pela compensação financeira que reflita o valor de seu trabalho e a qualidade dos produtos. Nesse sentido, a circulação do pescado aparece como importante entrave para a reprodução da pesca artesanal, no entanto a associação da pesca ao capital não representa o fim da pesca artesanal, mas a continuidade da mesma de forma precarizada, servindo como mão de obra explorada (Santana, 2013).

Buscando uma maior autonomia no processo produtivo e melhores condições de vida, projetos de fortalecimento da produção e abastecimento local são organizados em diferentes contextos envolvendo as comunidades pesqueiras (Figura 12). Através de conexões de cooperativismo popular³⁰ e economia solidária criam-se condições de autorregulação frente às medidas de manejo, de parcerias estabelecidas entre barcos e pescadoras tornando cooperativas como unidades de captura. Também possibilitam a redução de custos, melhorando as informações sobre os estoques e controle dos preços. Mas, principalmente, a intervenção dessas iniciativas de organização no sentido de romper a dependência entre o setor artesanal e a rede dos atravessadores (Opuszka; Lima, 2016).

³⁰ Vale ressaltar a diferenciação do modelo de cooperativismo fundado nas organizações populares do sistema da Organização Cooperativista do Brasil, considerado Cooperativismo Empresarial (Opuszka; Lima, 2016).

Figura 12 - Diagrama da Rede Regional de Comercialização Solidária do Pescado no Sul do RS



Fonte: Froés et al., 2008.

Além disso, as possibilidades de produção regulamentada dão condições de certificar os produtos, dando às comunidades pesqueiras acesso diretamente aos mercados formais, alcançando também políticas públicas como PAA e PNAE, contribuindo para a melhoria do abastecimento de alimentos de seus territórios. No entanto, os cortes de tais políticas públicas geram dificuldades para as iniciativas de empreendimentos locais se estabelecerem, consequentemente levando a descontinuidade no abastecimento local e em outros mercados.

Outras possibilidades surgem quando participam de iniciativas que agregam valor aos seus produtos através da comercialização direta, através das associações de feirantes, empreendimentos como quiosques, petiscarias e trailers. Nesse cenário as formas de abastecimento de alimentos no formato de preparações culinárias são relatadas com alto apelo entre os consumidores e vantajoso retorno econômico, como se observa no relato das pescadoras relacionando à venda dos pescados, ao compartilhamento de receitas, em conformidade com o que é apontado no trabalho de Martínez e Hellebrandt (2019, p. 253) “por atenderem melhor ao cliente, por vezes até repassando receitas culinárias, e por terem mais cuidado com o pescado,

geralmente vendem mais do que os homens”. Os relatos revelam distintas as formas de comercialização praticadas pelas pescadoras, apontando para conexões entre as atividades cotidianas e o abastecimento dos pescados:

O que rende mais mesmo é a culinária com o peixe. A gente vende muito peixe, arroz, feijão e salada verde. Bolinho de peixe risoles tudo de tainha às vezes eu misturo algum outro peixinho, outro com a tainha para tirar um pouco a fortidão Mas vem de tudo, aí que peixe vai tudo, aí eu fico nesse processo agora tô esperando o peixe para cortar peixe para guardar para semana santa (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros- Rio Grande/RS, março de 2023).

A gente vende mais mesmo é direto na praia o pessoal sai para caminhar Ali porque como eles trabalham na Praia Central o pessoal sai para caminhar e depois da caminhada já sabem que a banquinha tá ali que as mesas estão ali O pessoal já chega e já passam ali, pega o peixe e vão para casa. É assim que funciona, já sai fresquinho, já sai quase pronto né, e com a receita na ponta da língua (Entrevistada “D”, Garopaba/SC, março de 2023).

A gente não faz a separação, o mesmo pescado que a gente vende é o que a gente consome, só a diferença é que a gente nunca consome o pescado congelado, o pescado sempre é fresquinho. Claro, se a gente passar uns dias sem pescar a gente vai pegar o que tá no freezer, mas o mesmo produto que é consumido é comercializado, não tem diferença. Eles levam congelado, essa é a diferença, mas a gente ajuda eles bastante a fazer, do modo que a gente faz, do modo de preparar, de cozinhar, como tu vai temperar né (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros- Rio Grande/RS, março de 2023).

Segundo Almeida *et al.* (2004), a expansão do mercado consumidor pesqueiro ocorreu em decorrência do crescimento populacional, de modo que houve também um aumento da importância do pescado comercializado nos supermercados, ao mesmo tempo em que houve aumento da consciência sobre alimentação saudável e dos processos de preparação industrial. No contexto estudado nota-se que as aberturas de novas formas de comercialização, especialmente os mercados de proximidade vem possibilitando a valorização dos produtos, ao mesmo tempo em que, pela própria diversificação das opções de venda, observa-se a melhora dos preços obtidos a partir das vendas para diferentes compradores. A memória da pescadora destaca a transformação nas formas de abastecimento dos alimentos oriundos da pesca artesanal:

O que mudou é que antigamente o meu pai, ele pegava e era tudo vendido para o atravessador. Nós não, a gente vende tanto para o atravessador quanto para o consumidor, a gente acaba vendendo mais, às vezes para o

consumidor final do que para o próprio atravessador, então tu acaba tendo um lucro maior. É igual a carne de siri, eu vendo para o atravessador muito pouco, a maioria é para o consumidor final, então eu consigo pegar um valor um pouco melhor. E aí com a carne de siri, eu faço a casquinha de siri, e aí eu consigo agregar um pouco mais de valor nesse produto. (Entrevistada “M”, Laguna/SC, março de 2023).

Especialmente na região das lagoas costeiras do Sul, em vista do crescimento populacional e formato de mosaico dos territórios pesqueiros encontrados em muitas cidades e bairros entremeados por casas de veranistas (Cotrim *et al.*, 2009). Desse modo, respondendo às dificuldades estruturais, legais e políticas dos grandes mercados, as formas de abastecimento locais vem contribuindo para encurtar e simplificar as cadeias de produção aproximando as pescadoras e consumidores, mesmo quando se encontram distantes geograficamente conforme a fala a seguir da pescadora “M” de Laguna/SC:

Aqui no verão eu consigo vender mais até pelo fato de ter mais turista, mas é algo que eu vendo o ano inteiro. Eu sempre digo que a casquinha de siri é o nosso carro chefe, então eu não posso ficar sem a carne de siri. Tem um restaurante em Criciúma que eu entrego a mais de 6 anos para eles. Ele pega na faixa de 30 bandejas com 9 unidades por mês. Então é algo que eu tenho garantido todo mês (Entrevistada “M”, Laguna/SC, março de 2023).

As pescadoras apontam diferentes preços para os atravessadores e para o consumidor final logo, podendo a segunda opção ser feita logo após a despesca na beira da praia, nas esquinas mais movimentadas dentro das comunidades pesqueiras ou já preparados prontos para o consumo. Podendo ser vendidos em diferentes circunstâncias, seja na areia da praia aos turistas, vendas pelo whatsapp, parcerias com turismo de base comunitária e revendas em peixarias, bares e restaurantes. Destacando a flexibilidade em que suas redes de abastecimento trabalham, o relato a seguir reforça a visão sobre a adaptação das formas de comercialização dos pescados da pesca artesanal:

Hoje a gente tem muita oferta no Facebook, nas redes sociais e tem também aqueles que já tem um consumo, têm confiança no manuseio da limpeza do produto. Então já tem aquelas mulheres que a “Dona Maria e o seu João. Ela faz para mim.” Então eles já têm a venda para essas pessoas, já tem uma relação de confiança de quem faz a limpeza desses produtos, seja do siri ou do Camarão, que é mais realizado pelos pescadores. Então, tem muito isso, as pessoas fazem a limpeza já com destino de venda para aquelas pessoas que eles já estão acostumados. É uma relação de confiança que o produto tem qualidade. [...] Eu acho que tem crescido muito

se a gente for olhar, se fosse a 10, 15 anos atrás praticamente pescador nenhum fazia esse trabalho de limpeza desse produto. Então essa confiança foi crescendo. Hoje tem muita gente que faz e é direcionado para venda principalmente por saber que o pescador vai fazer para gerar mais renda para ele, mas o consumidor tá tentando ir buscar esse produto de qualidade com a garantia de que é um produto bem feito (Entrevistado “C”, Rio Grande/RS, março de 2023).

Nesse sentido, em vista das dinâmicas apontadas nos territórios pesqueiros, a partir da transformação no abastecimento de produtos da pesca artesanal, outras formas de comercialização apontadas são de extrema relevância e apontam a tendência entre a maioria das famílias para a venda de seus produtos diretamente nas suas casas. Através de placas, anúncios em redes sociais ou por meio de contatos online que recomendam seus produtos e indicam seus endereços, as redes estabelecidas por meio dos alimentos transformam os territórios pesqueiros, passam por uma transformação reticular que, segundo Haesbaert (2004), conformam em territórios-rede. Na visão de Braga (2010, p. 33) o território-rede:

Consiste justamente nesse caráter móvel do território, sobretudo na sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação que conectam e ao mesmo tempo desconectam territórios, pois nem todos fazem parte do “circuito formal” de trocas.

Assim, pode-se compreender dentro das transformações no abastecimento dos produtos da pesca artesanal nos sistemas alimentares, o aumento do reconhecimento por parte dos consumidores de valores oriundos de dentro dos territórios. Estes são tramados nas práticas artesanais tradicionalmente feitas pelas famílias da pesca:

Porque eles vêm aqui, a maioria dos pescadores não têm comércio, a gente não tem comércio, a gente está na nossa casa. Então eles sabem que é casa de pescador tem indícios sempre tem uma rede na frente da casa uma fubica ou um caíco sempre tem um indício que ali é uma casa de pescador E então eles vêm até nós para comprar um peixinho, um camarão ou uma coisa assim justamente em busca de comprar um produto mais fresco de qualidade um produto, geralmente eles querem fresquinho quanto mais fresquinho melhor, mas sempre voltam. O bom é isso, que ele sempre volta, eles vêm uma vez e voltam de novo é um sinal de que gostaram (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Tal tendência diverge da encontrada por Ferreira, Jankowsky e Nordi (2009, p. 701) sobre a análise dos sistemas alimentares da pesca no litoral paulista:

Se for possível delinear uma tendência no sistema alimentar local, ela está no crescimento do consumo de alimentos industrializados e produzidos em larga escala, na produção em massa de pescado, no abandono do pescado como principal fonte de proteína animal e adoção do mesmo como produto comercial.

Contudo, os autores apontam: “isso não significa que um novo fator de cunho político, econômico, social ou ambiental não possa alterar este “rumo”. Um novo fator importante no contexto pesqueiro foi a situação de suspensão do seguro defeso ocorrida em 2011, que deixou muitas mulheres pescadoras diante de um cenário incerto em relação aos seus direitos, mas principalmente em relação ao sustento de suas famílias durante o período do defeso. Desse modo, pode-se inferir que o evento representa um ponto de virada para os sistemas alimentares da pesca artesanal. Tendo sido observado em contexto local por Hellebrandt, Rial e Leitão (2016) a partir do surgimento da Cooperativa Mulheres da Lagoa, no município de Pelotas, especificamente na Colônia Z3, em função da situação de suspensão do seguro defeso.

Ainda a fim de melhorar o escoamento da produção, as pescadoras consideram a importância de promover a reativação das indústrias locais de processamento, sem desconsiderar a urgência da inclusão produtiva do manejo artesanal, o que poderia resultar em preços mais justos em vista do consequente aumento da concorrência entre os compradores.

Em resumo, o elo do abastecimento de alimentos pescados é afetado por uma combinação de fatores, incluindo a abundância da safra, o trabalho familiar, a atuação dos atravessadores, a competição no mercado, a complexidade das cadeias de distribuição, umas com mais e outra menos vulnerabilidades e vínculos aos mercados de cadeias longas, e também às tendências dos consumidores³¹. Assim, destaca-se a intrínseca relação entre a conservação dos ambientes naturais, o conhecimento tradicional das comunidades pesqueiras e as práticas de manejo sustentáveis. Em vista da expansão do território-rede pesqueiro o abastecimento dos sistemas alimentares da pesca artesanal, é notável a propriedade de reorganização sendo observada a tendência das cadeias de proximidade e reciprocidade que envolvem a valorização da qualidade dos produtos pelos

³¹ Na perspectiva do mercado consumidor de pescado, o abastecimento no Brasil encontra-se diretamente ligado ao poder aquisitivo, à quantidade e qualidade ofertadas, conservação, alternativas para produtos substitutos e aos preços e hábitos alimentares (Lopes *et al.*, 2010).

consumidores. Essa análise do abastecimento prepara o caminho para os próximos elos dos sistemas alimentares da pesca artesanal: o elo das dietas, consumo e utilização biológica dos alimentos, que serão explorados na seção seguinte, destacando as qualidades e os impactos dos pescados da pesca artesanal na segurança alimentar e nutricional.

3.3 ELOS DAS DIETAS, CONSUMO E UTILIZAÇÃO BIOLÓGICA DOS ALIMENTOS: FECHANDO O CICLO DOS SISTEMAS ALIMENTARES E RETORNANDO AOS ECOSSISTEMAS

Entre o que é oferecido pelas comunidades pesqueiras e o que de fato é reconhecido e consumido pela sociedade, as dietas, o consumo e a utilização biológica influenciam as dinâmicas do sistema alimentar que envolve as ações e decisões dos consumidores. As dietas demonstram as motivação e valores associados aos consumidores que compram os produtos da pesca artesanal. Já o consumo expõe os fatores que vão determinar o acesso e as formas de consumo dos alimentos e, por fim, a utilização biológica será o benefício esperado na esfera da saúde a partir da alimentação, envolvendo predominantemente aspectos como os nutrientes, mas também olhando para a saúde de modo integral, através da segurança hídrica, para alcançar a segurança alimentar e nutricional. Todos interligados e fundamentais para compreender o impacto das práticas de pesca artesanal na sociedade por meio dos alimentos.

3.3.1 Dietas

As dietas representam uma parte essencial desse sistema. No sistema alimentar baseado na concentração de capital, as dietas globalizadas geralmente oferecem produtos altamente processados, refletindo em preços baixíssimos, que, no entanto, acabam deixando de lado outros fatores, não só relacionados à saúde como à cultura alimentar (Nilson, 2022).

A percepção das pescadoras sobre as dietas ligadas à escolha por produtos da pesca artesanal refletem, além de escolhas monetárias, valores de consumo

ligados à qualidade dos alimentos, envolvendo a saúde, o frescor³², o sabor e a higiene, atributos intimamente ligados à origem dos alimentos, o que demonstra a soberania alimentar e resistência da pesca artesanal perante os impérios alimentares (Schottz; Cintrão; Santos, 2014), reconhecida a partir das falas das pescadoras durante as entrevistas:

O primeiro motivo é a qualidade. Hoje em dia a gente vê que tem muitas pessoas que buscam adquirir direto com o produtor que tem mais qualidade, principalmente sendo em pequena quantidade de manuseio (Entrevistado “C”, Rio Grande/RS, março de 2023)

Tu nunca vai comer uma coisa que ficou em um porão por 10-15 dias e que usam também produtos para manter aquele peixe inteiro. Isso dentro da pesca artesanal tu nunca vai ver. Tu vai chegar muitas vezes na praia para comprar um peixe ele tá vivo, ele tá fresquinho, ele tá até vivo, essa é a importância, consumir um pescado de qualidade. O nosso peixe da pesca artesanal tem qualidade, tem bastante qualidade. [...] Aí claro o pessoal chega aí e vê o capricho e volta sempre. Igual à freguesia do camarão. Pessoal chega aqui e vê tudo bem limpo e eles querem, tem gente que não reclama do preço, mas tem gente que não dá bola para sujeira e olha para o preço. Só que eles têm que ver né, para manter as coisas limpas não é barato, o garrafão de clorofila tá 16 reais. Aí tu tem que colocar tudo de molho, tudo, os potes de camarão é tudo clarinho, tudo bem limpinho. Tem gente que cuida isso aí. Tem gente que não dá nem bola para sujeira e olha para o preço (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros- Rio Grande/RS, março de 2023).

Uma dica que eu dou: peixe não fica congelando e descongelando quer fazer um peixe? compra o peixe e já tenta fazer, no máximo, duas vezes. Porque aí ele perde o sabor dele bom assim nesse processo de ficar congelando e descongelando. Que é o que de certa forma acontece quando vai para indústria, para o mercado e acaba acontecendo E aí o sabor acaba não ficando bom. (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

A escolha dos alimentos pescados pelos consumidores, no estudo de Begossi e colaboradores (2012), está relacionada a pressupostos provenientes da teoria do forrageamento ótimo, que postula sobre o tempo e a preferência dos alimentos, e alega que uma vez aumentado o tempo e consequentemente o esforço em consumir um alimento a preferência por esse diminui. De modo que se entende o tempo de processamento como parte da razão obtida que infere na classificação dos itens alimentares dentro das escolhas de consumo.

³² Sobre o frescor, o sabor e a qualidade dos pescados, segundo Sartori e Amancio (2012), em decorrência do processamento, como é o caso do congelamento, a qualidade proteica do pescado é mantida, no entanto um descongelamento errôneo pode levar à extração de parte das proteínas, e como observado pelas interlocutoras também o frescor e o sabor. O descongelamento feito por elas geralmente envolve submergir o pescado em água.

Nesse sentido é essencial destacar que os alimentos oriundos da pesca artesanal já processados são produzidos a partir de características exclusivas dos manejos tradicionais, notadamente feitas pelas mulheres pescadoras, envolvendo a limpeza do pescado, evisceração, filetagem (Figura 13). De modo que as atividades feitas pelas pescadoras possibilitam a aproximação dos consumidores de atributos de qualidade além dos relacionados à aparência física dos alimentos, mas também sociais relacionados à produção e à reprodução social da pesca artesanal, relacionando a qualidade dos alimentos de uma forma ampla.

Figura 13 - Etapas do processamento da carne de Siri



Fonte: Autora (fevereiro de 2023, São José do Norte- RS).

Levando em consideração aspectos produtivos, a preferência por pescados de melhor qualidade física, por consequência, vem refletindo uma maior procura por produtos saudáveis e sustentáveis, envolvendo o reconhecimento da ligação entre a saúde do corpo, o que está sendo consumido e o ambiente (Araújo; Ramalho; Melo, 2020). De modo que, em vista da atenção aos ecossistemas onde os alimentos são produzidos e a qualidade envolve características exclusivas de certos manejos tradicionais, pode-se entender que há uma aproximação e valorização por parte dos consumidores pelos produtos locais (Figueira, 2009), ligados às dietas sociobiodiversas. A fala da pescadora “I” ressalta a qualidade ampla dos pescados reconhecida por ela:

Além de tu te alimentar melhor, ter mais variedades está comendo uma coisa saudável, não tem agrotóxico, não tem nada. Aí tu tem a traíra tu consegue fazer ela assada no forno, pode variar o recheio e tu tá super alimentado e gastando bem pouquinho (Entrevistada “I”, Vila Santa Isabel-Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023).

Ao analisarmos a questão da reprodução social da pesca artesanal, o manuseio dos pescados feito pelas mulheres, através de inúmeras variedades de receitas relatadas por elas, observa-se que há um processo contínuo de transformação de natureza em cultura, envolvendo saberes e sabores apurados por gerações:

Acho que é uma coisa que a gente vai aprendendo no dia-a-dia, na verdade isso vem da minha mãe, da minha avó, então a gente é da cultura na verdade. [...] Eu não costumo usar muito tempero industrializado só mais molho de tomate, cebola, coisas mais naturais assim, cebolinha verde nada muito, senão tu acaba não sentindo o gosto do siri, do Peixe em si sabe. Porque tu começa a colocar muito tempero muito tempero acaba tirando um pouco, descaracterizando um pouco o produto. Quem me ensinou a fazer dessa forma foi passado de geração a geração, a minha mãe cozinha muito bem e a minha avó cozinha muito bem e agora dizem que eu cozinho muito bem (Entrevistada “M”, Laguna /SC, março de 2023).

Contreras e Gracia (2011, p. 123) apontam que as práticas alimentares “se convertem em parte do patrimônio de pertencimento e depois servem para a rememoração emotiva e identitária por parte evidenciado da geração seguinte” compreendendo a cultura alimentar do grupo. Assim, o consumo das espécies locais, particularmente em relação às práticas de turismo e às datas comemorativas como as Festas de Nossa Senhora dos Navegantes Iemanjá e a Semana Santa, que abrangem a cultura alimentar, guarda além do potencial de agregar valor aos produtos da pesca artesanal, um papel fundamental na salvaguarda dos métodos tradicionais de preparo das espécies.

Como destacado por Figueira (2009) ao observar o trabalho coletivo dos moradores ao enfeitarem a comunidade e das mulheres no preparo dos alimentos da festa, aponta para as possibilidades de coexistência da tradição cultural e ritualística da festividade e os interesses de mercado e promoção turística da comunidade. Sobre a manutenção do patrimônio cultural do litoral catarinense Maffei (2021, p. 27) aponta que nesse processo coletivo se “constrói uma rede de

atividades comunitárias que fortalecem o sentimento de identidade local”, conforme é relatado pela pescadora de Garopaba:

Tem uma quermesse que acontece em maio aqui que é justamente o encontro da agricultura com a pesca, que tem tipo uma festa da tainha que é bem na safra da tainha. E aí tem a farinha que desce do Morro, que também é produzida nos engenhos e a tainha que é pescada. São quatro dias de festa, se chama quermesse e tem shows, tem almoço de tainha na brasa ou no bambu. Acontece na praça na frente da igreja católica, na verdade eu não sei porque que teve a primeira quermesse, se foi para comemorar a safra da Tainha ou se foi para comemorar a farinhada. [...] São essas duas que acontecem aqui, essas duas festas, a festa de Navegantes que é bem forte e essa quermesse que acontece em maio. Aí depois dessas duas aí tem a entrada da época para visitar as baleias em agosto setembro, que aí a gente consegue ver elas da praia, já não tem uma data específica, mas agora tem bastante mirante que a gente consegue fazer as observações. Normalmente a gente fica lá no mirante todo mundo esperando quando alguém à vista é uma festa todo mundo vai lá ver, é bem legal, é bem gostoso e cada vez que a gente vê parece que é sempre a primeira vez (Entrevistada “D”, Garopaba/SC, março de 2023)

Conforme definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a SAN no Brasil é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Esse conceito englobando práticas alimentares promotoras de saúde, culturalmente apropriadas, ambientalmente sustentáveis e economicamente justas. Assim, cada região possui hábitos alimentares próprios, mas também pratos emblemáticos que servem como marcadores identitários, ligados à uma rede de significados importantes (Maciel, 2001; Mauss, 2003), que carecem de reconhecimento como atributos para a valorização do patrimônio cultural pesqueiro. Esse contexto é exemplificado pela fala da pescadora, que evidencia a conexão entre alimentação, identidade e patrimônio:

Você tem um peixe no molho de butiá, é uma coisa super gostosa, única e típica. O pessoal da Rota dos Butiazais promove esse tipo de receita né. Aqui na região tem também, aqui nos restaurantes de Laguna ele tem trabalhado bastante com Butiá. Mas é isso que você precisa informar e dizer: olha o *Butia Catarinensis* é uma espécie endêmica de Santa Catarina, só existe aqui. Você quer ter uma experiência única? Você não vai em lugar nenhum no mundo comer um peixe dessa espécie com esse molho com essa outra espécie que é daqui. Então com isso você cria um tipo de economia que não é ligada à quantidade é ligada a qualidade (Entrevistado “R”, Florianópolis/SC, abril de 2023).

Em resumo a análise das dietas dos sistemas alimentares a partir dos relatos das pescadoras artesanais revela que as escolhas por seus pescados envolvem além da questão da acessibilidade econômica, a qualidade dos alimentos, que ao ser confrontada com os pressupostos da teoria de forrageamento ótimo, envolvendo a questão do tempo de manuseio e o processamento, dizem muito sobre suas prioridades em relação à qualidade de forma ampla, relacionando valores bioculturais, refletindo as mudanças tanto no sentido econômico como ecológico (Lopes, *et al.* 2021), de modo que serão determinantes no sentido da mitigação e adaptação dos sistemas alimentares no contexto das mudanças do clima.

3.3.2 Consumo

O ato do consumo envolve desde fatores objetivos como a forma de acesso e aquisição dos alimentos, mas também subjetivos que incluem as preparações que podem variar culturalmente. Nesse sentido explicita-se a distinção e as conexões culturais entre as dietas e consumo, estando em diferentes escalas de influência sobre os consumidores. As dietas estão no nível das estruturas institucionais e organizacionais, enquanto o consumo está na escala do indivíduo, estando em constante interação. Assim, dieta sustentável foi abordada anteriormente levando em consideração as manifestações da sociabilidade na alimentação contemplando a cultura alimentar presente nos territórios. Por sua vez, neste tópico, pretende-se discorrer sobre as práticas de consumo dos alimentos sobre aspectos cotidianos.

O consumidor brasileiro na maioria dos casos adquire o pescado fresco, sendo a região Sul a que apresenta os menores níveis de consumo entre as regiões do Brasil. Na região há a preferência pelos peixes de água salgada também adquiridos frescos seguindo a tendência nacional (Sartori; Amancio, 2012). Portanto, ao levar em conta a teoria do forrageamento ótimo, que geralmente sugere uma preferência por produtos processados, ou seja, que demandam menos tempo de preparo (Begossi *et al.*, 2012), a tendência observada de maior compra de pescados na forma fresca destaca-se como um ponto de contraste e contribui para o debate levantado pelas pescadoras sobre os desafios de acessar os produtos da pesca artesanal, especialmente em face das restrições higiênico-sanitárias que limitam o acesso aos produtos de pesca já processados em áreas distantes dos territórios

pesqueiros. Nas suas declarações, as pescadoras descrevem as formas mais comuns de consumo em seus territórios:

A maneira mais habitual é o consumidor vir na residência do pescador, tem os fregueses que vão ao encontro dos pescadores que sabem, “conheço o pescador Fulano, vou lá na casa dele e compro”, e isso é o mais comum (Entrevistada “F”, Porto Alegre/RS, março de 2023).

O que é o mais procurado aqui é o camarão e a carne de siri já limpo. Quem compra mais o pescado sujo aqui é para venda, eles compram para revender. Porque as pessoas que vem aqui mais é para o consumo, então elas querem limpo, não elas não gostam muito de descascar o camarão ou fazer o filé de peixe, porque é uma coisa mais difícil de fazer (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros- Rio Grande/RS, março de 2023).

Em relação à restrição do acesso aos produtos pescados, o trabalho de Sonoda (2006) aponta que entre os fatores da baixa demanda de consumo de pescado no Brasil, comparando com outras proteínas de origem animal, está a distância das áreas de produção e consumo. Como resposta a essas barreiras, por meio da mobilização pessoal dentro de processos coletivos, surgem novas rotas de consumo que contribuem e compõem a diversidade alimentar, valorizando os saberes, os ambientes, os produtos e as pessoas. Por meio das redes de proximidade, como as feiras do pescador e de produtos orgânicos³³, cadeias curtas de comercialização, não necessariamente baseadas na proximidade geográfica, operacionalizadas através de cestas de produtos distribuídas em pontos de entrega, com selos de indicação geográfica, QR codes, tais iniciativas vêm permitindo o acompanhamento da cadeia produtiva e o alinhamento de valores de sustentabilidade no consumo. Já na região da costeira dos Estados do sul do Brasil, onde a pesca artesanal é mais expressiva, muitas vezes os territórios pesqueiros estão entremeados em áreas de circulação e turismo, de modo que o acesso aos produtos pesqueiros é visto como mais facilitado, muito pelo reconhecimento da atividade pela sociedade de modo geral no contexto local.

É relevante ressaltar os movimentos *Slow Food*, Rede Mesa Brasil SESC, as iniciativas de Comunidades que Sustentam a Agricultura ligadas à pesca, os

³³ A Feira Agroecológica da ARPA-SUL em Pelotas, semanalmente aos sábados reunia a Feira da Pesca Familiar da Z3 (Malaguez, 2023). Onde são vendidos produtos da pescados em diferentes níveis de processamento incluindo congelados e beneficiados em forma de filé, iscas, bolinhos e refeições como linguado à escabeche e empanados que também são vendidos prontos para o consumo no espaço da feira.

Sistemas Participativas de Garantia da Rede Ecovida, mapa de feiras orgânicas do IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor, Sistema de informação sobre a biodiversidade brasileira - SIBBR, Rede Ideias na Mesa e as experiências da Rota dos Butiazais e outros diferentes grupos que vêm criando mecanismos para facilitar o consumo, expondo formas independentes da estrutura formal para legalização industrial, também agindo pelo reconhecimento legal a partir de adequações de procedimentos de autorização ambiental e sanitária dentro das instituições para o reconhecimento e inclusão dos produtos da sociobiodiversidade (Coelho-de-Souza *et al.*, 2019b).

Para além das questões mercadológicas e de distribuição que incidem sobre o ato do consumo, o preparo diário dos alimentos (Figura 14) tem impacto significativo na segurança alimentar e nutricional dos consumidores. Caraher e Lang (1999) em seu estudo que tem como título “Não sei cozinhar, não vou cozinhar”³⁴, demonstram a relevância das habilidades culinárias na promoção da saúde, de modo que seria insuficiente fornecer conselhos sobre alimentação saudável, promovendo a conscientização, se as pessoas não tiverem as habilidades necessárias para implementá-los.

Figura 14 - Preparo do camarão ao molho de tomate e pimentões



³⁴ Tradução do original em inglês “*Can’t cook, won’t cook*”.

Fonte: Autora (fevereiro de 2023, Ilha dos Marinheiros, Rio Grande - RS).

Sobre esse aspecto, os saberes e habilidades de preparo dos alimentos, cuidadosamente mantidos e aprimorados no consumo do dia-a-dia das famílias pescadoras artesanais, se caracterizam como ferramentas essenciais para perspectivas políticas e teóricas sobre o consumo. As falas das pescadoras contam um pouco da diversidade de preparos dos pescados em seu cotidiano, mesclando “matéria e memória, presente e passado, invenção e necessidade na forma de gostos, cheiros, cores, sabores, formas, consistências, especiarias e condimentos” (De Certeau *et al.*, 1997, p. 296):

A gente consome tudo que a gente pesca. A gente come o que a gente pesca aqui quatro até cinco vezes por semana. Faz ensopado também, com arroz com massa. Ensopado a gente faz a corvina, o camarão, e o siri. Frito é muito, camarão, peixe e siri também. A gente faz frito o siri de casco mole, que é a melhor coisa do mar que existe. As ovas também a gente não joga fora, a gente junta e come fritas, porque a gente faz filé e sobra as ovas de tainha, de corvina. A gente junta tudo e nós comemos. Aprendi a aproveitar isso aqui mesmo, com nós mesmos. Era bom a gente come! Bolinho essas coisas foram muitos cursos que eu fiz pela secretaria de pesca de Rio Grande pela Emater. [...] Faço salada de tainha, a gente assa a tainha ou na Brasa ou no forno e depois escolhe ela tira as espinhas e faz com batata cebola, ovo, tomate, azeitona, [...] A gente tem que “jogar com peixe” né, tu não vai comer sempre frito, o camarão sempre massa ou sempre com arroz ou a baiana, tem que ter outras formas né. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros- Rio Grande/RS, março de 2023).

Fizemos assado no forno, na folha, frito, fizemos ensopados maravilhosos com legumes e sem legumes. Porque aqui a gente tem essa história dele ensopado, só ensopado, nem engrossado com farinha. Era com arroz mesmo ensopado e uma salada verde bem cítrica aquele caldinho. [...] Eu lembro da gente envolvia peixe nas folhas de bananeira, de mamona, às vezes tanto fazer limpo quanto inteiro. Cozido que você vai comendo e tu vai separando, com limão que tem sempre nas hortas e com pimenta. (Entrevistada “E”, Tapes/RS, abril de 2023).

Caldo de peixe sem essa alfavaca para mim não é caldo de peixe, ela é especial mesmo para colocar no caldo de peixe. Porque no restaurante a gente fazia o pirão e vendia aquela anchova assada e esse pirão. Eu faço até hoje quando a gente reúne a família toda, a gente faz uma moqueca de peixe e eu faço aquele monte de pirão, para todo mundo comer o pirão. Então não colocar alfavaca não é caldo de peixe. Para pescador tem que ter essa alfavaca e para fazer o pirão tu tem que fazer o caldo de peixe. O caldo de peixe a gente usa muito a cabeça do peixe[...] para fazer o caldo do peixe eu gosto de fazer uma anchova ou garoupa, porque é um peixe mais rígido, dependendo se tu botar um peixe que ele vai cozinhar, vai ferver e vai se desmanchar ele já fica ruim (Entrevistada “N”, Garopaba/SC, março de 2023).

Essa história de comer a bochecha da traíra, essa senhora já é falecida, mas ela vinha e só buscava a cabeça do peixe. Morava ali na lomba e todo

mundo perguntava porque ela pegava a cabeça do peixe e ela dizia que tirava a bochecha. Todo mundo achava que era ruim, mas aí a gente aprendeu com ela, a gente aprendeu com ela a tirar a bochecha da traíra. [...] Eu também não sei te dizer onde ela trouxe, mas alguém deve ter ensinado para ela e depois ela passou aqui para nós, e quem sabe trabalhar com peixe faz direto. Aí tu pode fazer arroz de forno, pode fazer ela fritinha, estrogonofe tudo que tu puder fazer com a carne tu pode fazer com ela. É uma carne nobre, não tem espinhos, não tem nada. [...] E aí a coopesi vai com a sua cozinha para Expointer todos os anos. Começou a partir de uma inscrição que fizeram do Rogerinho da Emater eu acho faz muito tempo, não sei te dizer ao certo. Mas aí a gente escreveu "As Delícias da Lagoa Mirim". Normalmente é estrogonofe de bochecha de traíra, risoles de peixe, bolinho de peixe e moqueca com pirão é bem bom (Entrevistada "I", Vila Santa Isabel- Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023).

Gerber (2019) reflete sobre a relevância das atividades diárias realizadas na cozinha, espaço inicial de circulação de aprendizados e sociabilidades relacionados aos alimentos, revelando a responsabilização das mulheres também no sentido educacional e de reprodução dos saberes do modo de vida da pesca artesanal em relação ao consumo dos pescados.

Seja assado no forno ou na brasa, cozido frito, ensopado, desidratado, muitas foram as formas de preparo de pescados relatadas pelas pescadoras, no entanto segundo Silva e colaboradores (2013), as preferências de consumo no Rio Grande do Sul se limitam às formas de preparo fritas e assadas. O que sugere a necessidade de esforços no sentido de estudos etnoculinários para evitar o desaparecimento das competências culinárias (Caraher; Lang, 1999), bem como os registros do patrimônio cultural pesqueiro como instrumentos de valorização e proteção de práticas tradicionais (Flores *et al.*, 2015) e estímulo a transição de dietas sustentáveis. Assim, percebe-se a circulação de influências entre os elos de dietas e consumo na dimensão sociocultural, política e nutricional da segurança alimentar, protagonizada pelas pescadoras, implicando consequentemente na utilização biológica dos alimentos, como parte de uma educação alimentar mais ampla sobre competências para a saúde, a vida e a cidadania.

3.3.3 Utilização biológica

Eu francamente nem gosto dessa cascuda³⁵ mas bom é para comer ensopada. Antigamente os antigos diziam que a proteína da corvina tava na cabeça e tu fazia um ensopado. Diziam que era muito bom, um fortificante muito bom. Até quem faz quimioterapia, muitos mandam consumir bastante, fazer a cabeça da corvina ensopada (Entrevistada “A”, Colônia Z3 - Pelotas/RS, maio de 2023).

É possível notar que, além de materializar tradições, os pescados consumidos servem para distintos fins, satisfazendo a alimentação no que se refere à nutrição básica, como também à preocupação com a saúde de forma a auxiliar nas funções corporais de proteção na perspectiva da utilização biológica dos alimentos que reflete a segurança alimentar e nutricional na dimensão da nutrição. Josué De Castro (1984, p. 164) reflete:

O fato de que os estudos recentes da nutrição, valorizando mais os aspectos vitamínicos e minerais dos regimes e deixando em segundo plano seu valor energético, vêm reabilitando por toda parte as dietas por grupos humanos mais primitivos, com seus menus instintivamente organizados, à base dos recursos naturais de cada quadro regional.

Moraes e Colla (2006) abordam a baixa incidência de doenças em alguns povos, chamando a atenção para os alimentos funcionais. Segundo os autores, os alimentos funcionais são reconhecidos a partir de propriedades benéficas que demonstram capacidade de auxiliar na proteção contra doenças como hipertensão, diabetes, câncer, osteoporose e coronariopatias.

Os peixes oferecem nutrientes de alta qualidade, tais como proteínas³⁶, ácidos graxos poliinsaturados³⁷, vitaminas (complexo B) e minerais (cálcio, fósforo, ferro, cobre e selênio, além de iodo para os peixes de água salgada) (Sartori; Amancio, 2012). Por serem ricos em componentes essenciais para a formação de tecidos e funções fisiológicas, o consumo de pescado, particularmente de peixes

³⁵ Cascote e cascuda são classificações da corvina.

³⁶ Fonte proteica importante, tanto quantitativa (composição total entre 15% e 25%), quanto qualitativamente (apresenta todos os aminoácidos essenciais, com elevado teor em lisina, aminoácido starter do processo digestivo). O valor biológico alto, (absorção próxima de 100 em relação aos aminoácidos essenciais) e digestibilidade é alta conforme a espécie (acima de 95%), maior do que das carnes em geral e do leite (Sartori; Amancio, 2012).

³⁷ A fração lipídica é a que mais oscila, também ao longo do ciclo de vida em uma mesma espécie, chegando aos valores mínimos durante o período de ovulação. Os três ácidos graxos ômega-3 mais importantes para a dieta humana são: o eicosapentaenoico (EPA) e docosaenoico (DHA), e o alfa-linolênico (ALA) (Sartori; Amancio, 2012).

gordurosos, uma ou duas vezes por semana é recomendado, especialmente importante para gestantes, para mulheres que planejam engravidar, e para crianças pelo fato dos ácidos graxos ômega-3 serem essenciais na formação do cérebro e de outras partes do sistema nervoso, sendo as evidências mais fortes de um efeito benéfico dos ácidos graxos ômega-3 relacionadas com doenças cardíacas³⁸.

Tem a parte da medicina, então, aquele alimento que a natureza deu para mim tanto serve para alimento do meu corpo como para cura. Eu lembro do bagre e do jundiá, quando a gente tá meio fraco, mesma coisa de uma canja, a gente também faz isso com os ossos do peixe, a gente pega a cabeça que ninguém quer pegam e botam fora, o rabo, e é feito aquele grande fervido, e aquele caldo serve como remédio (Entrevistada “E”, Tapes/RS, abril de 2023).

A quantidade de consumo de pescado indicada na literatura foi alcançada em todas as casas das pescadoras entrevistadas, sendo que a maioria relatou consumir mais do que 3 vezes por semana. Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), o consumo de pescados pelas famílias da pesca artesanal no estuário da Lagoa do Patos é superior à média nacional, estimado em 52,8 kg/pessoa/ano, enquanto a média nacional é estimada em 11,3 kg/per capita. O que demonstra que o peixe é uma fonte importante de proteína animal para as pescadoras artesanais e desempenha um papel crucial para a segurança alimentar e nutricional, não só através do consumo direto de seus nutrientes, mas também por meio da renda obtida com a venda dos pescados, tendo como fator determinante em ambos os sentidos o acesso aos recursos naturais e aos territórios tradicionais de pesca³⁹. A relação entre a segurança alimentar e nutricional e os territórios é revelada pela fala do entrevistado “C”, evidenciando o contexto de mudanças climáticas:

Na pesca a gente ainda tem essa questão do peixe ser um alimento muito saudável e isso dá para essas famílias uma segurança de consumir proteína né mas eventualmente em alguns períodos a gente tem passado por algumas dificuldades porque a gente tem tido algumas mudanças climáticas principalmente que tem influenciado na atividade de pesca. quando a gente tem chuvas excessivas que às vezes tem períodos longos, praticamente às vezes a gente passa sem peixe. então às vezes acontece sazonalmente, já

³⁸ Diferentemente dos alimentos funcionais que aumentam o bem-estar e a saúde e/ou reduzem o risco de ocorrência de doenças, um alimento que proporciona benefícios médicos e de saúde, incluindo a prevenção e/ou tratamento da doença é considerado nutracêutico (Moraes; Colla, 2006).

³⁹ Os “Territórios Ancestrais Sustentáveis fonte de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” foi o tema da 1ª Conferência Livre De Segurança E Soberania Alimentar e Nutricional Dos Povos Das Águas em 2023.

aconteceu isso de o poder público necessitar fazer entrega de cestas básicas para poder garantir a sobrevivência dessas famílias. Por conta desses períodos, quando a gente tem El Niño que tem muita chuva, é um problema. [...] A pesca ainda é algo que economicamente sustenta essas famílias, o seguro defeso também dá uma certa garantia porque ele complementa naquele período que tu não pode exercer atividade. Ele complementa esse recurso com a renda para que você possa garantir o sustento, então eu vejo nas comunidades pesqueiras ainda uma tranquilidade nessa questão da garantia da alimentação (Entrevistado “C”, Rio Grande/RS, março de 2023).

Assim, a utilização biológica⁴⁰ não se limita aos aspectos benéficos e relacionados à ingestão dos alimentos, é condicionada também pelo estado de saúde e suas repercussões na alimentação e nutrição do indivíduo/população, relacionada à possibilidade de acesso a serviços sociais e de saneamento entre outros fatores. Também se relaciona aos conteúdos normativos que condicionam a possibilidade de as dietas alimentares serem apropriadas para o contexto social e cultural da população, e como eles limitam ou podem limitar a nutrição e a adequada utilização biológica dos alimentos (FAO, 2014).

Nessa perspectiva da utilização biológica dos alimentos dois aspectos principais são levantados entre as pescadoras: a saúde relacionada à segurança hídrica, apontando para a insalubridade dos alimentos produzidos devido à contaminação das águas e a insuficiência dos padrões de qualidade do fornecimento de água potável; e os aspectos normativos, limitantes quanto às práticas culturais relativas à produção, recolha e consumo dos alimentos, ao mesmo tempo que, na percepção das entrevistadas, não garante a qualidade dos alimentos distribuídos pela indústria. Em seus relatos as pescadoras denunciam:

⁴⁰ Aspectos normativos relevantes apontados pelos cadernos de trabalho da FAO em relação à utilização biológica dos alimentos: 1) Regulação de concessões ou licenças para exploração de recursos naturais outorgadas pelo Estado não têm as devidas garantias: Insalubridade dos alimentos produzidos devido à contaminação da terra ou das águas de rega; 2) Insuficiente regulação ou controle dos padrões de qualidade do fornecimento de água potável: Risco para a saúde da população; 3) Ausência ou deficiência de regulação e/ou controle das descargas de resíduos em zonas de pesca: Risco de contaminação do peixe que serve de base alimentar para as populações que vivem da pesca artesanal; 4) Falta de reconhecimento legal ou de aplicação prática das leis existentes relativas aos direitos à terra dos povos indígenas: Limitações para manter as suas preferências culturais relativamente à produção, recolha e consumo dos alimentos; 5) A debilidade da legislação nacional sobre segurança alimentar ou a sua deficiente aplicação não permitem garantir a qualidade dos alimentos distribuídos e consumidos: Aumento de doenças diarreicas e intoxicações alimentares, com a consequente deterioração do estado de saúde e nutricional; 6) E a geração de rendimentos pode levar o Estado a apoiar a produção pesqueira para venda no mercado externo;

Depois que fizeram a eclusa ali nunca mais veio o peixe de lá para nós aquela barragem ali mas claro isso foi tranquilo. Acho que a única coisa que afeta mesmo também é as bombas das lavouras puxando. Às vezes tem bomba que não tem tela mata os alevinos, o descarte do veneno lá. Cai na lagoa e muitos alevinos não sobrevivem. Aqui o maior envenenamento é o que vai na soja. Aí não tem natureza que resista isso aí (Entrevistada “K”, Tapes/RS, março de 2023).

Eu conheço aquele banhado com uma palma da minha mão. Onde eles iam jogar os restantes dos resíduos do esgoto, é aqui do lado. Quando chove, não dá, tudo vai para a Lagoa, não tem como! Tu querer fazer um esgoto querer fazer isso. Tem uma hora que tu tem que brigar, lutar! ...O prefeito teve audácia de olhar para mim e dizer “menina nós não temos como perder esses 16 milhões de reais” e aí eu olhei para ele e disse assim, nunca me esqueço, eu olhei para ele e disse assim” Para você é 16 milhões de reais, mas para nós não para nós é nossa vida” (Entrevistada “M”, Laguna/SC, março de 2023).

O saneamento aqui é nenhum, é zero! A água é de poço e o esgoto é fossa. E agora com essa seca aí estamos ficando até sem água (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

A contaminação dos pescados por venenos agrícolas e a falta de saneamento básico representam desafios cruciais para a segurança alimentar e nutricional relacionados à insegurança hídrica (Sacramento, 2015). A poluição resultante da agricultura com uso de agrotóxicos compromete a qualidade da água essencial para a sobrevivência dos peixes, enquanto a ausência de saneamento básico gera uma contaminação generalizada, prejudicando a utilização biológica dos alimentos (Figura 15). Esta situação cria uma dicotomia intrigante, onde a demanda por normas sanitárias rigorosas para o processamento de produtos pesqueiros convive com a escassez de acesso à água potável.

Figura 15 - Formas de desvio de corpo hídrico para irrigação de lavoura de arroz



Fonte: Autora (fevereiro de 2023, Arroio Grande - RS).

Assim, as pescadoras demonstram possuir uma concepção própria em relação aos aspectos sanitários, onde o familiar e o estranho significam as noções sobre sujo e limpo. “A sujeira é estranha porque não pertence ao ambiente. O limpo é o familiar, o reconhecido e pertencente” (Minnaert, 2010), o que reforça para Ramos, (2019) a importância da participação de outros segmentos no processo de validação social da qualidade normativa e a aproximação dos fiscais sanitários com as distintas realidades de seu território de atuação, de modo que os parâmetros de avaliação reflitam as prioridades dos atores em cada arranjo local ou em cada território:

Atende sim aos padrões sanitários, claro, não tem aquela burocracia que eles pedem. Porque eles sabem que se tiver a vigilância sanitária tem que ser com tudo com azulejo, forrado tudo. Mas no trabalho que eu vejo as gurias trabalhar, e eu trabalhei, vejo as mulheres trabalhando, é tudo assim com muita higiene. Mesmo que não tenha essas peças assim, é com muita higiene, tudo bem lavado, tudo bem tapado. Tem até uma moça que é pescadora e a casinha dela tem uma peça e a porta já é de tela para não entrar mosca, não entrar nada onde ela tá fazendo. Só que se perguntar para a vigilância ela não passa, mas para mim tem bastante higiene sim,

elas trabalham bem direitinho (Entrevistada “H”, São José do Norte/RS, fevereiro de 2023).

A qualidade do produto a gente tenta manter. Ah não tenho uma estação de beneficiamento, mas eu tento manter os padrões de higiene da melhor forma possível, tentar seguir as regras e fazer da melhor forma possível. Eu tenho uma cozinha toda com piso com telinha nas janelas, quando vou preparar os produtos (Entrevistada “M”, Laguna/SC, março de 2023).

Aonde a gente tem uma limpeza de pequena escala, em casa, mesmo não sendo oficial, mas é em pequena escala se mantém a qualidade. Já aqueles espaços que tu não tem a fiscalização e as normas de vigilância adequadas e fazem em grande escala tu já não consegue manter a qualidade desses produtos. A gente tem muitos problemas nesse aspecto aí em alguns locais aqui no nosso município (Entrevistado “C”, Rio Grande/RS, março de 2023).

Para além disso, garantida a segurança hídrica, em vista da escala de produção artesanal e dos saberes associados aos manejos já apontados em elos anteriores, as pescadoras enfatizam que mantém afastadas as possibilidades de contaminação, preservando a saúde e qualidade dos alimentos pescados, o que de acordo com seus relatos é perdido na produção industrial em larga escala. “É um produto que não vai ao gelo. Tu nunca vai comer uma coisa que ficou em um porão por 10 a 15 dias e que usam também produtos para manter aquele peixe inteiro” (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023), o que enfatiza a importância do entendimento que “cada sujeito, com sua história, significa a higiene e as práticas apropriadas de um saber comum...” (Minnaert, 2010). Outro aspecto importante e contraditório é a debilidade da inspeção industrial que em muitas vezes se mantém a partir da informalidade do trabalho artesanal⁴¹.

Este paradoxo destaca a necessidade de uma abordagem holística na regulamentação, que considere não apenas as estruturas de processamento, mas também incluindo o saneamento e aspectos culturais das comunidades tradicionais de pesca artesanal, relacionados ao contexto socioeconômico em que vivem e seus hábitos criadores de símbolos, que têm suas raízes no conhecimento passado de geração em geração, materializado nos alimentos e no corpo das pescadoras (Hellebrandt, 2017), que vem mantendo a sua segurança alimentar e nutricional e de

⁴¹ Entre as entrevistadas houveram inúmeros relatos semelhantes a: “Tu não tem uma unidade de beneficiamento maior que vai processar. Por incrível que pareça, o camarão-rosa não tem nenhuma planta industrial que faça processamento de camarão-rosa no Rio Grande do Sul. Ou ele é processado informalmente e vendido, ou ele é levado todo para Santa Catarina. É histórico do pescado, que é uma coisa criada pelos “Catarina” que é “esquentar o pescado”. O que é o “esquentar”? Ele é processado informalmente. Se tu for a Rio Grande, lá os galpões nas vilas, chamam as mulheres que são as tarefeiras. O intermediário compra, chama as mulheres, pagam tanto por quilo de pescado processado, e se tu for lá no cantinho tu vai ver lá todas as embalagens com SIF (Serviço de Inspeção Federal) isso é hábito, lá em Santa Catarina tem a mesma coisa, porque eu conheci o galpão deles lá é a mesma coisa”.

seus territórios. Um aspecto da segurança alimentar e nutricional, relacionado à segurança dos alimentos, é destacado pela pescadora “V”:

Os compradores vêm aqui porque uma é direto da pesca, direto com o pescador, e a outra é a limpeza. Direto da pesca eu quero dizer direto com o pescador, não é do atravessador, não é da peixaria que tu não sabe a procedência. Então aqui tu sabe a procedência, que é bem fresquinho sabe a procedência de onde é. Muitas vezes tu vai no comércio e não sabe a procedência do pescado, não sabe quanto tempo aquele pescado ficou exposto ao calor, ao sol. Ficou exposto para as moscas e aqui eles chegam e o pescado sempre tá guardado no freezer (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

De modo que a educação, tanto na perspectiva ambiental quanto alimentar e sanitária⁴², é essencial para ressaltar a importância dos alimentos provenientes da pesca artesanal, promovendo a conscientização sobre sua procedência, benefícios à saúde, sustentabilidade e origem sociocultural se quisermos garantir a segurança alimentar e nutricional na perspectiva da utilização biológica dos sistemas alimentares. A pescadora “J” relata sua perspectiva sobre a problemática:

A importância de consumir o pescado é muita porque é saudável, é uma carne que tem baixo teor de gordura e quando tem gordura é uma gordura boa de ser consumida, e fora a vitamina, então é um ganho para saúde. Então eu acho que deveria investir mais no consumo, mas para isso deveria ter um incentivo também dos órgãos para que o pessoal consumisse mais peixe, por exemplo um local que tem comunidade pesqueira tem que dizer para o pessoal comprar peixes dos pescadores. “Procurem! Vocês vão estar comprando peixe bom de qualidade.” Claro que a gente tem essa questão de beneficiamento do filé, mas a gente vende peixe inteiro também, só eviscerado só, a gente pode. Acho que eviscerado pode, tem uma quantia que a gente pode. Mas isso aí como eu te falei, a lei diz o que a gente pode fazer, mas em município pequeno que nem o nosso aqui, quem é que vai tá se apegando a esse tipo de coisa? Ou aí mesmo vocês, tu acha que não vai ter quem compre um camarãozinho descascado do pescador? Então tem que incentivar as pessoas a comprarem e consumirem porque faz bem para saúde (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Entendendo que é essencial compreender as qualidades que tornam os produtos da pesca artesanal distintos para promover dietas saudáveis que conectem a saúde do corpo e a saúde ambiental, bem como a qualidade de vida das comunidades envolvidas na produção alimentar. Indica-se a necessidade de melhor comunicar a população sobre a importância da valorização dos produtos locais, mas

⁴² De acordo com Minnaert (2010) a necessidade de mudanças da prática disciplinar sanitária deverá ser a partir da observância dos valores culturais que definem a higiene dos alimentos e a saúde, a partir da adoção de perspectiva educadora de inspeção e de fiscalização.

também a cultura alimentar e a história da região, na perspectiva da sociobiodiversidade. Nesse sentido, a rastreabilidade da cadeia produtiva, juntamente com parcerias com restaurantes, o turismo de base comunitária entre outras formas de consumo de proximidade aponta para o crescimento dos territórios alimentares sustentáveis. No entanto, são necessários esforços para preservar e promover os modos de preparo tradicionais, importantes para a promoção da segurança alimentar e nutricional (Caraher; Lang, 1999), no sentido de estimular o consumo dos pescados e a melhor utilização biológica de seus nutrientes.

Quadro 5 - Abordagens multidimensionais que integram os sistemas alimentares e elementos que caracterizam os elos nos territórios da pesca artesanal

SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS	DIMENSÕES	ELOS DO SISTEMA ALIMENTAR	ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM OS ELOS DOS SISTEMAS ALIMENTARES NOS TERRITÓRIOS DA PESCA ARTESANAL
Sistema ecológico	Ambiental	Ecosistema	Conhecimento ecológico local; Fluxos entre ecossistemas terrestres e aquáticos; Conexão entre a defesa da vida e do território; Água é um ambiente livre de cercas
		Manejo	Manejes artesanais tradicionais; Rotinas familiares determinadas pela pesca; Conexões entre natureza e cultura; Formas de uso coletivas; Agregação de valor
Sistema Social	Saúde	Utilização Biológica	Nutrição básica e alimentação funcional e nutracêutica; Saúde integral abordando a conexão entre saúde do corpo, dos alimentos e do ecossistema; Segurança Hídrica
	Nutricional	Consumo	Disponibilidade de alimentos locais; Distâncias e circulação entre produção e consumo; Preparos culinários tradicionais
	Sociocultural		
	Política	Dieta	Alimentos frescos e processados; Qualidade ampla dos alimentos envolvendo aspectos ambientais e culturais; Receitas e Patrimônio cultural
	Econômica	Abastecimento	Novos mercados; organização produtiva; abastecimento local; redes de proximidade, solidariedade e reciprocidade; autoconsumo e comercialização cada vez mais perdem os limites que os separam; valorização da identidade alimentar
Berkes <i>et al.</i> (2003)	Rodrigueza <i>et al.</i> (2019); Ramos <i>et al.</i> (2019); Coelho-de-Souza (no prelo)		Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Fonte: Pesquisa da autora.

Como conclusão, as dietas, o consumo e a utilização biológica envolvem um processo intrinsecamente ligado à educação, comunicação e conscientização sobre os alimentos e o seu acesso, que devem ser integradas a estratégias mais amplas para o desenvolvimento, no sentido de contribuir para melhorar a qualidade de vida da população, e ter como base o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, que tem como um dos seus nove princípios a necessidade da abordagem do sistema alimentar na sua integralidade (Brasil, 2012)⁴³.

Em última análise, as escolhas dos consumidores, notadamente influenciadas pelas questões econômicas, encontram nos produtos da pesca artesanal distinta qualidade que impulsiona dietas baseadas não apenas na questão nutricional, mas aproxima aspectos culturais e de preocupação ambiental. Sendo necessárias mudanças e investimentos para que o consumo dos alimentos seja facilitado, especialmente em locais onde a produção e o consumo percorrem maiores distâncias. Tendo como prioridade fundamental para a segurança alimentar e nutricional das comunidades pesqueiras o acesso e defesa dos territórios tradicionais, terrestres e aquáticos, o que demonstra a continuidade do sistema alimentar analisado, onde a segurança alimentar e nutricional, observada a partir da análise da utilização biológica, depende da garantia dos ecossistemas e manejos tradicionais. Dessa forma, o fortalecimento da governança e das políticas participativas, na perspectiva da democracia alimentar, apontam o caminho para os sistemas alimentares sustentáveis onde a alimentação nutre a identidade cultural (Diez Garcia, 2003; Lang, 2009).

Reconhecendo as facetas dos elos dos sistemas alimentares, a análise das mudanças institucionais e das organizações envolvidas busca apresentar uma abordagem sensível às nuances da pesca artesanal no território das lagoas do sul. De modo que as redes da pesca artesanal não só sejam reconhecidas e valorizadas, mas também sejam parte da base para a elaboração e implementação das políticas públicas. Na seção seguinte analisaremos os ambientes institucional e

⁴³ O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas inclui nos sistemas alimentares os aspectos finais da geração e a destinação de resíduos. Na estrutura dos sistemas alimentares utilizada para essa análise, ao olharmos para a ciclagem dos nutrientes e saúde do solo que impacta na saúde dos alimentos e do corpo, tal aspecto ao mesmo tempo que está relacionado aos elos de utilização biológica dos nutrientes e dos ecossistemas, reforçando o design circular do sistema.

organizacional, que integram as ações das instituições do Estado, ao fornecerem expertise técnica, com os esforços comunitários e dos movimentos sociais da pesca artesanal na advocacia em prol dos interesses das populações pesqueiras tradicionais.

4 AMBIENTES DOS SISTEMAS ALIMENTARES DA PESCA ARTESANAL: QUANDO O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO ENCONTRA A VOZ DA CULTURA

O presente capítulo fornece uma análise abrangente do processo de mudança paradigmática das instituições e organizações da pesca artesanal a partir do reconhecimento do estado pluriétnico na Constituição Federal. São abordadas as transformações que ocorrem nas estruturas normativas e políticas que orientam essa atividade, explorando não apenas fatores administrativos, mas também organizações da sociedade civil, grupos étnicos e instituições acadêmicas que desempenharam papéis na promoção de uma abordagem mais inclusiva e sensível às diversidades étnicas.

Influenciados pelo ambiente institucional, cada elo do sistema é continuamente moldado e incentivado a seguir e reproduzir suas normas, enquanto organizações governamentais desempenham funções essenciais, na supervisão de regulamentações e implementação de políticas. Ao mesmo tempo, são as próprias organizações que respondem pelas mudanças do cenário institucional, como serão observadas no final desta seção (Abramovay, 2001).

Essa dinâmica não segue um mecanismo automático, sendo sempre situacional, específica, localizada na história e condicionada por uma série de elementos contextuais. Sob a influência dessas dinâmicas, a seguir, ao analisarmos a evolução das leis e políticas públicas brasileiras ao longo do tempo, é possível identificar uma mudança de perspectiva por parte do Estado em relação à pesca artesanal, onde passa a ser reconhecida para além de seu papel produtivo, mas também na reprodução cultural.

4.1 ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS À PESCA ARTESANAL

Algumas visões enfocam políticas públicas como expressões intencionais moldadas por avaliações governamentais, enquanto outras destacam seu papel na resolução de problemas. No entanto, críticos dessas definições que enfatizam em excesso aspectos racionais das políticas públicas, argumentam que elas

negligenciam o cerne da política, os conflitos de ideias e interesses (Souza, 2006). Nesse processo conflituoso das políticas públicas, a pesca artesanal enquanto atividade tradicional e essencial para a subsistência das comunidades tem enfrentado incompatibilidades com leis e políticas conduzidas pelos governantes. O não reconhecimento de seus territórios e conhecimentos, menosprezadas suas experiências tradicionais acumuladas ao longo de gerações, vem afetando sua autonomia econômica e cultural⁴⁴ e resultando em uma falta de alinhamento e uma tendência à uniformização nas políticas públicas destinadas às comunidades tradicionais de pesca (Mendonça, 2006).

Tendo em vista a recente conquista expressa pelo programa 'Povos da Pesca Artesanal', é importante ressaltar a histórica resistência por parte das organizações sociais pesqueiras a esses apagamentos (Brito, 2016), que serão detalhadas posteriormente:

Para te ver como os governos lidam com a pesca artesanal, não sabem reconhecer a pesca artesanal, ainda não se criou uma tabela mínima para o pescado e nem conseguem se estruturar com a pesca artesanal. O pescador acessa um Talão do Produtor junto ao Desenvolvimento Rural, aí tu não consegue manter uma estimativa, porque tu tá na captura. Até nisso eu acho que o pescador foi mal incluído lá no MAPA. Eu vejo e sinto dos governos anteriores muito descaso, porque a pesca artesanal é uma atividade de captura, então como que tu vai incluir uma atividade junto com agricultura? Então quer dizer que tem várias coisas para se fazer, eu acho que tem que ter o reconhecimento da pesca artesanal, não pode ficar do jeito que tá, mas tem que mexer e fazer mudanças mesmo (Entrevistada "A", Pelotas/RS, maio de 2023).

Contudo, as influências uniformizadoras continuam a se manifestar em várias políticas orientadas para a pesca artesanal. Além disso, podemos inferir que a institucionalização das políticas públicas para a pesca não ocorre de modo linear, há momentos que o Estado atende às demandas das pescadoras, em outro momento há retrocessos que incidem sobre essas conquistas, em outros períodos essas políticas ficam estagnadas, de modo geral, os avanços e os retrocessos ocorrem conforme os planos, os programas governamentais e depende também, da correlação de forças entre grupos de interesse nas instâncias decisórias (Pacheco, 2021).

⁴⁴ No contexto desse paradigma de desenvolvimento, muitas vezes caracterizado como 'moderno' ou 'avançado' na literatura, a diversidade das formas de produção é frequentemente encaradas como obstáculos ao progresso do eixo tradição-modernidade (Almeida, 1999).

A literatura institucional histórica demonstra que as políticas públicas pesqueiras partiram de uma ideia de incentivo à captura, diretamente para atender a preocupação socioeconômica (emprego e renda). A análise proposta por Hellebrandt *et al.* (2012) estrutura os objetivos das políticas pesqueiras em duas fases: a primeira fase (1950 – 2000): voltada para o desenvolvimento do setor pesqueiro nacional, e a segunda fase (2000-2009): voltada para a preocupação social.

Adaptando a estrutura de Hellebrandt a proposta é inaugurar a terceira fase de políticas relacionadas à pesca artesanal, a fase de preocupação socioambiental. As exposições a seguir não tem como intenção de analisar os dois primeiros períodos das políticas públicas socioeconômicas, já extensivamente trabalhadas na literatura (Sousa; Abdallah, 2003; Goularti Filho, 2016; Angst, 2018; Abdallah; Bacha, 2019; Philippsen, 2022.). Mas demonstrar os caminhos de aproximação⁴⁵ das políticas ambientais nas fases 1 e 2, para em seguida, apresentar iniciativas no âmbito do etnodesenvolvimento no contexto atual, que ampliam horizontes enquanto possibilidades de mediar conflitos entre diferentes arenas dos sistemas alimentares que envolvem a pesca artesanal.

4.1.1 Fase das políticas públicas de preocupação socioeconômica e construção da agenda ambiental (fases 1 e 2)

O histórico das instituições brasileiras que tratam da questão pesqueira auxilia a compreender a problemática estrutural que ainda é encontrada nos dias atuais. No contexto brasileiro, até o final do século XX, a atividade pesqueira foi impulsionada a partir de ações governamentais fragmentadas e setorializadas na perspectiva do desenvolvimento da pesca industrial (Abdallah; Sumailaa, 2007). Apesar dos esforços de muitos autores (Cardoso, 2001; Kalikoski; Rocha; Vasconcellos, 2006, De Azevedo; Pierri, 2014; Diegues, 2019) e dos movimentos sociais, o recente reconhecimento da pesca artesanal como população tradicional ainda permanece muitas vezes invisibilizado na legislação que rege a atividade e desassistido pelas políticas públicas. Como consequência, a exclusão da atividade

⁴⁵ Os recursos governamentais para um programa, órgão ou uma política pública não partem do zero e sim, partem da visão de que decisões tomadas no passado constroem ou não decisões futuras e a capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas ou de reverter a rota das políticas atuais.

artesanal vem afetando a continuidade das práticas tradicionais e a sucessão da pesca artesanal (Paiola; Tomanik, 2002; Souza, 2007), o que vem colocando em risco a segurança alimentar e nutricional e a justiça socioambiental para essa população (Föeger, 2018). A pescadora demonstra sua perspectiva e receio em relação a essa problemática:

Vou ser sincera, muita coisa se perde porque ainda os pais acabam não querendo incentivar que os filhos sejam pescadores porque “Ah vai passar trabalho que nem eu já passei”, então às vezes acabam pecando em falar mais, em dizer como era feito. Porque eles passaram por situações que eles não querem que os filhos passem, certas humilhações às vezes. Já aconteceu muito, os pais estarem com os filhos pequenos e sofrer uma abordagem desproporcional com o filho ali do lado, e para um trabalhador, para uma pessoa honesta que ganha vida honestamente, ser tratado dessa forma é uma humilhação. Na percepção do pescador em si, ele não tá fazendo nada de errado, ele saiu ali tá pescando, tá trabalhando, tá exercendo seu modo de vida. Eu tenho orgulho de ser pescadora, porque se meu filho quiser ser pescador, que ele seja pescador, o que a gente tem que fazer é fazer com que a pesca seja valorizada por todos os setores da sociedade para que a gente possa ter um desenvolvimento bom, que as dificuldades que talvez o meu avô a minha mãe passaram eu não preciso passar e meu filho não precise passar, porque a pesca tá sendo valorizada, até para ficar artesanal principalmente, porque ela é sustentável, então ela não tem porque ser tão perseguida tanto discriminada. Às vezes o pescador é muito discriminado como se fosse alguém que é um destruidor da natureza pelo contrário (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Problemas dentro das próprias estruturas institucionais relacionadas à pesca, como a escolha dos representantes, ministros, superintendentes regionais e presidentes das colônias, tem comprometido o próprio ordenamento, levando a decisões fragmentadas e políticas públicas desconexas que não abordam adequadamente as características da pesca artesanal (Oliveira; Silva, 2012; Pérez; Gómez, 2014.). O relato do pesquisador acrescenta para o entendimento do cenário já observado por Azevedo e Pierri, 2014:

A gente tem que entender também que boa parte dos políticos, das pessoas que trabalham com pesca, vêm a pesca com uma atividade do passado, tem a ideia que o pescador tem que virar aquicultor. Isso é muito forte aqui na região, no caso da carcinicultura (Entrevistado “R”, Florianópolis/SC, abril de 2023).

A pesca era vista pelo Estado primariamente como uma atividade comercial, sem ênfase ambiental ou social. Inicialmente, as políticas pesqueiras estavam moldadas pelo modelo “*top-down*”, formuladas a partir do projeto desenvolvimentista

brasileiro. No decorrer do tempo, o que se observa é que, ao passo em que a participação da sociedade na formulação de políticas públicas aos poucos se desenvolve no contexto pesqueiro⁴⁶, é possível notar que permanecem distantes as preocupações ambientais e da realidade das populações tradicionais (Hellebrandt, 2012).

Em análise, primariamente o que se conclui em relação ao embasamento dos atos normativos no período das fases 1 e 2, é que pouca importância ainda é dada ao conhecimento e às características socioeconômicas das comunidades-territórios de pesca artesanal, sendo geralmente baseados em estudos acadêmicos ou resultado de disputa entre forças políticas. Vasconcellos e colaboradores (2007) observam que os métodos empregados na coleta de informações das pescarias artesanais revelam-se inadequado, uma vez que em sua maioria são concebidos para contextos de pescarias monoespecíficas, o que não condiz com a complexidade da atividade pesqueira artesanal no contexto brasileiro.

Tais abordagens revelam a falta de dados sobre a pesca no Brasil e a escassez de investimentos em pesquisa para a pesca artesanal, estando diretamente relacionados à ausência de atenção política que vinha sendo dada aos modos de vida tradicionais ligados à pesca⁴⁷.

Dessa forma, até 2009, as ações por parte dos governos eram centradas ora no fomento ao desenvolvimento do setor pesqueiro, ora na regulação dos recursos, havendo uma discriminação institucional com as comunidades tradicionais (Paula, 2018), com poucas ações de incentivo ao desenvolvimento sustentável e fomento à atividade artesanal. Nessas searas, duas concepções inovadoras conduzem, durante o período (1950-2009), para uma mudança nas crenças e valores sobre a atividade da pesca artesanal na perspectiva do etnodesenvolvimento e anunciam a inauguração da terceira fase de políticas socioambientais para a pesca. A incorporação da ideia da conservação pelo uso, observada a partir da criação das Unidades de Conservação, e da segurança alimentar e nutricional, inaugurada no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

⁴⁶ Duas perspectivas de análise das políticas públicas, a *top-down* e a *bottom-up*, que podem ser vistas como opostas, complementares ou que podem estar hibridizadas (Souza, 2006).

⁴⁷ O CEPESUL em mais de 50 anos de atuação, adotou uma metodologia que contemplava principalmente a coleta de dados em entrepostos de pesca e indústrias de pescado, o que permitia acompanhar muito mais os desembarques industriais e de aquicultura, deixando em segundo plano os desembarques artesanais.

Por meio da condução sustentável de seus domínios territoriais, as práticas tradicionais de gestão dos recursos naturais podem ser fortalecidas e potencializadas através de políticas de estado, promovendo uma perspectiva de coexistência harmoniosa entre as atividades humanas e os ecossistemas (Sousa, 2022). Assim, para alcançar sistemas alimentares sustentáveis é imprescindível buscar o reconhecimento das comunidades tradicionais, agentes primordiais nesse processo.

A seção seguinte busca explorar os vínculos socioambientais no ambiente institucional, a partir das políticas implementadas entre 2009 a 2023 e as consequências para os modos de vida tradicionais da pesca artesanal, procurando apontar as abordagens mais eficazes e justas que reconheçam a complexidade e diversidade do sistema alimentar da pesca artesanal no território das Lagoas do Sul.

4.1.2 Fase de políticas socioambientais e participação das comunidades tradicionais de pesca (fase 3)

A abordagem para implementar a participação na gestão da pesca ainda é relativamente nova, apenas em 2009 foram estabelecidos instrumentos jurídicos para legitimar e regulamentar esses espaços de gestão compartilhada no Brasil, sob a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente em questões relacionadas ao uso sustentável dos recursos pesqueiros⁴⁸. A Portaria Interministerial define gestão compartilhada como:

O processo de compartilhamento de responsabilidades e atribuições entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada visando subsidiar a elaboração e implementação de normas, critérios, padrões e medidas para o uso sustentável dos recursos pesqueiros". E sistema de gestão compartilhada como "[...] sistema de compartilhamento de responsabilidades e atribuições entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada, formado por comitês, câmaras técnicas e grupos de trabalho de caráter consultivo e de assessoramento, constituídos por órgãos do governo de gestão de recursos pesqueiros e pela sociedade formalmente organizada (BRASIL, 2009c)

⁴⁸ Portaria Interministerial MMA/MPA nº 2/2009 foi criada para regulamentar o sistema de gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2009 foi estabelecida a "Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros" por meio do decreto nº 6981, que foi revogado, agora em vigência a portaria MPA nº 55, de 16 de maio de 2023, confirmou a gestão compartilhada.

No contexto recente, a atenção conjunta das questões sociais e ambientais vem se voltando para a interação entre essas agendas (Mendonça, 2000; Fernandes; Sampaio, 2008), explicando a fase de preocupação socioambiental das políticas pesqueiras. Com as populações tradicionais vinculadas a dimensão objetiva do direito ao meio ambiente, aos poucos se consolidam as possibilidades de cooperação entre os governos e outras instituições na governança das políticas, vinculada ao compartilhamento da gestão ambiental^{49,50}. Diante desse cenário, surge a necessidade de demonstrar experiências de gestão compartilhada que obtiveram sucesso na participação social, explicitando o potencial que tais experiências têm de facilitar a integração das estratégias de conservação do meio ambiente em uma política de desenvolvimento abrangente para nosso país (Kalikoski; Seixas; Almudi, 2009).

Nos processos de gestão relacionados à pesca da região das Lagoas do Sul, alguns casos chamam atenção para estabelecer a questão socioambiental, tal qual a questão socioeconômica foi considerada no passado (Costa; Asmus, 2018; Menezes, 2019). Em vista do atual reconhecimento da questão ambiental que acaba por ter um papel vital na sustentabilidade da atividade da pesca e na manutenção das populações tradicionais, é essencial demonstrar como gradualmente vem se abrindo possibilidades de participação das comunidades tradicionais de pesca nas políticas socioambientais (Sander, 2023).

Seguindo a tendência de participação e integração socioambiental, o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul, adota uma abordagem territorial sobre a conservação, considerando não somente as espécies alvo, mas também os ecossistemas que as sustentam, bem como o papel fundamental desempenhado pela presença humana nesse contexto, ao buscar agregar diferentes grupos sociais, instituições e espaços de gestão que atuam em ações potencialmente

⁴⁹ O acesso aos bens ambientais, naturais e culturais, deve ser equitativo, e baseado nos princípios da inclusão e da justiça social, e deve considerar a Convenção nº 169 da OIT, cujo princípio é o respeito e a proteção das culturas, costumes e leis tradicionais dos povos indígenas e tribais. Garante aos povos tradicionais o direito de decidir sobre suas prioridades em relação ao processo de desenvolvimento econômico, social e cultural.

⁵⁰ Algumas políticas públicas brasileiras antecessoras desse período determinam a necessidade da participação das populações locais nas tomadas de decisões, como por exemplo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7.661/88). Para aprofundar o entendimento da participação local no caso dos Planos de Intervenção (PI) do gerenciamento costeiro ver Dornelles (2008).

conservacionistas na região das lagoas costeiras do sul do Brasil (Coelho-de-Souza *et al.*, 2020). Os membros do GAT do PAN Lagoas do Sul explicam:

No PAN a forma que a gente prioriza é estimular a articulação local, a sinergia entre as ações, com a capacidade de governança instalada e usar a política pública como uma âncora institucional, que é basicamente o estado brasileiro dizendo “isso aqui é importante para conservação e vale como política pública” (Entrevistado “L”, Florianópolis/SC, abril de 2023).

Eu represento dentro do PAN esta questão dos povos originários, remanescentes, comunidades tradicionais, dentro do GAT eu também represento os pescadores. É muito legal esse cuidado dentro do PAN (Entrevistada “E”, Tapes/RS, abril de 2023).

A partir da ancoragem institucional, o vínculo socioambiental representado dentro do espaço de governança da política de conservação passa a afetar intrinsecamente como a população da pesca artesanal vem sendo reconhecida pelas instituições e integrada pelas organizações envolvidas. De modo que através dessa colaboração sinérgica, é possível criar políticas mais abrangentes, sensíveis às necessidades específicas das comunidades pesqueiras e capazes de mitigar a marginalização nos processos de governança e maximizar o impacto positivo das políticas, possibilitando direcionar a alocação de recursos, facilitar o acesso a apoio técnico e financeiro (Raquel, 2012). Conforme a coordenação do PAN:

O PAN reveste de oficialidade coisas que muitas vezes estavam marginalizadas. Nas lutas com o Ministério Público, nos projetos de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) no Rio Grande do Sul, hoje as ações do plano Lagoa do Sul são ações elegíveis diretamente para aplicação de recursos. Esse tem sido talvez o grande ponto positivo do PAN, favorece tanto a dimensão orçamentária quanto à dimensão de articulação dos grupos sociais atores sociais que são os protagonistas. Então realmente nosso desafio é poder ser útil dentro do que realmente seja útil para aumentar a autonomia, empoderamento nos processos de articulação e sinergia entre os atores sociais. E isso é subjetivo então a gente erra muito (Entrevistado “L”, Florianópolis/SC, abril de 2023).

Políticas coladas na sociedade ao passo que fomentam o protagonismo local, considerando o viés e as formas convencionais de elaboração, gestão e análise das políticas, encontram desafios com as dinâmicas da realidade vivida. Conforme o relato do servidor do ICMBIO (Entrevistado “L”, Florianópolis/SC, abril de 2023), no contexto do PAN, observa-se a dificuldade de diálogo entre os responsáveis pela condução oficial das ações e os diversos eventos e acontecimentos relevantes nos

fóruns e locais de articulação. Tal aproximação é crucial na manutenção das ações, visto que a falta de informações impossibilita oficialmente a sua manutenção, sendo também fundamental para a capacidade de gestão dessas ações. Portanto, a melhoria nesse domínio da governança que representa a formação de redes, onde organizações em diferentes contextos estão associadas na resolução de problemas coletivos, compartilhando responsabilidades e poder (Raquel, 2012). Sendo uma dimensão que carece de aprimoramento, refletindo na capacidade de mobilizar atores, incluindo a própria natureza do engajamento nas atividades na tentativa de unir e integrar várias agendas de luta e defesa socioambiental, especialmente no contexto da pesca artesanal.

A análise sobre a implementação da gestão compartilhada nas Lagoas do Sul, tendo em vista a abordagem territorial do PAN, na ideia de cada vez mais avançar na escada de participação, aprimora ainda mais a compreensão sobre a complexidade das relações sociais, na gestão dos recursos. No território, entre os principais mecanismos de participação na gestão compartilhada na pesca, os Acordos de Pesca ainda se encontram em processo de desenvolvimento especificamente no Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina e no na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, os 6 Fóruns de Pesca, bem como no contexto de Unidades de Conservação, as experiências de partilha da gestão se expressam em diferentes maneiras, apresentadas a seguir.

Em cada lugar uma tonalidade diferente de participação, uma forma diferente justamente em função das articulações locais que envolvem aquela junção das comunidades tradicionais e as Unidades de Conservação. O fortalecimento da gestão compartilhada no território do PAN é observado nas UCs a partir do trabalho do CNPT⁵¹ das Câmaras Temáticas de Pesca e por meio de seus Conselhos Gestores com articulação de pescadoras, que possibilitam não só o diálogo necessário, mas também fontes de recursos específicos para a sustentabilidade financeira das pautas da pesca artesanal, sendo catalisador das relações com organizações e instituições.

⁵¹ A série "Unidades de Conservação e Pescadores Artesanais: parceria pela pesca do amanhã" representada em cinco vídeos, resultado do projeto executado pelo CNPT (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais), e pelas duas Unidades de Conservação - Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) e Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos (REVISIL).
<https://www.icmbio.gov.br/cnpt/quem-somos/2-uncategorised/36-video.html>

Conforme o relato da pescadora que mora e trabalha dentro do território da APA da Baleia Franca:

Eu acho que esse encontro do CNPT era para dar continuidade ao projeto que era esse lá da CONFREM que era formar lideranças. Esse era o intuito deles. Esse projeto de formar lideranças foi o que eu te falei que a gente foi a primeira vez, depois a segunda vez de lá que saiu esses subprojetos, que aí eu fiz do monitoramento e do Turismo de Base Comunitária. E que a gente foi começando a conhecer todo o pessoal e a participar das reuniões muitas online, às vezes eu aqui descascando Siri conversando com eles pelo telefone (Entrevistada “M”, Laguna/SC, março de 2023).

A formação de redes multissetoriais como as relatadas pelas pescadoras, segundo Raquel (2012) é um atributo da governança que reflete a capacidade de mobilizar atores na resolução de problemas coletivos, onde organizações públicas, privadas, não governamentais, cidadãos, estão associados na produção de serviços públicos, compartilhando responsabilidades e poder entre os participantes. Desde o início da construção do Termo de Compromisso, com a articulação com o Fórum Agenda 21⁵², e no decorrer do processo com o apoio do Projeto GEF Mar, a participação das comunidade em diferentes estratégias de gestão, no automonitoramento e nas iniciativas de Turismo de Base Comunitária (Costa *et al.*, 2019), vem articulando e aproximando experiências com outras UC (Neto; Rodrigues; Candeias, 2020) dos territórios das lagoas do Sul, a RVS Ilha dos Lobos e o PARNA Lagoa do Peixe, proporcionando aprendizados para a participação das comunidades pesqueiras nos processos de gestão. O relato do pesquisador retrata parte dos processos que circulam por meio das redes:

No âmbito do Fórum da Agenda 21 local, o Fórum de Ibiraquera, que permeia o território da APA da Baleia Franca, dentro dessa articulação tem esse projeto puxado pela CONFREM junto com o CNPT que visa justamente integrar a pesca, integrar as pautas dos pescadores artesanais. É um projeto implantado pelo GEF Mar de integração da pesca, no qual a pauta de quem vive na pesca é uma pauta prioritária (Entrevistado “L”, Florianópolis/SC, abril de 2023).

No caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, como apontado por Alvite e Vasco Ferreira (2022), no ano de 2018 foram realizadas importantes mudanças

⁵²Observe-se que a experiência do Fórum da Agenda 21 Local de Ibiraquera tem progredido no sentido de promover a organização das comunidades, que antes eram desarticuladas e atualmente ao sentir a necessidade de mobilizar-se, encontram no Fórum espaço para a apresentação e articulação de suas demandas.

institucionais no órgão responsável pela gestão do Parque, proporcionando um ambiente político interno favorável ao início de um diálogo construtivo com as pescadoras, visando à formalização de um acordo que estabelecesse regras para o uso dos recursos naturais e responsabilidades compartilhadas entre as partes como o Termo de Compromisso, além da criação de mecanismos de monitoramento participativo.

O Termo de Compromisso é um instrumento de gestão regulamentado conforme a Instrução Normativa ICMBio nº 26 de 2012, que tem sido implementado com o propósito de estabelecer regulações para os usos tradicionais dos recursos naturais e formalizar a presença das populações tradicionais em Unidades de Conservação (UC) de proteção integral. Apesar das polêmicas que cercam a formalização dos Termos de Compromisso com povos e comunidades tradicionais nas UC, conforme discutido por Talbot (2016), a celebração e implementação desse instrumento de gestão apontam para uma possível solução na busca pelo reconhecimento dos direitos dessas comunidades à utilização dos recursos naturais. Além disso, tal medida busca restaurar as condições que permitam o protagonismo das pescadoras na gestão de seus territórios. As mudanças nos processos de gestão segundo o entrevistado membro do GAT:

tem uma ação para aproximação das Comunidades Tradicionais na gestão das Unidades de Conservação, isso contribuiu muito para viabilizar a participação do CEPESUL, do CNPT, CEMAVE, de outros atores sociais na construção do Termo de Compromisso entre os pescadores e pescadoras e o ICMBio lá na Lagoa do Peixe. E o termo de compromisso tem funcionado com todas as dificuldades, mas há três anos atrás a pesca era praticamente criminalizada dentro do Parque e hoje eles estão pescando (Entrevistado “L”, Florianópolis/SC, abril de 2023).

A metodologia utilizada na elaboração do acordo buscou encontrar soluções pactuadas por meio do diálogo entre as partes, considerando diferentes conhecimentos técnicos e tradicionais, instrumentos de gestão da área protegida e outras informações relevantes (Alvite; Vasco, 2022). A definição dos participantes do acordo seguiu as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007), que destaca a autodeterminação dos povos como um mecanismo de identificação da comunidade tradicional, acompanhado pelo reconhecimento coletivo da identidade do grupo nessa condição.

Nessa perspectiva, para além da integração socioambiental na participação da gestão das Unidades de Conservação, as estratégias definidas para a conservação ambiental, seja de regulação restritiva ou uma combinação de abordagens, seu funcionamento eficaz é condicionado por um monitoramento minucioso. Assim, nota-se tanto no contexto das UC como em outras iniciativas de conservação, que a colaboração entre os modos de vida da pesca artesanal e esforços de monitoramento ambiental tem resultado em uma sinergia benéfica na geração de subsídios para o manejo da pesca⁵³ (Costa *et al.*, 2019; Alvite; Vasco, 2022).

Os conhecimentos ecológicos locais possuem uma enorme integração com a proteção ambiental. Por estarem profundamente enraizados nas comunidades costeiras e ribeirinhas, uma vez que as pescadoras mantêm íntima relação com os ecossistemas marinhos e lacustres onde operam, os conhecimentos tradicionais e as técnicas científicas convencionais vêm contribuindo de modo complementar para um entendimento mais abrangente dos padrões de abundância de espécies e melhor localizado em relação às atividades nocivas, como é o caso dos bagres (Dias, 2019). De modo que essa colaboração deve aprimorar a precisão dos dados coletados e o manejo sustentável dos recursos pesqueiros no contexto local, mas também promover a conservação de seus territórios e o engajamento das comunidades tradicionais de pesca, aproximando a participação social relacionada à pesca artesanal em diferentes processos socioambientais, conforme a fala da pescadora “J”:

Aí por causa do Parque eu já ouvi falar de outros nomes tipo CONFREM, o CNPT que é dentro do universo do Parque, mas trabalha com os pescadores com as populações tradicionais, o CEPSUL. Aí tem outros órgãos dentro do Parque também que estão ali junto, mas é na questão das aves que é o CEMAVE e as Universidade que às vezes participam de alguma reunião do Parque, já pediram para eu conversar assim que nem a gente tá fazendo, mas ainda tão distante de nós até pela distância geográfica mesmo (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Assim, diante do agravamento da crise ambiental que envolve a pesca (Capellesso; Cazella, 2011), é essencial que as políticas anteriores ao reconhecimento das comunidades pesqueiras como comunidades tradicionais sejam revisadas e adaptadas para acomodar as peculiaridades da pesca artesanal no

⁵³ Outro exemplo de colaboração sinérgica nesse sentido é o Projeto de Monitoramento Pesqueiro do Estuário do Rio Tramandaí (MOPERT).

ambiente institucional, promovendo a condução de políticas pesqueiras em acordo com as percepções locais sobre o território. Através de “mecanismos participativos que promovam a diversidade e a vida, transformando a realidade sócio-ambiental-cultural” (Silva, 2007).

Nesse sentido, para garantir o reconhecimento e participação ativa das comunidades tradicionais no processo de tomada de decisões são necessários espaços plurais em que todos e todas possam contribuir para a gestão compartilhada. No Brasil, entre os diversos sistemas de gestão ambiental que envolvem o compartilhamento de decisões, destacam-se os Fóruns de Pesca que representam arranjos institucionais nos quais participam comunidades locais, colônias e sindicatos de pesca, além de representantes de organizações governamentais, não governamentais e diversos setores da sociedade, como instituições de ensino, pesquisa e extensão, que buscam um diálogo entre as partes em um processo de gestão descentralizado e participativo (Kalikoski *et al.*, 2006).

Nesse debate a preocupação da pesca artesanal com as diminuições de abundância das espécies importantes para a sobrevivência, aponta como a causa da diminuição dos estoques a pesca industrial excessiva, especialmente nas águas rasas onde, segundo eles, os “cardumes encostam para desovar”⁵⁴. Apesar de existir regulamentação proibindo o arrasto dentro das 3MN a partir da praia em todos os Estados das regiões Sudeste e Sul⁵⁵, as observações mostram que a pesca industrial próxima à praia é muito intensa em relação a outras modalidades de pesca industrial que não tem limitação de operação nas águas costeiras. De modo que as maiores demandas da pesca artesanal aos órgãos reguladores são, sem dúvida, a exclusão da pesca industrial próxima da costa (Peres *et al.*, 2007) e as reivindicações territoriais⁵⁶ necessárias à própria revisão dos ordenamentos (Moura, 2016).

⁵⁴ As águas rasas são as principais áreas de agregação reprodutiva de várias espécies de peixes de importância comercial e ameaçadas de extinção, além de áreas de alto risco de captura acidental de toninha e algumas espécies de tartarugas-marinhas (Peres *et al.*, 2007).

⁵⁵ Portaria SUDEPE nº 26-N de 1983

⁵⁶ A revisão da Instrução Normativa 12, é justificada pela área geográfica delimitada que fere os preceitos da Convenção 169 da OIT. Conforme o ofício nº 45/2015 (anexos I, II e III desta IN MPA/MMA nº 12 de 2012) do Fórum da Lagoa dos Patos, propõe a redefinição das áreas destinadas à pesca artesanal. Essa redefinição visa manter os direitos de uso das áreas tradicionais de pesca, conforme os títulos de embarcação fornecidos pela Capitania dos Portos antes de 2002. Esses títulos mencionaram como áreas tradicionais a zona costeira, o mar interior e a terra à vista.

O Fórum da Lagoa dos Patos começou a se reunir em 1996, em função da queda dos estoques pesqueiros da região, principalmente o camarão (*Farfantepenaeus paulensis*). Ao longo dos anos vem apoiando a elaboração de forma participativa de instruções normativas e portarias visando à manutenção da sustentabilidade do estoque pesqueiro no estuário e na região oceânica de acesso ao Estuário da Lagoa dos Patos⁵⁷ (Caldasso, 2008). Como o caso recente da Lei 1523/2018, conhecida como “Lei das 12 milhas”, normativa gerada no contexto do Fórum de Pesca da Lagoa dos Patos, que amplia a distância para 12 milhas náuticas ou 22 quilômetros mar afora a pesca de arrasto na região costeira do Rio Grande do Sul⁵⁸.

A Lei foi desenvolvida e aprovada por meio de um processo legítimo, com a participação abrangente, tanto das comunidades pesqueiras artesanais como daqueles envolvidos na pesca semi-industrial e industrial, bem como suas representações (Caldasso, 2008). As pescadoras apontam a relevância do apoio da ONG Oceana nesse processo, que ofereceu recursos aos movimentos sociais da pesca artesanal para que pudessem se articular e reivindicar sua pauta em diferentes espaços. A realidade da atividade pesqueira também foi respaldada por trabalhos acadêmicos que corroboraram as preocupações das comunidades pesqueiras: a ordenação do arrasto de fundo na zona costeira tinha o potencial de aumentar as capturas e os rendimentos de todos, tanto dentro como fora das 12 milhas náuticas (Silveira, 2022).

A experiência de sucesso aponta para a importância do reconhecimento e preservação das populações tradicionais de pesca na elaboração compartilhada no ordenamento para a manutenção de um equilíbrio entre a exploração dos recursos e a conservação dos ecossistemas costeiros. Os relatos das pescadoras sobre os

⁵⁷ Portaria do IBAMA N° 171/98, a Portaria N° 144/01 de 2004 e a Instrução Normativa Conjunta N° 3 que estabelecem para a região do Estuário da Laguna dos Patos: tamanho mínimo, período para captura das espécies, artes de pesca permitidas (tipos de redes, tamanho das embarcações, potência dos motores, etc.); e Portaria N° 80/03-N que proíbe a pesca na modalidade de cerco na região oceânica de acesso ao Estuário da Lagoa dos Patos.

⁵⁸ Em 2023 a Lei estadual 15.223/2018 teve sua constitucionalidade avaliada pelo Supremo Tribunal Federal e em seu voto, que prevaleceu no julgamento, a ministra Rosa Weber, presidente do STF, afastou a alegação de que a Lei afrontaria a competência do Congresso Nacional para legislar sobre bens de domínio da União. Estabelecendo, portanto, que a norma se enquadra em competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre pesca, fauna, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente (artigo 24 da Constituição Federal).

efeitos da legislação nos estoques pesqueiros da região afirmam o potencial esperado.

Nos últimos tempos está aumentando a quantidade de peixe até por causa da Lei das 12 milhas. Com certeza tá aumentando porque teve épocas que a gente não tinha quase nada, eu acho que a gente tá recuperando essa Lagoa. A gente só sentiu depois de um ano e meio da Lei das 12 milhas, a gente já sentiu a diferença, mas teve lugar que já sentiu uma diferença antes. Com certeza essa Lei 12 milhas veio para tirar o pescador do pé da lama (Entrevistada “A”, Pelotas/RS, maio de 2023).

Os Fóruns de Pesca têm uma presença com diferentes graus de atuação e interação no PAN Lagoa do Sul. No estado do Rio Grande do Sul existem outras iniciativas de sistemas de gestão compartilhada da pesca artesanal, através de Fóruns de Pesca. São estes: Conselho Cooperativo para Ações na Lagoa Mirim no Âmbito Pesqueiro – COMIRIM, que surge a partir de 1992, com o objetivo do ordenamento pesqueiro das Lagoas Mirim, Mangueira e afluentes⁵⁹, que passado por um período de inatividade, desde 2022 vem rearticulando demandas como a situação das drenagem dos banhados, a revisão dos critérios técnicos para o ordenamento pesqueiro e sobre a implantação (Silva; Asmus; Walter, 2015) Fórum do Litoral Norte criado em 2003, vem sendo reconhecido com um espaço de interação com diversos atores ligados à pesca onde as suas necessidades são debatidas num contexto mais abrangente com outros órgãos (Perucchi; Kubo; Coelho-de-Souza, 2012); Fórum do Delta do Jacuí e Guaíba, criado em 2009 com o objetivo de levantar a questão sobre gestão compartilhada desde a região não estuarina da Lagoa dos Patos na altura de Arambaré, proporcionando diálogos entre saberes tradicionais territoriais e conhecimentos técnicos-científicos (Paula, 2013).

Já em Santa Catarina, em 2017, foi criado o primeiro Fórum de Pesca do estado, o Fórum do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina (CLSSC), que através da parceria entre o CPP e UDESC, segundo o regimento interno, a função do Fórum é articular os posicionamentos das pescadoras e dar encaminhamentos aos órgãos públicos e aos gestores (Rainho, 2022). No entanto, segundo relato, o entrevistado “R” (Florianópolis/SC, abril de 2023), membro do Grupo de Assessoramento Técnico do PAN Lagoas do Sul, a atuação do Fórum do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina vem passando por um momento de dificuldade decorrentes de problemas internos.

⁵⁹ Portaria IBAMA 119-N.

Ainda é essencial destacar que outros instrumentos de diálogo entre o Estado e as comunidades tradicionais de pesca artesanal estão definidos por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, que acabam se integrando ao ordenamento jurídico nacional. O Brasil enquanto signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011) compreende: “A autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção”. Na legislação federal a concepção de povos tribais foi ampliada para povos e comunidades tradicionais a partir do Decreto Nº 6.040 de 2007. Neste, os Povos Comunidades Tradicionais constituem:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, **que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural**, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

As pescadoras artesanais, embora sejam populações tradicionais com direitos garantidos nos tratados internacionais como a OIT dos quais o Brasil é signatário e na Constituição, não têm uma lei específica como os indígenas e os quilombolas que explicita o direito ancestral ao território e a garantia do seu modo de vida. Outro contexto que deve ser evidenciado diz respeito a discriminação institucional referente aos Decretos 8424 (Brasil, 2015a) e 8425 (Brasil, 2015b), que agridem o modo de vida tradicional principalmente das mulheres pescadoras, o que motivou em um documento de denúncia protocolado pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais e pelo Conselho Pastoral dos Pescadores na OIT (Paula, 2018).

Conforme determina a Convenção 169 da OIT, o Estado deve garantir o direito à participação efetiva das comunidades nos processos de tomada de decisões, em diferentes áreas legislativas e administrativas, sobre todas as medidas suscetíveis, que envolvam seus direitos coletivos. Além disso, as normativas que impactam as comunidades tradicionais devem ser precedidas por pesquisas que incentivem a participação dos envolvidos.

Contudo, apesar da discriminação institucional, as comunidades de pesca artesanal buscam garantir direitos sobre seus territórios no ordenamento nacional,

fundamentados no critério da autoidentificação, buscando estabelecer Protocolos de Consulta. A Convenção 169 ratificada pelo Decreto Nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 no Art. 6 define que:

As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo **e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas** (Brasil, 2019).

Assim, a Convenção 169 da OIT trouxe ao ambiente institucional nacional entre as principais inovações dos direitos humanos, o dever dos Estados nacionais de promoverem o respeito à diversidade étnico-cultural, assim, constitui-se como um mecanismo de participação social no processo de tomada de decisões do Estado e de efetivação da democracia no contexto de uma sociedade plural (Yamada; Grupioni; Garzón, 2019).

Ao revisitarmos o ambiente institucional na região Sul do Brasil, nos últimos anos pode-se observar a mudança de perspectiva do Estado sobre a pesca, com o avanço na administração dos recursos naturais que se situa entre a regulamentação estatal e a propriedade privada, com a ideia da partilha da gestão dos bens comuns. Nesse processo a pesca artesanal, enquanto atividade tradicional e essencial para a subsistência das comunidades, tem enfrentado incompatibilidades com leis e políticas conduzidas pelos governantes, que não reconhecem as pescadoras artesanais, seus territórios e conhecimentos tradicionais, desrespeitando suas experiências acumuladas ao longo de gerações, o que afeta sua autonomia econômica e cultural e assim, descumprindo os princípios da Convenção 169 da OIT.

Assim, o mais recente caso de política pública envolvendo a pesca artesanal inverte a lógica *top-down*, ao construir o Programa Povos da Pesca Artesanal, que segundo a CPP, atende à necessidade histórica de atenção exclusiva para a pesca artesanal e da participação social na elaboração de políticas públicas para os povos das águas⁶⁰.

⁶⁰ Desde antes do resultado do processo eleitoral de 2022 a Plataforma Política do Campo Popular da Pesca Artesanal, um conjunto de organizações de pescadores e pescadoras artesanais e organizações de apoio, vinha articulando ações e proposições para avançar na conquista de direitos e na defesa da pesca artesanal. Com a eleição do Presidente Lula, em março de 2023 foi realizado o Seminário Nacional da Pesca Artesanal – Encontro Preparatório, promovido pelo Ministério da

Durante a 1ª Semana Nacional da Pesca Artesanal, evento do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) ocorrido em agosto de 2023, foram iniciadas às discussões dos Grupos de Trabalho (GTs) da Secretaria da Pesca Artesanal, espaços que permitirão a participação da sociedade civil para definir os rumos das ações governamentais voltadas para a pesca artesanal em relação aos temas de Legislação, Territórios e Mulheres. Além dos três GTs, foi dado início também às reuniões do Fórum Nacional da Pesca Artesanal, espaço que congrega organizações de pescadoras artesanais e de apoio à pesca artesanal, para debaterem os temas mais urgentes de interesse dos povos das águas. Sobre o Fórum o presidente da CONFREM comenta que:

Esse momento de agora foi construído por muitas mãos. Antes de iniciar a campanha para presidente, construímos um belíssimo documento, que tem sido a nossa cartilha. Uma das nossas reivindicações era que houvesse um espaço exclusivo para a pesca artesanal. No nosso documento tinha lá que fosse criado um conselho permanente da pesca artesanal, que recebeu o nome aqui de Fórum da Pesca Artesanal (CPP, 2023).

Conforme o líder da CPP, “A ideia do Fórum da Pesca é ser um espaço da pesca artesanal que se fortalece para participar do Conape (Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca), que é muito mais complexo e que tem setores antagônicos”. Assim, os instrumentos estabelecidos para participação social da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal são: Fórum Nacional da Pesca Artesanal, Grupo de Trabalho sobre os Territórios Pesqueiros, Grupo de Trabalho sobre as Legislações Pesqueiras e Grupo de Trabalho sobre as Políticas Públicas para as Mulheres da Pesca Artesanal.

O Programa Povos da Pesca Artesanal, instituído pelo Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023 (Brasil, 2023), é considerado pelos movimentos sociais pesqueiros como uma oportunidade de se romper o silêncio dos últimos anos imposto as pescadoras artesanais perante o governo federal, também de reflexão dos avanços que houveram, como o conceito de pescador e pescadora artesanal,

considerado não só em relação a atividade pesqueira, mas observado o modo de vida⁶¹.

O Programa buscará criar políticas multidimensionais para a pesca para os próximos 10 anos, no sentido de melhorar as condições de trabalho para as pescadoras, conceder bolsas de iniciação científica a jovens estudantes em comunidades relacionadas à pesca, promover a inclusão socioeconômica das pescadoras e beneficiar as comunidades pesqueiras com linhas de crédito, assistência técnica focada em gênero raça e idade buscando promover o abastecimento do mercado brasileiro com os produtos da pesca artesanal e valorizar as tradições culturais ligadas à pesca (Brasil, 2023).

A atenção as questões culturais foi assentada ainda na Lei nº 11.958, de 28 de junho de 2009 (Brasil, 2009a) (que dispõe sobre a transformação da SEAP/PR em MPA, e dá outras providências), que incluiu entre as competências e atribuições do MPA, através das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura nos Estados, o fomento e promoção do cooperativismo e associativismo na pesca e aquicultura, e das comunidades visando ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional em bases comunitárias e locais, e no mesmo sentido, se alinhou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009) (Brasil, 2009b).

De modo que, ao visualizarmos a trajetória das políticas públicas para a pesca artesanal, é possível notar ao longo do tempo a evolução do olhar do estado sobre as comunidades tradicionais de pesca, que recentemente passa a reconhecer e incentivar a valorização do modo de vida tradicional pesqueiro e a valorizar sua cultura através de políticas públicas, como o Programa Povos da Pesca Artesanal.

Assim, conforme proposto por Laswell (1958), buscamos analisar as decisões e análises sobre política pública que implicam responder às seguintes questões: para quê, para quem, como e por quem as políticas públicas são formuladas?

⁶¹Além do Programa Povos da Pesca Artesanal, o Ministério da Pesca vem atuando desde o período de transição do governo, em constante diálogo com as comunidades em relação ao Sistema Pesq Brasil, especialmente em relação às dificuldades do Módulo RGP. Em outro sentido, o Sistema PesqBrasil através do módulo Mapa de Bordo, tem como objetivo produzir dados sobre a pesca no Brasil a partir da entrega dos mapas de bordo feitos pelos responsáveis pelas embarcações, facultativa para embarcações menores conforme normas específicas, tendo como critério amplo da isenção da obrigatoriedade de entrega tal documentação a captura em menor proporção, o que mantém os dados sobre a pesca artesanal no escuro.

A terceira fase de políticas públicas para a pesca passa a incorporar os valores culturais entre as suas preocupações socioambientais⁶², que envolvem a ideia de união entre a sociedade e a natureza através de suas expressões culturais, entendendo a necessidade de formular políticas voltadas para as comunidades tradicionais de pesca (Sabatier, 2007).

Nesse contexto, a dimensão cultural, construída ao longo do tempo por diferentes movimentos sociais, vem sendo descrita em diversos trabalhos acadêmicos que propõe olhar a cultura pesqueira para reconhecer e valorizar o patrimônio material e imaterial conservados pelas populações tradicionais nos territórios pesqueiros (Pinheiro *et al.*, 2012; Gonçalves; Ott, 2022; Pereira, 2022). Assim, apontando para a defesa da cultura como meio de conservação que integra as questões sociais e ambientais da pesca artesanal.

Além disso, o modo como as políticas vêm sendo implementadas nessa terceira fase, se caracterizam pelo modelo participativo híbrido (Souza, 2018)⁶³, onde ao mesmo tempo em algumas as políticas são implementadas no modelo *top-down*, seguindo a lógica de desenvolvimento do Estado, como as políticas de incentivo à produção, PAA, PNAE, PIPSS⁶⁴, que passam a integrar a abordagem territorial, valorizando os territórios alimentares na sua estruturação, assim como as políticas ambientais a exemplo das experiências de gestão compartilhada em Unidades de Conservação e Fóruns de Pesca, que vem incorporando o monitoramento participativo e o automonitoramento. São observadas perspectivas fundamentadas nos territórios⁶⁵ e no modelo *bottom-up*, como o PAN Lagoas do Sul

⁶² Defendem o modelo de formação das políticas conhecido como Coalizão de Defesa que discorda da visão da política pública trazida pelo ciclo da política por sua escassa capacidade explicativa sobre por que mudanças ocorrem nas políticas públicas. Apontam que crenças, valores e ideias são importantes dimensões do processo de formulação de políticas públicas.

⁶³ A hibridização característica da terceira geração de pesquisas sobre a implementação de políticas públicas dá ênfase na construção de pontes entre os modelos das gerações anteriores (*top-down* e *bottom-up*), agregando-os em novos modelos teóricos, mas adicionando também novos elementos. Como inovação chama-se a atenção para questões as quais as duas abordagens deram pouca importância, os fatores externos à política, chamando atenção para a existência de múltiplos atores e agências.

⁶⁴ Programa de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária que teve como um dos principais resultados a publicação da RDC nº 49/2013 que visa “Proteger a produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares.” (Brasil, 2013, Art. 4º).

⁶⁵ Instrução Normativa Ibama Nº 29, 31 de dezembro de 2002. Vários exemplos e registros literários evidenciam a capacidade que as comunidades pesqueiras têm de estabelecer suas próprias normas de gestão de recursos a partir de suas territorialidades (Hanazaki, 2003; Kalikoski; Rocha; Vasconcellos, 2006; Rebouças; Filardi; Vieira, 2006; Hallwass, 2015; Vieira; Santos; Seixas, 2015).

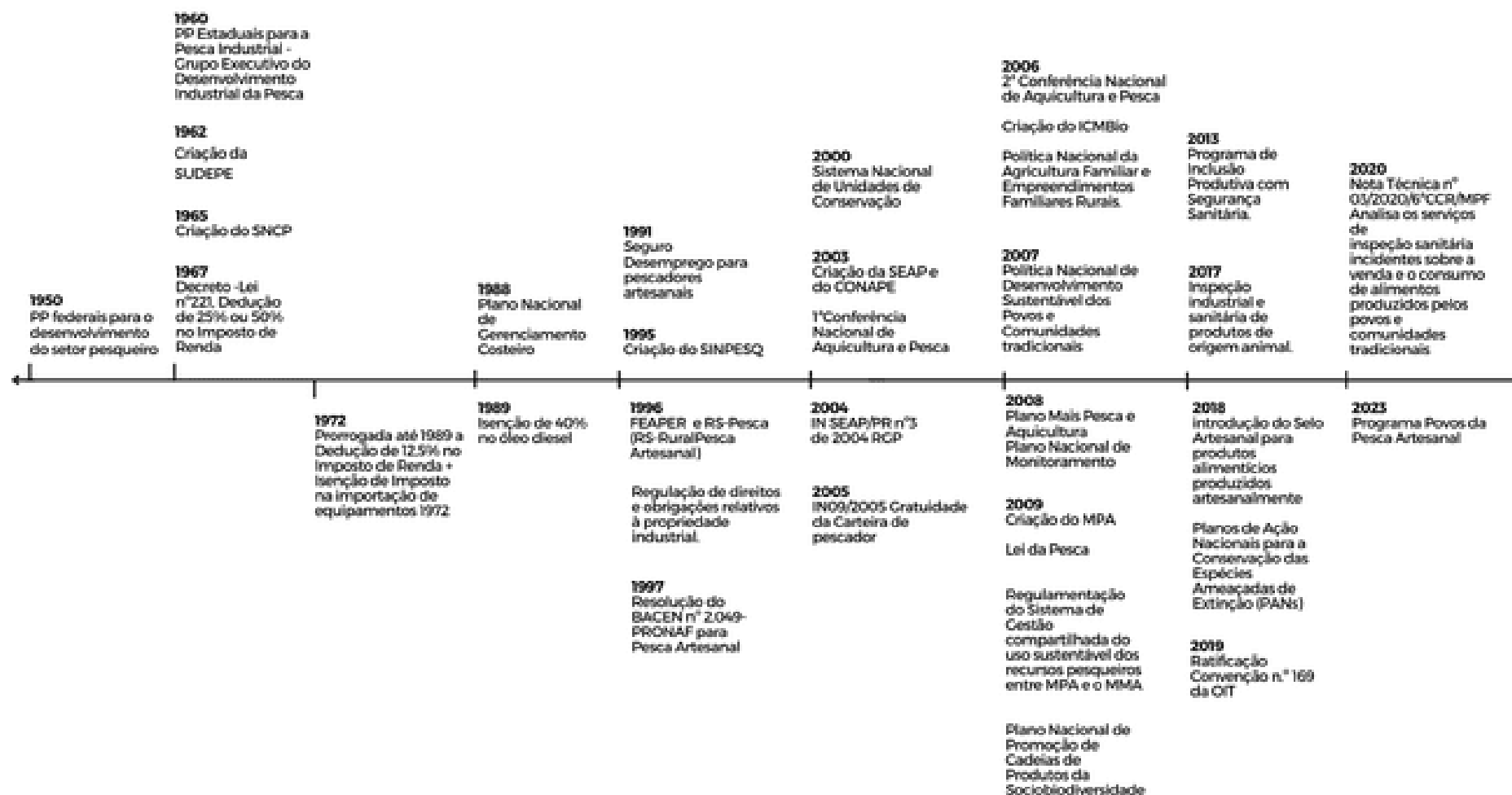
e o Programa Povos da Pesca Artesanal (Figura 16), que passam a ser parte das políticas construídas pelas próprias comunidades tradicionais pesqueiras, assumindo suas idéias e valores no processo de formulação de políticas públicas⁶⁶.

Nessa perspectiva, o êxito dessas novas opções de arranjos dependerá essencialmente da condução de um processo de compartilhamento efetivo de direitos e responsabilidades. Como analisado, nos últimos anos as estruturas governamentais vêm atendendo a busca por um equilíbrio que fortaleça a representatividade legítima e garanta que as políticas reflitam uma perspectiva abrangente e justa, livre de desigualdades impostas por relações de poder preexistentes. Assim, na perspectiva da ecologia política, para superar a tendência de adotar políticas públicas desiguais é essencial a promoção de abordagens inclusivas, em um processo de reconhecimento não apenas para relações de poder, mas também para uma valorização equitativa do conhecimento tradicional e técnico, por meio das quais passariam a ser devidamente respeitados os modos culturalmente específicos das comunidades pesqueiras, os sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem (Little, 2006).

Você tem que levar a sério a questão da pesca e trabalhar dentro de uma perspectiva, onde você tem metas, onde você tem investimento público, onde você tem pessoas que vão atuar com o pescador. Qual é o papel do estado? Qual é o papel do Governo Federal, dos Municípios, das Universidades? Onde que cada um atua e como que se complementa isso? (Entrevistado "R", Florianópolis/SC, abril de 2023).

⁶⁶ No modelo de coalizão de defesa (*advocacy coalition*) de Sabatier e Jenkins-Smith (1993) a política pública deveria ser concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articulam com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os constrangimentos e os recursos de cada política pública.

Figura 16 - Linha do tempo das políticas públicas da pesca artesanal



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa adaptada de Hellebrandt *et al.* (2012).

A pesca artesanal desempenha um papel fundamental não apenas na economia local, mas também na conservação dos ecossistemas aquáticos e na sustentabilidade das áreas costeiras. Portanto, as estratégias de reconhecimento e formalização devem ser guiadas por regulamentações adequadas que promovam a gestão responsável dos bens comuns, assegurem a participação ativa das comunidades tradicionais no processo decisório, respeitando as diferenças socioculturais da pesca artesanal. Para isso deve-se “pensar o território como base de sustentação para a elaboração e a articulação das políticas públicas, não o rebatimento das políticas públicas no território” (Feitosa; Aranha, 2020). Sendo é necessário o empenho das estruturas institucionais, segundo o entrevistado:

O sujeito que vai lá e pesca traz o pescado para praia e limpa para vender para o turista tá irregular, isso eu conversando até com o coordenador estadual de pesca artesanal dá é EPAGRI que fica lá em Itajaí ele falou hoje o principal problema da Pesca é esse. Você tem todo mundo, inclusive a piscicultura, todo mundo irregular. Você tem uma situação que tá todo mundo irregular, você tem que trabalhar para começar a ter uma política de extensão que vise ter uma meta de médio prazo. Trabalhar com essas pessoas para elas entrarem no mercado formal, pagar imposto, ganhar melhor com o produto, ter uma cadeia produtiva decente, aproximar consumidor do produtor, circuitos curtos de comercialização. Se não fica tudo assim “ah é a feirinha que vai resolver o problema, é o grupinho de consumo consciente que vai resolver o problema”. É um pouco isso que a gente tá vendo assim como alternativa para o curto prazo para resolver as coisas, mas não é o que a situação merece, pois a situação merece uma política séria (Entrevistado “R”, Florianópolis/SC, abril de 2023).

Tendo em vista a complexa e contraditória institucionalização de práticas participativas inovadoras no Brasil, conforme Pierre Bourdieu aponta (apud Rainho, 2022), os símbolos são instrumentos da integração social, que contribuem fundamentalmente para a reprodução da ordem social. De modo que, não necessariamente é preciso abandonar ou negar o Estado, mas disputá-lo e alterar o *habitus* centralizador e autoritário das instituições estatais, mudando as relações de poder (Rainho, 2022). Horizonte que passa pela valorização do papel das populações tradicionais e pela garantia do direito de seus modos de criar, fazer e viver assegurado pela Constituição e por tratados internacionais de direitos humanos como a Convenção 169 da OIT, um assunto de extrema seriedade que exige atenção, cuidado e investimento dentro do ambiente institucional por parte dos governantes, autoridades e organizações envolvidas nos processos decisórios.

Assim, com o reconhecimento da plurietnicidade da atividade pesqueira, os resultados esperados são políticas mais eficazes que equilibram as necessidades socioeconômicas das comunidades com a preservação dos ecossistemas, reforçando a importância de uma abordagem amorosa e comprometida com o bem-estar das gerações presentes e futuras, colocando de pé o tripé da sustentabilidade (Hellebrandt *et al.*, 2012). Esse caminhar histórico envolveu diferentes organizações e movimentos da sociedade civil, que vem disputando e alterando as estruturas estatais, que serão apresentadas a seguir.

4.2 REDES QUE SUSTENTAM O SISTEMA ALIMENTAR DA PESCA ARTESANAL: AMBIENTE ORGANIZACIONAL SOB A PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA RELACIONAL

Historicamente a sustentabilidade do desenvolvimento formou-se a partir dos processos de agendamento político (Mantovaneli; Sampaio, 2010). No contexto da atividade pesqueira, admite-se que o Estado teve o papel predominante de atuação nos processos de agendamento, envolvendo a criação de regramentos, elaboração e implantação das políticas públicas, que nos últimos 70 anos tiveram o enfoque dos interesses governamentais, na sua maioria voltados para o desenvolvimento econômico.

No entanto, como visto anteriormente, o processo de agendamento político vem passando a ser cada vez mais impactado pelas preocupações socioambientais e por influências externas à estrutura central de poder estatal como de seus agentes “burocratas de rua”, envolvendo a acomodação de interesses políticos nacionais e internacionais e dos movimentos sociais situados em distintos setores da sociedade. Assim, pode-se considerar que na governança⁶⁷, enquanto modelo relacional que orienta o agendamento político da sustentabilidade, vêm sendo abertos espaços para as diferentes arenas influenciarem no processo de pactuação em favor de decisões, que redundam em políticas deliberadas ou emergentes, fazendo com que

⁶⁷ É válido relembrar que existem duas narrativas dominantes de governança, a narrativa associada à Nova Gestão Pública que pressupõe um setor público baseado em técnicas de gerenciamento do mercado e a primazia dos gestores de alto escalonamento, e a narrativa de redes interorganizacionais, baseada em um conjunto de capacidades de organizações e transações institucionais de diferentes níveis e de base, que definem a governança descentralizada (Bevir; Rhodes, 2001).

a governança traga, novamente, à administração pública a perspectiva política (Secchi, 2009).

Sobre os fatores responsáveis pelas mudanças das ações estatais, Paul Sabatier (2007) chamou atenção para os externos à política estatal, olhando a princípio para a importante presença de diversas arenas de disputa⁶⁸ envolvidas na execução dessas políticas e argumentando que a questão central da análise de políticas públicas deve iniciar com a identificação das redes de atores e agências, observando a maneira pela qual buscam solucionar os desafios que surgem.

A abordagem de Sabatier (2007) para a identificação das redes de governança adotada faz parte da análise das *policy community*⁶⁹. De modo que o foco se encontra nas relações, vínculos e trocas, onde as características de indivíduos e grupos são cristalizações de seus "encontros" nas múltiplas e intercambiantes redes que se ligam ou que se superpõem. De acordo com Souza (2006), a força deste modelo está na possibilidade analisar as dinâmicas de integração, ações, estratégias, identidades e valores, por meio da investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos, na construção e fortalecimento de sua agenda política.

Segundo estudos de Bruijn and ten Heuvelhof (1995 apud Peters, 2000), sobre a sobrevivência de uma ideia na agenda política e a eficácia da implementação, duas características das redes podem ser consideradas como causas da eficácia: a formalidade plural, que caracteriza algumas redes mais integradas do que outras, sendo possível tratá-las como uma organização única. E a autossuficiência que caracteriza algumas redes mais autossuficientes do que outras e, portanto, conseguem proteger-se da influência de outras redes e manterem uma homogeneidade interna relativa, podendo assim ter mais sucesso na implementação por conseguirem acordos sobre os objetivos a atingir. Nessa perspectiva as agendas políticas socioeconômicas e socioambientais ligadas à pesca artesanal, em maior e

⁶⁸ Nessa perspectiva, é nas arenas que se determinam quais circunstâncias ou eventos se transformam em um problema, para que então as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito e os *policy makers* ou formuladores de políticas, do governo passem a prestar atenção nessas questões (Souza, 2006).

⁶⁹ Em geral as *policy community* constituem redes sociais que envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os atores entre si, não estando reduzidas às características individuais dos envolvidos.

menor grau respectivamente, vem atingindo sucesso por meio de uma densa rede de organizações integradas, que serão apresentadas a seguir.

Analisando estratégias⁷⁰ das redes governamentais de extensionistas e especialistas, movimentos populares, grupos de pessoas que estão dispostas a investir recursos variados esperando um retorno futuro que favoreça suas demandas por meio de políticas públicas, que se observa a sobrevivência e o sucesso de uma ideia se colocar como problema na agenda pública.

4.2.1 Redes de apoio governamental à pesca artesanal na agenda da sustentabilidade

Como já apresentada anteriormente a agenda socioeconômica pesqueira, fundada na preocupação com as oportunidades de trabalho para garantia de renda e qualidade de vida às comunidades pesqueiras, se baseou numa posição ativa do Estado no fomento à atividade produtiva pesqueira na perspectiva industrial. Conforme as políticas de crédito fomentaram a verticalização da atividade seus incentivos passaram a integrar grupos diversos, políticos e empresariais, por vezes distantes das comunidades pesqueiras. De modo que, no que diz respeito à participação e aos espaços de interlocução com a sociedade civil envolvida no setor, o governo criou duas instâncias principais: foi criado o Conselho Nacional de Pesca (CONAPE) que é um órgão colegiado de caráter consultivo e as Conferências Nacionais⁷¹ com a finalidade de aferir as demandas de diferentes segmentos da sociedade civil.

Como resultado das conferências nacionais de pesca, suas discussões e contribuições passaram desde resoluções aprovadas que revelaram a necessidade de estabelecimento de parcerias, até construção de estruturas e políticas públicas, como a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura e, concomitantemente, a aprovação do marco legal para a pesca no país, a Lei nº 11.959 de 2009 a que

⁷⁰ Para iniciar esse processo e chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas, três mecanismos são acionados: (a) divulgação de indicadores que apresentam a dimensão do problema; (b) eventos críticos ou a repetição do mesmo problema; e (c) *feedback*, ou informações que evidenciam deficiências da política atual ou seus resultados pouco satisfatórios

⁷¹ As Conferências Nacionais de Pesca e Aquicultura aconteceram nos anos de 2003, 2006, 2009 e 2011. Em 2023 foi feita a 1ª Conferência Livre De Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional Dos Povos Das Águas.

regula as atividades pesqueiras e dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Atualmente a estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura conta com uma Secretaria Nacional de Pesca Artesanal⁷², inclui o Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações; e o Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento.

Art. 16º. À Secretaria Nacional de Pesca Artesanal compete:

Art. 16º:

I - propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento sustentável para a pesca artesanal e o fortalecimento da cadeia produtiva e dos territórios pesqueiros;

II - propor normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento das atividades pesqueiras industrial, artesanal, ornamental e amadora;

III - desenvolver políticas para o fortalecimento territorial e comunitário da pesca artesanal;

IV - promover a articulação institucional relacionada ao ordenamento da atividade pesqueira, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

V - promover a articulação relacionada à concessão de benefícios sociais e previdenciários do pescador artesanal, incluída a concessão do benefício do seguro-desemprego e da aposentadoria e o acesso aos fundos de créditos para o setor pesqueiro artesanal;

VI - desenvolver a prospecção de cenários de acordo com as políticas e as diretrizes governamentais para a pesca artesanal;

VII - acompanhar o desdobramento das diretrizes em metas e o estabelecimento dos respectivos indicadores de desempenho para a pesca;

VIII - promover estudos, pesquisas, diagnósticos e avaliações sobre os temas de sua competência;

IX - elaborar e executar, em conjunto com a Secretaria-Executiva, a elaboração de diretrizes relacionadas às ações de crédito, assistência técnica, extensão rural e comercialização;

X - auxiliar e desenvolver, em conjunto com a Secretaria-Executiva, diagnósticos e metodologias educacionais contextualizadas à realidade dos pescadores e pescadoras, em articulação com outros entes federativos;

XI - articular políticas públicas para a inclusão e o protagonismo das mulheres e da juventude e para o respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero na atividade pesqueira, em articulação com a Assessoria de Participação Social e Diversidade;

XII - promover ações de conservação e proteção das comunidades e dos territórios pesqueiros, e dos ecossistemas necessários à reprodução social e cultural das comunidades pesqueiras;

XIII - articular e promover a integração de políticas públicas interrelacionadas com a pesca artesanal junto a outros setores governamentais;

XIV - promover ações de reconhecimento das diversidades de culturas da pesca artesanal em seus territórios tradicionais, como patrimônio cultural, imaterial e material da sociedade; e

XV - articular e promover, junto a outros Poderes e entes federativos, atividades para mediação de conflitos, regularização dos territórios e de suas formas próprias de gestão ambiental e territorial.

⁷² Decreto Nº 11.624, de 1º de agosto de 2023.

Também contando com unidades descentralizadas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura nos Estados e no Distrito Federal às quais compete executar atividades e ações:

- I - de execução das políticas, programas e ações do Ministério da Pesca e Aquicultura nos estados;
- II - de fomento e desenvolvimento da pesca e da aquicultura;
- III - de apoio à organização da cadeia produtiva, à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado;
- IV - de apoio à pesquisa e difusão de informações científicas e tecnológicas relativas à pesca e à aquicultura;
- V - de assuntos relacionados à infraestrutura pesqueira e aquícola, ao cooperativismo e associativismo de pescadores e aquicultores;
- VI - de administração de recursos humanos e de serviços gerais;
- VII - de programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- VIII - de assessoramento na organização e manutenção do Registro Geral da Pesca; e
- IX - atinentes ao estabelecimento de relações com os órgãos estaduais, para garantir os procedimentos, os programas e as ações político-administrativas do Ministério.

Para além da estrutura organizacional variável que trata especificamente da pesca artesanal, uma importante articulação feita com as estruturas das redes de apoio governamental da agricultura familiar foi feita a partir do estabelecimento da Política Nacional para a Agricultura Familiar⁷³, que define entre os "beneficiários" das políticas públicas para a agricultura familiar, além dos produtores que já faziam parte, as famílias de agricultores assentadas da reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, pescadoras artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias no meio rural (Brasil, 2006). Para tanto, os beneficiários precisavam comprovar que se enquadram na categoria de agricultor familiar mediante o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), exigência que passou por reavaliação em 2023 e flexibiliza a necessidade do CAF para algumas políticas como PAA e PNAE⁷⁴.

Outra articulação importante para a agenda da sustentabilidade na pesca artesanal foi com as estruturas organizacional ligada ao meio ambiente, especialmente relacionada ao Sistema de Unidades de Conservação e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e

⁷³ Lei nº 11.326 de 2006.

⁷⁴ NOTA TÉCNICA Nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE.

Comunidades Tradicionais que tem como competência a promoção, sistematização e disseminação do conhecimento, por meio da pesquisa científica, o ordenamento e a análise técnica de dados, para a conservação da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação Federais. Tendo como diretrizes de seu trabalho:

1. Possibilitar e incentivar a participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais em todas as fases de desenvolvimento e divulgação de pesquisas, em especial quando se tratar da possibilidade de repartição de benefícios e registro de propriedade intelectual.
2. Apoiar a elaboração de material orientativo sobre instrumentos de criação, gestão e manejo das unidades de conservação federais.
3. Elaboração de estratégias de divulgação e intercâmbio entre conhecimentos científicos e tradicionais, em linguagem e estratégia adequada.
4. Articular pesquisadores e instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e geração de conhecimento nas áreas afins do CNPT.
5. Apoiar e estimular a criação de redes de especialistas em grupos sociais específicos, nas áreas de atuação do Centro.
6. Estimular a criação de uma "Câmara de Saberes" nas Resex e RDS, a qual tem o objetivo principal de articular os conhecimentos locais, tradicionais e científicos.
7. Articular ações do CNPT com outros centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio.
8. Promover a participação das entidades representativas dos povos e comunidades tradicionais nas pesquisas do CNPT.
9. Divulgar informações relativas aos povos e comunidades tradicionais relativas a temas em discussão nos diferentes fóruns que tratam dos mesmos.
10. Garantir a salvaguarda dos direitos de povos e comunidades tradicionais quanto aos seus conhecimentos tradicionais, práticas, inovações, entre outros.

As estruturas de apoio governamental destacadas são cruciais para o fomento da agenda de sustentabilidade, principalmente devido aos avanços recentes na integração de diversos grupos étnicos, incluindo as comunidades pesqueiras, e no estímulo à participação da sociedade civil. Nesse contexto, ressalta-se a relevância de uma atuação proativa do Estado através da assistência técnica, extensão rural e redes de pesquisa como mecanismos para integrar e fortalecer essas comunidades, fomentando o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

4.2.1.1 Redes de assistência técnica e extensão rural

Nesse contexto, entre as políticas públicas para a agricultura familiar, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural⁷⁵ destaca em suas diretrizes a necessidade da construção do capital social interinstitucional para o desenvolvimento local, buscando viabilizar serviços da Ater que promovam parcerias entre organizações governamentais (federais, estaduais, municipais) e não governamentais, organizações de agricultores familiares e demais públicos beneficiários. Estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional (Brasil, 2010).

A políticas nacionais e até mesmo internacionais se aproximam com as comunidades da pesca artesanal por meio dos implementadores da assistência técnica e extensão rural, também referidos como “burocratas de nível de rua”, que constitui uma rede essencial para comunicação e a articulação das demandas locais nas arenas que debatem a agenda socioeconômica (Lipsky, 2019).

O relato da entrevistada aponta as dificuldades enfrentadas nesses espaços:

Nessas reuniões de conselho que tem bastante da EMATER, para pedir as coisas assim como máquinas, para limpar vala, para fazer poço, para vir as coisas para os agricultores e para os pescadores... para os agricultores vem calcário e para o pescador não vem nada, mas para o agricultor vem. O pescador tem agora só o protetor solar. Até veio para o agricultor e para o pescador um empréstimo que foi já sorteado (Entrevistada “H”, São José do Norte/RS, fevereiro de 2023).

No Rio Grande do Sul a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Emater/RS-Ascar é a instituição representante do serviço oficial de extensão rural do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)⁷⁶, observando as pactuações com o Governo do Estado, com as prefeituras municipais, os movimentos e entidades sociais, atualmente estando presente em todos os 497 municípios. Desde 2000 vem trabalhando com o público da pesca, quando assumiu

⁷⁵ Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

⁷⁶ Em diferentes períodos a Emater esteve vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural ou a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR). Em 2023 a SEAPDR foi extinta e foram criadas duas secretarias, a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a qual atualmente a Emater-Ascar está vinculada.

os públicos tradicionais tanto pescadoras, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária, a partir do Programa RS Rural, na ocasião de quando houve um recurso do Banco Mundial.

Em Santa Catarina a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) é uma empresa pública vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural e desde a criação da Empresa, em 1991, uniu os trabalhos de pesquisa e extensão rural e pesqueira, somando décadas de experiência em diferentes áreas.

A partir de 2010, os serviços de ATER no país passam a utilizar as Chamadas Públicas⁷⁷, uma modalidade de contratação de serviços nos estados a partir do lançamento de propostas que dispensam licitação, modalidade também utilizada para a aquisição de produtos para a alimentação escolar (Costa; Almeida, 2021). Os serviços de ATER relatados pelas interlocutoras foram sistematizados nas frentes de trabalho: Apoio para o acesso a políticas públicas e Projetos de capacitação, intercâmbio de experiências e Integração.

4.2.1.1.1 Apoio para o acesso a políticas públicas

Segundo Silva (2017), por buscarem o desenvolvimento das comunidades rurais e serem executores de políticas públicas das três esferas públicas, os serviços de extensão rural apresentam-se como uma das principais ferramentas na promoção de políticas de desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma pode-se distinguir quatro temáticas predominantes entre as políticas identificadas: Compras públicas; Financiamento; Associativismo e cooperativismo; e Arranjos Socioprodutivos Locais (APL):

- a) **compras públicas:** O Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Entre os relatos das interlocutoras as propostas são muito significativas para a valorização de seus produtos nos mercados locais, especialmente pela falta de compradores em algumas localidades, contudo as possibilidades de acesso são dificultadas pela

⁷⁷ Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

burocracia que envolve as compras públicas, também encontrando dificuldade devida descontinuidade dessas políticas que tende a causar o desinteresse na venda por parte das pescadoras.

- a. Nesse sentido, o trabalho de assistência técnica vem orientando para que aqueles e aquelas interessados em fazer o fornecimento de sua produção entrem em contato com os escritórios municipais para que as dificuldades e possibilidades em cada situação sejam analisadas. A temática recentemente foi debatida na 1ª Conferência Livre de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos das Águas⁷⁸ e vem sendo discutida dentro da Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos RS⁷⁹, além de encontrar espaço permanente para construção dentro dos Conselhos de Segurança Alimentar, espaços de governança que reúnem atores de diferentes partes da sociedade.
- b) **Financiamento:** Os relatos das interlocutoras em diferentes municípios apontam para as dificuldades em conseguir retorno de seus investimentos⁸⁰, na maioria dos casos utilizados para aquisição de equipamentos como barcos, motores, caminhões, câmaras frias e fábricas de gelos e também construção de agroindústrias, o que vem causando endividamento e comprometendo economicamente diversas famílias pescadoras. Desse modo, as oportunidades de financiamento pelo Estado ou aquelas oriundas de fundos monetários carecem de ações de acompanhamento das propostas para maior efetividade, como no monitoramento das políticas, necessitando também de outras políticas complementares a estas.
- c) **Associativismo e cooperativismo** - As interlocutoras apontaram o estímulo a estratégias coletivas, como o associativismo e o cooperativismo, entre as propostas de extensão rural e assistência técnica assistidas por políticas públicas. Tais propostas estiveram especialmente voltadas para a produção, no sentido da agroindustrialização da produção, como no caso

⁷⁸(CPP, 2023).

⁷⁹Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil - Região Sul - 1ª Reunião 1ª Reunião Região Sul Seminário "Alimentação Tradicional e Políticas Públicas: Catrapovos e PNAE" Seminário para a implementação da Catrapovos no Rio Grande do Sul.

⁸⁰Segundo Souza (2007) analisando as políticas de crédito entre 1997 e 2001 não houve aumento do VPP (Valor da Produção Pesqueira) artesanal após a liberação dos recursos.

de sucesso da cooperativa COOPESI na Vila Isabel em Arroio Grande. Segundo as interlocutoras cooperadas, a COOPESI é resultado de um grande esforço de administração e trabalho direto com as pescadoras. A entrevistada “I” (Vila Santa Isabel- Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023) relata: “Aqui graças a Deus desde 2002 tem funcionado. E tu tem que ter o pescador do lado, não adianta tu querer abrir a cooperativa, tu montar toda uma diretoria, fazer toda uma estrutura se tu não tem o pescador.” Atualmente a COOPESI é ponto de referência como compradora de pescado na Vila Isabel em Arroio Grande e de outras comunidades vizinhas, como também como distribuidora de pescado para diferentes partes do estado. Além disso, anualmente os produtos são apresentados e vendidos na ExpoFeira, a partir de preparações culinárias criadas coletivamente entre as pescadoras cooperadas. A Iniciativa em Arroio Grande fez parte de uma significativa Rede de Comercialização do Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul, inicialmente coordenada pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), compreendida por dezesseis empreendimentos da pesca artesanal de sete municípios da Região Sul do estado. No entanto, sobre as outras experiências produtivas, as pescadoras relatam as dificuldades das cooperativas em se manter na atividade em função das dificuldades relacionadas às exigências estruturais da fiscalização sanitária, assim como a má administração, o desvio do interesse coletivo e da articulação socioprodutiva, além da descontinuidade das ações de construção de mercados institucionais, dos instrumentos de crédito e do assessoramento⁸¹. Necessitando políticas que incluam mecanismos de apoio continuado no ambiente organizacional (Ramos, 2019);

- d) **Arranjos Sócio-Produtivos Locais (APL)**- As políticas de assistência técnica voltadas para Arranjos Socioprodutivos Locais (APL) destacam-se como estratégias que, além de promoverem o desenvolvimento econômico, têm se dedicado ao fortalecimento comunitário e à valorização da cultura pesqueira em diversas regiões do Brasil (Resende, 2009). Em Pelotas, a

⁸¹ A terceira edição do projeto da Rede foi executada pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com ações de extensão voltadas para a realidade social das comunidades que circundam o município do Rio Grande (Nobre *et al.*, 2012).

Feira do Pescador é um exemplo consolidado dessa abordagem, abastecendo semanalmente, há mais de 20 anos, mais de 100 pontos em diversos bairros do município com pescados frescos e de qualidade. Essa iniciativa é sustentada por políticas locais que reconhecem e valorizam o patrimônio cultural pesqueiro, promovendo tanto a geração de renda quanto a preservação da cultura local.

Além da Feira do Pescador, outros Arranjos Socioprodutivos Locais, como empreendimentos turísticos de base comunitária e o Turismo Rural sustentável estão voltados para o aumento do rendimento das famílias pescadoras através da valorização da cultura local. Em Santa Catarina, projetos de Turismo de Base Comunitária, apoiados pela Epagri e instituições como a Embrapa, IFSC e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio), têm gerado impactos positivos. Um exemplo é o projeto na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, que, segundo uma pescadora envolvida, trouxe benefícios para a comunidade local, embora ainda enfrente desafios na divulgação do empreendimento (Entrevistada "M", Laguna/SC, março de 2023). No Rio Grande do Sul, o Turismo Rural e de Base Comunitária está sendo reconhecido como uma oportunidade promissora pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, que, em parceria com a Emater, diagnosticou a integração dessa atividade com a pesca em mais de 60% dos municípios do estado (Soares, 2023). Dessa forma, as políticas de assistência técnica voltadas para Arranjos Socioprodutivos Locais destacam-se como formas de fortalecer o senso de pertencimento ao território e a autoestima das comunidades, preservando o patrimônio cultural fundamental para o etnodesenvolvimento.

4.2.1.1.2 Projetos de capacitação, intercâmbio de experiências e Integração

Diferentemente das frentes de trabalho relatadas anteriormente, vinculadas a políticas públicas, esta seção aborda propostas pontuais e independentes que contam com as redes de apoio da assistência técnica e extensão rural. Por meio de encontros de formação, eventos e projetos específicos, essas ações buscam gerar impactos no curto prazo. Essas iniciativas abrangem diferentes temáticas,

favorecendo de forma direta e prática: alternativas de geração de renda; o compartilhamento de saberes; e autoestima e cidadania, que são descritas a seguir:

- a) **Projetos de geração de renda e autonomia financeira:** Diversas iniciativas, como o Projeto Redeiras⁸², expõe o potencial de iniciativas de artesanato com reciclagem de redes de pesca e confecção de biojóias com escamas de peixe e conchas podem resultar. Recentemente as Redeiras realizaram o primeiro desfile de moda artesanal, que fez parte do projeto cultural “(Re)Mar Redeiras – Mês Da Moda Artesanal: Desfile De Moda Sustentável e Ações Formativas Na Colônia De Pescadores Z3”, com financiamento do Pró-Cultura RS – Governo do Estado do Rio Grande Do Sul. O grupo vem vendendo seus produtos em diversos espaços, incluindo a loja do Museu de Arte de São Paulo (Masp), alcançando oito estados brasileiros. Nesse mesmo sentido o Projeto “Mãos à Obra” em Tapes (RS), vem trabalhando com a reciclagem de redes de pesca transformando em diferentes produtos como esponjas, que segundo o relato da pescadora integrante do grupo, a iniciativa da extensionista veio “não tanto pelo artesanato, pelo dinheiro mas sim para juntar as mulheres até pelo bem-estar entendeu porque a mulher fica muito em casa quando o marido sai para Lagoa” (Entrevistada “K”, Tapes/RS, março de 2023). Outra forma de geração de renda e destinação do lixo que é recolhido nas redes de pesca é o Pagamento por Serviços Ambientais, em fase inicial junto às mulheres da Colônia Z3 com o apoio da Emater.
- b) **Intercâmbio de experiências, trocas de saberes e sabores-** Como visto nas iniciativas anteriores que aliam a inclusão socioproductiva e a promoção de autonomia das pescadoras, o curso Mulheres em Ação: Flor e Ser, promovido pela Epagri, trabalha quatro eixos principais ligados à temática pesqueira: gerencial, técnico, ambiental e humano. Para isso, ao longo de dois dias as pescadoras fazem uma imersão nos Centros de Treinamento da Epagri, onde dormem uma noite, e são incentivadas a trocar experiências com outras pescadoras. Durante o jantar ocorre a oficina de “Saberes e Sabores”, momento em que as pescadoras de cada município se unem a fim de preparar um prato com base no pescado trazido por elas

⁸²<https://redeiras.com.br/>

de suas comunidades, que em seguida é compartilhado entre todas as cursistas em um rico banquete sociobiodiverso.

- c) **Encontros de integração e participação social favorecendo a autoestima e cidadania:** A partir de experiências como o curso Mulheres em Ação, através de encontros que promovem trocas, integração e reflexões sociais, as mulheres ao mesmo tempo em que tratam de assuntos como melhorias da sua produção, incentivam umas às outras a valorizar seu trabalho dentro da atividade da pesca e a se reconhecerem como pescadoras. De modo que, entendendo sua importância na família, nas entidades e na sociedade como um todo, abrem-se caminhos para a participação das mesmas em diferentes espaços de decisão e posições de liderança. O relato da pescadora demonstra a relevância de ações nesse sentido para o sucesso das políticas para a pesca artesanal:

Até então nós mulheres não pescadoras profissionais, que trabalhamos já com os maridos, a gente não sabia que a gente era uma pescadora. Eu fiquei sabendo que eu sou uma pescadora depois do curso. Então se tu faz tudo isso, tu mexe com peixe também, pesca camarão com ele toda noite, revista o camarão, não deixa de ser uma pescadora né. Tem muitas mulheres que não sabem disso, a gente fica sabendo lá no curso (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

De modo semelhante, uma proposta conjunta da Emater, Colônia de Pescadores Z8, Associação de Pescadoras Amigas da Lagoa e PAN Lagoas do Sul, foi o Encontro das Pescadoras das Lagoas do Peixe, Patos, Mirim e Mangueira. Ocorrido em 2023 no município de São Lourenço do Sul, o Encontro das Pescadoras teve como objetivo promover a participação e protagonismo das mulheres pescadoras, através de palestras e oficinas, bem como a troca de experiências entre as pescadoras da região e as instituições que as envolvem. O encontro contou com a participação de mais de 100 pescadoras de 8 municípios do Estado, além de representantes governamentais e universidades, se caracterizando como princípio gerador de relações e construções de redes sociais que fortalecem as mulheres na pesca artesanal da região Sul do estado do Rio Grande do Sul.

A variedade de propostas articuladas pela assistência técnica e extensão rural tem seu sucesso dependente de recursos, parcerias muitas vezes estabelecidas com as secretarias municipais que forneceram estrutura, transporte e

alimentação, também alcançados por meio de parcerias com outras redes como as universidades, institutos de pesquisa, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS). No entanto as iniciativas também dependem do envolvimento das comunidades pesqueiras para que alcancem resultados satisfatórios, por vezes encontrando barreiras ocasionadas pela descontextualização das propostas com a realidade da pesca artesanal, de acordo com a entrevistada “V” da:

Vieram me questionar porque as mulheres não quiseram, fazer nem foram participar da reunião. Não é esse o nosso interesse ... eu quero aprender a fazer um bolinho, eu quero aprender a fazer artesanato de escama de peixe essas coisas (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

De modo que a oferta de cursos que acabam “descaracterizando ou desviando o foco” da pesca artesanal, bem como iniciativas de políticas que não tiveram continuidade ou foram inúteis para atender as demandas das comunidades pesqueiras por vezes prejudicando sua atividade impactando a sobreexploração dos estoques (Souza, 2007), levam ao desinteresse das pescadoras em algumas propostas. Nesse sentido, é essencial para a contextualização das estratégias de incentivo à produção e inclusão socioproductiva, a construção participativa de propostas que, com o apoio das redes de assistência técnica e extensão rural e outros parceiros, as demandas das comunidades pesqueiras alcancem os espaços de governança de políticas. Gerber (2021) aponta para a importância do conceito de circularidade na extensão rural, que estabelece uma relação dinâmica de saberes, conhecimentos e formas de ver o mundo como critério para formulação de políticas públicas, “privilegiando uma discussão atenta e continuada com as populações pesqueiras, considerando as múltiplas formas de exercício da pesca artesanal no Brasil”. Sobre a importância de um diálogo atento a pescadora aponta:

Eu digo isso direto, ninguém sabe o que a gente passa, ninguém sabe o que a gente passa dentro da nossa casa né, na área da pesca. Quanta coisa tá vindo aí, quanta coisa excludente, é muita coisa excludente e aqueles órgãos que estão ali para levar a informação eles não trazem informação. Eles só “vai a vós”, aí quando eles querem encher o salão aí a gente, para fazer uma reuniãozinha, aí é obrigado a ir, mas é que o “vêm a vós” é nunca! É só “vai ao vosso reino.” Aí não”. Hoje tu quer fazer isso aí, mas e ontem que tu esqueceu? Tu esqueceu de ontem que tu nem apareceu? (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Nesse sentido, vale ressaltar outra barreira para o atendimento das demandas da agenda de sustentabilidade da pesca artesanal, em relação à qualificação dos técnicos para trabalhar na extensão pesqueira⁸³, tendo em vista que a falta do conhecimento básico sobre as atividades das pescadoras, os peixes, épocas, tipos e artes de pesca, que acaba por afastar as comunidades dos técnicos (Costa; Almeida, 2021). Nesse sentido, para viabilizar as adequações necessárias no atendimento às comunidades pesqueiras, a Extensão Rural e Pesqueira, na sua vertente contemporânea para o Desenvolvimento Local, vem estabelecendo parcerias entre organizações governamentais e não governamentais. No entanto, os estudos voltados às questões da extensão pesqueira são escassos e pouco explorados pela academia e instituições de pesquisa e extensão, de modo que a carência de dados é um fator limitante para os técnicos extensionistas e empresas de ATER (Sousa, 2014).

4.2.1.2 Rede de ensino, pesquisa e extensão universitária

A rede de pesquisadores e especialistas de diferentes áreas do conhecimento, ainda que escassos, vêm contribuindo para a aproximação das demandas da agenda da sustentabilidade da pesca artesanal e o trabalho de extensão rural. Como observado em 2023 a partir do curso de Capacitação em Povos e Comunidades Tradicionais, ofertado pela Uergs, SDR e Emater/Ascar, direcionado para servidores(as) da Emater/Ascar, servidores(as) estaduais que atuam na área, estudantes da Uergs e comunidade em geral, contando um uma semana de debate exclusivo para o tema da pesca artesanal e um dia inteiro voltado para o tema das pescadoras, suas práticas saberes e os conflitos socioambientais que enfrentam.

Entre outras conexões possíveis, uma ampla rede de pesquisadores e especialistas vêm se mostrando como meio possível para a articulação da agenda da sustentabilidade da pesca artesanal, como o caso recente da “Lei das 12 milhas”

⁸³ Atuação especializada das políticas de Extensão Pesqueira no Brasil surgem a partir de 1968 com o objetivo de desenvolver as atividades de pesca promovidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Em 1973, foi criado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart). Com a extinção da SUDEPE os programas de extensão pesqueira também acabaram.

(Rio Grande do Sul, 2018)⁸⁴. Uma grande conquista socioambiental como um todo, resultado de esforços entre diferentes redes de atores e agências de pesquisa congregados através do Fórum de Pesca da Lagoa dos Patos, e da parceria entre os estudos feitos pela FURG, a pressão política dos Movimentos Sociais Pesqueiros (MPP) e os recursos financeiros e apoio jurídico da ONG Oceana⁸⁵ (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Os departamentos de pesquisa e extensão das universidades oferecem diferentes possibilidades de impacto nas demandas da pesca, como a criação de conhecimento em relação às espécies importantes para basear legislação de abertura de safras, controle de práticas predatórias, tamanho mínimo de captura e abertura de barra de lagoas intermitentes. Bem como na transferência de conhecimento e inovação a partir dos projetos de extensão em economia solidária, além de assistência jurídica, e a partir de articulações e influências nas arenas de discussão política, como nos conselhos de Unidades de Conservação e Fóruns de Pesca. No entanto, da mesma forma que as redes de extensão rural, a influência e o sucesso das iniciativas propostas pelas redes de pesquisa dependem de outros parceiros e da participação das comunidades pesqueiras, deixando de lado o conhecimento sobre, o qual viabiliza a dominação, para “saber com”, elaborando conhecimento conjuntamente e “materialmente por meio do contato, do tato e dos sabores, etc” (Paula, 2018, p. 320). O relato da pescadora “B” expõe a realidade da relação vivida com a rede de pesquisadores em seu território:

As universidades vêm aqui fazem e fazem entrevistas, fazem coisas com a gente, cansaram de vir fazer coisas, vinha direto aí fazer pesquisas de peixes, seriam coisas assim, mas até então nada muda. Eles só vêm ali e fazem umas entrevistas com a gente, mas acaba até piorando a situação às vezes (Entrevistada “B”, São José do Norte/RS, fevereiro de 2023).

Havendo abertura para propostas de pesquisa e extensão vindas das comunidades, as pescadoras sugerem um estreitamento das relações com as redes de pesquisadores, mas não somente apontam para a necessidade de que seus saberes tradicionais sejam valorizados e respeitados na construção do conhecimento e de políticas públicas que porventura sejam decorrentes das arenas

⁸⁴ Lei nº 15.223/2018

⁸⁵ A ONG Oceana vem contribuindo na construção de uma nova política pesqueira de forma participativa e baseada na equidade de gênero.

de debate científico, havendo inteligibilidade recíproca entre os modos de vida e objetivos de ação. Caso contrário, põe em risco a conservação dos ambientes e os modos de vida tradicionais caso não haja tal sensibilização (Mendonça, 2006).

Experiências nesse sentido foram observadas no processo de debate e construção dos Protocolos de Consulta no Rio Grande do Sul. Num contexto de crescente ameaça à autonomia e segurança das diferentes coletividades, especialmente para as comunidades pesqueiras no território da Lagoa dos Patos, os Protocolos de Consulta têm se constituído em uma importante ferramenta de reconhecimento e defesa para as pescadoras artesanais. Mas tem também suscitado diferentes formas de interpretação e condução. Nesse sentido durante o Salão de Extensão da UFRGS em novembro de 2023, a Oficina “Construção de Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada” trouxe o tema para o âmbito dos grupos do RS, a partir de uma abordagem introdutória e troca de experiências entre os participantes da oficina. Nesse sentido, em 2024 a FURG no âmbito do projeto “Elaboração do Protocolo de Consulta e Consentimento Livre e Esclarecido dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Lagoa dos Patos/RS Conforme OIT 169” se soma ao processo de retomada de direitos das comunidades tradicionais de pesca artesanal sobre seus territórios. Sendo importante que antes, durante e depois das Oficinas de elaboração dos Protocolos, que as lideranças e as associações ou organizações continuem trabalhando o tema da consulta prévia, no cotidiano das comunidades (Yamada; Grupioni; Garzón, 2019).

Outras formas de conexão com as universidades se estabelecem por meio de ações judiciais⁸⁶, onde demandas dos movimentos sociais, no caso por meio da Colônia de pescadores com o apoio da prefeitura do município de Imbé/RS, são levadas ao Ministério Público Federal, resultando na Interação Acadêmica entre UFRGS e a Prefeitura Municipal de Imbé (PMI) para execução do Projeto de Monitoramento⁸⁷ da Atividade Pesqueira no estuário da Bacia do Rio Tramandaí, (Projeto MOPERT) em função da proibição das espécies de bagres⁸⁸. Como argumento da ação, a própria rede de especialistas vinculados a ONGs internacionais, é responsabilizada pela geração de dados genéricos, que se

⁸⁶ Ação Declaratória Incidental À Ação Civil Pública Nº 5023572-63.2015.4.04.7100/RS

⁸⁷ Outros projetos participativos de monitoramento executados a partir do trabalho do CNPT dentro das Unidades de Conservação estão descritos no item 4.1.2.2

⁸⁸ As espécies de bagres-marinhos: *Genidens barbatus* (bagre-branco) e *Genidens planifrons* (bagre-boca-larga) estão categorizadas como ameaçadas de extinção.

entenderam distantes das peculiaridades da pesca local e sem a participação das pescadoras amplamente conhecedoras dos peixes no ambiente (MOPERT, 2019).

O projeto MOPERT resultou em um Acordo de pesca, estabelecido através de um termo de compromisso, que permitiu a licença de pescadoras autorizadas a pescar o bagre, que de forma conjunta conduziram o monitoramento participativo e levantamento de informações sobre as espécies de bagre. Também aponta o consenso entre a equipe técnica e a maioria das pescadoras que participaram do projeto “que nem a proibição total ou a liberação total da captura de bagres-marinhos ameaçados de extinção irá trazer benefícios para as espécies ameaçadas, para as famílias de pescadoras e nem paro o ambiente”, de modo que, em seu relatório final de 2023, indicam que se mantenha uma atividade pesqueira monitorada seguindo os moldes do Projeto MOPERT (MOPERT, 2023).

Um exemplo de demanda elaborada pelas pescadoras é relatado pela Entrevistada “V” (Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023), que surgiu em vista de uma oportunidade de recursos de um fundo internacional, através do Movimento dos Pescadores e Pescadoras, destinado a projetos para as comunidades de pesca artesanal. As pescadoras de duas comunidades, Ilha dos Marinheiros de Rio Grande e Associação de Feirantes e Pescadores de Pelotas, ambas integrantes do Movimento, buscaram a parceria da rede de pesquisadores da FURG para escrever a proposta pensada por elas. Como resultado o projeto foi selecionado e atualmente as duas comunidades contam com estruturas completas de cozinha com equipamentos para a realização dos eventos da comunidade.

No entanto, as pescadoras relatam que tal conexão com a rede de especialistas parece por vezes se aproximar e se afastar em diferentes cenários, tendo em vista o histórico de conflito entre as pesquisas e os interesses da pesca artesanal, permanece a percepção de que o meio ambiente é o foco da pesquisa e não a continuidade das comunidades de pesca artesanal, como visto na fala da pescadora de São José do Norte/RS:

Agora faz tempo que ninguém aparece lá na minha comunidade das Universidades da FURG, por causa do meio ambiente né, para ajudar o pescador em si não eles vão lá, só pesquisar o tamanho do Camarão, a água, “disso daquilo”, para ajudar o pescador em si não, eu não vejo isso (Entrevistada “H”, São José do Norte/RS, fevereiro de 2023).

Assim, observa-se uma intrincada rede de parceiros que envolve as redes da extensão rural, redes de especialistas, agentes dos poderes executivo, judiciário e também legislativo, como através da Frente Parlamentar de Defesa do Setor Pesqueiro, considerada entre os participantes da pesquisa como um ganho, visto que antes as demandas eram pautadas pontualmente do debate dos parlamentares e agora há mais continuidade e organização no trabalho do legislativo em relação a agenda da pesca. Entre as contribuições do poder legislativo está a criação do Conselho Estadual de Pesca Sustentável (CONGAPES)⁸⁹, criado na década de 90, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul, tendo importante contribuição sobre o manejo dos bagres no estado⁹⁰. No entanto, em meio a trocas de gestão o Conselho vem enfrentando dificuldades de funcionamento, segundo a entrevistada “F” que relata:

Na verdade, o conselho começou a operar por pressão do setor, pressão da Assembleia Legislativa, principalmente em relação a espécies proibidas que foram parar na Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa. E aí foi criado um grupo de trabalho que eu participei. Ficamos um ano nesse grupo de trabalho, por fim houve uma audiência final para apresentação do relatório e a própria Assembleia Legislativa apontou que a solução era a criação do CONGAPES. Então ele foi criado por pressão e não por vontade política e nisso várias questões da própria regulamentação da Lei da Pesca até hoje não saíram porque não há interesse nesse caso. Os pescadores têm dificuldade de entender que o CONGAPES é deles, não é do governo, o qual eles têm que se apropriar. Eles são os atores principais e isso a gente tem dificuldade de demonstrar (Entrevistada “F”, Porto Alegre/RS, março de 2023).

Desse modo, pode-se observar a conquista de espaços nas arenas políticas ainda enfrenta fortes barreiras à participação da pesca artesanal, de modo que os espaços de gestão compartilhada como os Fóruns de Pesca e dentro dos conselhos de Unidades de Conservação podem ser considerados os espaços de participação e diálogo mais significativos para as demandas da pesca artesanal tendo em visto as trajetórias de atuação e permanência.

Todavia o CONGAPES representa um espaço de elevado potencial de decisão, devido seu caráter consultivo, deliberativo, disciplinador da política

⁸⁹ Lei Complementar Nº 14.476, de 22 de janeiro de 2014.

⁹⁰ Através da RESOLUÇÃO Nº 01/2017 o CONGAPES aprova o manejo sustentável dos bagres-marinhos no âmbito da lagoa dos Patos, Lago Guaíba e Bacia do Rio Tramandaí, também resolve sobre a implementação dos Planos de Manejo, indicando ao governo estadual indicação do órgão da administração estadual responsável (MOPERT, 2019).

pesqueira do Estado e com atribuição normativa sobre a execução e a fiscalização da aquicultura e da pesca, que ainda deve ser ocupado pelas organizações pesqueiras. É relevante pontuar que, em âmbito federal, o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca foi recriado em 2023, estando atualmente reestruturando a sua composição por meio de edital aberto as entidades e organizações representativa de movimentos sociais de trabalhadores da pesca e aquicultura, entidades da área empresarial da pesca e aquicultura e entidades da área acadêmica e de pesquisa da pesca e aquicultura, também tem como objetivo construir as políticas do setor, contudo sua operância é de caráter consultivo⁹¹.

Como resultado da análise das redes de organizações governamentais, observa-se que a produção sustentável e inclusão socioprodutiva, defesa de territórios e direitos, especialmente relacionados à segurança alimentar e nutricional, relacionados à identidade dos povos e comunidades tradicionais podem ser considerados padrões na construção e fortalecimento da agenda da sustentabilidade e revelam arenas de aproximação das comunidades pesqueiras da governança dos sistemas alimentares. Também traduzidas como iniciativas que ampliam horizontes enquanto possibilidades para mediar as disputas no âmbito da agenda política de sustentabilidade, superando as políticas setoriais e as dificuldades de integração entre estratégias econômicas, sociais e ambientais isoladas, que fragilizam os sistemas alimentares e frequentemente materializam-se em conflitos não negociados nos diversos níveis de governança. Como Correias (2015, p. 155) aponta em seu trabalho sobre as conflitualidades envolvendo as comunidades pesqueiras:

Por fim, a questão da água relaciona-se com a produção de arroz e pinus, mas também com a apropriação de território por parte desta territorialidade. Território em sua representação material sobre o espaço em forma de terra/água supõe uma disputa que se vê materializada pela apropriação em forma de propriedade privada, categoria absoluta e sem possibilidade de discussão, que vai conter os recursos de uso comum, necessário para a reprodução e subsistência da vida.

Apesar dos avanços revelados, as comunidades pesqueiras ao longo dos anos têm enfrentado desafios em relação ao seu desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida, devido à negligência das políticas públicas dirigidas para as suas realidades no nível local. A ausência de atenção política é diretamente responsável

⁹¹ Decreto Nº 11.625, de 2 de Agosto de 2023

pela escassez de investimentos em pesquisa e pela falta de informações fundamentais sobre as condições técnicas, socioeconômicas e ambientais da realidade situada dos sistemas de pesca artesanal. Isso dificulta a identificação e avaliação de medidas de gestão essenciais para garantir a sustentabilidade dos recursos e proteger a atividade como meio de subsistência (Kalikoski; Vasconcellos, 2013). Assim, é fundamental que os *feedbacks* pelos extensionistas, os indicadores criados pela universidade incluam as percepções dos beneficiários sobre as agendas locais⁹².

Como resposta desse processo de exclusão, o que se observa nos últimos anos é que a sociedade vem demandando cada vez mais espaço na governança em múltiplos níveis, onde os atores do contexto local reivindicam exercer papéis para além dos ajustes dos modelos *top-down*, de modo que o entendimento dos problemas localizados ascenda e encontre as arenas onde os processo de decisão acontecem, as ferramentas específicas para os povos e comunidade seja utilizada e os recursos cheguem onde mais são necessários, materializando estratégias de resistência.

Por meio de mobilizações coletivas, movimentos populares e organizações comunitárias as pescadoras artesanais vem lutando pelo acesso equitativo às estruturas do Estado, e assim vem se mostrando cada vez mais presentes nas arenas de debate político em diferentes níveis de governança que serão discutidas a seguir.

4.2.2 Redes da pesca artesanal na agenda da sustentabilidade territorializada

A análise da governança na presente seção é orientada a partir da concepção crítica utilizada por Cruz (2020), ao ressaltar que “somente formas de governança que tenham foco no local para, a partir dele e de suas características, dialogar com outras esferas de governança podem, de fato, responder aos preceitos de sustentabilidade.”

Nesse sentido, para a análise das redes de organizações da pesca artesanal com ancoragem no território das lagoas do sul e das formas de governança

⁹² Sobre as estratégias adotadas pela iniciativa de atores e agências que constituem a *policy community* de Sabatier (2007).

adotadas pelas mesmas, busca-se observar as capacidades para o desenvolvimento local sustentável da pesca artesanal, pensando o desenvolvimento local enquanto projeto de transformação social, no sentido de transformação dos sistemas alimentares através da democracia alimentar⁹³ (Sen, 1994).

4.2.1.3 Organizações da pesca artesanal

O histórico das organizações da pesca é fundamental para entender os processos de comunicação, as relações de parcerias entre organizações e a construção de redes envolvidas no desenvolvimento local. As organizações pesqueiras tiveram suas origens em 1817, quando, por iniciativa de D. João V, a marinha de guerra estabeleceu relações com as comunidades de pesca brasileiras, com o objetivo de reunir a população costeira para possíveis mobilizações militares, com o intuito de proteger as costas do país contra invasões. Essa colaboração deu origem à criação e desenvolvimento das Colônias de Pesca, esforço que resultou na fundação de mais de 800 colônias no período de 1919 a 1923⁹⁴ (Moura, 2009). As Colônias até a Constituição Federal de 1988 eram presididas geralmente por indicados da Marinha, depois desse marco deixaram de ser tuteladas pelo estado e foram equiparadas aos sindicatos rurais, tendo então como objetivo principal de fortalecer a pesca buscando melhores condições de trabalho.

Ao longo do tempo outras formas de organização foram mobilizadas para atender as necessidades locais para além das questões trabalhistas, especialmente no início dos anos 2000 quando as pescadoras foram contempladas com políticas

⁹³ Amartya Sen propõe a adoção do enfoque das capacidades como uma maneira de estabelecer fundamentos informacionais mais precisos para avaliar os níveis de desenvolvimento e qualidade de vida, a fim de assim sugerir medidas mais específicas para a formulação de políticas públicas destinadas a erradicar as principais causas das desigualdades humanas. A perspectiva das capacidades desempenha um papel crucial ao melhor capturar todas as dimensões da natureza e das origens das desigualdades, deslocando a definição de baixos níveis de renda real para a privação de capacidades básicas. Nesse sentido, o autor ressalta que “a democracia tem um importante valor instrumental ao potencializar a capacidade do povo ser ouvido quando expressar suas demandas por atenção política” (1999, p. 14)

⁹⁴ As relações instituídas entre pescadoras e Estado se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo. No processo de “conquista” da confiança das pescadoras, o Estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes, ofereceu serviços de saúde, além de ter criado cerca de mil escolas para os filhos das pescadoras, denominadas de Escoteiros do Mar, com finalidade de militarização e treinamento para os jovens. Estes espaços tinham como função o apoio para ações sociais e administrativas do Governo. No final da década de sessenta, o Estado incentivou a implantação da indústria pesqueira nacional de modo que em favor dessa nova forma de captura do pescado, a atividade pesqueira artesanal foi perdendo incentivos (Moraes, 2010).

públicas sociais de alívio à pobreza rural, as quais permitiram maior controle social. Nesse período, a exclusividade da colônia/sindicato é quebrada, e novos atores entram em cena, incluindo a criação de associações comunitárias, das secretarias municipais de pesca e agricultura, dos conselhos municipais de desenvolvimento da pesca e da aquicultura, bem como a formação de inúmeras associações de pescadoras. Além disso, a igreja católica passou a desempenhar um papel estruturante ao estabelecer a pastoral do pescador. Durante esse período, também surgem as primeiras organizações de gênero e jovens pescadoras (Dietz, 2011).

Contudo, durante o governo de Dilma Rousseff, com o ministro Crivella, através de um convênio feito para o encaminhamento da documentação, em função do RGP para o recebimento do seguro-defeso das pescadoras, que não aceitava para tais funções os sindicatos e as associações na época, o que incentivou a criação de colônias, de forma que as associações e sindicatos vem, comparativamente, diminuindo a sua presença, segundo Entrevistada “B”.

Assim, na visão do Estado as Colônias de Pesca têm sido o referencial de organização das pescadoras, no entanto estas mulheres, que por muito tempo mesmo estiveram obrigadas a estar filiadas na organização oficial para terem o direito de trabalhar de forma regularizada, ainda deixam de participar e conviver nos espaços de discussão dentro da organização, “a ação de estar associado na colônia não traz à tona a identidade destes” (Moraes, 2010).

Nesse sentido, na maioria das vezes as Colônias são consideradas pelas entrevistadas como organizações meramente formais dando apoio a regularização de documentos:

A colônia a nossa relação também é boa, mas ainda é muito falha. Podia ser mais, a colônia podia ser mais. Talvez não seja por não querer, talvez seja por falta de conhecimento, do conhecimento necessário dessas questões. De buscar ter tempo porque geralmente quem é presidente da colônia é pescador também, então às vezes não tem o tempo de estar na função da Pesca. Então bota alguém lá para trabalhar para fazer a burocracia, às vezes não tem tempo para ir nessas reuniões, então às vezes falta poder ser mais, mas como eu falei para estar na frente tem que ter tempo e às vezes o pescador não tem (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Atualmente as colônias estão estruturadas em Federações e a Confederação⁹⁵, com representações estaduais e nacionais respectivamente e os sindicatos da mesma forma⁹⁶. A comunicação entre as os níveis da estrutura organizacional da representação da categoria são relatadas pela entrevistada “I”, pescadora e secretária da Colônia de Pesca de sua comunidade:

Além das colônias, a gente tem uma entidade que é a Federação que mantém as colônias, a gente paga para ter os nossos documentos todos em dia, essa coisa toda. Todos os anos a gente faz um acordo. A Federação fica em Porto Alegre, na ilha da Pintada. O Gilmar, o Presidente é o pai do Gilmar, mas é ele que comanda, o pai dele tá um senhorzinho bem de idade. A Federação tá junto com a CBPA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura), é onde tem o Abraão Lincon que corre para Brasília, indo fazer esses acordos. Se tem um problema para resolver, alguma coisa desse tipo “Ah tá dando muito problema, vamos fazer uma reunião com o INSS para resolver”, nessa rota buscando melhorias. Mais questões trabalhistas, ele é advogado, ele ficou nessa função né, por fora nos mantendo. Aqui no Rio Grande do Sul nós ainda não tivemos grande resultado, mas vai vir até um *call center* para nós pescadores, para a gente entrar em contato mais rápido e ter uma resposta mais rápida de tudo para nós das colônias. Esse *call center* vai ser vinculado à Federação junto às colônias, a gente é uma liga, precisa da Federação para te manter. É ali na Federação onde a gente tem um estatuto, aquela coisa, a gente tem que manter atas, é um monte de documento, é todo ano é eleição, nomeação. Precisa apresentar contas, tem toda uma diretoria. Ai que tem que mandar uma porcentagem para Federação, que é para Federação manter a entidade. Que se tu não tá contribuindo, não está mais vinculada, é tudo na base do dinheiro, aí tu tem que manter isso tudo para poder trabalhar. Às vezes eu falo direto com o Gilmar quando dá essa época do seguro-defeso que tem pendências, eu falo direto com ele, às vezes tem sistema que não funciona aí eu ligo para o Gilmar digo que não consigo acessar “vê se tu consegue falar com alguém” (Entrevistada “I”, Vila Santa Isabel- Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023).

A ampla estrutura das organizações de representação da pesca (Colônias e sindicatos) em diferentes níveis, é reconhecida em diferentes espaços de debate

⁹⁵ No estatuto para as colônias de pescadores de 1973, as colônias se mantiveram sob a denominação de sociedade civil, porém, subordinadas ao controle do Estado, das Federações e da Confederação Nacional de Pescadores, conforme podemos verificar no §2º do art. 1º: “As colônias de pescadores se obrigam a estreita colaboração com as autoridades públicas, com as respectivas Federações e com a Confederação Nacional de Pescadores”; e letra c) do art. 26: “Compete à diretoria da colônia, cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto, do Regimento Interno, das deliberações da SUDEPE, da Confederação Nacional dos Pescadores e Federação, bem como das autoridades navais”. Este estatuto ainda prevalece até os dias de hoje em muitas colônias do país, apesar da nova Constituição de 1988, possibilitar às colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios.

⁹⁶ De acordo com Mendes (2019) hoje em dia, colônias e sindicatos atuam de forma parecida organizando as demandas referentes à atividade pesqueira e dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) com a pesca. O que segundo Cardoso (2001), gera atritos na representação legal dos pescadores e interfere diretamente em questões como financiamentos, parcerias, entre outras.

político, como dentro de conselhos administrativos⁹⁷ e deliberativos como o CONGAPES. Contudo, em diálogo com o relato acima da pescadora, outros interlocutores apontam que “as federações de pescadores, tem muita crítica né. Os caras assim já estão lá trocentos anos, as mesmas figuras que não saem de lá” (Entrevistado “R” Florianópolis/SC, abril de 2023). Assim pode-se observar as dificuldades de organização efetiva para atender as demandas atuais e legítimas das comunidades pesqueiras.

São ainda relatadas dificuldades em relação ao direcionamento dessas organizações, tendo em vista que são apontados diversos casos de filiação de não pescadoras no sentido de aumentar o rendimento dessas organizações, sem a preocupação com os impactos que podem ser gerados em decorrência do desvio da conduta das organizações de representação da pesca. Todavia, em alguns casos a colônia de pesca é apontada como a única organização social presente no território, tendo funções de amparo e manutenção da comunidade pesqueira, como se observa pelo Termo de Compromisso da PARNA Lagoa do Peixe, firmado com a Colônia de Pesca de Tavares, que representa também as pescadoras de Mostardas, pelo município não ter uma colônia, conforme a fala da pescadora:

Aqui a gente tem a nossa colônia que atende o município de Tavares e Mostardas, a gente já teve uma associação nossa aqui que tá desativada no momento e a gente tá pensando em reativar de novo, a gente ainda tá tentando se organizar. Mas como eu te falei, é da natureza do pescador querer ficar lá no seu cantinho e não se envolver tanto nessas questões. Talvez por isso seja tão difícil de ver pescadores ocupando esses espaços nesses comitês nessas coisas da prefeitura, essas cadeiras desses espaços. Porque é da natureza mesmo, não sei se já aconteceu aí no teu entorno, mas a gente acaba se movimentando quando acontece alguma coisa que nos força a nos movimentarmos quando acontece alguma coisa (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

O relato da pescadora em relação à renúncia de poder é relatado por Moraes (2010 p. 1):

A convivência entre os indivíduos, é indispensável para a geração do poder. Uma das grandes dificuldades encontradas na colônia de pescadores do município de Rio do Fogo, é a renúncia ao poder. Um grande número de pescadores isola-se, deixa de participar da vida política de sua unidade de representação, parece viver no anonimato. O discurso não existe, conseqüentemente não há revelação, a ação de estar associado na colônia

⁹⁷ Como o Conselho Técnico Administrativo – CTA da entidade EMATER-RS e o Conselho Administrativo - CONAD da Entidade ASCAR, órgãos colegiados de deliberação e orientação superior das entidades EMATER-RS e ASCAR, cabendo-lhes fixar os objetivos, diretrizes fundamentais, normas gerais e zelar pelo cumprimento do Estatuto das Instituições.

não traz à tona a identidade destes. Parece conter-se com o acesso a mínimos benefícios previdenciários garantidos por lei. Ainda assim, encontramos dentro deste município vários pescadores que sequer fazem parte do quadro social da colônia, não tendo acesso nem aos direitos previdenciários pois não possuem nenhum tipo de registro enquanto trabalhadores da pesca. A realização de assembleias gerais quando acontecem, revelam a identidade de parcela minoritária dos pescadores que a compõem. O espaço de discussões políticas gira em torno de pequenos grupos que, utilizando-se do discurso voltado para seus interesses, buscam persuadir os demais.

Já em Arroio Grande a Colônia de Pesca também desempenha papel central na manutenção das tradições e união da comunidade, bem como atua na articulação com outras organizações, como a administração pública municipal, para dar visibilidade aos trabalhos da comunidade por meio de festas, como já apontado por Dietz (2011) entre as formas de influência das organizações sociais da pesca artesanal no modelo de desenvolvimento local:

A gente tem aqui o dia do pescador, que é dia 29 de junho e sempre tem um festejo que a colônia organiza. A gente vai em Arroio Grande pedir para cooperativa, para os bares, para as pessoas que têm comércio alguns brindes que a gente sorteia. A gente vai a Arroio Grande falar com a Secretaria de Turismo para trazer alguma atração de alguma coisa desse tipo. Para a festa do Navegantes que é tradicional da comunidade e depois vem dia das crianças também sempre tem alguma coisa, dia do pescador, tem Natal a comunidade também organiza uma festinha uma coisa assim junto da prefeitura. A gente tem a colônia que ajuda, mas também tem a parte que fica com a subprefeita, que faz esse movimento todo. Mas ela sempre também fala se a gente quer ajudar se a gente quer ser parceiros, assim um lado puxa o outro. Normalmente a gente faz na praça na colônia, no campo ali na praça na frente da coopesi, ou mesmo a festa do pescador é ali na colônia. A gente monta um barracão e faz um almoço (Entrevistada "I", Vila Santa Isabel- Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023).

A pescadora e secretária da Colônia de Pesca da sua comunidade ainda relata a relação de coletividade estabelecida através das colônias das entre as comunidades dos municípios próximos para reivindicar as demandas da pesca:

Tem o sindicato de Tramandaí, tem o de Pelotas, também tem sindicato e associação, mas a maioria é colônia, são inúmeras. Aqui da região eu conheço quase todas Jaguarão, Rio Grande, Pelotas, Santa Vitória que é Z16. Eu nunca fui à Santa Vitória mas eu conheço o pessoal que trabalha na colônia porque tu acaba conhecendo, para trocar informação. É um trabalho que tu precisa de conjunto. A gente se conhece de reuniões da Marinha, que a gente faz os documentos. A Marinha é um órgão bom, mas também tem algumas coisas, alguns impasses. Eles andaram um bom tempo sem dar cursos para os pescadores tirarem a matrícula, fica essa função de tu tá correndo atrás. Pedindo ofício, pedindo reunião e aí é por esse tipo de coisa que a gente precisa do conjunto [...] O que poderia ajudar

nesse trabalho é que as respostas poderiam ser mais rápidas dos órgãos, secretarias, INSS, esses tipos de órgãos costumam a te dar um retorno e poderiam ser mais valorizados as colônias pelos pescadores (Entrevistada “I”, Vila Santa Isabel- Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023).

Em algumas comunidades, apesar de não contar com uma estrutura organizacional em múltiplos níveis como as colônias e sindicatos, a emissão de documentos também é facilitada pelas associações, entre outras articulações e funções observadas dentro desse contexto organizacional. Segundo Cotrim (2008), as associações podem ser caracterizadas como uma forma de organização que reúne atores sociais que buscam encontrar ajuda mútua para superar dificuldades de difícil solução individual.

A trajetória da associação de São José do Norte Centro Comunitário CECOV, (Centro Comunitário de Pescadores e Agricultores da Várzea), conta as capacidades que se ampliaram para a comunidade desde a organização e as melhorias em relação ao desenvolvimento local. Através da criação de outras formas de articulação e ação social para as demandas da pesca artesanal, do Programa RS Rural Pesca⁹⁸, do diálogo com o Centro de Apoio à Agricultura Familiar e o Fórum da Agricultura Familiar possibilitam o encaminhamento de projetos de moradia, construção de atracadouro para os barcos entre outros benefícios como o encaminhamento dos documentos das pescadoras dentro da comunidade, facilitando que muitas pescadoras sem documentação acessem seus direitos e benefícios sociais. No entanto, a pescadora e presidente da associação aponta para a dificuldade de mobilização da comunidade e atuação da organização durante o período de escassez de políticas dos últimos anos, estando esperançosa quanto ao novo governo de Lula a partir de 2023, e relata sobre a sua chegada a posição de liderança do Centro nos últimos anos, após o falecimento da pescadora liderança:

la fechar o Centro e o filho dela não tinha condições, porque ele pesca. Aí iam ter que trazer os freezers as coisas, aí me convidaram e aí eu disse “vamos fazer uma reunião”. Aí foi a Emater, foi o Luiz aqui o vereador também e aí eu disse “então para não fechar então eu vou pegar”. A única coisa que a gente devolveu para Embrapa foi um carro, a gente tinha um gol, e a gente devolveu porque todo ano tinha que pagar o IPVA. A associação não tinha dinheiro para cobrir. Tava falida, tem pouco sócio

⁹⁸ Segundo Dietz (2011) em seu estudo sobre as formas de organização social ligadas à pesca no desenvolvimento local de Tramandaí, RS, a estruturação das organizações e formas administrativas locais iniciam junto com o período de afirmação dos públicos da agricultura familiar.

porque as pessoas deixaram de acreditar, porque agora também não vem mais nada. Porque eles são sócios, mas eles querem ter alguma coisa em troca, pagam uma mixaria de R \$40 por ano para se associar. Depois que terminou o governo do Lula e da Dilma, aí parou de vir né. Agora mesmo não tinha mais nada, nada! Agora graças a Deus eu acho que vai melhorar de novo então vamos reaprender de novo (Entrevistada “H”, São José do Norte/RS, fevereiro de 2023).

O pescador não participa porque eles não acreditam muito nas coisas. Se tu falar para eles “Ah é bom tu ir até porque tu tem os direitos e tal as políticas”, não adianta. Essas reuniões mesmo do Fórum da Lagoa a gente convida, eles muito poucos vêm. Porque eles não acreditam. Deveria de vir em massa né. A última reunião que teve na colônia mesmo era sobre o Parque Eólico e a mineração e a gente se mobiliza para não deixar né, teve até alguns pescadores, mas não foi muitos não. A gente faz muita reunião, às vezes a gente faz também no salão da igreja. Teve uma reunião do Fórum da Lagoa lá mesmo na Várzea e tinha meia dúzia de pescadores. Eles estavam para o mar também, acampados, mas tinha muita gente em casa inclusive pescadores e eles não foram (Entrevistada “H”, São José do Norte/RS, fevereiro de 2023).

Além das organizações essencialmente políticas, em prol de direitos trabalhistas e sociais, também se estabelecem relações econômicas observadas a partir de diferentes iniciativas de organizações para superação de dificuldades em torno das necessidades e objetivos comuns, como a formação de cooperativas (Cotrim, 2008). Principalmente criadas como estratégia de ampliação de mercados para o pescado e experimentar novas oportunidades de organização social para demandas de caráter econômico.

As demandas por recursos para a estruturação das cooperativas obtiveram sucesso, de modo que muitas organizações produtivas se formaram em várias cidades na metade sul do Rio Grande do Sul. Contudo, poucas dessas organizações permanecem atuantes nos mercados, o trabalho de Nobre *et al.* (2012) aponta que os grupos da Rede Regional de Comercialização Solidária do Pescado no Sul do RS se aproximam e se afastam por inúmeros fatores, desde as diferenças estruturais, a distância territorial, a identidade local, quanto as diferentes compreensões acerca do conceito do trabalho cooperativo.” No entanto, também foram encontradas semelhanças no que diz respeito à manutenção do grupo de trabalho, as dificuldades na organização dos documentos das pescadoras e da própria organização financeira dos empreendimentos, e uma das mais significativas situações limites, determinante para a maioria dos empreendimentos, que é a comercialização de pescado.

O relato da pescadora revela um pouco das dificuldades encontradas:

Foi através de uma política do governo Lula, eles simplesmente fizeram as cooperativas e largaram de mão. Nenhuma assistência, na parte jurídica, na parte administrativa essas coisas não teve. O que o governo fez? Deu as fábricas de gelo e as cooperativas, deu tudo, mas não deu pulmão para elas. Não tem como alguma coisa se manter se não se sabe como. Porque se estraga uma máquina de gelo tem que mandar arrumar. Só que o governo não deu essa parte, se estragasse alguma parte teria que fazer a manutenção. Tinha que ter alguma política pública que parte da verba fosse destinada a conserto ou reparos né. Isso ele não ensinou. Deu tudo, montou e “agora vocês que se virem”. Não tem como tu dar uma coisa e depois não ter assistência técnica. As primeiras coisas o primeiro caminhão se detonou, um caminhão zero que não prestava para nada mais. Aí quando foi o governo da Dilma deram caminhão de novo e outras coisas só que não foi para frente, agora está lá fechado. Abriram cooperativas assim no Brasil todo, teve a fábrica de gelo em Pelotas na Z3, a de São Lourenço que deu problema porque o dono da fábrica tomou conta., Onde tu não coloca os verdadeiros interessados tu não tem nada. O cara só quis ganhar dinheiro nas costas dos outros. A primeira cooperativa que foi criada em Rio Grande tinha cara que fazia parte da diretoria era da refinaria, tinha agente de saúde, tinha tudo menos pescador. E como uma coisa vai para frente se os mais interessados não sabem daquilo ali? Então não tinha como ir para frente (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Assim, do mesmo modo como as organizações de parcerias econômicas e em busca de direitos de acesso às políticas capacitam as organizações a advogar em prol de suas comunidades nos espaços de governança, os laços comunitários de solidariedade criam um ambiente de confiança, fortalecendo o tecido social e viabilizando uma colaboração eficaz entre os membros da comunidade bem como entre atores e organizações externas. Tais laços se expressam na fala da pescadora “V”:

Aqui nós temos a festa de São Pedro que é uma tradição da comunidade. São Pedro vem lá da igreja matriz visita comunidade vem de embarcação. Tem a procissão de nossa senhora dos Navegantes que, ela sai da Vila São Miguel e vem até aqui nós. Aqui então os moradores vão até a ponte e esperam a procissão. Outras festas religiosas nós não temos na comunidade. A diocese e a Mitra resolveram que teríamos que entregar os salões das igrejas para eles. Mas nós temos um grupo aqui na ilha a gente faz festa para as crianças, se tem uma família passando necessidade a gente auxilia, se tem um que precisa fazer um exame a gente auxilia todo mundo. O grupo Pinte o 7, que tem o objetivo de não deixar morrer as tradições. Têm pessoas da cidade também que nos apoiam, porque tudo é doação. Então tem amigo de amigo, a gente faz rifa, a gente faz bingo, aí um amigo pede para o outro amigo e esse amigo já gostou pede para outro amigo. Também fazemos pedágios solidários ali na ponte, paramos na curva, para ter recursos. Porque nós tanto ajudamos as pessoas doentes da comunidade com alimentos e também famílias que precisam dentro da comunidade e tem alguma necessidade a gente está sempre junto. São várias ações de dentro da comunidade, daqui mesmo nada de fora. [...] A comunidade aqui é bem unida. É através desse conjunto de ações que a própria comunidade faz e os filhos também participam, eles são criados desde pequenos, tem os teatros que a comunidade faz que as crianças

também participam desses teatros. Tem o terno de reis, tem o bloco de carnaval da própria comunidade onde os mais velhos ensinam também os mais novos na bateria. O terno de reis é uma tradição bem forte aqui na comunidade, uma tradição portuguesa que veio aqui para dentro da comunidade há anos desde quando a comunidade foi fundada. A comunidade é bem tradicional e até hoje ela tem muitos valores porque as tradições elas não podem morrer porque ao longo do tempo elas vão ficando, as pessoas mais velhas elas vão se indo e então não pode ficar no esquecimento, a gente tenta não deixar no esquecimento (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

De modo que, pelo compartilhamento de traços culturais e de parentesco entre as comunidades, mesmo em casos de distância geográfica, pode-se considerar a proximidade das organizações locais e as formas de mobilização como caminhos para o fortalecimento das capacidades locais.

Os pescadores têm a tradição da Festa dos Navegantes, a Festa da Iemanjá que eles fazem também no dia primeiro, um dia depois da festa dos Navegantes. A de São Pedro que fazem no Rio Grande, mas aqui é feriado também. Abertura de safra de camarão, na Praia do Barranco aqui no município. Agora mesmo fazia cinco anos que eu não via a minha família lá da Z3, aí eu fui para lá na abertura da safra (Entrevistada “H”, São José do Norte/RS, fevereiro de 2023).

Nesse contexto, os laços culturais, por sua vez, são uma base para promover o senso de identidade, pertencimento, reconhecimento e coletividade dentro das organizações. Juntos, esses elementos moldam e potencializam a capacidade das organizações locais de modo que são fundamentais para a defesa dos interesses coletivos e da justiça social, ao mesmo tempo em que fornecem recursos essenciais para o funcionamento das organizações, permitindo a implementação de projetos e iniciativas que, de outra forma, seriam inviáveis. Como apontado por Dietz (2011, p. 52):

Compreendo como importante fazer-se um resgate da história destas comunidades pesqueiras locais, para fortalecer a cidadania destes sujeitos sociais, através da valorização cultural, incluindo estes nos planos de desenvolvimento local. Produzindo motivações, para que eles tomem iniciativas políticas, que possam revitalizar a atividade pesqueira, como comunidades tradicionais, merecedoras da real importância que ela sempre teve para a região.

Nesse sentido, muitas vezes, as pescadoras artesanais enfrentam o estigma da sociedade que as vê quando as reconhece como pescadoras, são consideradas trabalhadoras arcaicas, não reconhecendo sua natureza de comunidades tradicionais. Como visto dentro do campo acadêmico, “todo o saber ancestral

acumulado por sociedades tradicionais foi sistematicamente desqualificado pelas ciências e tiveram suas práticas estigmatizadas como arcaicas, rústicas ou atrasadas” (Paula, 2018). Esse desafio coloca em risco a capacidade de garantir seus territórios⁹⁹ e manter práticas tradicionais de subsistência. Sobre isso, ao reafirmar sua cultura, tradições, conhecimentos e vínculos com o ambiente, as comunidades pesqueiras defendem seus territórios:

O que precisa para os próximos anos a gente tá batendo muito nessa tecla de reconhecimento, valorização e respeitar o nosso modo de vida, ter um reconhecimento. Começar o pessoal a entender que é uma forma de renda de trabalho, mas é também é uma questão que vai além, que é cultural, que é importante em vários sentidos. E comecem a dar mais visibilidade e valor. Começar a olhar para a gente não com aquele olhar preconceituoso de que pescador causa danos, principalmente o artesanal. Ter essa separação, ter uma diferenciação. Chega da gente da gente levar o rótulo sendo que a gente não tem esse peso sobre nós. A gente não tem que carregar esse peso porque não é real. [...] Ainda a pesca artesanal não é tão valorizada, tão respeitada e nem tão reconhecida. Porque somos comunidades tradicionais e mesmo assim ainda não acessamos os direitos como comunidades tradicionais. A gente ainda não consegue porque principalmente os órgãos não nos enxergam assim. Só vem o pescador como profissão não como um modo de vida (Entrevistada “J”, Mostardas/RS, abril de 2023).

Diante disso, percebe-se que as diversas organizações locais, como as associações de moradores, agremiações recreativas e esportivas, clubes de mães, centros paroquiais, entre outras formas de encontro e mobilização coletiva, possuem capacidades essenciais para que as demandas locais sejam ouvidas em espaços democrático diversos. O Projeto de Lei dos Territórios Pesqueiros enviado à Câmara dos Deputados pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, materializa tais conexões entre as questões locais e as articulações nacionais. Em seu texto o Projeto nutre o vínculo entre o patrimônio cultural material e imaterial com os territórios das comunidades tradicionais pesqueiras, já estabelecido na própria definição dos Povos e Comunidades Tradicionais a partir do Decreto Federal 6.040 de 2007.

Segundo o Projeto de Lei pelo Território Pesqueiro:

⁹⁹ Dietz (2011) ressalta a que a pesca teve uma trajetória antagônica às organizações camponesas, onde as organizações sempre foram muito vigiadas e deviam cumprir determinações de interesse da Marinha do Brasil, assim como seus dirigentes sempre estiveram a serviço dos militares, que exigiam prestações de contas das colônias e fidelidade às normas impostas pelos mesmos. Esta situação contribuiu para que estes trabalhadores não se rebelassem quando seus territórios foram sendo ocupados, urbanizados e mercantilizados.

As comunidades que se auto definirem, conforme o caput deste artigo, serão inscritas no Cadastro Geral das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, ora instituído por esta Lei, junto ao Ministério da Cultura, que expedirá a certidão respectiva, com a finalidade de inventariamento, salvaguarda, proteção e promoção de direitos culturais, bem como para a definição e gestão de políticas públicas, entre outras finalidades (CPP, 2012).

Pode-se observar as estratégias de alcance da atenção estatal no sentido do desenvolvimento local das comunidades pesqueiras intimamente ligadas à valorização cultural de seus territórios. Percebe-se que para além do processo histórico de luta dos povos e comunidades tradicionais por processos democráticos na gestão ambiental no Brasil, avanços em outras frentes como os direitos culturais, vêm incorporando progressivamente a interpretação sistêmica e integrada dos direitos socioambientais preconizada por Juliana Santilli (2005).

Isso não significa que os problemas ambientais tenham diminuído, notadamente o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro¹⁰⁰ ainda apresenta grandes barreiras aos processos de mobilização local e legitimação das ações por meio de processos participativos, que necessitam ser mais efetivos para o cumprimento das funções socioambientais das áreas costeiras¹⁰¹ (Oliveira; Nicolodi, 2012; Perucchi, 2013; Menezes, 2019), mas sim demonstra o aumentando as possibilidades de que as decisões sobre as políticas públicas que incidem sobre os territórios pesqueiros reflitam caminhos mais seguros e representativos para a pesca artesanal, envolvendo múltiplas variáveis, escalas e atores nas redes de apoio aos direitos socioambientais da pesca artesanal.

A partir da matriz socioambiental outras frentes se agregam como demandas dentro dos territórios pesqueiros, que envolvem principalmente as questões ligadas à saúde e à educação, temas relacionados por Ribeiro e colaboradores (2015) ao

¹⁰⁰ Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988 institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), estão entre as metas do plano: Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distância, na metodologia do Projeto Orla; Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local; Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla; e Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira. Para aprofundar o entendimento sobre as questões sobre o Gerenciamento costeiro e as propostas de avanços na sua participação veja, Dornelles, 2008.

¹⁰¹ Incluídos os terrenos de marinha e seus acrescidos que à luz da Constituição Federal de 1988, compreende um espaço estratégico para políticas públicas como a regularização fundiária, ordenamento das cidades, proteção do meio ambiente e das comunidades tradicionais e de apoio ao desenvolvimento sustentável, conferindo aos bens da União sua função socioambiental (Saule; Fontes, 2006). Tema recente de atenção do Congresso Nacional que vem discutindo a possibilidade de privatização dos terrenos da marinha.

analisar a sustentabilidade na perspectiva da pesca artesanal. O capítulo da Constituição dedicado à saúde estabelece, entre as atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), a “colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho” (artigo 200, VIII), reconhecendo a estreita conexão entre meio ambiente e saúde¹⁰². Concepção que vem orientando estratégias como a Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (cartilha); além das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (Brasil, 2012), entre elas a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (Brasil, 2013). Tais propostas compõem, entre outras, o campo da saúde coletiva, representando ações e saberes voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde das populações, respeitando suas diversidades e tendo como base critérios referentes ao espaço territorial. Entendendo que a saúde envolve questões epidemiológicas, socioeconômicas, ambientais, demográficas e culturais (Monken; Barcellos; Porto, 2011).

Contudo, apesar dos avanços teóricos no entendimento sobre as conexões entre diferentes aspectos da saúde, as comunidades ainda relatam barreiras para garantir o direito à saúde. Conforme o Guia de diretrizes para a atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs):

Existe uma forte iniquidade no acesso às políticas públicas no Brasil: algumas populações e comunidades que estão distantes das adjacências urbanas não têm acesso à água potável, à moradia, ao saneamento básico, à comunicação, ao transporte público, à educação e aos serviços de saúde. Além disso, questões como dificuldades na resolução de conflitos, que são responsáveis por agravar a violência do campo, bem como a precariedade de relações ambientais sustentáveis, contribuem para situações de iniquidade. Todos esses fatores elencados podem impactar, diretamente, nas condições de saúde de povos e comunidades. (Brasil, 2022, p.6)

As pescadoras relatam a dificuldade de acesso à saúde pela distância das unidades básicas de saúde de suas casas, agravadas pela precariedade nos serviços de saneamento, transporte público e na manutenção das infraestruturas viárias, bem como pela quantidade de profissionais ou periodicidade insuficiente para o atendimento das comunidades. Também destacando a qualidade no

¹⁰² Decreto nº 11.358, de 1º de janeiro de 2023, reformula a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente.

atendimento que não dialoga com as características das populações e territórios. O relato da pescadora sobre o atendimento de saúde no seu território revela aspectos importantes para a garantia de suas capacidades e o desenvolvimento local:

Ela trabalha aqui há anos, vem todos os dias, mas só atende oito fichas por dia. E aí CP (Exame Citopatológico) as mulheres nunca mais fizeram. Preventivos aqui na Ilha nem existem. Tu acha que tem dia do câncer de pele? O que o pescador mais sofre não é com câncer de pele? Da exposição à chuva, o sol, sereno tudo. E tu acha que tem um dia dentro das comunidades pesqueiras para isso? Não tem. Se eu for hoje para ela me atender ali no posto e ela não vai nem me perguntar qual é a minha profissão, a atendente do balcão não vai me perguntar, eu sou simplesmente a (nome subtraído), não tem histórico nem de serviço nem de nada. (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

O relato da pescadora ressalta a necessidade de reduzir as lacunas do conhecimento¹⁰³ e dar maior visibilidade aos problemas de saúde das pescadoras relacionados ao processo de trabalho, em especial sobre o meio ambiente de trabalho saudável (Monken; Barcellos; Porto, 2011). O que não é possível sem a participação das organizações sociais de trabalhadoras envolvidas na discussão do processo de trabalho e nas mudanças necessárias à melhoria das condições de vida e “requer tecer um novo conhecimento: interconhecimento, ou o conhecimento emancipatório em saúde” por meio da ecologia de saberes, como uma ponte para superação do modelo hegemônico na saúde nos territórios, maturado na experiência (Pessoa, 2015).

Desse modo, diante do reconhecimento da multidimensionalidade das questões que impactam a saúde, a educação é considerada prioritária pelas pescadoras para a garantia de acesso aos outros direitos e plena cidadania das comunidades pesqueiras. Analisar a educação requer ir além do seu propósito intencional dialógico ou teórico, que exige a produção e socialização de conhecimentos e conceitos. A educação também é prática, pois o que aprender e conhecer, em primeiro lugar, visa atender as necessidades que temos, de modo que

¹⁰³ A vigilância em saúde do trabalhador (Visat) e a vigilância em saúde ambiental (Visam) estão no contexto da vigilância em saúde essencialmente para gerar e analisar a informação sobre problemas de saúde relevantes ou prioritários para executar ações que promovam a saúde.

é na práxis¹⁰⁴ social que os sujeitos agrupados aspiram mudar as relações econômicas, políticas e sociais (Vázquez, 2003).

As pescadoras relatam as dificuldades em garantir capacidades básicas relacionadas a educação em seus territórios, que envolvem não só diretamente seus filhos, mas toda a família e a continuidade das comunidades tradicionais de pesca:

Porque até 2 - 3 anos atrás a professora dizia para eles: Tu quer ter a vida infeliz que o teu pai e a tua mãe têm? A base tá muito fraca, mas tá melhorando. As professoras da base aqui são muito ruins, as nossas crianças aqui da Ilha dos Marinheiros não têm base nenhuma, elas quando chegam para passar do quinto ano para o ginásio como chama aqui, elas passam muita dificuldade, porque a nossa base é fraquíssima. E criança que não tem base não vai à frente porque depois que ela começa a patinar lá no segundo grau e não consegue fazer uma faculdade. Eles gostam muito de fazer essas formações na escola do Campo, na verdade a escola não é do campo é no campo. Ela é no campo e a teoria é do Campo por que não dá para trabalhar a geografia usando o espaço físico que nós temos aqui? Dá né. Qualquer matéria se tu usar no campo tu consegue ensinar qualquer pessoa assim. Então olha a capacidade de uma professora da base que manda um aluno para casa chorando porque ele não queria ter uma vida infeliz! (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Das coisas que poderia melhorar do trabalho da mulher da pesca eu acho que depende. Eu, por exemplo, sempre ia para o barco com o meu marido e agora no momento eu não vou porque eu tenho um filho e ele estuda e eu não tenho como ir, não tenho com quem deixar ele (Entrevistada “B”, São José do Norte/RS, fevereiro de 2023)

Segundo Moura (2016) em seu estudo sobre as organizações de pesca e a educação, os movimentos de intervenção nos territórios são feitos através de exercícios de idealização do mundo e projeção de uma realidade melhor, para a construção de ações que busquem a sua transformação. Nesse sentido, as estratégias de transformação social e recuperação da autonomia no território, se dão no âmbito do enfrentamento do paradigma do saber único no âmbito dos saberes. Valoriza-se a constituição dos saberes na escala local partindo de “realidades concretas”, e ampliando possibilidades e esperanças de futuro que o “real amplo” comporta, a partir de um processo de “imaginação epistemológica e democrática” (Santos, 2002; Santos *et al.*, 2006; Paula, 2018).

Assim, tendo o entendimento do processo educativo crítico segundo Vázquez (2003), a práxis que se estabelece no interior das organizações e movimentos

¹⁰⁴ Como “práxis”, entende-se um processo de ação-reflexão-ação, continuado e necessariamente coletivo, de modo que a práxis é mais que práticas habituais limitadas a certo saber-fazer, enquanto a práxis tenta adequar os efeitos de movimentos reais aos ideais projetados.

sociais da pesca artesanal é forma fundamental de entender as capacidades de intervenção desde os seus territórios em busca da garantia de direitos e continuidade do modo de vida tradicional.

Nota-se que ao mesmo tempo que os próprios agentes locais mobilizam as pautas e estratégias nos movimentos nacionais, para que as realidades que estavam silenciadas alcancem uma discussão ampliada nos diferentes níveis de governança, muitos movimentos sociais de alcance nacional têm sua ancoragem nos territórios, tecendo movimentos com contextura local, exercendo influência sobre o desenvolvimento local:

A gente sempre fazia as mobilizações pelo sindicato e pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), que na época era MPPA, Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais. Antes a gente tinha um localizado, aqui da região e a gente incomodava muito. A gente nem sabia que tinha outro movimento lá para cima, agora se tornou uma coisa só.[...] Quando era alguma coisa com a pesca no geral a gente trancava a BR e se juntava todos com São Lourenço, Rio Grande e São José do Norte. [...] Como a gente conhecia várias comunidades de pescadores, as pessoas se identificavam com o movimento também desde que fosse de pescadores (Entrevistada “A”, Pelotas/RS, maio de 2023).

Eu faço parte do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), que luta para não tirar os direitos que a gente já conseguiu e lutar contra esses retrocessos dos governos. Se fazer ver que nós existimos e estamos aqui. [...] A gente tenta ocupar todos os espaços, procurando as lideranças das comunidades. A gente participa de tudo dentro do estado, vamos na universidade, eventos, no governo do estado, bater na porta dos deputados. E todo estado tem coordenação nacional, lá todas as demandas do estado são levadas para a coordenação nacional para poder lutar por direitos, estando inseridos em todo Brasil. Qualquer estado do Brasil que tenha pesca artesanal o movimento está inserido (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Os movimentos sociais de pesca artesanal demonstram uma notável diversidade de formas de articulação territorial e as pescadoras, via movimento, passam a exercer papéis de liderança, com representatividade em diferentes espaços de governança, nos debates e audiências públicas. Isso pode incluir a organização de iniciativas de economia solidária e articulação com cooperativas de crédito; o apoio às organizações de representação como as colônias sindicatos e associações na condução das demandas locais; a criação de organizações que abrangem pescadoras de várias comunidades como os Fóruns de Pesca; a interação com outros grupos como o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa; as parcerias com organizações governamentais em função da

implementação de políticas públicas e dentro das Unidades de Conservação, com organizações não governamentais (ONGs), a exemplo da construção da “Lei das 12 milhas” e em nível nacional da “Nova Política Pesqueira”, bem como com outras organizações sociais desde os territórios ligados a luta por direitos.

Através das diferentes formas de organizações coletivas, a pesca artesanal tem buscado romper com a histórica marginalização e invisibilidade, exigindo maior atenção do Estado ao reivindicar direitos territoriais pautados na valorização de suas identidades culturais (Cardoso, 2001). Sendo perceptível envolvimento das comunidades tradicionais dentro das organizações pesqueiras que podem variar, desde umas posturas desinteressadas até posicionamentos deliberativos. Por vezes havendo um esvaziamento de “energia coletiva” pelos domínios das demandas governamentais e os interesses político partidários que submetem as organizações a uma série de imposições em áreas priorizadas pelo Estado e não pela população, e inviabilizando os projetos de desenvolvimento local sustentável para as comunidades pesqueiras (Fox, 2010).

A gente participou dessa transição só que os movimentos hoje quem pode mais chora menos em vez de fazer uma unificação todo mundo defender. O que eu vejo aí dos movimentos eles estão numa guerra por poder e quem perde somos nós que estamos aqui na base. Os movimentos hoje, CPP, MPP, ANP, CONFREM, hoje eles queriam poder e o poder é estar lá dentro lá em Brasília. Eles estavam lutando por poder, não estavam lutando por nós. [...] E aí a gente perde força porque enquanto levam os caras do movimento para dentro do congresso para a secretarias quem é que vai ficar dentro dos movimentos porque as pessoas maiores mais organizadas foram para Brasília e os movimentos nas bases vão perder força porque quem é que vai assumir as coordenações nacionais se levaram os coordenadores todos para Brasília? (Entrevistada “V”, Ilha dos Marinheiros - Rio Grande/RS, março de 2023).

Dessa forma, a união dos movimentos sociais pesqueiros em prol do desenvolvimento local é essencial para fortalecer e ampliar as redes, permitindo que enfrentem os desafios e promovam transformações significativas nos diferentes níveis de atuação em que se propõem. Assim, a capacitação educacional crítica emerge como um elemento-chave para fortalecer a autonomia das organizações e promover um desenvolvimento local sustentável e participativo (Moura, 2016). Nesse contexto, destaca-se a importância da práxis de organizações locais na educação para potencializar as capacidades dos atores locais, possibilitando-lhes maior acesso e influência nas políticas e formas de governança (Costa, 2013).

As formas de participação apresentadas apontam que, ao se envolver ativamente no planejamento e implementação de políticas públicas, as comunidades pesqueiras têm se fortalecido como protagonistas de sua própria história, representando uma resistência ativa contra as injustiças socioambientais e importantes agentes de mudança do paradigma socioambiental. Dito isso, vale evidenciar que promover as capacidades sociais, econômicas e ambientais da população pesqueira, para a garantia de direitos e continuidade do modo de vida tradicional, está para além das questões abordadas anteriormente, entendendo a estrutura institucional fundamental para o desenvolvimento local, a democracia.

Conforme a abordagem de Sabatier (2007) para a identificação das redes de governança, pode-se observar que os contatos, vínculos e conexões relacionam os agentes e organizações nas múltiplas e intercambiantes redes, que se ligam e que se superpõem em diferentes arenas, desde os territórios pesqueiros até envolver todo território nacional (Quadro 6).

Quadro 6 - Instituições e organizações ligadas à pesca artesanal no território do PAN Lagoas do Sul

Redes	Escala	Organizações
Redes de apoio governamental	Órgãos Públicos	Federais: MPA; MDA; MPFI; Mapa; EMBRAPA; MMA; ICMBIO; CNPT; FUNBIO; CEPERG; MinC; Iphan; MPS; INSS. Estaduais: Rio Grande do Sul - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Rural; Santa Catarina - Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde. Municipais: Prefeituras, secretarias e conselhos municipais
	Áreas prioritárias para conservação	PAN Lagoas do Sul- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil, PARNA da Lagoa Do Peixe ¹ , APA da Baleia Franca ¹ , APA Lagoa Verde, APA Delta do Jacuí, RESEX do Cabo de Santa Marta Grande (Laguna e Jaguaruna- SC), RDS dos Areais da Ribanceira, (Imbituba-SC), REVIS Ilha dos Lobos, REVIS do Molhe Leste, ESEC Taim ¹ , Parque Estadual Itapuã (PEI).
	Redes de Assistência técnica e extensão	EPAGRI-Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia da Fundação Luterana de Diaconia (FLD)
	Redes de ensino, pesquisa e extensão universitária	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (AsSsAN-CR -Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), FURG - Universidade Federal do Rio Grande (Lab-MARÉSS – Laboratório Interdisciplinar de

Redes	Escala	Organizações
		Mapeamento em Ambiente, Resistência, Sociedade e Solidariedade; Núcleo de Estudos sobre Populações Costeiras e Saberes Tradicionais- NECO; NUDESE- Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico; CIDIJUS - Projeto de Extensão em Cidadania, Direitos e Justiça), UFPel- Universidade Federal de Pelotas, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina, IFSC- Instituto Federal de Santa Catarina, Unisul -Universidade do Sul de Santa Catarina, Univali- Universidade do Vale do Itajaí, Univille - Universidade de Joinville
Redes da pesca artesanal	Movimentos sociais	MPP- Movimento De Pescadores E Pescadoras Artesanais, CPP- Conselho Pastoral Dos Pescadores, CONFREM- Comissão Nacional De Fortalecimento Das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas, MONAPE- Movimento Nacional Dos Pescadores, ANP- Articulação Nacional Das Pescadoras.
	ONG	Instituto Ayni: Conservação Ambiental e Desenvolvimento Social (Vozes do Mar), ONG Oceana Brasil
	Fóruns, comitês, conselhos e comissões	Fórum Da Lagoa Dos Patos, Fórum Do Litoral Norte, Fórum de Pesca do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina ² , Fórum Do Delta do Jacuí, Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, COMIRIM- Conselho Cooperativo para ações na Lagoa Mirim e Lagoa Mangueira, CONGAPES – Conselho Estadual de Pesca Sustentável, Catrapovos – RS – Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos.
	Colônias, sindicatos, associações e cooperativas	APESMI- Associação de Pescadores da Vila São Miguel (Rio Grande/RS), ASPECI - Associação Dos Pescadores da Comunidade De Ibiraquera (Imbituba / SC), ACORDI- Associação Comunitária Rural de Imbituba, AMPAP - Associação de moradores e Pescadores Profissionais Artesanais e Amadores da Praia do Porto, APAQ- Associação de Pescadores e Amigos de Balneário Quintão (Palmares Do Sul /RS), APELMA - Associação de Pescadores da Lagoa Mangueira (Santa Vitória do Palmar/RS), AFPAPEL – Associação Dos Feirantes Pescadores Artesanais De Pelotas Colônia Z3 (Pelotas/RS), ASPEMX - Associação de Pescadores de Xangri-Lá (Xangri-Lá/RS), APC - Associação dos Pescadores da Capilha (Rio Grande/RS), Associação Pescadoras Amigas Da Lagoa (São Lourenço do Sul/RS), Cooperativa Lagoa Viva (Pelotas/RS) Cooperativa Mulheres da Lagoa (Pelotas/RS) ³ , COOPESCA - Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa (São Lourenço do Sul/RS) ³ , COOPESI - Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel (Arroio Grande/RS), UAPI - União Das Associações De Pescadores Da Ilha (Laguna/SC).

Redes	Escala	Organizações
	Outras organizações territorializadas	Restaurante da Deti Z3 (Pelotas/RS), Kioske da Z3 (Pelotas/RS), Agrovila Santa Rita (Arambaré/RS) ³ , Projeto Redeiras (Pelotas/RS), Projeto Tekoa Pira (Florianópolis/SC), Projeto Mãos à Obra (Tapes/RS), CECOV - Centro Comunitário de Pescadores e Agricultores da Localidade da Várzea (São José do Norte/RS), Pinte o 7 (Rio Grande/RS), Colegiado Territorial Litoral RS ³ , Colegiado Territorial da Cidadania Zona Sul RS ³

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

Notas: ¹Conselhos das UC estruturados com a participação de das comunidades pesqueiras;

²Cooperativas e organizações identificadas na região, mas encontradas fechadas ou desarticuladas no momento da pesquisa.

A análise das dinâmicas de integração das organizações da pesca artesanal, apontam para ações coletivas, envolvendo estratégias de parcerias com outras redes de especialistas e extensionistas, bem como com outros grupos sociais, para fortalecer suas demandas. Tendo as identidades e valores tradicionais como padrões das relações entre indivíduos e grupos na construção e fortalecimento nas arenas públicas em prol da defesa de seus territórios (Souza, 2006).

Por mais que não seja da tua família tu acaba criando um vínculo. uma coisa muito boa, não é querer te meter na vida dos outros. cada um vive dentro da sua casa no modo que quer viver, mas quando acaba acontecendo algo que machuque ou que te roubem alguma coisa desse tipo que te atinja, acaba atingindo a mim. Então eu não tenho como te dizer que “sou da Comunidade e o meu coração não tá nem aí para o povo dali” não é assim que funciona com nós. [...] O território é compartilhado, é o mesmo para todo mundo. A Vila aqui é de todo mundo e quem gosta daqui não sai daqui. Nasce, envelhece e falece aqui. Eu sou natural daqui, nasci aqui dentro da Vila [...] O pescador é unido e não deixa ninguém empenhado, isso independente de ser na terra ou na água. E o território na água é até onde eles pescam. O pescador não tem limite. Se tu falar para eles “Ah é só até a Ponta Alegre” para eles não têm, eles vão atrás da captura dele. O pescador é um passarinho solto (Entrevistada “I”, Vila Santa Isabel- Arroio Grande/RS, fevereiro de 2023).

Portanto pode-se dizer que uma visão abrangente dos bens comuns, que engloba tanto os recursos naturais quanto os elementos culturais, vem se fortalecendo dentro das estruturas organizacionais que envolvem a pesca, com base em uma interpretação sistêmica e integrada das disposições constitucionais relacionadas à proteção do meio ambiente e da cultura. Esta temática está diretamente relacionada com o papel do Estado de Bem-Estar Social previsto na Constituição Federal em garantir a segurança alimentar e nutricional da comunidade

pesqueira artesanal que será trabalhada a seguir por meio da análise do sistema alimentar a partir dos corpos-territórios das pescadoras.

O fechamento do capítulo ressalta a complexidade e multifuncionalidade das redes que sustentam o sistema alimentar da pesca artesanal, as quais abrangem uma ampla gama de agentes, desde organizações comunitárias até órgãos governamentais, incluindo políticas públicas, assistência técnica, extensão rural e iniciativas de pesquisa e conservação. Essas redes sociais têm o potencial de integrar e fortalecer as comunidades pesqueiras, contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. No entanto, para que essas redes multissetoriais alcancem plenamente os objetivos que promovem, é essencial que as pescadoras sejam plenamente reconhecidas como pescadoras profissionais pelo Estado. Esse reconhecimento é crucial para valorizar suas interações como agentes de mudança e guardiãs do conhecimento tradicional, aspectos determinantes para a conservação da biodiversidade e a segurança alimentar e nutricional. O capítulo a seguir destaca as contribuições dessas pescadoras para a resiliência dos sistemas alimentares, ao mesmo tempo em que reforça a importância da participação ativa do Estado e da colaboração de diferentes setores da sociedade na construção de uma governança relacional adaptada às dinâmicas locais e às necessidades da pesca artesanal.

5 OS NÓS DAS REDES: SISTEMAS ALIMENTARES RESILIENTES ATRAVESSADOS PELOS CORPOS-TERRITÓRIO DAS PESCADORAS

Diante do atual cenário de mudanças no clima e dos desafios para reformular os sistemas alimentares (Steiner *et al.*, 2020) com base na democracia alimentar (*food democracy*¹⁰⁵) (Lang, 2005), as interações territoriais das pescadoras dentro de cada elo componente do sistema alimentar são cruciais para entender os caminhos para a resiliência dos sistemas alimentares (Ferreira, 2011). Estas interações demonstram como as pescadoras artesanais, desde seus territórios, se adaptam e resistem às crises, sejam elas ambientais, econômicas ou políticas (Yamaoka *et al.*, 2020). Como afetam e são afetadas pelas relações entre as organizações da pesca artesanal e instituições que operam em interconexão, seja dentro do mesmo elo ou em outros do sistema alimentar, resultando em reconfigurações territoriais variadas (Apêndice D) (Arce; Charão-Marques, 2021).

Assim, este capítulo busca aprofundar o entendimento dessas dinâmicas, explorando como os territórios alimentares servem como pontos de encontro - ou de confronto - entre as pescadoras artesanais e os sistemas alimentares. Esse processo de análise contou com o auxílio de mapas mentais para a construção dos diagramas, destacando as categorias analíticas dos corpos-territórios e sistemas alimentares, conectados a partir das percepções manifestadas pelas pescadoras. Esse processo buscou evidenciar as interações entre os campos do conhecimento científico e tradicional, exercício e desafio assumidos pela etnoecologia.

Nos sistemas alimentares, os territórios representam mais do que a fonte material de sustento, eles são a expressão de um modo de vida, um reflexo de práticas de manejo sustentáveis e um meio de luta contra transformações impostas pelos sistemas globalizados (Felici; Mazzocchi, 2022), a injustiça climática, a erosão cultural das dietas e a insegurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, as pescadoras vêm enfrentando o desafio de promover a conscientização sobre a preservação da natureza e a exploração econômica dos recursos naturais em seus territórios, levantando a bandeira do direito à vida em primeiro lugar e das

¹⁰⁵ *Food democracy* é o cenário em que os cidadãos têm conhecimento e se envolvem ativamente com as questões que perpassam o sistema alimentar onde se inserem (Lang, 2005).

comunidades como princípio de seu cuidado (Paredes, 2020; Ribeiro; Nascimento, 2020).

As pescadoras artesanais desempenham um papel crucial na manutenção da sustentabilidade dos territórios. “Introduzindo o olhar singular da mulher pescadora, bem como de todo o seu conhecimento acerca dos processos sociais, econômicos e ambientais da pesca”, elas conservam a biodiversidade dos ecossistemas, o que vem sendo, aos poucos, mas cada vez mais reconhecido dentro das organizações ligadas às questões ambientais nos momentos de construção, implementação e conscientização acerca das legislações pesqueiras (Neto; Rodrigues; Candeias, 2020).

Caso emblemático de tais avanços é descrito no item 4.1.2 sobre a mudança no Termo de Compromisso da PARNA Lagoa do Peixe, que envolveu a luta de uma mulher pescadora pela inclusão do direito à continuidade da pesca artesanal e a comercialização do pescado dentro da UC. Incluindo institucionalmente o entendimento de que modo de vida tradicional envolve as mulheres pescadoras, suas famílias e seus meios de sobrevivência, fundamentado na conservação pelo uso. Desse modo, observa-se na figura 17 ¹⁰⁶, conforme anunciado por Neto, Rodrigues e Candeias (2020, p. 68): “a partir da garantia de voz para as mulheres pescadoras, todos os comunitários são representados, principalmente em questões voltadas à política pesqueira”.

¹⁰⁶ Durante o Encontro das Pescadoras das Lagoas do Peixe, Patos, Mirim e Mangueira retratado na figura 8 foi realizado o vídeo “O que significa ser pescadora?” pelo Laboratório Interdisciplinar MARéSS. Disponível em: <https://maress.furg.br/208-o-que-significa-ser-pescadora>

Figura 17 - Encontro das Pescadoras das Lagoas do Peixe, Patos, Mirim e Mangueira



Fonte: Autora (abril de 2023, São Lourenço do Sul- RS).

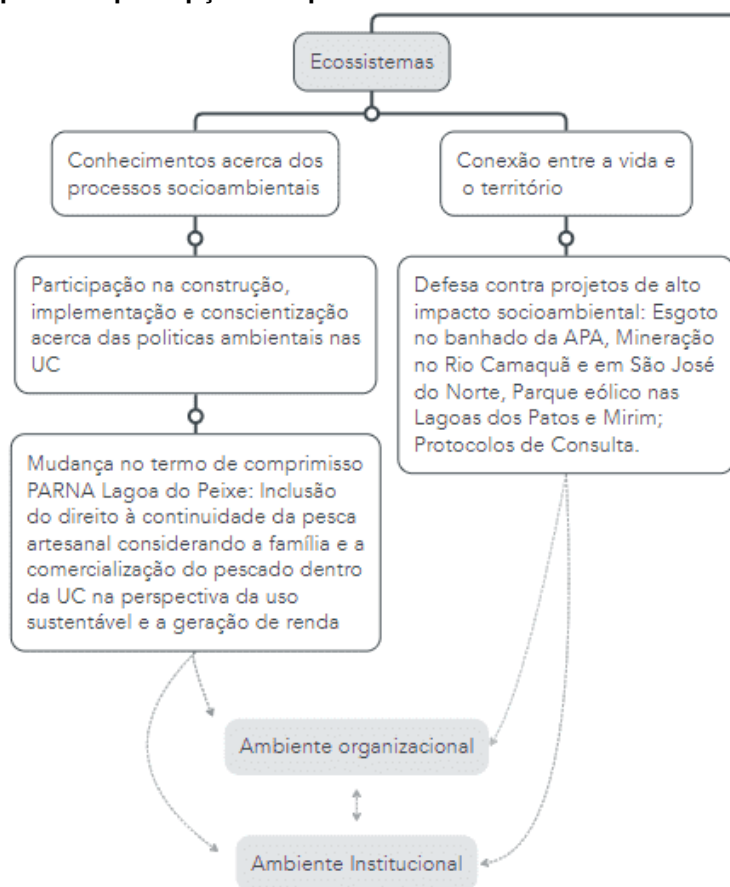
Assim, o empoderamento da identidade das pescadoras (profundamente determinado pelos conhecimentos e práticas gerados nas interações com os ecossistemas), o fortalecimento das suas comunidades de pesca como comunidades tradicionais e a conservação de seus territórios alimentares, revelam não só combinações poderosas de transformações dentro do ambiente institucional mas de agendamento político, fazendo o intercâmbio organizacional e trocas de informações com outras comunidades pesqueiras (Neto; Rodrigues; Candeias, 2020).

No entanto, os modos de vida tradicionais são influenciados por regulamentações ambientais e programas de conservação promovidos por instituições governamentais, que muitas vezes falham em reconhecer as mulheres pescadoras, as comunidades tradicionais e seus territórios terrestres e aquáticos (Pacheco; Porto; Rocha, 2013) em sua importância para a proteção dos ecossistemas, apesar deste ser um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Decreto 6.040/2007 (Brasil, 2007). Sendo comum no contexto de seus conflitos, o desconhecimento das comunidades sobre seus direitos, ao mesmo tempo que há a ausência, irregularidade ou flexibilização dos instrumentos e regulações ambientais.

Ao defender seu território de um projeto arranjado pela própria máquina pública, a declaração da pescadora da APA da Baleia Franca destaca a conexão entre a defesa dos ecossistemas e a própria vida da pescadora (item 3.3.3), reforçando a necessidade de que as instituições governamentais respeitem suas existências dentro da gestão ambiental, especialmente dentro dos processos de licenciamento. Também demonstrando a conexão dos conflitos e impactos ambientais com a piora da qualidade de vida das pescadoras, que de acordo com (Walter *et al.*, 2019), correspondem a 95% dos anos e riscos à saúde gerados às pescadoras artesanais na zona costeira.

Nessa perspectiva, entre outros muitos exemplos, as pescadoras vêm se articulando em seus territórios, considerando Protocolos de Consulta Prévia, exigindo o direito protegido pela OIT 169, especialmente no cenário recente das políticas de resposta às mudanças do clima, como os projetos de geração de energia eólica (Evangelista *et al.*, 2022). Elas, empossadas de conhecimentos e sentimentos profundos de pertencimento acerca dos ambientes, reivindicam por justiça e garantia da continuidade dos recursos para as gerações futuras, fazendo a conexão entre a vida e o território não somente para suas comunidades (Figura 18), mas para a vida de todo o planeta.

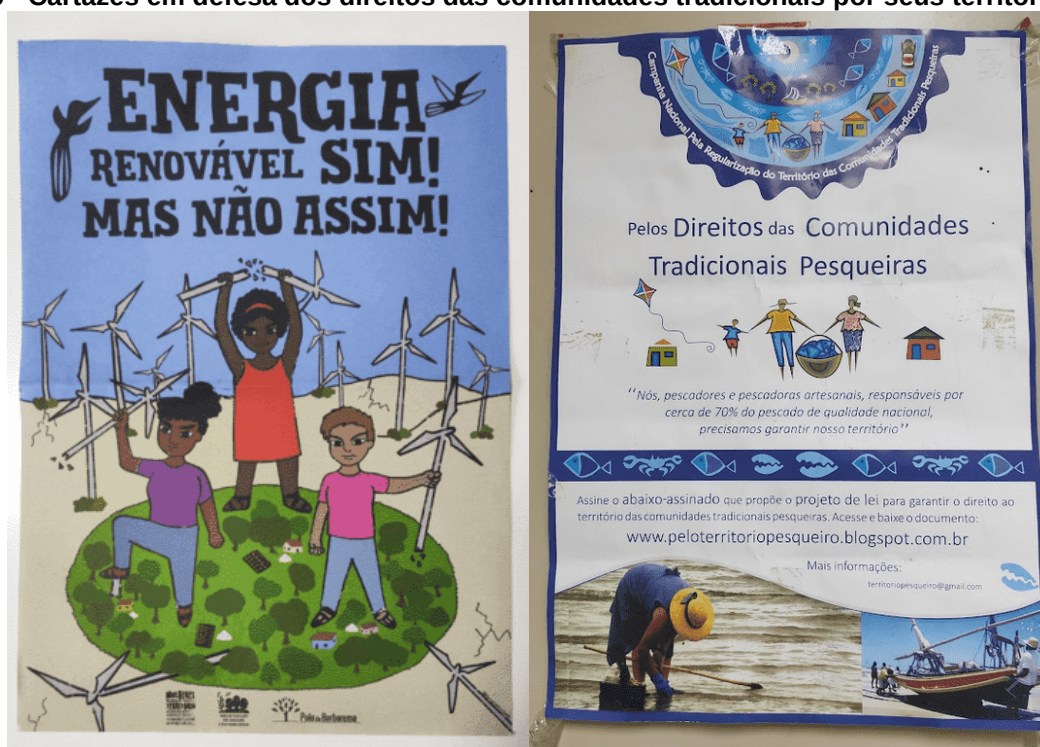
Figura 18 - Diagrama caracterizando o elo dos ecossistemas do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

No entanto, para além das Unidades de Conservação, Walter e colaboradoras (2019) apontam a ausência de outros instrumentos para assegurar a manutenção e o acesso aos territórios tradicionais (Figura 19). Sabe-se que os manejos praticados pelas pescadoras são baseados em um profundo conhecimento dos ciclos naturais dos ecossistemas e da ecologia das espécies. Este conhecimento tradicional, passado de geração em geração, permite que elas identifiquem os melhores períodos para pescar, quais espécies devem ser pescadas, com quais artes de pesca e em que quantidade, garantindo a sustentabilidade da pesca. Nesse sentido, como identificada no item 4.1.2 com a “Lei das 12 milhas”, a relação entre as pescadoras e os manejos vem encontrando meios de colaborar com organizações ambientais governamentais e não-governamentais, se articulando em diferentes níveis para a proteção de seus territórios.

Figura 19 - Cartazes em defesa dos direitos das comunidades tradicionais por seus territórios



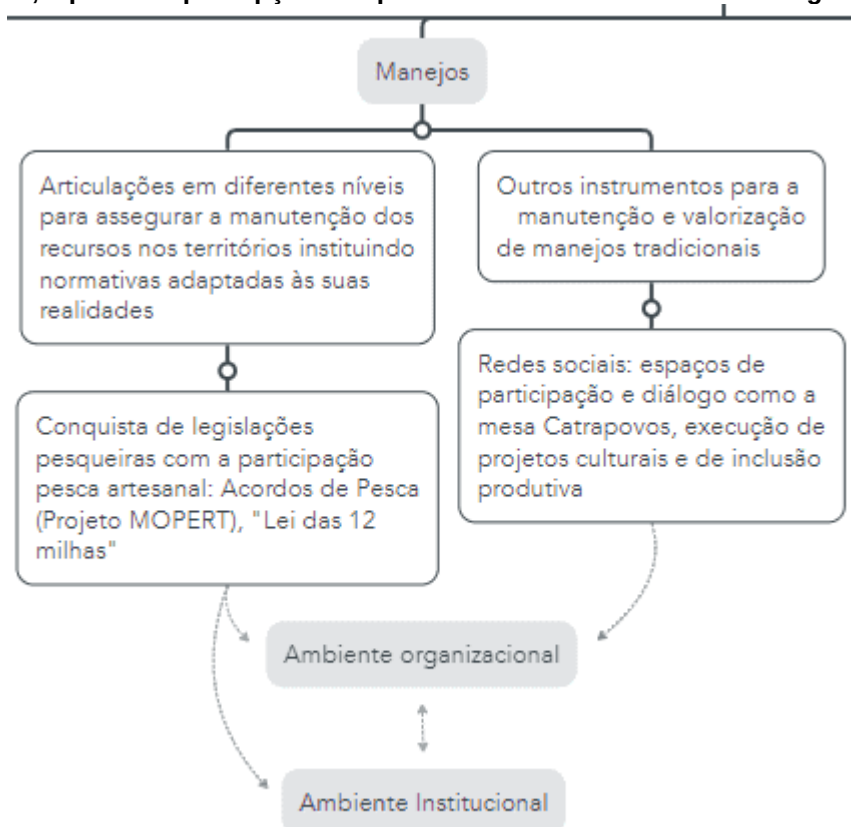
Fonte: Autora (novembro de 2023, Rio de Janeiro - RJ; fevereiro de 2023, São José do Norte - RS).

No entanto, a ausência de outros instrumentos, não atrelados à política ambiental que garantam o acesso ao território, ainda permanecem distantes da institucionalidade. Talvez por serem práticas tradicionalmente mantidas por elas, as interações das pescadoras e os manejos pós-captura com o ambiente institucional vem encontrando incompatibilidade, especialmente em relação à legislação sanitária (item 4.2.1).

Nesse sentido, as pescadoras, forçadas a adaptar suas práticas tradicionais de beneficiamento dos pescados às regulamentações sanitárias, enfrentam um processo complexo que se atrita no cotidiano feminino da pesca (Gerber, 2021), desafiando a garantia de seus modos de vida e a segurança alimentar e nutricional em seus territórios. Como resposta a esses desafios, reúnem forças que emergem no ambiente organizacional a partir de redes sociais, que destacam a perspectiva de gênero e viabilizam espaços de participação e diálogo, com a intenção de executar projetos de conservação e geração de renda, instituir normativas adaptadas às suas realidades e buscar alternativas através de outros instrumentos para a manutenção

e valorização dos manejos tradicionais nos territórios alimentares com a participação das mulheres (Figura 20) (Alencar; Sousa, 2019).

Figura 20 - Diagrama caracterizando o elo dos manejos do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

A partir da reprodução de suas práticas diárias e das iniciativas de ação política, as pescadoras influenciam diretamente no abastecimento dos territórios alimentares. Em resposta às restrições de direitos e oportunidades, suas redes produzem fissuras em relação aos limites impostos pelo estado e à dependência dos mercados convencionais, traçando linhas de fuga para a economia familiar. Como a formação de cooperativas como a Cooperativa Mulheres da Lagoa e a Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel (Figura 21), entre outras iniciativas das pescadoras apontadas no item 3.2.

Figura 21 - Pescadoras trabalhando na Cooperativa de Pescadores de Santa Isabel



Fonte: Autora. (fevereiro de 2023, Arroio Grande- RS).

Dessa forma, o que as mulheres reproduzem no mercado de trabalho demonstra o sentimento de busca coletiva, de reconhecimento comum, superando o isolamento da esfera pública comum e solidão na esfera privada, bem como a objetificação das relações sociais e a mercantilização da vida. Situação que vem sendo modificada através da complementaridade de seus papéis nas atividades produtivas comuns às funções domésticas (Koury, 2001; Matos; Borelli, 2012; Ribeiro; Nascimento, 2020).

Considerando os aspectos de produção, este processo estratégico tem promovido a valorização dos pescados, associando fatores de qualidade e procedência dos alimentos, que, ao mesmo tempo, possibilita o reconhecimento do esforço do trabalho das pescadoras e das comunidades tradicionais. Wilkinson (2008) destaca que a maioria dos mercados importantes para a economia familiar é conquistada por meio de diversos processos de fidelização, que se baseiam na identificação dos produtos e dos processos produtivos com características específicas.

Desse modo, as pescadoras fazem emergir iniciativas autônomas de abastecimento local, que mobilizam organizações comunitárias, cooperativas (Ribeiro; Nascimento, 2020) e cadeias curtas de comercialização, que por vezes se aderem a políticas de segurança alimentar e nutricional e culturais, nutrindo novos

mercados (Wilkinson, 2008) nos territórios alimentares¹⁰⁷. Nessas dinâmicas sociomateriais, a alimentação atua como elemento organizador e mobilizador nos territórios. Onde a comida não é apenas parte da identidade individual das pescadoras, mas também um elemento da identidade coletiva das comunidades, que mantém características culturais tradicionais de relações mutualísticas e solidariedade (Castro; Maciel; Maciel, 2016).

A exemplo da Feira do Pescador em Pelotas (Figura 22), já apresentada no item 4.2.1.1, percebe-se que valores intrinsecamente ligados à cultura alimentar pesqueira, através das ligações estabelecidas pelas pescadoras com as redes de apoio governamental e de consumidores, promovem o surgimento de novas conexões nos territórios alimentares, conformando territórios-rede (Haesbaert, 2004).

Figura 22 - Meios de divulgação da Feira do Pescador (Pelotas-RS)



Fonte: Autora (fevereiro de 2023, Pelotas - RS).

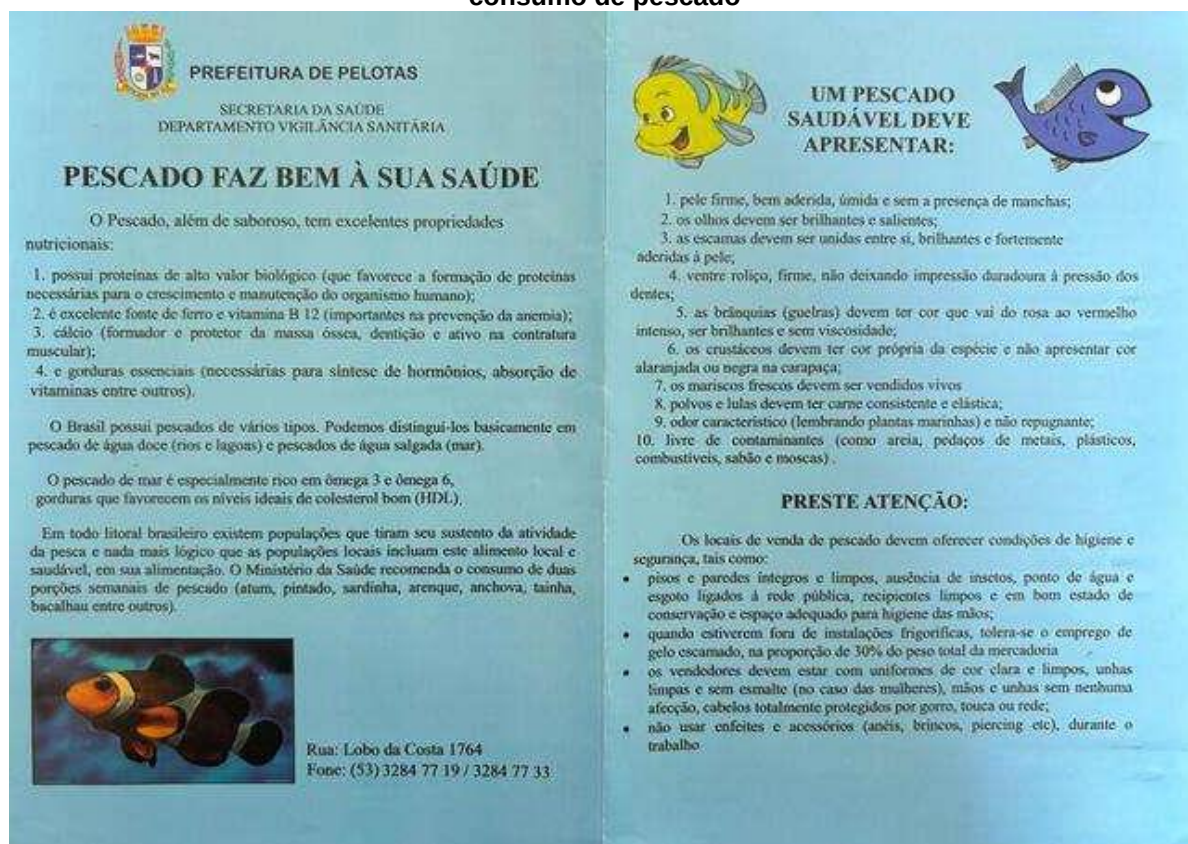
Assim, a incorporação das interações das pescadoras nas novas redes de abastecimento dos territórios vem unindo indivíduos que compartilham identidades e perspectivas semelhantes, por meio das fissuras produzidas na relação de dependência dos mercados globalizados (Figura 23), uma reflexão que se manifesta em padrões de dietas que favorecem a sustentabilidade nos sistemas alimentares e deve ser incentivada por superar a dicotomia dos assuntos públicos e privados, ponto chave na governança local (Castro; Maciel; Maciel, 2016).

¹⁰⁷ Os mercados de especialidades são caracterizados pela presença de produtos que contém denominação de origem, mercados de nichos como aqueles ligados à atividade turística, de orgânicos, solidários e mercados institucionais.

assim influenciando na qualidade dos produtos escolhidos pelos consumidores. Dado que a qualidade ampla dos alimentos (Prezotto, 2005) nos territórios está determinada pelas práticas de manejo de captura e pós-captura feitas pelas pescadoras, as mesmas são parte insubstituível para as escolhas das dietas sustentáveis nos sistemas alimentares.

Nesse sentido, a presença das pescadoras no sistema alimentar confere uma ampla variedade de atributos qualitativos sobre os alimentos, incluindo aspectos culturais, de sustentabilidade e justiça das cadeias de produção, que se alinham com os princípios das dietas sustentáveis e sociobiodiversas. De modo que análise do conteúdo dos panfletos distribuídos pelos órgãos governamentais (Figura 24) reforçam a qualidade normativa fortemente vinculada a aspectos sanitários e de aparência, deixando de lado a amplitude de questões que interferem qualidade dos alimentos (Ramos; Da Cruz; Coelho-de-Souza, 2021).

Figura 24 - Panfletos distribuídos pelos órgãos governamentais para instrução sobre o consumo de pescado





Fonte: Autora (fevereiro de 2023, Pelotas- RS).

Nessa perspectiva, Kearney (2010) aponta que as instituições e organizações desempenham um papel vital para a sensibilização e incorporação desses valores e qualidades na definição de políticas e diretrizes voltadas para dietas saudáveis, sustentáveis e equitativas nos sistemas alimentares. O que sugere a necessidade de participação e atenção para as questões de gênero na formulação das ações políticas, como recentemente observado no Programa Povos da Pesca Artesanal (item 4.1.2).

Nesse sentido, as pontes estabelecidas pelas pescadoras, através de seus conhecimentos e atividades cotidianas, fazem articulações com diversas organizações, unindo os indivíduos das comunidades e do seu entorno. Tais articulações são especialmente observadas através do turismo, festas e feiras, que fortalecem o sentimento de identidade alimentar local (Figura 25). Conforme Figueira

(2009), as comidas típicas das comunidades demonstram possibilidades de impulsionar a economia, a partir de elementos nativos condicionados a um ambiente particular que atrai os visitantes, o que aponta a gastronomia cultural como sendo um elemento destaque para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Os eventos e o turismo gastronômico são comumente promovidos como instrumentos de sustentabilidade tanto em âmbito nacional quanto internacional. Conforme Anna de Jong e Peter Varley (2018), ao estudarem festivais de comida local na Escócia, destacam que o turismo gastronômico pode contribuir para a sustentabilidade social ao criar oportunidades de interação entre diferentes grupos e promover um ambiente de convivência. No entanto, essa integração exige atenção ao capital social disponível e às relações de poder pré-existentes, que podem limitar a inclusão de todos os membros da comunidade. Além disso, os autores apontam que é necessário cautela ao adotar concepções amplas de "comunidade", sendo essencial considerar as especificidades de cada contexto social. Apesar desses desafios, a gastronomia tem demonstrado impactos positivos, como o fortalecimento do turismo, a geração de renda e a valorização da cultura local, resultados frequentemente observados ao redor do mundo em sistemas alimentares locais e resilientes.

Figura 25 - Placa de anúncio, interior e pratos servidos no restaurante Delícias da Deti (Pelotas-RS)

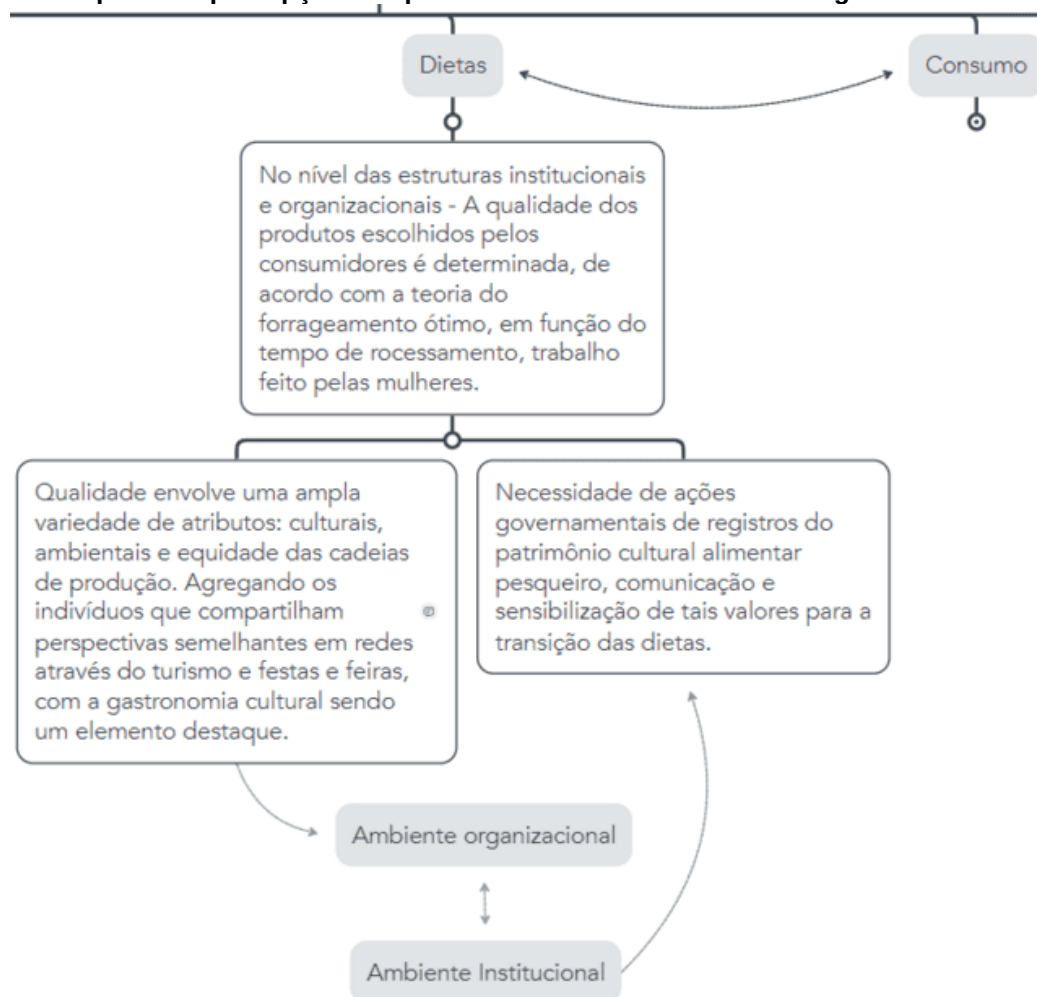


Fonte: Autora. Autora. (março de 2023, Pelotas- RS).

Portanto, as práticas das pescadoras nas dietas dos sistemas alimentares representam iniciativas que reforçam os laços dos territórios alimentares,

promovendo práticas de produção e consumo sustentáveis, essenciais no contexto das mudanças do clima (Brandão, 2020) (Figura 26).

Figura 26 - Diagrama caracterizando o elo das dietas do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

Para promover o consumo responsável, é fundamental intensificar o foco nas questões de acessibilidade dos alimentos produzidos de forma sustentável para os consumidores. Desse modo, é importante destacar que o consumo de pescado vai além da obtenção física dos nutrientes, representando fortes aspectos culturais em que as preferências e práticas alimentares são moldadas pelas tradições formadas

no cotidiano¹⁰⁸ (Figura 27). As práticas realizadas no espaço doméstico pelas pescadoras na preparação dos alimentos, apresentadas no item 3.3.3, influenciam os padrões de consumo pelas suas famílias e comunidades nos territórios alimentares, como também na agregação de valor ao produto final de espécies de baixo valor comercial, atraindo indivíduos por meio de preparos tradicionais e inovadoras (Palheta; Cañete; Cardoso, 2016).

Figura 27 - Cardápio, placa de anúncio e interior do Kiosque da Z3

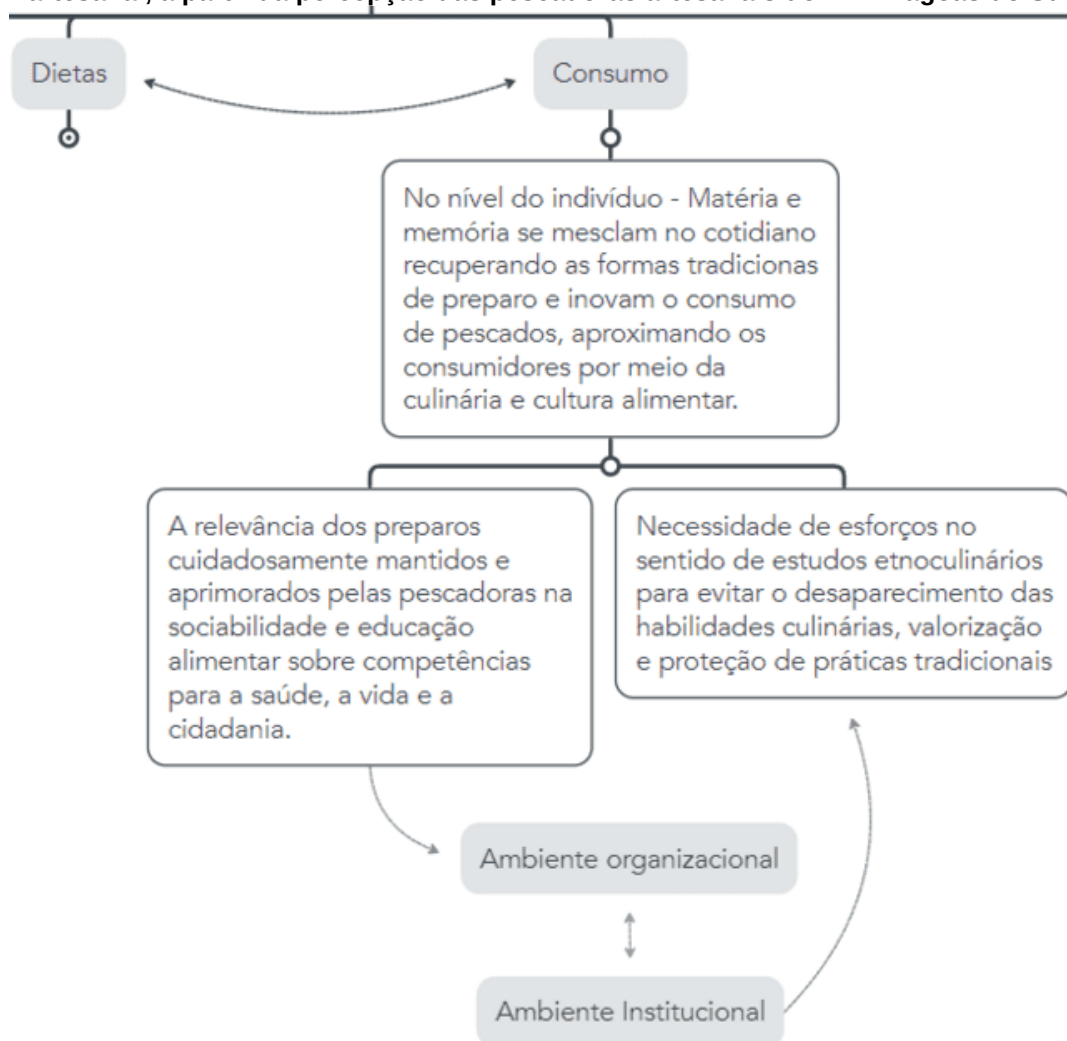


Fonte: Autora Autora. (fevereiro de 2023, Pelotas - RS).

No entanto, fora do alcance de seus territórios o consumo ainda é limitado a poucas espécies e preparos, o que pode ser associado ao desaparecimento e vazio de informações sobre a cultura alimentar da pesca artesanal (Figueira, 2009), para além das barreiras sanitárias que previamente invalidam a qualidade dos alimentos (Tasso; Do Nascimento; Costa *et al.*, 2019) e das dificuldades de infraestrutura de acesso às comunidades distanciando o acesso dos visitantes e consumidores aos pescados produzidos localmente (Ferreira; Jankowsky; Nordi, 2009). Desse modo, sugere-se a necessidade de esforços no sentido de estudos que registrem a cultura alimentar da pesca artesanal como instrumentos de valorização e proteção de práticas e ambientes, entre outros elementos identificados com a tradição (Gimenes, 2006) (Figura 28).

¹⁰⁸ Nesse sentido a distinção entre as dietas e consumo, estando em diferentes escalas de influência sobre os consumidores. As dietas estão no nível das estruturas institucionais e organizacionais, enquanto o consumo está na escala do indivíduo.

Figura 28 - Diagrama caracterizando o elo do consumo do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul

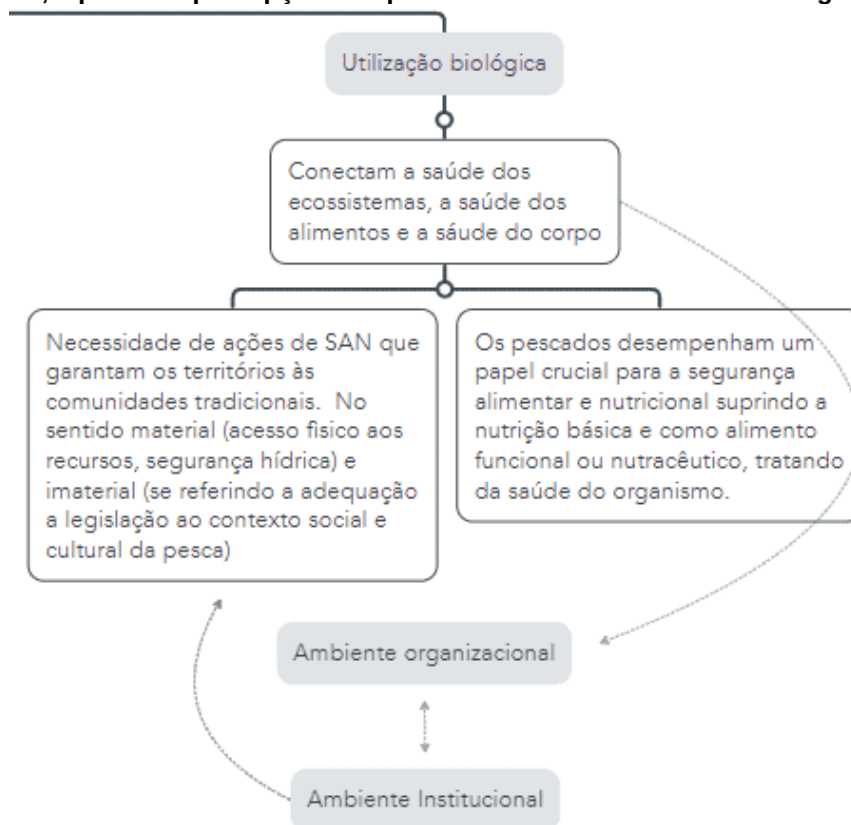


Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

As múltiplas atividades femininas, algumas delas, juntamente com seus conhecimentos tradicionais, permitem ampliar a percepção e influenciar a maneira como os recursos pescados são utilizados pelo corpo. Visto que são as mulheres que lidam diariamente com o processamento e o preparo dos alimentos nas comunidades pesqueiras, enquanto que seus maridos estão focados na pesca voltada para o mercado (Palheta; Cañete; Cardoso, 2016), desempenhando assim um papel crucial para a segurança alimentar e nutricional nos territórios alimentares. Não só através do consumo direto, para suprir biologicamente a nutrição básica como fonte importante de proteínas e gorduras, os pescados são identificados pelas

pescadoras como capazes de tratar e fortalecer a saúde do corpo, sendo considerados alimentos funcionais e nutracêuticos (Figura 29).

Figura 29 - Diagrama caracterizando o elo da utilização biológica do sistema alimentar da pesca artesanal, a partir da percepção das pescadoras artesanais do PAN Lagoas do Sul

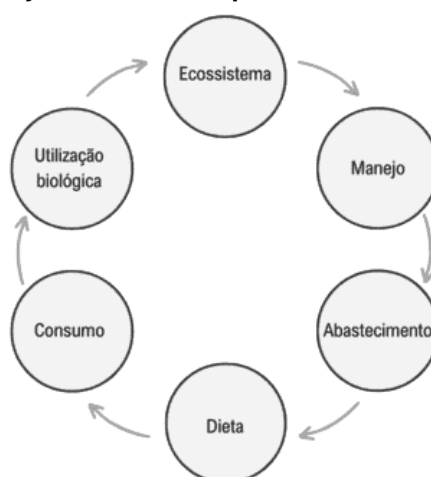


Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

Além disso, ao reconhecer a saúde dos ecossistemas, a saúde dos alimentos e de seus corpos em integração (Flores, 2022), as pescadoras vêm se mobilizando e atuando em defesa de seus territórios para garantir a segurança alimentar e nutricional, tema da 1ª Conferência de SAN dos Povos da Águas (2023), a partir de articulações no ambiente organizacional (item 4.2.1.). Apontando para os impactos da desterritorialização no sentido imaterial, se referindo as incompatibilidades institucionais das legislações ao seu contexto sociocultural, e material resistindo contra a destruição dos ecossistemas, às mudanças do clima, a exclusão do acesso aos recursos, relacionada especialmente à segurança hídrica (Sacramento, 2015; Moraes, 2019), fechando o ciclo do sistema alimentar em conexão com os elos dos ecossistemas (Figura 30).

Dessa forma, as pescadoras por possuírem um entendimento profundo sobre os ambientes e espécies, têm papel importante para os ecossistemas e manejos, assim como por saberem quais partes do peixe são mais saborosas e nutritivas, as pescadoras apresentam capacidades próprias de como “vender seu peixe”, transformando as formas de abastecimento local. No mesmo sentido, ao prepararem comidas tradicionais de maneira a preservar seus nutrientes dos pescados, influenciam na construção de dietas sociobiodiversas, bem como por meio de seus conhecimentos apurados ao longo de gerações possibilitam a utilização dos pescados de maneira eficiente, minimizando o desperdício, contribuem assim para a sustentabilidade e resiliência do sistema alimentar na escala local de seus territórios.

Figura 30 - Representação da circularidade e conexão entre os elos dos sistemas alimentares a partir das interações com os corpos-territórios das pescadoras



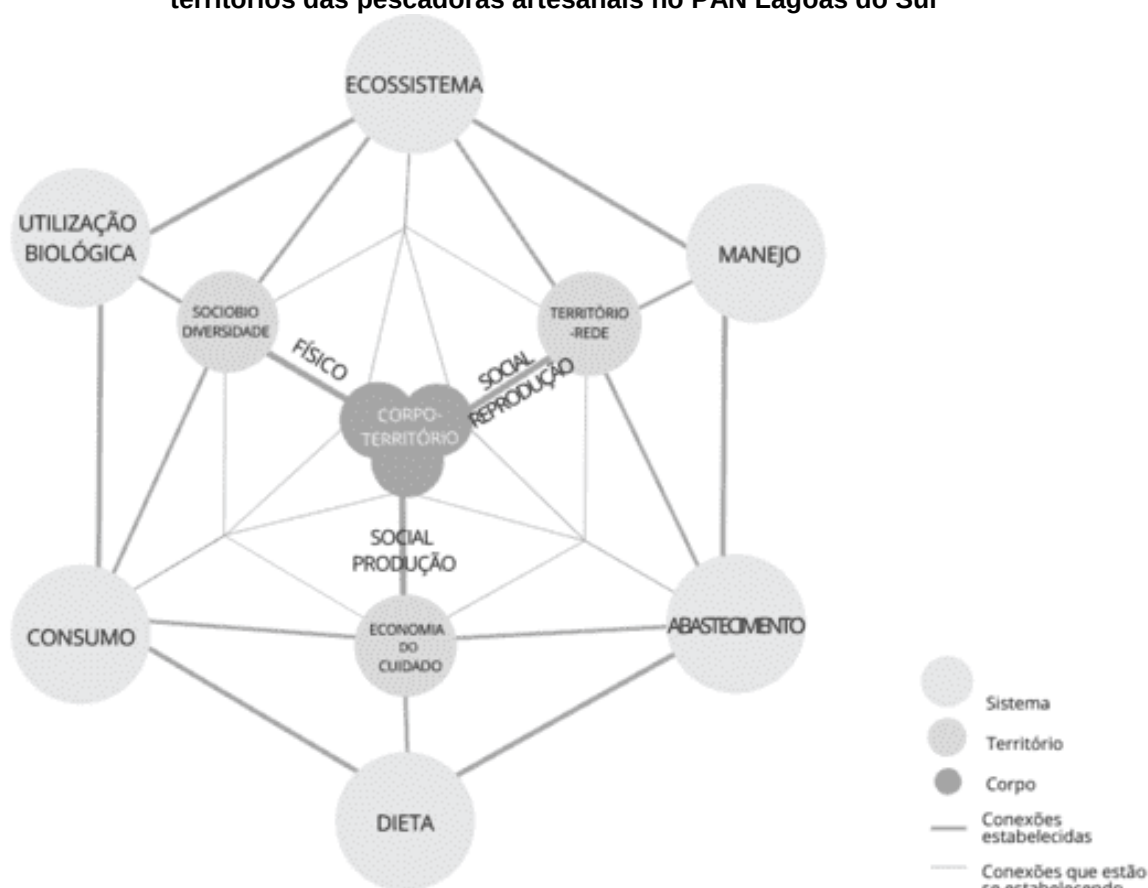
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

Desse modo, a construção de territórios alimentares sustentáveis nas Lagoas do Sul está intimamente associada à interligação dos diferentes níveis de relação corpo-território das pescadoras artesanais, cuja territorialidade integra a terra, a água e a coexistência com demais grupos humanos e outras espécies. A análise dos corpos-territórios das pescadoras artesanais por meio das três categorias analíticas permitiu reafirmar o corpo físico como sendo o corpo da pescadora e do ambiente, onde suas práticas e de seus corpos interagem com a terra, a água e com as territorialidades dos peixes, em íntima relação com os ciclos naturais. O corpo social de reprodução envolvendo relações individuais, familiares e coletivas, interagem a partir da defesa dos saberes e práticas de pesca e dos ecossistemas. O corpo social

de produção tece relações que passam pelos mercados locais e produção de comida de qualidade, nutritiva, fresca e diversificada, de fácil acesso e baixo custo.

Nesse complexo sistema, onde “existência e a ação de todos esses elementos, humanos e não humanos, tangíveis ou intangíveis, têm influência recíproca” (Ferreira, 2011, p. 27), entender as interações dos corpos-territórios das pescadoras nos territórios alimentares é um aspecto fundamental para compreender, na escala local, o direcionamento do funcionamento de seus ciclos de adaptação e resiliência em sistemas de escalas maiores. Assim, destacam-se as interações dos corpos-territórios (Figura 31), que incluem tanto as dimensões físicas quanto sociais de sua existência, na recomposição e circulação de informações e materialidades nos territórios alimentares, conformando propriedades emergentes¹⁰⁹ (Arce; Charão-Marques, 2021).

Figura 31 - Diagrama representando os sistemas alimentares atravessados pelos corpos-territórios das pescadoras artesanais no PAN Lagoas do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa.

¹⁰⁹ Propriedade emergente, por definição, são propriedades coletivas que emergem como resultantes da soma das propriedades dos organismos mais suas interações (Peroni; Nivaldo, 2011).

No contexto físico, as interações das pescadoras artesanais desempenham um papel crucial na defesa da diversidade dos territórios alimentares (Figura 32). Em suas práticas cotidianas, que envolvem desde a captura dos pescados nos ecossistemas aquáticos até o processamento e as interações sociais nos ecossistemas terrestres, os corpos-territórios das pescadoras e dos “peixes são aliados, a Lua, o Sol, as marés são companheiras” (Silva; Adomilli, 2020, p.3). De modo que, elas têm acesso a uma alimentação variada e nutritiva e, em contrapartida, agem como guardiãs do meio ambiente que as acolhe.

Figura 32 - Cartazes pendurados na garagem da Entrevistada “V”



Fonte: Autora (março de 2023, Ilha dos Marinheiros, Rio Grande - RS).

Assim como Anna Tsing (2012, p. 151) revela: “A diversidade biológica e social se amontoa defensivamente em margens negligenciadas”. Os corpos-territórios das pescadoras enfrentam as pressões da sobreexploração dos estoques pesqueiros, a contaminação da água por agrotóxicos, as dragagens e a drenagem de corpos hídricos, além do avanço de empreendimentos imobiliários e de geração de energia sobre suas comunidades. Além da questão ambiental agravada pelas mudanças do clima, esses desafios se estendem à legislação sanitária e aos direitos trabalhistas das pescadoras, contribuindo para a desterritorialização.

Para (re)existir às pressões sobre seus corpos-territórios, as pescadoras vêm atuando como mobilizadoras de elementos físicos dos corpos-territórios em defesa da segurança alimentar e nutricional, de seus modos de vida tradicionais e de seus territórios, relacionando a interdependência entre a saúde de seus corpos e do ambiente (Cardoso, 2002). Nesses processos dinâmicos de impacto-resposta, a sociobiodiversidade emerge como propriedade dos territórios alimentares, resultado dos processos de aprendizado socioecológico relacionados à alimentação tradicional. Onde o fluxo do conhecimento tradicional transmitido pelas pescadoras através de gerações é recriado e atualizado, de forma que contém continuidade, inovação e identidade. Assim, a sociobiodiversidade oferece maior resiliência aos sistemas alimentares à medida que “permite às pessoas responderem aos sinais de mudança e incorporar a experiência no manejo e nas relações com o território, o que aumenta a capacidade adaptativa” (Ferreira, 2011, p. 81).

Esses elementos são percebidos nos sistemas alimentares na conservação dos ecossistemas, abrangendo uma ampla variedade de espécies pescadas. No consumo de alimentos de sociobiodiversos, incluindo aspectos culturais da pesca, também percebidos na utilização biológica de preparos tradicionais dos pescados. De modo que as conexões físicas das pescadoras nos ambientes institucionais e organizacionais sugerem que “a conservação da biodiversidade está ligada à conservação de sistemas de vida” (Cardoso, 2002, p. 5).

Sandra Pereira Palheta, Edna Ferreira Alencar ao intercruzarem as questões de sobre saúde, trabalho e território, apontam:

Para algumas mulheres a prática pesqueira implica em desempenhar diversos papéis que ocorrem fora do ambiente da pesca em si, como participar de ações em defesa de suas comunidades como garantia de continuidade dos seus modos de vida. Tais situações impõem a esses sujeitos a necessidade de se organizar politicamente para desenvolver ações de enfrentamento dos conflitos com agentes que ameaçam seus territórios (Palheta; Alencar, 2021, p. 24).

No âmbito social de reprodução, os corpos-territórios das pescadoras artesanais desempenham um papel crucial na conformação dos territórios alimentares, integrando componentes espaciais com questões sócio-históricas estruturais de suas identidades. Em seus processos identitários, envolvendo a significação e de apropriação do mundo, as pescadoras reúnem aspectos relacionados à natureza, ao trabalho familiar da pesca como os ligados ao cuidado e

responsabilidade com a alimentação (Neto; Rodrigues; Candeias, 2020), e também à coletividade das comunidades tradicionais, envolvendo a educação e a transmissão da cultura (Cabral; Stadtler; Tavares, 2009), entre outros. Em outras palavras, o empoderamento das identidades das pescadoras, acima de tudo, fazem a retomada do seu território tanto material, quanto simbólico (Maneschy; Siqueira; Álvares, 2012), onde os elementos sociais de seus corpos-territórios reproduzem novas estruturas de corporalidade nos sistemas alimentares.

No entanto, a reprodução da identidade das pescadoras artesanais por vezes reúne aspectos de sobrecarga¹¹⁰ e invisibilidade do trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca (Huguenin; Martínez, 2021). Especialmente ligado aos manejos pós-captura, o que resulta na diluição de sua identidade em outras categorias ou em situações de clandestinidade, resultando em precariedade dos dados, exclusão da participação, dificuldade de acesso aos espaços de poder e restrição de direitos, entre outras formas de desterritorialização (Gerber, 2021). A reação de seus corpos-territórios aos desafios impostos se revela por meio de conexões sociais que costuram as redes¹¹¹ dos territórios, onde muitos fluxos são movimentados em função da identidade alimentar compartilhada entre os indivíduos (Maffei, 2021), e influenciando a própria reprodução social¹¹² e na capacidade de organização local e ação coletiva em prol da defesa de seus territórios.

Segundo Ribeiro e Nascimento (2020, p. 31-32):

Suas práticas, vivências, estratégias para garantir a coesão do modo de vida artesanal e as formas que empreendem de reforço ao sentimento de pertencimento podem auxiliar na compreensão de como se organizam para solucionar conflitos e se colocam na cena pública municipal, resistindo às inúmeras investidas da pesca industrial e da ausência de atenção das políticas.

¹¹⁰ As pescadoras são as principais responsáveis pela reprodução social do grupo familiar, o que implica obrigação com as atividades domésticas, saúde e educação dos filhos. Segundo Ramalho e Santos “a mãe é quem cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria” (2018, p. 137).

¹¹¹ Para Haesbaert (2004) a rede permite conceber o caráter dinâmico do território, de modo que a característica mais importante das redes, segundo o autor, é seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador.

¹¹² Puderam ser observadas transformações nas práticas produtivas dos homens na divisão de tarefas da pesca, assumindo a tarefa da retirada da carne do siri, atividade até então predominantemente feminina. Gustavsson (2020) ressalta em seu trabalho que transformações ocorridas nas relações de gênero e nas práticas produtivas da pesca são moldadas pelas próprias identidades das mulheres.

Dessa forma, a estrutura dos territórios-rede, constituída a partir da interação dos corpos-territórios pescadoras, emerge como propriedade que reforça os territórios alimentares a suportar as disputas nos ambientes organizacionais e institucionais dos sistemas alimentares, especialmente observada nos elos dos ecossistemas, manejos e abastecimentos. De modo que suas redes são ferramentas importantes para a “criação de flexibilidade institucional e balanço de poder entre os diferentes grupos de interesse” (Ferreira, 2011, p. 43).

Promovendo espaços compartilhados nos sistemas que influenciam o processo de governança, as redes possibilitam o acesso a artifícios institucionais como as Conferências de SAN, os Termos de Compromissos nas UC, a iniciativa Catrapovos, e a articulações políticas como visto a partir da aprovação da “Lei das 12 Milhas” no STF, nas discussões sobre a inclusão das pescadoras na “Nova Política Pesqueira”, e mais recentemente nos pedidos de Auxílio Emergencial direcionados a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, pelas comunidades pesqueiras que tiveram suas safras impactadas pelas mudanças do clima¹¹³. Portanto, é evidente que a reprodução social das pescadoras envolve processos essenciais para a defesa dos interesses coletivos e da justiça ambiental.

Apesar da falta de atenção política e o isolamento que historicamente enfrentam (Santos; Souza, 2019), suas mobilizações políticas em conjunto com outras redes nos últimos anos vem implicando em mudanças para o alcance de diretrizes e objetivos políticos (Palheta; Alencar, 2021). Conforme a entrevistada “F”, “Hoje não tenho dificuldade de dizer que as melhores lideranças são mulheres... de fato tem excelentes mulheres na pesca e temos que investir nessas lideranças porque tem sido muito mais positivas” (Porto Alegre/RS, março de 2023). As pescadoras vêm demandando abordagens multissetoriais que envolvem a cultura, a saúde, a educação e a equidade em seus territórios, superando enfoques centrados apenas no crescimento econômico e na eficiência no uso dos recursos naturais (item 4.1).

Para a construção da “Nova Política Pesqueira” os 20 pontos de reivindicações das pescadoras artesanais são:

¹¹³ Segundo Capellesso e Cazella (2011) caberia ao seguro defeso contribuir para manter a renda da pesca artesanal diante dos momentos de dificuldades enfrentadas, tais como: baixa produção de pescado, mudanças climáticas e problemas de gestão, etc.

1. Respeito à identidade de pescadora;
2. Fim da violência institucional causada pela falta de preparo e treinamento dos profissionais do governo que atendem as pescadoras e marisqueiras;
3. Garantia do direito a mais espaços de comercialização dos produtos;
4. Criação de programas de atenção especializada à saúde das mulheres pescadoras e marisqueiras, inclusive para a saúde emocional, com profissionais de saúde treinados e qualificados para atender as comunidades pesqueiras e que se estendam a toda a cadeia produtiva da pesca;
5. Criação de programas de incentivo à agregação de valor aos produtos;
6. Desburocratização dos Registros de Pescadora e Marisqueira (emissão de RGP);
7. Reconhecimento pelo INSS, das doenças ocupacionais das mulheres na pesca e mariscagem;
8. Criação de programas de incentivo à independência financeira;
9. Criação de programas de formação e capacitação para novas lideranças femininas na pesca e para seus/suas filhos/as;
10. Garantia de participação e direitos nos espaços de tomada de decisão, como conselhos, comitês, grupos de trabalho, dentre outros;
11. Reconhecimento à cultura e aos saberes tradicionais – inclusive para fins de pesquisa e demais ações das universidades e dos governos;
12. Fim das ameaças contra as mulheres nos territórios de pesca e maretórios;
13. Fortalecimento dos coletivos de mulheres que vivem em comunidades tradicionais pesqueiras;
14. Garantia de defeso para mulheres marisqueiras;
16. Visibilidade de cotas nos cursos universitários para mulheres da pesca;
15. Ampliação do seguro de reconhecimento para as mulheres das águas e dos mangues;
17. Fim do racismo e do machismo;
18. Direito à aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade e todos os demais direitos, sem precisar de documentação complementar dos homens (maridos, filhos, irmãos);
19. Criação de um banco de dados único das pescadoras, para que seu histórico de pescadora/marisqueira/trabalhadora da pesca seja reconhecido, sem necessidade de comprovações complementares;
20. Garantia de proteção e reconhecimento dos territórios e maretórios. (Oceana, 2023).

Assim, por meio das interações das pescadoras, em diferentes níveis das redes que transitam, são reproduzidos valores situados nos territórios, que estreitam a relação entre sociedade e natureza, fortalecendo o paradigma socioambiental fundamental para enfrentar os desafios climáticos que o futuro reserva:

Os pescadores artesanais compreendem um grupo em que o modo de vida é tecido nos espaços comuns, territórios nos quais o uso e a apropriação dos recursos acontecem coletivamente a partir de normas construídas no seio social do grupo. Nele, é estabelecida a noção de que os recursos compartilhados devem ser usados com parcimônia, pois deles dependem a sua reprodução social e simbólica (Santos; Souza, 2019, p. 129).

Dessa forma, as conexões das pescadoras e os territórios no nível produtivo também vem abrindo novos caminhos nas formas de organização do trabalho da

pesca e no envolvimento da população local, em espaços privados e nos mercados, com elementos materiais e imateriais dos territórios alimentares. Por possuírem maior percepção acerca dos recursos naturais disponíveis para consumo, conhecendo os ecossistemas e toda a cadeia de produção da pesca artesanal, sendo também consumidoras de seus produtos, as pescadoras através de suas atividades cotidianas estreitam a relação produção-consumo (Palheta; Cañete; Cardoso, 2016). “Nesse sistema de venda direta, que faz agregação de valor, nesse sistema a mulher é chave” (Entrevistada “F” Porto Alegre/RS, março de 2023).

Assim, o estreitamento dessas relações locais no sistema alimentar fortalece a cultura e vice-versa, onde o alimento atua como mediador do conhecimento e mobilização local, inicialmente no âmbito individual, depois coletivo, observados em eventos comunitários e no turismo, e por fim, institucional, fundamentando o contexto para a mudança de regimes de produção, regras de manejo e padrões de produção e consumo favorecendo a resiliência dos sistemas (Ferreira, 2011).

Dessa forma, nota-se que as redes sociais formadas pelos corpos-territórios das pescadoras ao passo que são essenciais para a reprodução social, também criam estruturas importantes para as atividades produtivas. Havendo “uma articulação entre produção e reprodução, uma influência mútua entre as duas esferas” (Figueiredo, 2014, p. 85) a partir das costuras feitas pelas pescadoras. Conforme (Palheta; Cañete; Cardoso, 2016, p. 606):

É possível dizer, então, que a mulher findou por transitar entre o espaço doméstico e de mercado do setor pesqueiro. Esse movimento conferiu à mulher um domínio sobre dois mundos que se traduziu na possibilidade de, ao dominar conhecimentos sobre recursos pesqueiros, ampliar a inserção dos mesmos em um mercado com maior demanda.

Elas aproximam os espaços privados e públicos¹¹⁴, fazem parte e dão suporte ao circuito espacial de produção (Braga, 2010), possibilitando alianças cooperativas para a regularização e o processamento da produção artesanal, bem como a implementação de projetos e organizações produtivas, que seriam inviáveis sem o suporte dessas redes. De modo que, as interações dos corpos-territórios das pescadoras destacam a convergência entre as linhas de fuga das formas de (re)existência de “uma identidade que remetem ao coletivo, que agrupa diversas

¹¹⁴ Apesar de se tratarem de espaços distintos, entende-se que não são desconexos.

identidades em torno de um movimento” (Palheta; Alencar, 2021) e as fissuras para superar a exclusão e exploração dos mercados.

Nesse contexto, as cadeias curtas de comercialização são intensificadas pelas relações locais e agilizam os ciclos de feedback dos sistemas alimentares, desenvolvendo a capacidade adaptativa do mesmo (Ferreira, 2011). Ao integrar práticas sociais que surgem no aprendizado empírico das respostas ecológicas, proporcionam o desencadeamento de ciclos contínuos de feedback entre pessoas e ecossistemas, melhorando as condições para o aprendizado socioecológico, uma importante base para se construir práticas de conservação coerentes com a dinâmica ecossistêmica nos sistemas alimentares.

Portanto, os territórios alimentares através dos circuitos curtos de comercialização ao mesmo tempo em que reforçam os espaços, redes sociais e comunidades que permitem a convergência entre as linhas de fuga dos sistemas hegemônicos, fomentam o aprendizado e a mudança de atitude coletiva, fundamentando o contexto de transformação dos sistemas alimentares. Ou seja, a proximidade dos papéis reprodutivos (privado) e produtivos (público), observada a partir da vivência das pescadoras, faz emergir propriedades que sugerem a aproximação de noções disruptivas para uma ordem hegemônica, como a economia do cuidado, que assume a interdependência, intimidade e valorização mútua entre tais esferas (Boris, 2014).

Nesse sentido, as pescadoras vêm quebrando barreiras da modernidade, causadoras do isolamento dos atores da esfera pública comum e solidão na esfera privada, por meio da objetificação das relações sociais, da mercantilização da vida, possibilitando retorno do pensar e redescobrimiento do sentimento de coletividade para a construção dos interesses que são coletivos (Koury, 2001).

Dessa forma, a partir das interações dos corpos-territórios das pescadoras, os elementos físicos e sociais, como as identidades e atividades produtivas, conectam a cultura com os ambientes dos territórios alimentares, emergindo qualidades (propriedades) fundamentais para suportar as disputas e aumentar a resiliência dos sistemas alimentares.

A sociobiodiversidade é uma propriedade que emerge do aprendizado socioecológico entre as pescadoras e as espécies pescadas, destacando a importância da diversidade biológica e cultural na sustentabilidade dos ecossistemas

e dos sistemas alimentares. As pescadoras, ao interagirem com o ambiente, transmitem conhecimentos sobre os ecossistemas, conservando e valorizando a diversidade das espécies pescadas e usos, promovendo o consumo através dos preparos mantidos na sua alimentação cotidiana e, por conseguinte, contribuindo na utilização biológica na perspectiva da segurança alimentar e nutricional relacionada a saúde integral.

Outra propriedade emergente dos territórios alimentares são os territórios-redes, resultado da integração reticular dos corpos-territórios das pescadoras que surgem como um meio de enfrentar os problemas e modificá-los. De forma que tais redes fortalecem os territórios alimentares, por meio dos ambientes organizacionais e institucionais, influenciam para a conservação da biodiversidade e a valorização da cultura pesqueira, contribuindo para a transformação dos sistemas alimentares, especialmente nos elos dos ecossistemas, manejos e no abastecimento¹¹⁵.

Assim, a partir dos atravessamentos dos corpos-territórios as pescadoras se destacam como agentes importantes para as mobilizações comunitárias na influência da governança e caminhos para apoiar políticas de sustentabilidade, no nexo entre os sistemas alimentares e a pesca artesanal nas Lagoas do Sul (Lowitt *et al.*, 2020)

Por fim, as formas de atravessamentos de seus corpos-territórios, no nível produtivo envolvem elementos de suas lógicas, sentimentos e comportamentos econômicos. Que intensificam as relações locais públicas (de produção no abastecimento, em ações políticas e nas dietas) e privadas (reprodução social, ética e consumo), agilizando os ciclos de feedback dos sistemas alimentares. Essa circulação permite o redescobrimto de noções disruptivas para o sistema hegemônico, como a aproximação da cultura com os ambientes e o sentimento de coletividade, a ética e o cuidado na economia.

Em suma, em múltiplos níveis as interações dos corpos-territórios das pescadoras enraízam qualidades essenciais para a resiliência dos sistemas alimentares territorializados, destacando a importante coexistência entre as formas de produção e a reprodução da vida. Essas e outras coexistências envolvem complementaridades, inovações, tensões e conflitos, tornando as localidades, os territórios, espaços de disputa pelo controle social dos sistemas alimentares.

¹¹⁵ Por serem eles que têm mais relações com os ambientes organizacional e institucional.

6 CONSIDERAÇÕES E TRAMADO FINAL

Esta dissertação foi desenvolvida em etapas estruturadas por um corpo teórico-metodológico referencial com base no campo do conhecimento científico, que somente através de trabalho de campo, entrelaçado a um processo pessoal e reflexivo em diálogo com as mulheres pescadoras, tomou forma de escrita, análise e formulação de conclusões que apresento a seguir.

Os resultados deste estudo permitiram caracterizar os corpos-territórios das pescadoras, a partir do olhar etnográfico e compartilhado com as participantes, através de aspectos físicos (materiais) e sociais (imateriais) sobre a suas formas de produção e reprodução. A partir de processos de identificação individuais, bem como das relações familiares e coletivas, o corpo-território das pescadoras pode ser caracterizado por meio da reprodução dos saberes e das práticas de pesca, que se desenvolvem através das formas de representação simbólicas dos elementos presentes em seus territórios, bem como em sua defesa. Conectada à reprodução social, a análise sobre as formas de produção revela relações sociais das pescadoras artesanais que passam tanto pelo mercado e como pela noção de territórios alimentares saudáveis. De modo que, ao produzirem comida de qualidade, sociobiodiversa, de fácil acesso e baixo custo, tais características qualificam seus corpos-territórios como elementos centrais para a subsistência das famílias da pesca artesanal. Assim, para além da socialização, a conexão física entre os corpos das pescadoras e seus territórios — mediada pela alimentação entre outros elementos essenciais à manutenção da vida — evidencia interações profundas entre a terra, a água e as pescadoras, em íntima relação com os ciclos de outras espécies e territorialidades, mas sobretudo revela que os corpos-territórios das pescadoras constituem formas encarnadas de defesa e cuidado com a Terra.

Os sistemas alimentares ligados à pesca artesanal no PAN Lagoas do Sul demonstraram ser influenciados por fatores ambientais e socioeconômicos, marcados por fluxos entre ecossistemas aquáticos e terrestres que circulam pela produção, distribuição e consumo, dentro e fora dos territórios pesqueiros. Apontando uma diversidade de conhecimentos ecológicos locais mantidos pelas comunidades pesqueiras que são essenciais para a conservação desses ecossistemas e para a segurança alimentar e nutricional das comunidades, e

destacando a conexão entre a defesa dos territórios tradicionais pesqueiros e a defesa da vida.

As práticas de captura e pós-captura observadas e analisadas refletem um alto grau de artesanidade, estando adaptadas às condições locais e aos ciclos naturais. Essas práticas estão enraizadas nas tradições pesqueiras e nas rotinas familiares, estabelecendo conexões entre natureza e cultura, que mantêm vivos os conhecimentos ecológicos locais, transmitidos através de gerações. Sendo valorizadas formas coletivas de manejos e a crescente agregação de valor dos produtos pescados artesanalmente, para a sustentabilidade da atividade e modo de vida pesqueiro.

Os resultados da pesquisa apontam que o abastecimento de pescados oriundos da pesca artesanal é afetado por fatores como a abundância da safra, o trabalho familiar, a atuação dos atravessadores e a competição no mercado. Sendo observado o surgimento de novos mercados através de formas alternativas de comercialização importantes para o abastecimento local. De onde se destaca a manutenção de redes de solidariedade e reciprocidade, entre outros elementos da cultura pesqueira, que favorecem o reconhecimento da identidade alimentar dos territórios. Tais elementos se destacam no desenvolvimento territorial, sendo importantes em propostas de valorização dos produtos da pesca artesanal.

As dietas baseadas em pescados revelam além de escolhas monetárias, valores de consumo ligados à qualidade dos alimentos, entendida de forma ampla, envolvendo aspectos ambientais e sociais. Especialmente observadas a partir do processo contínuo de transformação de natureza em cultura que resulta na diversidade de receitas que enriquecem o patrimônio cultural pesqueiro.

O consumo de pescados está relacionado ao contexto dos indivíduos, desde o acesso aos alimentos até as formas de preparo. Na presença de ecossistemas e de espécies nativas, observa-se a maior disponibilidade de alimentos locais e a aproximação entre a produção e o consumo. De modo que os preparos culinários tradicionais são lidos como ferramentas essenciais para perspectivas políticas e teóricas sobre o consumo, para evitar o desaparecimento das competências culinárias e estimular a valorização e proteção de práticas tradicionais.

A utilização biológica dos pescados refletiu com clareza a dimensão da saúde da segurança alimentar e nutricional, por meio da conexão entre a saúde do corpo e

a saúde do ambiente, especialmente destacando as condições de segurança hídrica, fechando o ciclo do sistema alimentar em conexão com o elo dos ecossistemas.

A análise do ambiente institucional possibilitou observar a mudança paradigmática das instituições relacionadas à pesca artesanal, influenciada pelo reconhecimento do estado pluriétnico na Constituição Federal. Esta mudança resultou em transformações nas estruturas normativas e políticas que orientam a atividade, com uma maior inclusão e sensibilidade às diversidades étnicas, em relação à pesca artesanal. Reconhecendo-a não apenas pelo seu papel produtivo, mas também pela sua importância na conservação dos ecossistemas e na reprodução cultural, apesar da ausência de reconhecimento de seus territórios tradicionais.

Entendendo a urgência climática, propõe-se a inauguração da terceira fase de políticas relacionadas à pesca artesanal, focada na preocupação socioambiental. Ressaltando a importância de políticas socioambientais que promovam o fortalecimento de práticas tradicionais na gestão dos recursos naturais, por meio de processos participativos e que respeitem os direitos de consulta prévia dos povos e comunidades da pesca artesanal.

Por fim, ressalta-se os desafios enfrentados pela pesca artesanal, como a incompatibilidade com leis e políticas governamentais e a falta de reconhecimento de territórios e conhecimentos tradicionais, estes destacam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva nas políticas públicas. Bem como a necessidade de revisar e adaptar políticas anteriores ao reconhecimento das comunidades pesqueiras como comunidades tradicionais, para acomodar as peculiaridades da pesca artesanal no ambiente institucional.

O ambiente organizacional dos sistemas alimentares da pesca artesanal é caracterizado por uma complexa rede de organizações governamentais, organizações da sociedade civil, grupos étnicos e instituições acadêmicas. Essas entidades além de supervisionar regulamentações e implementar políticas, desempenham papéis cruciais na promoção de uma governança mais inclusiva e sensível às comunidades da pesca, sendo observados espaços para diferentes arenas influenciarem o processo de pactuação em favor de decisões políticas socioambientais.

Essas redes de organizações da pesca artesanal, ancoradas no território das Lagoas do sul, são compostas por organizações formais e informais, incluindo colônias, sindicatos, cooperativas e associações, movimentos sociais que atuam em diferentes níveis e espaços de debate político, buscado romper com a histórica marginalização e invisibilidade das comunidades pesqueiras, exigindo maior atenção do Estado ao reivindicar direitos territoriais pautados na valorização de suas identidades culturais.

Especialmente para o desenvolvimento local, é imprescindível o estabelecimento de parcerias entre as redes de ensino, pesquisa e extensão e as organizações da pesca artesanal. De modo que as propostas de pesquisa e extensão, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, possam partir das comunidades, valorizando e respeitando os saberes tradicionais das comunidades pesqueiras na construção do conhecimento e políticas públicas, abordando questões prioritárias para as comunidades como saúde, educação e direitos culturais.

Assim, considerando que as identidades e valores tradicionais servem como alicerces para as interações entre indivíduos e grupos, reforçando sua posição em espaços públicos para a proteção de seus territórios, conclui-se que existe um crescente reconhecimento da importância dos bens comuns, que inclui tanto os recursos naturais quanto elementos culturais. Esse entendimento está se solidificando nas estruturas organizacionais ligadas à pesca, estabelecendo uma conexão direta com a segurança alimentar e nutricional das Comunidades Tradicionais de Pesca Artesanal.

Em suma, o ambiente organizacional dos sistemas alimentares da pesca artesanal é marcado pela multifuncionalidade das redes que envolvem uma ampla gama de agentes, desde organizações comunitárias até órgãos governamentais. Essas redes têm o potencial de promover a integração e o fortalecimento das comunidades pesqueiras, contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. A participação ativa do Estado, juntamente com a colaboração de diferentes setores da sociedade, reflete a evolução da governança relacional, valorizando as dinâmicas locais e a capacidade de adaptação às necessidades específicas da pesca artesanal.

Revelando os atravessamentos dos corpos-territórios das pescadoras nos sistemas alimentares, entende-se as mulheres pescadoras como guardiãs do

conhecimento tradicional e de seus territórios, sendo agentes de mudança cruciais no ambiente institucional e organizacional, partindo de suas comunidades, na articulação com as dinâmicas locais para a conservação da biodiversidade e a segurança alimentar e nutricional nos territórios, especialmente na perspectiva da adaptação às mudanças do clima.

Assim, destacam-se as interações dos corpos-territórios, que incluem tanto as dimensões físicas quanto sociais de sua existência, na recomposição e circulação de energia, informações e materialidades em seus territórios. Conectando cultura e natureza, matéria e memória, os atravessamentos dos corpos-territórios das pescadoras fazem emergir qualidades (propriedades) importantes na estabilidade e suporte territorial, como a sociobiodiversidade, a conformação reticular dos territórios-rede e a economia do cuidado, que aumentam a resiliência dos sistemas alimentares na escala local dos territórios.

A sociobiodiversidade é destacada como um elemento crucial na defesa dos territórios alimentares, sendo resultado de práticas cotidianas que vão desde a captura dos pescados até o processamento e interações sociais. Enfrentando desafios como a sobreexploração dos estoques pesqueiros e a contaminação da água, as pescadoras mobilizam elementos físicos dos corpos-territórios em defesa da segurança alimentar e nutricional, relacionando a saúde de seus corpos com o ambiente.

A emergência dos territórios-rede é resultado dos atravessamentos desses corpos-territórios, reproduzindo novas corporalidades que se estruturam em redes sociais que fortalecem os territórios alimentares. Ao gerar uma estrutura reticular contribuem para a criação de flexibilidade institucional e equilíbrio de poder entre diferentes grupos de interesse, cujo tecido se dá nos territórios comuns, onde o uso e apropriação dos recursos ocorrem coletivamente, seguindo normas construídas no seio social do grupo, promovendo espaços compartilhados, acesso a artifícios institucionais e articulações políticas que influenciam o processo de governança. Portanto, é evidente que a reprodução social das pescadoras envolve processos essenciais para a defesa dos interesses coletivos e da justiça ambiental.

A economia do cuidado atravessa os sistemas alimentares através da integração entre as esferas reprodutivas e produtivas nos corpos-territórios das pescadoras. As pescadoras, com um conhecimento profundo dos ecossistemas e da

cadeia de produção da pesca artesanal, através de suas práticas diárias no preparo dos pescados estreitam a relação entre produção e consumo, reforçando a resiliência dos sistemas alimentares. Envolvendo elementos de suas lógicas, sentimentos e comportamentos, as relações econômicas locais, sejam públicas (de produção no abastecimento, em ações políticas e nas dietas) ou privadas (reprodução social, ética e consumo) produzem fissuras nas barreiras dos mercados e adotando uma abordagem mais ética e cuidadosa na economia.

A partir de uma visão sobre o objetivo geral, considera-se que foi possível analisar os sistemas alimentares a partir dos atravessamentos das territorialidades das mulheres pescadoras no território do PAN Lagoas do Sul. Havendo portanto dois principais focos a serem considerados na etapa conclusiva desta pesquisa, sendo eles sua aplicabilidade e sua contribuição científica. Considerando o modelo "bipolar" e "rígido" de divisão sexual do trabalho, que enfatiza uma visão limitada do papel da mulher nas comunidades pesqueiras, e que restringe a compreensão de várias experiências culturais e atividades na cadeia produtiva da pesca, onde as mulheres têm papéis importantes. Pode-se entender que a aplicação dos métodos utilizados, conceitos e categorias analíticas utilizados, como corpo-território, identidade, interseccionados com os elos e ambientes dos sistemas alimentares, permitiram perceber o trabalho e a importância das mulheres na segurança alimentar e nutricional e na conservação da pesca artesanal em diferentes dimensões. Seguindo uma mudança nos paradigmas analíticos impulsionadas pela crítica feminista, utilizando estratégias ontológicas, que abrangem “uma variedade de atividades desenvolvidas pelos sujeitos” e, em última análise, da agência.

Assim, a coleta da informação feita a partir de uma multiplicidade de fontes, especialmente pelo contexto pandêmico em que parte da pesquisa se deu, destaca-se pela variedade de métodos utilizados, desde a observação participante, entrevistas semiestruturadas presenciais e virtuais, até a participação de grupos de whatsapp com as pescadoras, o que possibilitou interagir e admitir diferentes ontologias existentes no território em estudo. Identificando uma pluralidade de inter-relações sociomateriais em que as mulheres estavam inseridas, foram exploradas as corporalidades bem como os significados mobilizados por elas nos seus processos de territorialização, revelando uma redistribuição da agência em seus territórios alimentares. De forma que seus corpos-territórios conformam guias heurísticos com

intenções metodológicas para estudos do desenvolvimento, que relacionam a segurança alimentar e nutricional com a conservação nos sistemas alimentares.

Pesquisar as mulheres contribuiu na produção de conhecimentos, a partir da captura de memórias e perspectivas futuras das pescadoras que revelam aspectos importantes para as pesquisas e políticas ecológicas e econômicas, especialmente relacionadas às questões de gênero e sexualidade, que vêm experimentando um deslocamento que as torna centrais na luta democrática brasileira e no contexto atual de mudanças do clima.

No campo do conhecimento da etnoecologia das mulheres pescadoras das comunidades tradicionais, os corpos-territórios contribuíram para descortinar as comunidades, pelo princípio do cuidado, complementaridade, reciprocidade, autonomia e resiliência histórica, como uma possível alternativa para pensar os problemas socioambientais da sociedade individualista atual.

Uma importante contribuição deste estudo no campo do desenvolvimento rural e territorial sustentável, foi a ampliação do olhar analítico sobre os sistemas alimentares a partir das territorialidades. Possibilitando detectar semelhanças importantes para entender as estratégias de sobrevivência e resiliência mobilizadas pelas mulheres, que ficam ocultas quando se empregam outras categorias, e destacado a importância de se conhecer e de se buscar mecanismos de apoio aos diferentes membros dos grupos domésticos nas comunidades tradicionais de pesca artesanal, como as crianças e idosos.

Observando os vínculos estabelecidos a partir dessas semelhanças e suas reivindicações e lutas territoriais, a pesca artesanal ainda resiste, embora toda a mercantilização da vida. Graças às costuras feitas pelas pescadoras nas “redes” alternativas de poder que não negligenciam a dimensão do afeto no fazer política, se colocando como agentes imprescindíveis na luta pela justiça ambiental das comunidades pesqueiras, e efetivação da sustentabilidade. Assim, observa-se o direito ao meio ambiente não apenas constituído do texto da norma, mas da humanidade que a interpreta, o que ressalta a importância da educação nesse processo como um todo.

Assim, a pesquisa contribui apresentando a aplicação do aporte analítico dos sistemas alimentares associado aos territórios na análise de questões afeitas à pesca artesanal através dos corpos-territórios das pescadoras das lagoas do Sul do

Brasil. Contribuindo tanto em termos teóricos dos sistemas alimentares, como do ponto de vista operacional das cadeias, para pensar o território como base de sustentação, para a elaboração e a articulação das políticas públicas e não o rebatimento das políticas públicas no território. O que sugere investigar iniciativas de inclusão produtiva e diversificação de atividades para as mulheres pescadoras, juntamente com a análise de políticas de comercialização justa, visando ampliar oportunidades de renda, reduzir vulnerabilidade econômica, garantir preços justos para seus produtos e reduzir a dependência dos atravessadores.

A pesquisa enfatiza, considerando os diversos contextos econômicos, socioculturais e políticos em que as pescadoras se encontram, a necessidade de conduzir outros estudos sobre a vida das pescadoras partindo de suas próprias iniciativas. Com clareza que há um protagonismo feminino que vem sendo construído nos sistemas alimentares, e que tem ganhado força recentemente, através da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, apesar de não termos explorado a soberania com maior profundidade nesta pesquisa. Desta forma, sugerimos novas pesquisas com foco nesta temática, na intenção de contribuir para o alcance do entendimento a respeito de como as pescadoras têm impactado na oferta municipal de alimentos observada numa perspectiva trajetória histórica, com vistas ao avanço e maior aprofundamento teórico e prático, que permite observar tendências de cenários futuros de soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como qualificar a territorialidade. Ainda sugere-se desenvolver pesquisas futuras nas formas de consumo, sobretudo no que diz respeito à cultura.

Investigar estratégias para fortalecer o diálogo e a colaboração entre pescadoras artesanais e órgãos do estado, aumentando sua participação em espaços de decisão e liderança, visando o desenvolvimento de políticas públicas eficientes e o empoderamento e capacitação das mulheres pescadoras, valorizando seus saberes e práticas e desenvolvendo de habilidades relevantes para o contexto local. Nessa perspectiva sugere-se pesquisar métodos participativos para melhorar o controle de dados sobre a pesca artesanal e avaliar as condições de saúde e o acesso a serviços básicos nas comunidades pesqueiras, visando identificar lacunas e propor intervenções para o bem-estar das pescadoras e suas famílias.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, Patrícia Raggi; SUMAILA, Ussif Rashid. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. **Marine Policy**, v. 31, p. 444–450, 2007.

ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. Análise benefício/custo da política brasileira de incentivo fiscal à pesca. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 35–67, 2019. Disponível em: <https://revistasober.org/article/5d963af20e8825032d2bac33>. Acesso em: 20 maio 2023.

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121–140, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qNBc6gbwCZ7xTHwr4mYzRQD/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ACCORDI, Iury Augusto; HARTZ, Sandra Maria. Aves em um mosaico de ambientes costeiros no sul do Brasil. **Atualidades Ornitológicas**, v. 172, p. 49–59, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Iury-Accordi/publication/265050454_Aves_em_um_mosaico_de_ambientes_costeiros_no_sul_do_Brasil/links/53fcf5430cf22f21c2f5fa05/Aves-em-um-mosaico-de-ambientes-costeiros-no-sul-do-Brasil.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. As cebolas, os peixes e os camarões: Dinâmica cultural das práticas de trabalho e processos de territorialização de pescadores do litoral Sul do RS. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 4, n. 1, p. 259, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/8979> Acesso em: 22 abr. 2023.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Tempo e espaço**: considerações sobre o modo de vida dos pescadores do Parque Nacional da lagoa do Peixe-RS em um contexto de conflito ambiental. Porto Alegre: LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS, 2006. (Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, n. 15).

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima**: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS. 343 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Trabalho, meio ambiente e conflito**: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe-RS. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/3320>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, Isabel Soares de. **Participação, Cooperação e Empoderamento**: a atuação das pescadoras em projetos de gestão de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-AM, Brasil. *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. Campos dos Goytacazes: EDUENF, p. 382, 2019.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. p. 33–55.

ALMEIDA, Oriana Trindade de; CABRAL, Wilson; ANDROCZEWICZ, Scheyla; AMARAL, Lucilene; ARAÚJO, Bárbara. Caracterização da indústria pesqueira na Amazônia. In: PETRERE, Miguel (org.). **O setor pesqueiro na Amazônia**: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca. Manaus: ProVárzea/IBAMA, p. 61–75, 2004.

ALTIERI, Miguel Angel; NICHOLLS, Clara Inés. **Agroecología**: principios y estrategias para una agricultura sustentable en la América Latina del siglo XXI. California: Berkeley University, 2001. Disponível em: <https://agroeco.org/doc/pengue.htm> Acesso em: 2 mar. 2024.

ALVES, Hellen Virginia da Silva. Contribuições decoloniais e feministas ao debate geográfico sobre corpo e território: mulheres da Terra Indígena Kaxarari e Rio Guaporé e a defesa do corpo-território. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 53, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/43017#entries>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ALVITE, Carolina; FERREIRA, Iara Vasco. Território de luta de pescadores artesanais tradicionais no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 4, n. 1, p. 7–18, 2022. Disponível em: <https://www.revistamares.com.br/index.php/files/article/view/171>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Bookman, 2009.

ANGST, Ivone Teresinha; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. Implementação de políticas públicas na pesca artesanal: a atuação dos burocratas de nível de rua. **Extensão Rural**, v. 25, n. 1, p. 93–111, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231190909.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

ARAÚJO, Francisco Gerson. Distribuição, abundância relativa e movimentos sazonais de bagres marinhos (Siluriformes, Ariidae) no estuário da Lagoa dos Patos (RS), Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 5, p. 509–543, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbzool/a/HCnnbSxz94CNf3DpBtz8FpD/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ARAÚJO, Maria Elisabeth de; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Paulo Wanderley de. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco,

Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00230319, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/66t7BVfM6X4pBBCJwLcqmfj/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ARCE, Alberto Arce; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 40–65, 2021.

ARMITAGE, Derek Russell; PLUMMER, Ryan; BERKES, Fikret; ARTHUR, Robert Ian; CHARLES, Anthony Trevor; DAVIDSON-HUNT, Iain James; DIDUCK, Alan Peter; DOUBLEDAY, Nancy Christine; JOHNSON, Derek Stephen; MARSCHKE, Melissa Jane; MCCONNEY, Patrick; PINKERTON, Evelyn Wedge; WOLLENBERG, Eva Kristine. Adaptive co-management for social–ecological complexity. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 7, n. 2, p. 95–102, 2009.

AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 32, p. 61–80, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Naina-Estades-3/publication/273097932_A_politica_pesqueira_no_Brasil_2003-2011_a_escolha_pelo_crescimento_produtivo_e_o_lugar_da_pesca_artesanal/links/5b095f53a6fdcc8c253103b6/A-politica-pesqueira-no-Brasil-2003-2011-a-escolha-pelo-crescimento-produtivo-e-o-lugar-da-pesca-artesanal.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BABIN, Didier. Preamble BABIN, Didier. **Protected areas**: combining biodiversity conservation and sustainable development. Foundations and recommendations for a development cooperation strategy on protected area management. Paris: IFB-Institut français de la biodiversité, p. 11–12, 2003. Disponível em: https://p.pdfhall.com/combining-biodiversity-conservation-and-sustainable-development_5b0fdb677f8b9a79688b456a.html. Acesso em: 27 jan. 2024.

BARBOSA, Lia Pinheiro; BUSTAMANTE, Mercedes Olivera; CISNEROS, Araceli Calderón. O histórico caminhar das mulheres indígenas e camponesas na defesa dos territórios e dos bens comuns na América Latina. **O Público e o Privado**, v. 18, n. 35, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/3256>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BARCELLOS, Marcia Dutra de. As contribuições da agricultura e da alimentação para a agenda 2030 *In*: PREISS, Potira; SCHNEIDER, Sergio. **Sistemas alimentares no século 21**: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p. 149–176. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211399/001115756.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 out. 2023.

BARROS, Jocilene Dantas. Comportamento da produção pesqueira norte-rio-grandense em anos de El Niño e La Niña. **Sociedade e Território**, v. 25, n. 2, p. 55–66, 2013.

BEGOSSI, Alpina; CLAUZET, Mariana; DYBALL, Robert. Comunidades Pesqueiras, Etnoecologia, Ecologia Humana e Segurança Alimentar: uma revisão de conceitos, modelos e ensino. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 22, n. 1, p. 574–590, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8641579>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BEGOSSI, Alpina; RICHERSON, Peter James. The animal diet of families from Búzios Island (Brazil): an optimal foraging approach. **Journal of Human Ecology**, v. 3, n. 2, p. 433–458, 1992.

BEGOSSI, Alpina; SALIVONCHYK, Svetlana V.; HANAZAKI, Natalia; MARTINS, Ilana M.; BUELONI, Fernanda. Fishers (Paraty, RJ) and fish manipulation time: a variable associated to the choice for consumption and sale. **Brazilian Journal of Biology**, v. 72, n. 4, p. 973–975, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/7ZGZVSSpc7DC9F5XQCsxBdS/?lang=en>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BENCKE, Glayson Ariel.; DIAS, Rafael Antunes; BUGONI, Leandro; AGNE, Carlos Eduardo; FONTANA, Carla Suertegaray.; MAURÍCIO, Giovanni Nachtigall; MACHADO, Diógenes B. Revisão e atualização da lista das aves do Rio Grande do Sul, Brasil. Iheringia. **Série Zoologia**, v. 100, p. 519-556, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/isz/a/Ty6WrwV6LHdPr5t3QfS9n6N/?format=html&lang=pt&stop=next>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BERTALANFFY, Ludwig. **O significado da teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975. Disponível em: <https://epage.pub/download/bertalanffy-2008-teoria-geral-dos-sistemas-fundamentos-desenvolvi-wgre79d8qz?hash=37f79ff94d1ac6439c0a22c89c03eb10>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BEVIR, Mark; RHODES, Roderick Arthur William. **A Decentered Theory of Governance**: Rational Choice, Institutionalism, and Interpretation. Institute of Governmental Studies. Paper, 2001. Disponível em: <https://escholarship.org/content/qt0bw2p1gp/qt0bw2p1gp.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological methods & research**, v. 10, n. 2, p. 141–163, 1981.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo social**, v. 26, p. 101–121, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/wWWkfy3NCCpzhKXXnQ6tLmw/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações. **Revista Geografias**, v. 6, n. 2, p. 26–36, 2010.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13293>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRANDÃO, Emily Aparecida Ferreira; SANTOS, Thiago da Rocha; RIST, Stephan. Connecting public policies for family farmers and women's empowerment: the case of the Brazilian semi-arid. **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 5961, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais 02–2005. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/politica-de-territorios/downloads/2-marco_referencial_apoio_dtr.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: PLANSAN 2016-2019. Brasília, 2017.

BRASIL. **Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: DOU de 08/02/2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 8.425, de 31 de março de 2015**. Institui a Política Nacional de Registro Geral da Atividade Pesqueira. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8425.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023**. Institui o Programa Povos da Pesca Artesanal. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11626.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.958 de 26 de junho de 2009**. Altera as Leis nº7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em

Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. Brasil, 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11958-26-junho-2009-589089-publicacaooriginal-113995-pl.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.661/88**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9985/2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em 17 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF, BRASIL. Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasil, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, no Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em 7 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em 17 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução de Diretoria Colegiada nº 49, de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Guia de Diretrizes para a Atenção Integral à**

Saúde das populações do Campo, Floresta e Águas (CFA) e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Brasília, 2022. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/guia_diretrizes_populacoes_campo_floresta.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Políticas de promoção da equidade em saúde.** Brasília, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_prococao_equidade_saude.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.** 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/pni_populacoes_campo_floresta.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.** Brasília. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais.** 2005. Disponível em: [documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf](documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf). Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria Interministerial MMA/MPA nº 2, de 13 de novembro de 2009.** Regulamenta o Sistema de Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2009. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias_interministeriais/migracao/Portaria_Interministerial_MPAMMA_n_2_de_13112009.html. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRAVO, Maicon Dourado. Desenvolvimento técnico e esgotamento do meio: a pesca industrial como nênese do pescador artesanal. **Revista Didática Sistêmica**, v. 7, p. 138–146, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsist/article/view/1260>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRITO, Carmem Imaculada. **Uma abordagem sócio histórica do movimento de pescadores e pescadoras artesanais Brasil (MPP).** 157f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2017/07/Tese-da-Carmem-copia-final-revisada-Carmem.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRUTTO, Luiz Fernando Guimarães. **Ecologia humana e etnoecologia em processos participativos de manejo**: o caso do Parque Estadual de Itapuã, RS e os pescadores artesanais. 2001. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ecologia e Recursos Naturais, Departamento de Ccbs, Ufscar, São Carlos, 2001.

BUGONI, Leandro; KRAUSE, Lígia; PETRY, Maria Virgínia. Marine debris and human impacts on sea turtles in southern Brazil. **Marine pollution bulletin**, v. 42, n. 12, p. 1330–1334, 2001. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0025326X01001473?casa_token=okPX39ZjP4EAAAAA:y-WCcOMYacieoMxELFg5iqBVUkiXcrrqQuwJ1iNBqYFM9z9EBIwl9_dkiBlta9c1EnWj4jObjid_. Acesso em: 11 jan. 2024.

BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4411–4424, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/p36TMkBKMZqnkxD7WXcfbxx/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CABNAL, Lorena. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. In: MOURA, I.; PRAÇA, M. (org.). **Outras economias**: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto PACS, p. 23–28, 2018. Disponível em: https://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Outras-EconomiasPACS_WEB.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Catalunya: ACSUR-Las Segovias, 2010.

CABRAL, Maria Das Mercês; STADTLER, Hulda; TAVARES, Lyvia. **Mulheres Pescadoras**: Gênero e Identidade, Saber e Geração 2009. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais. Anais. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

CALDASSO, Liandra Peres. **Gestão compartilhada para a pesca artesanal**: o caso do fórum da Lagoa dos Patos/RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2008. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11682>. Acesso em: 17 fev. 2024.

CAMARGO, Luzani Alves. **As mulheres pescadoras artesanais de Tramandaí/RS e os resíduos da pesca**. 51 f. Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197809/001098320.pdf>. Acesso em: 25 novembro 2023.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de

Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, v. 14, p. 15–33, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8vycGbCJ3BVkYKQqV9PWRCg/>. Acesso em: 05 março 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, v.1, p. 114–123, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228610991_Agroecologia_e_sustentabilidade_de_Base_conceitual_para_uma_nova_Extensao_Rural. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARAHHER, Martin; LANG, Tim. Can't cook, won't cook: A review of cooking skills and their relevance to health promotion. **International journal of health promotion and education**, v. 37, n. 3, p. 89–100, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14635240.1999.10806104>. Acesso em: 14 de jan. 2024.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais**: natureza, território, movimento social. São Paulo, v. 139, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: http://twiki.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores_Artesanais_-_movimentos_sociais.pdf. Acesso em: 15 março 2024.

CARON, Patrick; FERRERO Y DE LOMA-OSORIO, Gabriel; NABARRO, David; HAINZELIN, Etienne; GUILLOU, Marion; ANDERSEN, Inger; ARNOLD, Tom; ASTRALAGA, Margarita; BEUKEBOOM, Marcel; BICKERSTETH, Sam; BWALYA, Martin; CABALLERO, Paula; CAMPBELL, Bruce M.; DIVINE, Ntiokam; FAN, Shenggen; FRICK, Martin; FRIIS, Anette; GALLAGHER, Martin; HALKIN, Jean-Pierre; HANSON, Craig; LASBENNES, Florence; RIBERA, Teresa; ROCKSTROM, Johan; SCHUEPBACH, Marlen; STEER, Andrew; TUTWILER, Ann; VERBURG, Gerda. Sistemas alimentares para o desenvolvimento sustentável: propostas para uma profunda transformação em quatro partes. In: PREISS; SCHNEIDER (org) **Sistemas alimentares no século XXI**. 2020. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/604340/1/ID604340.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CASAGRANDE, Alana. **Dinâmicas ambientais e produção do conhecimento intergeracional nas comunidades da Lagoa do Bacupari e de remanescentes de Quilombo da Casca no litoral do Rio Grande do Sul**. 141 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CASTRO, Alexandre Guimarães Só de. **O uso dos recursos naturais e os desafios para a conservação da biodiversidade marinha**: mudanças e conflitos em uma comunidade pesqueira na Ilha de Santa Catarina, Brasil. 211 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ecologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17332>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CASTRO, Helisa Canfield; MACIEL, Maria Eunice; MACIEL, Rodrigo Araújo. Comida, cultura e identidade: conexões a partir do campo da gastronomia. **Ágora–Revista de História e Geografia**, v. 18, n. 1, 2016.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. **Todavia**, 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/160371257/Josue-de-Castro-Geografia-da-Fome>. Acesso em: 19 fev. 2024.

CECLIMAR/UFRGS. Imbé, p. 553. Ilustrado.

CEPAL. **Perspectivas de la Agricultura y del Desarrollo Rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2021-2022**. 2021.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; PEREIRA, Viviane Camejo; MIRANDA, Tatiana Mota; CRUZ, Fabiana Thomé. **As redes de cooperação para a soberania e segurança alimentar e nutricional**: alimentação adequada e saudável e dietas sustentáveis sociobiodiversas. In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Anais eletrônicos. Campinas: Galoá, 2019a.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela Peixoto; BASSI, Joana Braun; PIEVE, Stella Maris Nunes; SILVEIRA, Thiago César Lima; VENZON, Rodrigo Allegretti; TOSS, Leonardo; MELLO, Ricardo Silva Pereira; KUBO, Rumi Regina. Contribuição da etnoecologia para o desenvolvimento de um sistema de gestão colaborativo dos recursos naturais por comunidades ribeirinhas da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revista.abo-agroecologia.org.br/cad/article/view/3003>. Acesso em: 19 fev. 2024.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela Peixoto; MARZULO, Eber Pires; MEIRELLES, Mauro. **Transformações Comunitárias Participativas**. Porto Alegre, Cirkula, 2020. Disponível em: <https://livrariacirkula.com.br/produto/9786599047060>. Acesso em: 02 setembro 2023.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. **Descoberta de valores e desejos de mudança das pescadoras artesanais das Lagoas Patos, Mangueira e Mirim**: uma análise apreciativa das categorias identidade, trabalho e ambiente. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro. v. 19, n. 1, 2024.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. O PANexus e o Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Conservação da biodiversidade e modos de vida sustentáveis nas lagoas do Sul do Brasil**: a experiência de um plano de ação com enfoque territorial. Porto Alegre: UFRGS / PGDR. p. 213, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/circulosociobiodiversidade/2020/07/31/conservacao-da-biodiversidade-e-modos-de-vida-sustentaveis-nas-lagoas-do-sul-do-brasil/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; BASSI, Joana Braun; KUBO, Rumi Regina. Etnoecologia: Dimensões Teórica E Aplicada. In: COELHO-DE-SOUZA, Gabriela.

Transformações no espaço rural. PLAGEDER, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56450/000855968.pdf?sequence=1>. Acesso em 17 fev. 2024.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; RAMOS Jenifer Dias; TEIXEIRA, Andressa Ramos; SCHREIBER, Natany M.; MELLO, Ricardo Silva Pereira; ROCHA, Brizabel. Governança da política de desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul: dinâmicas no contexto socioambiental dos territórios rurais litoral e campos de cima da serra. **Margens**, v. 13, n. 20, p. 40–58, jun. 2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens>. Acesso em: 12 março 2024.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; TEIXEIRA, Andressa Ramos; STEENBOCK, Walter. Dinâmicas territoriais no sul do Brasil: desmantelamento da política de desenvolvimento rural e a emergência de uma política territorial de conservação da biodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/search>. Acesso em: 22 dez. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (World Commission on Environment and Development). **Our Common Future**. Report of the World Commission on Environment and Development: Oxford, UK, Oxford University Press. 1987. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/139811?v=pdf>. Acesso em: 21 dez. 2023.

CONTI, Irio Luiz; BAZOTTI, Angelita; FINOKIE, Manuela. Interfaces entre Direito Humano à Alimentação Adequada, Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar. **III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento**. Anais. Curitiba: Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná, 2013.

CONTI, Irio Luiz; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Povos e comunidades tradicionais: a produção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 5, n. 3, p. 780–804, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1605>. Acesso em: 14 jan. 2024.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. Aproximações Teóricas. In: **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 496, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332190746_Alimentacion_y_cultura_Perspectivas_antropologicas. Acesso em: 12 março 2024.

CORRÊA, Arthur Pickler. **Etnoecologia de pescadores artesanais da lagoa de Santa Marta**. 2023. 60 f. Trabalho de Conclusão (Ciências Biológicas). Tubarão, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/aed39257-e605-451a-978d-f0364a237cde/full>. Acesso em: 17 novembro 2023.

CORREAS, Elisa Carbonell. **Inter-relações entre territorialidades e conflitualidades no litoral médio do RS**: conexões simbólico-materiais que constroem territórios. 2015. 271 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,

2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132952>. Acesso em: 21 outubro 2023.

COSTA, Adriane Lobo; ALMEIDA, Jalcione. Política pública para a agricultura familiar, extensão rural e a inserção de pescadores artesanais: “será que dá peixe?”. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 49182–49214, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29902>. Acesso em: 15 novembro 2023.

COSTA, Christiane; PASCOAL, Mariana. Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org.). **Participação popular em políticas públicas**: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo: Instituto Pólis, p. 97–108, 2006. Páginas do capítulo. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Participacao_popular_nas_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 20 março 2023.

COSTA, Juliet Correa da; ASMUS, Milton Lafourcade. Base ecossistêmica da atividade pesqueira artesanal: estudo de caso no Baixo Estuário da Lagoa dos Patos (BELP), RS, Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 44, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323711988_Base_ecossistemica_da_atividade_pesqueira_artesanal_estudo_de_caso_no_Baixo_Estuario_da_Lagoa_dos_Patos_BELP_RS_Brasil. Acesso em: 16 setembro 2023.

COSTA, Raquel Brancher Weidauer Soares *et al.* **Atributos da governança pública**: o processo de elaboração do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/215180>. Acesso em: 07 jan. 2024.

COTRIM, Décio Souza. **Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS)**. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49081>. Acesso em: 14 fev. 2024.

COTRIM, Décio Souza; DE ANDRADE, Miguel Lovois. Renda da pesca artesanal: análise dos sistemas de produção na pesca em Tramandaí–RS. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, p. 5–23, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056848001.pdf>. Acesso em: 18 outubro 2023.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Governança de sistemas alimentares para a soberania e segurança alimentar e nutricional. In: PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio. **Sistemas alimentares no século XXI**: debates contemporâneos. Editora UFRGS, 2020. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211399/001115756.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 outubro 2023.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira; ROUGEULLE, Marie Dominique. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: Convivência e conflitos**: o caso de Guaraqueçaba (Paraná). São Paulo: Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil (USP), IUCN, Fundação Ford, 1989. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000018339>. Acesso em: 05 setembro 2023.

DA SILVA JUSTO, Felipe; AMORIM, Filipi Vieira. Aproximações entre legislação, pesca artesanal e educação ambiental. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 4, p. 3, 2019.

DE CERTEAU, Michel *et al.* A invenção do cotidiano: morar, cozinhar. **Vozes**, v. 2, 1997. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/672934331/A-Invencao-Do-Cotidiano-Vol-2-Morar-Cozinhar?doc_id=672934331&download=true&order=668677805. Acesso em: 15 dezembro 2024.

DE JONG, Anna; VARLEY, Peter. Food tourism and events as tools for social sustainability? **Journal of Place Management and Development**, v. 11, n. 3, p. 277–295, 2018.

DIAS, Sammer Maravilha Chagas Gilio. **Conhecimento ecológico local dos pescadores artesanais sobre o Bagre (família Ariidae), no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2019. 91 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 50, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/66617>. Acesso em: 14 outubro 2023.

DIETZ, Delmar Afonso. **Influência das organizações sociais no modelo de desenvolvimento local**: o desenvolvimento a partir da comunidade de pescadores profissionais artesanais de Tramandaí, RS. 2011. Trabalho de Conclusão (Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Balneário Pinhal, 2011. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38148/000820602.pdf?sequence=1&locale=pt_BR. Acesso em 03 dez. 2023.

DORNELLES, Liane Maria Azevedo. Educação Ambiental e Gerenciamento Costeiro. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 21, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3065>. Acesso em: 15 julho 2023.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 11, n. 1, p. 11–32. Disponível em: <https://revista.aibr.org/31>. Acesso em: 16 julho 2023.

EVANGELISTA, Ana Carolina de Andrade; FERREIRA, Eduarda Garcia; DA SILVA, Rafael Ferrari; ILHA, Júlia Gomes; SOARES, Mariana Mühlenberg. Sustentabilidade para que (m)? Discussões em torno dos conflitos do projeto de instalação de Parques Eólicos na Lagoa dos Patos/RS na perspectiva da pesca artesanal. **IdeAS**, p. 11, 2022. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/350>. Acesso em: 16 setembro 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATION. **The state of food and agriculture: Agricultural Biotechnology**. Meeting the needs of the poor? Rome, 2004. Disponível em: <https://www.fao.org/4/Y5160E/y5160e00.htm>. Acesso em: 23 novembro 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **World agriculture towards 2030/2050: the 2012 revision**, Rome, 2012.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Achieving Zero Hunger**: the critical role of investments in social protection and agriculture. Rome, 2015.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food and agriculture – Women in agriculture**: Closing the gender gap for development, Rome, 2011. Disponível em: <https://www.fao.org/agrifood-economics/publications/detail/en/c/122745/>. Acesso em: 17 julho 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food security and nutrition in the world 2019: safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Rome, 2019a. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1245425/>. Acesso em: 15 setembro 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of World Fisheries and Aquaculture**. Sustainability in action. Rome, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9229en>. Acesso em: 16 novembro 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Transforming Food and Agriculture to Achieve the SDGs**: interconnected actions to guide decision-makers. Roma, 2018.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system**. Rome, FAO, 2019b. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1735103/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FAO. **Año Internacional de la Pesca y la Acuicultura Artesanales 2022**. Transmitido ao vivo em 19 de novembro de 2022.

FAO. **Cadernos de trabalho sobre o direito à alimentação**, Roma, 2014. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/066a3436-73db-471e-a731-b9e010697c20/content>. Acesso em: 19 setembro 2023.

FAO. **International year of artisanal fisheries and aquaculture 2022 global action plan**. FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb4875en/cb4875en.pdf> Acesso em: 21 jan. 2024.

FASSARELLA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Ser Social**, v. 10, n. 23, p. 171–194, 2008.

FEITOSA, Cíntya; YAMAOKA, Marina. Strengthening Climate Resilience and Women's Networks: Brazilian Inspiration from Agroecology. **Gender & Development**, v. 28, n. 3, p. 459–78, 2020.

FEITOSA, Luciana da Costa; ARANHA, Pablo Ruyz. A “cegueira geográfica” nas políticas públicas territoriais e regionais brasileiras. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v. 22, p. e202018, 2020.

FELICI, Francesca Benedetta; MAZZOCCHI, Giampiero. Territory matters: a methodology for understanding the role of territorial factors in transforming local food systems. **Land**, v. 11, n. 7, p. 1046, 2022.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, 2008.

FERREIRA, Eduarda Garcia; NESKE, Márcio Zamboni; ACOSTA, Mauricio Bruno Ceroni. Território corpo-terra: resistências das mulheres contra o neoextrativismo da soja no Bioma Pampa. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 2, p. 227–245, 2021.

FERREIRA, Marina Vianna. **Resiliência de sistemas alimentares: do local ao global**. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2011.

FERREIRA, Marina Vianna; JANKOWSKY, Mayra; NORDI, Nivaldo. História e mudanças do sistema alimentar de pescadores: uma comunidade no Litoral de São Paulo, Brasil. **Interciencia**, v. 34, n. 10, p. 696–702, 2009.

FIGUEIRA, Michel Constantino. **Colônia de Pescadores Z3, Pelotas RS: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural**. 2009. 157 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

FISCHER, Luciano Gomes; PEREIRA, Luiz Eduardo Dias; VIEIRA, João Paes. **Peixes estuarinos e costeiros**. Luciano Gomes Fischer, 2004.

FLORES, Mariana Gurbindo. **Vulnerabilidade socioambiental e saúde da mulher em comunidades de pesca artesanal de Cabo de Santo de Agostinho e Ipojuca, Pernambuco**. 2022. 128 f. Dissertação, (mestrado)-Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2022.

FLORES, Yolanda *et al.* A Tainha como Patrimônio Cultural e Experiência Turístico Cultural em Bombinhas, Santa Catarina. **Rosa dos Ventos**, v. 7, n. 1, p. 34–53, 2015.

FÖEGER, Tarcisio José. Da pesca do alimento às zonas de exclusão: o conflito territorial entre a pesca tradicional, os empreendimentos portuários e a preservação ambiental no litoral brasileiro. **Geografares**, n. 25, 2018.

FOGAÇA, Isabela Barasuol. **Etnoecologia de Butia catarinensis Noblick & Lorenzi em Laguna, Santa Catarina**. 2014. 59 f. Trabalho de Conclusão (Biologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FONSECA, Marina dos Santos Vieira da. **Empreendedorismo social feminino: a experiência das redeiras da Colônia de Pescadores Z-3**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2020.

FOX, Verônica del Pilar Proaño de. **Pesca artesanal e desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores – MONAPE (1990-2009)**. 211 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

FRANZ, Ismael; AGNE, Carlos Eduardo; BENCKE, Glayson Ariel; BUGONI, Leandro; DIAS, Rafael Antunes. Four decades after Belton: a review of records and evidences on the avifauna of Rio Grande do Sul, Brazil. Iheringia. **Série Zoologia**, v. 108, 2018.

FRÓES, José Costa; DOS SANTOS, Fiovarante Jaekel; RECH, Carla Michele. **Alimentando a cidadania: a força da sociedade civil junto às políticas públicas; relato sobre a rede de cooperação e comercialização solidária**. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, Pelotas, 2008.

FURG - Universidade Federal do Rio Grande. **Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul – Ano 2012**. Projeto de Estatísticas de Desembarque Pesqueiro da Região Sul do Rio Grande do Sul e Região Oceânica adjacente. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, Laboratório de Estatística Ambiental, 2012. Disponível em: documentos/boletim%20furg%20%202012.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

GARCEZ, Danielle Sequeira; BOTERO, Jorge Iván Sánchez. Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 17–29, 2005.

GARCÍA, Paola Bolados; CUEVAS, Alejandra Sánchez; ALONSO, Katta; ORELLANA, Carolina; CASTILLO, Alejandra; DAMANN, Maritza. Eco-feminizar el territorio. La ética del cuidado como estrategia frente a la violencia extractivista entre las Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia (Zona Central, Chile). **Ecología Política**, p. 81–86, 2017.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de nutrição**, v. 16, p. 483–492, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/XBYLXK3XtmDgRfTbq7mKwYb/>. Acesso em: 17 setembro 2023.

GARRIDO, Alberto. **Enfoques alternativos de economía ambiental y su significado**. Departamento de Economía y Ciencias Sociales Agrarias Universidad Politécnica de Madrid, 1995.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil**. Editora da UFSC, 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. **Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir**. Brasília, 2009.

GIDEL, Marcia Cristina Fraga. **A cadeia de produção do filé de pescada resfriado no município de Cidreira, RS**. 2013. 53 f. Trabalho de Conclusão (Tecnólogo em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Balneário Pinhal, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>.

GIMENES, Maria Henriqueta. Patrimônio Gastronômico, Patrimônio Turístico: uma reflexão introdutória sobre a valorização das comidas tradicionais pelo IPHAN e a atividade turística no Brasil. **Seminário de pesquisa em turismo no Mercosul**, v. 4, p. 1–15, 2006.

GOES, Lidiane; CORDEIRO, Rosineide. A mulher pescadora no cotidiano da pesca artesanal. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 3, p. 778–796, 2018.

GONÇALVES, Yasmin Camargo; OTT, Paulo Henrique. A Visão dos Pescadores sobre a Importância da Participação dos Botos na Pesca Artesanal de Tarrafa em Dois Estuários do Sul do Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 5, 2022.

GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez; ROJAS, Xinia Elena Fernández; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Evolução da multidimensionalidade da segurança alimentar e nutricional (SAN) nos países latino-americanos Costa Rica e Brasil: uma proposta de

um sistema de indicadores. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 1, n. 2, p. 203–237, 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. Da Sudepe à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e Políticas públicas**, n. 49, 2016.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/rep/article/view/e202114>.

GUSTAVSSON, Madeleine. Women's changing productive practices, gender relations and identities in fishing through a critical feminisation perspective. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 36–46, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004.

HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; SUNYE, P. S. (org.). **Pesca marinha e estuarina no Brasil**: estudos de caso multidisciplinares. Editora da FURG, 2014.

HANAZAKI, Natalia Hanazaki. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. **Biotemas**, v. 16, n. 1, p. 23–47, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7–41, 1995.

HELLEBRANDT, Luceni; ABDALLAH, Patrícia Raggi; HELLEBRANDT, Denis. **Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil**. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, v. 6, 2012.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da Z3-o camarão que come as mãos e outras lutas**: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. 2017. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; ANDRADE, Maria do Rosário de Fátima. Pesca e gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na Colônia Z3 (Pelotas-RS-Brasil). **Vivência-Revista de Antropologia**, n. 47, p. 123–136, 2016.

HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana; ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski. Mulheres na atividade pesqueira do camarão-rosa no estuário da Lagoa dos Patos/rs: Modo de vida, renda e condições laborais. **Fazendo Gênero** 10. 2013.

HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana; FISHER, Jéssica; ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski. As mulheres na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos-RS: caracterização do trabalho no beneficiamento do camarão In: MARTÍNEZ, Silvia

Alicia *et al.* **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.

HLPE - The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome, 2014.

HLPE - The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. **Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome, 2020.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Mulheres da Pesca: Invisibilidade e Discriminação Indireta no Direito ao Seguro Desemprego: Invisibility and Indirect Discrimination Undermining Unemployment Insurance Rights. **Direito Público**, v. 18, n. 97, 2021.

ILHA, Elisa Berlitz; RIGON, Camila Thiesen; DORNELES, Dandara Rodrigues; CAMARGO, Yuri Roberto Roxo de; KINDEL, Eunice Aita Isaia; MORENO, Ignacio Maria Benites. Pescadores e botos: histórias de uma conexão em rede. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 512–535, 2020.

JENKINS-SMITH, Hank; SABATIER, Paul. Evaluating the Advocacy Coalition Framework. **Journal of Public Policy**, v. 14, p. 175–203, 1994.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio. Territórios alimentares e reinvenção das tradições na cozinha colonial da Serra Catarinense (SC): a experiência da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. **Geografares**, n. 25, 2018.

KAGEYAMA, Paulo Y.; SANTOS, João Dagoberto dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, v. 1, n. 2, p. 179–192, 2011.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; SEIXAS, Cristiana Simão; ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Ambiente & Sociedade**, v. 1, p. 151–172, 2009.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; VASCONCELLOS, M. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. **FAO Fisheries and Aquaculture Circular** n. 1075. Rome, 2013.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; ROCHA, Ronaldo D.; VASCONCELLOS, Marcelo C. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 87–112, 2006.

KEARNEY, John. Food consumption trends and drivers. **Philosophical transactions of the royal society B: biological sciences**, v. 365, n. 1554, p. 2793–2807, 2010.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, pertença e ação cultural. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 131–137, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/11322>.

LANG, Tim. Food control or food democracy? Re-engaging nutrition with society and the environment. **Public health nutrition**, v. 8, n. 6a, p. 730–737, 2005.

LANG, Tim. Re-fashioning food systems with sustainable diet guidelines: Towards a SDG2 strategy. **Report. London**, UK. 2017. Disponível em: <https://foodresearch.org.uk/publications/re-fashioningfood-systems-with-sustainable-diet-guidelines>. Acesso em: 03 agosto 2022.

LANG, Tim. Reshaping the food system for ecological public health. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, v. 4, n. 3, p. 315–35, 2009.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. New York: McGraw Hall, 1936.

LATOUR, Bruno; SZTUTMAN, Renato; POUGY, Henrique; PINHEIRO, Jamille; MARRAS, Stelio. **Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno**. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, p. 11–31, 2014.

LEITE, Gabriela Alcântara. **Etnoecologia dos pescadores artesanais do estuário do Rio Tramandaí, Rio Grande do Sul, Brasil**. 2018. 40 f. Trabalho de Conclusão (Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Imbé, 2018.

LIMA, Evelyn G.; BEGOSSI, Alpina; HALLWASS, Gustavo; SILVANO, Renato A.M. Fishers' knowledge indicates short-term temporal changes in the amount and composition of catches in the southwestern Atlantic. **Marine Policy**, v. 71, p. 111–120, 2016.

LIPSKY, M. **Burocracia Nível de Rua: Dilemas do Indivíduo nos Serviços Públicos**. Brasília: Enap, 2019.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 85–103, 2006.

LOPES, Maria Lúcia Bahia; SANTOS, Jesus do Socorro Barroso dos; CUNHA, Savio de Jesus Tourinho da; COSTA, Patrício Alves. **Mercado e dinâmica espacial da cadeia produtiva da pesca e aquicultura na Amazônia**. Banco da Amazônia: Estudos setoriais, v. 7, 2010.

LOPES, Priscila F.M.; HANAZAKI, Natália; NAKAMURA, Elaine M.; SALIVONCHYK, Svetlana; BEGOSSI, Alpina. **What fisher diets reveal about fish stocks**. **Ambio**, v. 50, n. 10, p. 1851–1865, 2021.

LOPES, Priscila FM; FREITAS, Carolina Tavares; BEGOSSI, Alpina. A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil.

Ethnoscientia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology, v. 5, n. 1, 2020.

LOWITT, Kristen *et al.* **Empowering small-scale, community-based fisheries through a food systems framework**. *Marine Policy*, v. 120, p. 104–150, 2020.

MACEDO, João Felizardo de. **Caracterização do revestimento vegetal em zona de oscilação de maré, no aterro hidráulico da Via Expressa Sul-Florianópolis, Santa Catarina. 2003**. 80 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145–156, 2001.

MAFFEI, Flávia Menegazzi. **Jogo do patrimônio**: como a juventude pode interagir na defesa dos patrimônios dos municípios de Garopaba e Imbituba. 56 f. Trabalho de Conclusão (Tecnólogo em Gestão Ambiental) Instituto Federal de Santa Catarina, Garopaba, 2021.

MAIER, Éder Leandro Bayer; QUEVEDO NETO, Pedro de Souza. A pesca do siri no estuário da Lagoa dos Patos-RS. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 363–370, 2009.

MALAGUEZ, Leila Passos. **As potencialidades da feira agroecológica Arpa-Sul Pelotas: produção, comercialização e certificação. 2023**. 42 f. Trabalho de Conclusão (Tecnologia em Gestão de Turismo) - Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2023.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento**. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 713–737, 2012.

MANTOVANELI JR, Oklinger; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Governança para o desenvolvimento territorial sustentável. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (RBCIAMB)**, n. 18, p. 77–88, 2010.

MANZOLLI, Rogério Portantiolo. **Geomorfologia do complexo de cordões litorâneos lagunares do Pontal da Feitoria-margem oeste-sul da Laguna dos Patos. 2011**. 90 f. Dissertação (Geociências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (org.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.

MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo**. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENDES, Beatriz Lourenço. **Redes invisíveis da pesca artesanal em Rio Grande**: obstáculos e barreiras impostos às mulheres pescadoras na busca dos direitos sociais previdenciários. 2019. 105 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social) - Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2019.

MENDONÇA, Francisco. Aspectos da interação clima-ambiente-saúde humana: da relação sociedade-natureza à (in) sustentabilidade ambiental. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 4, 2000.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de. **A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas**: o caso da pesca artesanal do rio São Francisco. 2006. 369 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

MENEZES, Carlyle Torres Bezerra de; CENI, Gianfranco; MARTINS, Miram Conceição; VIRTUOSO, José Carlos. Percepção de impactos socioambientais e a gestão costeira: estudo de caso em uma comunidade de pescadores no litoral Sul de Santa Catarina, Brasil. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 457–481, 2019.

MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. p. 13–40, 2009.

MILLER, S. **Gender identity WOKE: A theory of trans for animating literacy practices**. Theoretical Models and Processes of Literacy Edition, v. 7, 2018.

MINNAERT, Ana Cláudia de Sá Teles; FREITAS, Maria do Carmo Soares. Práticas de higiene em uma feira livre da cidade de Salvador (BA). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1607–1614, 2010.

MIRANDA, Tatiana Mota. **Etnobotânica de restinga em comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso (SP) e da Ilha de Santa Catarina (SC)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria n. 43 de 31 de janeiro de 2014**. Institui o programa Nacional de Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-espécies. Brasília.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Saúde, trabalho, ambiente e território: contribuições teóricas e propostas de operacionalização. **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. p. 161–180, 2011.

MOPERT. **Primeiro Relatório Técnico Parcial de Atividades do Projeto de Monitoramento Pesqueiro do Estuário do Rio Tramandaí** (MOPERT). CECLIMAR/UFRGS. Imbé, 2019.

MORAES, Fernanda P.; COLLA, Luciane M. Alimentos funcionais e nutracêuticos: definições, legislação e benefícios à saúde. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 3, n. 2, p. 109–122, 2006.

MORAES, Leonardo Evangelista. **Dinâmica temporal e mudanças de longo prazo (1979 A 2011) na ictiofauna das zonas rasas do estuário da Lagoa dos Patos: efeitos dos fatores naturais e antrópicos**. 2011. 216 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Oceanografia Biológica) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

MORAES, Sérgio Cardoso de; **Colônias de pescadores e a luta por cidadania**. 2021. Disponível em: <http://claudomirtavares.blogspot.com/2010/09/colonias-depescadores-e-luta-por.html>. Acesso em: 28 novembro 2023.

MOURA, Danieli Veleda. **A organização de classe dos pescadores artesanais da colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na luta pela cidadania e justiça ambiental: contribuições à educação ambiental crítica**. 2016. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2016.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. **Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnooceanográfica**. 2009. 265 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira; DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Os conhecimentos tradicional e científico do Saco do Arraial, estuário da Lagoa dos Patos (RS). **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 35, n. 3, p. 359–372, 2018.

MPP, **Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro**. 2012B, disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

NASCIMENTO, A. **Da natureza à mesa: a pesca artesanal na vida e alimentação dos quilombolas da Comunidade de Mangueiras (Ilha do Marajó – Pará)**. 2020. 189 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

BONFÁ NETO, Dorival; RANGEL, Kátia Souza. Ecofeminismo e conservação da natureza: um estudo de caso sobre a importância das mulheres afrocolombianas para a pesca artesanal. **GEOgraphia**, v. 25, n. 54, 2023.

CIDREIRA NETO, Ivo Raposo Gonçalves; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves; CANDEIAS, Ana Lúcia Bezerra. **Pesca Artesanal**: identidade e representatividade da mulher pescadora. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 13, n. 42, p. 62–76, 2020.

NILSON, Eduardo. Alimentos ultraprocessados e seus riscos à cultura alimentar e à saúde. **Revista de Alimentação e Cultura das Américas**, v. 3, n. 2, p. 133–146, 2022.

NOBRE, Lucia Regina. **Tecendo Redes**: a experiência metodológica do projeto rede de comercialização solidária de pescado. Área Temática: Trabalho. Anais do 5o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2012.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. A. (ed.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, p.42–48, 1989.

NUNES, Daniela Marques. **Pesca, etnoictiologia e biologia de peixes no sul do Brasil**. 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Márcia Regina Lima de; NICOLODI, João Luiz. A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público. **Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 12, n. 1, p. 91–100, 2012.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de; SILVA, Vera Lúcia da. O Processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência**, Florianópolis, p. 329–357, 2012.

OLIVEIRA, Stela Maris Martins de. **Mulheres em águas masculinas: pescadoras em São José do Norte/RS**. São José do Norte, 2011.

OPUSZKA, Paulo Ricardo; LIMA, Priscila Luciene Santos de. Tateando o Real Concreto: Cooperativismo Popular e Pesca Artesanal na Região Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Internacional Consinter De Direito**, v.2, n.3, 501–524, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso 17 maio 2022.

PACHECO, Roberto Célio Silva. **Instituições e políticas públicas da pesca no Brasil: desmontes e discontinuidades**. 2021. Trabalho (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

PAIOLA, Lucy Mara; TOMANIK, Eduardo Augusto. Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 24, p. 175–180, 2002.

PALHETA, Marllen Karine da Silva; CAÑETE, Voyner Ravena; CARDOSO, Denise Machado. Mulher e mercado: participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá (PA). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, p. 601–619, 2016.

PALHETA, Sandra Pereira; ALENCAR, Edna Ferreira Alencar Ferreira. Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP). **Novos Olhares Sociais**, v. 4, n. 2, p. 9–31, 2021.

PAREDES, Julieta. El feminismo comunitario: la creación de un pensamiento propio. Corpus. **Archivos virtuales de la alteridad** americana, v. 7, n. 1, 2017.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo. **Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais do município de São Lourenço do Sul/RS (Brasil)**. Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER, Ribeirão Preto, SP. 2005.

PAULA, Cristiano Quaresma de. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, 2020.

PAULA, Cristiano Quaresma de. **Geografia (s) da pesca artesanal brasileira**. 2018. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências. UFRGS 2018. 451 f. (Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PAULA, Cristiano Quaresma de. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal: fórum Delta do Jacuí (RS)**. 2013. 197 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PENSSAN, Rede. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN. Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN, 2022.

PEREIRA, Danilo Celso. Paisagem e patrimônio cultural: Uma análise das políticas públicas brasileiras. **PISTA: Periódico Interdisciplinar, Sociedade Tecnologia Ambiente**, v. 4, n. 1, p. 83–104, 2022.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes Do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, v. 18, n. 35, p. 99–129, 2003.

PERES, Mônica Brick; KLIPPEL, Sandro; VIANNA, M.A.C. **Áreas de exclusão de pesca propostas no processo de gestão participativa da pesca artesanal no litoral norte do Rio Grande do Sul**: um relato de experiência. Ministério do Meio Ambiente. Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira. Brasília, p. 131–147, 2007.

PÉREZ, Mercedes Solá; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 26, p. 35–47, 2014.

PERONI, Nivaldo; HERNÁNDEZ, Malva Isabel Medina. **Ecologia de populações e comunidades**. Florianópolis: CCB/EAD/UFSC, 2011.

PERUCCHI, Loyvana Carolina. **Pescando conhecimento**: o conhecimento ecológico local e a gestão dos ambientes pesqueiros no litoral norte do Rio Grande do Sul. 2013. 160 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

PERUCCHI, Loyvana Carolina; KUBO, Rumi Regina; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Articulação e encaminhamento das questões da pesca artesanal: uma análise do fórum da pesca do litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da gestão integrada**. Lisboa, v. 12, n. 4, p. 499–508, 2012.

PESCE, Luna Camargo. **Levantamento Etnobotânico de Plantas Alimentícias Nativas e Espontâneas no RS**: Conhecimento dos Agricultores das Feiras Ecológicas de Porto Alegre. Porto Alegre, 2011. 51 f. Trabalho de Conclusão (Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

PESSOA, Vanira Matos. **Ecologia de saberes na tessitura de um pensamento em saúde no sertão**: do conhecimento regulação às práticas emancipatórias na estratégia saúde da família. 2015. 314 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PETERS, B. Guy. Policy instruments and public management: bridging the gaps. **Journal of public administration research and theory**, v. 10, n. 1, p. 35–47, 2000.

PHILIPPSEN, Matheus. **A implementação da política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na pesca artesanal no município de Imbé, Sul do Brasil**. 2022. 113 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí, 2022.

PIEVE, Stella Maris Nunes; KUBO, Rumi Regina; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. **Pescadores da Lagoa Mirim: Etnoecologia e resiliência**. MDA 2009.

PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães. Oportunidades e perspectivas do Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural (DTS-IC) em Santa Catarina. **Agropecuária Catarinense**, v. 25, n. 1, p. 15–18, 2012.

PINI, Barbara. Feminist methodology and rural research: Reflections on a study of an Australian agricultural organisation. **Sociologia Ruralis**, v. 43, n. 4, p. 418–433, 2003.

PMAP-SC. Panorama estadual e municipal da produção pesqueira industrial e artesanal de Santa Catarina. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina. PMAP-SC. Informativo PMAP-SC n.04 janeiro a junho de 2018. Disponível em: <http://pmap-sc.acad.univali.br/sistema.html?id=597b7b77d8597d4a00e6f9c1>.

POLICARPO, Mariana Aquilante. **As inovações procuram a saída: perspectivas para a promoção da cogestão adaptativa para o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira de Santa Catarina**. 2019. 510 f. Tese (Pós-Graduação em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

POMEROY, Robert S.; RIVERA-GUIEB, Rebecca. **Fishery co-management: a practical handbook**. CABI, 2005.

POPKIN, Barry M. Using research on the obesity pandemic as a guide to a unified vision of nutrition. **Public Health Nutrition**, v. 8, n. 6a, p. 724–729, 2005.

PREZOTTO, Leomar Luiz. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de ciências humanas**, n. 31, p. 133–153, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25195>.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, v. 22, p. 249–284, 2007.

RAINHO, Ana Paula. **Campo, poder e práticas na gestão pesqueira**. 2022. 172 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; DOS SANTOS, Andreia Patrícia. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 54, n. 2, p. 256–268, 2018.

RAMIRES, Milena; MOLINA, Silvia Maria Guerra; HANAZAKI, Natalia. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. **Biotemas**, v. 20, n. 1, p. 101–113, 2007.

RAMOS, Mariana Oliveira. **Cadeias agroalimentares sob o enfoque da soberania e segurança alimentar e nutricional**: uma construção a partir do estudo de cadeias de frutas nativas da Mata Atlântica. 2019. 285 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RAMOS, Mariana Oliveira; DA CRUZ, Fabiana Thomé; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Inclusão socioproductiva e legislação sanitária: o caso das polpas de frutas nativas da Mata Atlântica. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 323–341, 2021.

RAQUEL, Izabela. **Governança pública**: a consolidação de uma matriz com atributos que caracterizam o tema, na perspectiva de especialistas. 2012. 175 f. Dissertação (Programa de Pósgraduação em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RESENDE, Caroline Alves. **Arranjo Produtivo Local (APL) de aproveitamento de subprodutos do pescado em Corumbá e Coxim (MS)**. 2009. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2009.

REVIZEE. Ministério do Meio Ambiente, Brasil/MMA. **Programa REVIZEE**. Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva. 2006

RIBEIRO, Angelita Soares *et al.* A água como destino: Na Colônia de Pescadores Z-3, territórios e territorialidades entre mar e terra. **Revista memória em rede**, v. 10, n. 18, p. 22–47, 2018.

RIBEIRO, Crystiane Ribas Batista; SABÓIA, Vera Maria; DE SOUZA, Dayane Knupp. Impacto ambiental, trabalho e saúde de pescadores artesanais: a educação popular em foco. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, v. 7, n. 3, p. 2835–2845, 2015.

RIBEIRO, Natalia; DO NASCIMENTO, Giovane. Guardiãs das tradições: mulheres da pesca em Arraial do Cabo-RJ. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 10, n. 29, p. 20–33, 2020.

RIGG, J. Land, farming, livelihoods, and poverty: rethinking the links in the rural South. **World development**, v. 34, n. 1, p. 180–202, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 15223/2018**. Disponível em: [ordinaria-n-15223-2018-rio-grande-do-sul-institui-a-politica-estadual-de-desenvolvimento-sustentavel-da-pesca-no-estado-do-rio-grande-do-sul-e-cria-o-fundo-estadual-da-pesca](#) Acesso: 15 outubro 2019.

RIZVI, Sarah *et al.* Global land use implications of dietary trends. **PloS one**, v. 13, n. 8, p. e0200781, 2018.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina María. Economía feminista y economía del cuidado: Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva sociedad**, n. 256, p. 30–44, 2015.

RUAS, Keli Siqueira. **Territórios e representações sociais em tensão na orla da Laguna dos Patos, Pelotas/RS**. 2019. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SABATIER, Paul A. **Theories of the Policy Process**. Imprensa Westview, 2007.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n. 27, p. 24–51, 2011.

SACHS, Ignacy *et al.* **Estratégias de transição para o século XXI**. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, p. 29–56, 1993.

SACRAMENTO, Elionice. **Água: ambiente livre para saúde dos pescadores e pescadoras do Brasil**. Saúde Ambiente. p. 139, 2015.

SADER, Laura Brandão. **A Participação de Comunidades Tradicionais Costeiras em Espaços de Governança Ambiental**. 2023.32 f. Trabalho de Conclusão (Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista, São Vicente, 2023.

SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. EDUFBA, 2014.

SANTANA, Gisele de Maria. **A cultura da pesca artesanal de Bote na comunidade da Barra em Rio Grande/RS**. 170p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos-Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 5–10, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237–280, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Conhecimento e Transformação Social: por uma ecologia de saberes. **Hiléia – Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, n. 6, p.11–104, 2006.

SANTOS, Gilson Leonel dos. **Pesca no litoral de Santa Catarina**: da pequena Produção mercantil a maior produtor de pescados de origem marinha do Brasil. 2019. 129 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SANTOS, Mateus Luciani dos; FONTÃO, Pedro Augusto Breda. Território alimentar em disputa: a constituição de desertos e pântanos alimentares a partir da lógica de distribuição de ultraprocessados. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, n. Especial, p. 34, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/64154>. Acesso em: 18 setembro 2023.

SARTORI, Alan Giovanini De Oliveira; AMÂNCIO, Rodrigo Dantas. Pescado: importância nutricional e consumo no Brasil. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 19, n. 2, p. 83–93, 2012.

SATOLANI, Mônica Ferreira; CORRÊA, Cynthia Cândida; FAGUNDES, Mayra Batista Bitencourt. Análise do ambiente institucional e organizacional da piscicultura no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista de Economia e Agronegócio/Brazilian Review of Economics and Agribusiness**, v. 6, n. 822-2016-54192, p. 215–234, 2008.

SAULE Junior, Nelson; FONTES, Mariana Levy Piza. **Manual de regularização fundiária em terras da União**. 2006.

SCHIFINO, Lúcia Cabral; FIALHO, Clarice Bernhardt; VERANI, José Roberto. Fish community composition, seasonality and abundance in Fortaleza lagoon, Cidreira. **Brazilian Archives of Biology and Technology**, v. 47, p. 755–763, 2004.

SCHOTTZ, Vanessa; CINTRÃO, Rosângela Pezza; SANTOS, Rosilene Mendes dos. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da Agricultura Familiar. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 2, n. 4, p. 115–123, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de administração pública**, v. 347–369, 2009.

SEN, Amartya. La democracia como valor universal. **Istor: revista de historia internacional**, año I, número 4, primavera de 2001, p. 10-28, 2001. Disponível em: Acesso em: 22 janeiro 2023.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: Perspectivas sobre biodiversidade e biotecnologia. Palgrave Macmillan, 1993.

SHIVA, Vandana. O olhar do ecofeminismo. **POLIS, Revista Latino-Americana**, v. 3, não. 9, p. 0, 2004.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta pela soberania e segurança alimentar. **Pensamento Ibero-Americano**, n. 9, p. 169–183, 2011.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Territorialidades camponesas do cerrado-o saber gerado a partir do conhecimento local. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1–35, 2012.

SILVA, Daniella Menezes da. **Cadeia produtiva de pequi no estado do Goiás: análise do ambiente organizacional e institucional**. 2011. 63 f. Trabalho de Conclusão (Gestão do Agronegócio) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, Edilma Fernandes, *et al.* **Características e Consumo de Pescado no Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. 2013. Anais do XXI Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.

SILVA, Edilma Fernandes, *et al.* Educação ambiental e gerenciamento costeiro integrado: o caso da rede regional de comercialização solidária do pescado no sul do RS. **Educação Ambiental em Ação**, v. 60, p. 2760, 2017.

SILVA, Edilma Fernandes. Etnociências como subsídios ao ordenamento da pesca artesanal no nordeste do Brasil. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 14, n. 2, p. 381–411, 2025.

SILVA, Edilma Fernandes; SCHIAVETTI, Alexandre; OLIVEIRA, Jorge Eduardo. **O conhecimento ecológico local e a gestão compartilhada no manejo de recursos pesqueiros do mar O ordenamento pesqueiro brasileiro, competência e instrumentos de gestão**. Recife: Via Design Publicações, 2021.

SILVA, Kessy R. da. **A implementação da Chamada Pública de Ater Agroecológica no Vale do Ribeira (PR): desafios e viabilidade**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, 2017.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da; ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Mulheres na pesca embarcada artesanal: apontamentos sobre educação, saberes e conflitos socioambientais. **Revista Educação & Formação**, v. 5, n. 3, p. e1977, 2020.

SILVA, Patrícia de S. **O mar é masculino?** O trabalho das mulheres na maricultura, Ponta da Ilha/Jurujuba, Niterói/RJ. Dissertação (Mestrado em Ciências. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Vera Lúcia da; DE AGUIAR, Olga Maria Boschi. Pesca artesanal e gênero: políticas públicas para o reconhecimento jurídico do trabalho da mulher pescadora no litoral de Santa Catarina–Brasil. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 9, n. 13, p. 355, 2011.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa qualitativa**. Métodos de pesquisa, p. 31–42, 2009.

SILVEIRA, Mari Audrei Silveira da. **Os impactos da política pública ambiental Lei da Pesca Sustentável (Lei nº 15.223/2018) no setor pesqueiro do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul**. 2022. 66 f. Trabalho de Conclusão (Licenciada em Educação do Campo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Tramandaí, 2022.

SOARES, Janaina Maria Ferreira *et al.* **Mecanismos de proteção social frente às mudanças climáticas**: uma análise sobre os pescadores artesanais na Lagoa dos Patos/RS. V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG – 24 a 27/11/2014, 2014.

SOARES, M. M., ROTH, J. D., COELHO-DE-SOUZA, G. **Mercados da pesca artesanal**: Levantamento produtivo e canais de comercialização dos pescados artesanais no Rio Grande do Sul. VIII Seminário do PPGDTSA: Transformações no mundo dos alimentos, segurança alimentar e desenvolvimento rural, 2023, Pelotas: UFPel. FAEM. PPGDTSA, 2023.

SONODA, Daniel Yokoyama. **Demanda por pescados no Brasil entre 2002 e 2003**. 2006. 119 f. Tese. (Ciências - Economia Aplicada) - Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2006.

SOUSA, Diego Neves de. Os estudos de extensão pesqueira nos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural. **Extensão Rural**, v. 21, n. 4, p. 32–51, 2014.

SOUSA, Maria Danielly de Almeida *et al.* O Etnodesenvolvimento como diretriz de governança para Povos e Comunidades Tradicionais: uma revisão normativa. **Meio Ambiente e a outra economia dos Povos e Comunidades Tradicionais**, v. 1, n. 1, p. 85–101, 2022.

SOUSA, T. V.; ABDALLAH, Patrícia Raggi. **Políticas públicas e atividade pesqueira no estado do Rio Grande do Sul**. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Anais, Passo Fundo, 2003.

SOUZA, Bettina Rubin de. **Cosmética para o SocioBioCotidiano: uma análise da emergência da cadeia de cosméticos ecológicos a partir da flora nativa dos biomas Pampa e Mata Atlântica Sul, Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão (Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SOUZA, Celina. **Coordenação de Políticas Públicas**. Enap 2018, p. 72, 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20–45, 2006.

SOUZA, Josenildo *et al.* A pesca artesanal, um clamor agroecológico, o território pertencimento de um desafio profissional e a resistência dos saberes geracionais à erosão do patrimônio histórico-cultural-biológico da humanidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, 2007.

SOUZA, M. A. A. **Pluriatividade entre os pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul**. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41. Anais, Juiz de Fora, 2003.

SOUZA, Marco Aurélio Alves de. O crédito como instrumento de política agrícola à atividade pesqueira no rio grande do sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. SciELO-Centro Edelstein, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário antropológico**, v. 9, n. 1, p. 11–44, 1985.

STEENBOCK, W. **Conservação da biodiversidade e modos de vida sustentáveis nas lagoas do sul do Brasil**: a experiência de um plano de ação com enfoque territorial. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 23–32, 2020.

STEINER, Achim *et al.* **Actions to transform food systems under climate change**. Wageningen, The Netherlands: CGIAR, Research Program on Climate Change, Agriculture and Food Security (CCAFS), 2020.

TALBOT, Virgínia. **Termos de Compromisso: histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais**. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) – Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TASSO, João Paulo Faria; DO NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; COSTA, Helena Araújo. Paradoxos do turismo sustentável no Brasil: obstáculos à inclusão socioprodutiva de pescadores artesanais e agricultores familiares. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 3, 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**, p. 108–108, 1988.

TOLEDO, Victor M. *et al.* Indigenous peoples and biodiversity. **Encyclopedia of biodiversity**, v. 3, p. 451–463, 2001.

TOLEDO, Victor Manuel Manzur; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, 2009.

TROCHEZ, Licet Fernanda Calambás. **Avaliação do impacto das mudanças climáticas e no uso do solo na distribuição geográfica de palmeiras dos campos sulinos do Brasil**. 2020.

TSAKANIKI, Aikaterini; CLAUZET, Mariana; MAY, Peter Herman. Envolvendo os pescadores artesanais no desenvolvimento sustentável urbano e periurbano no Brasil. **Revibec: revista iberoamericana de economía ecológica**, v. 28, p. 1–20, 2018.

TSING, Anna. Unruly edges: mushrooms as companion species: for Donna Haraway. **Environmental humanities**, v. 1, n. 1, p. 141–154, 2012.

UNITED NATIONS, UN General. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. 21 October 2015. A/RES/70/1, 2015.

VASCONCELOS de, Tassia Cristina Bello. Produtos de origem animal: condições e desafios da fiscalização sanitária brasileira na agenda do desenvolvimento sustentável. **Ciência Animal**, v. 32, n. 3, p. 114–133, 2022.

VASCONCELOS, M. D. A. C.; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato Rivaben de. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**. São Paulo: NUPAUB, Universidade de São Paulo, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofía de la praxis**. Siglo xxi, 2003.

VERLY, Jéssica Fischer; GONÇALVES, Cibele Hax; WALTER, Tatiana. **O envolvimento das mulheres na safra do camarão no estuário da lagoa dos Patos/RS: a importância da análise da cadeia produtiva do pescado no contexto da gestão ambiental**. IV Congresso Brasileiro De Gestão Ambiental, 2013, Salvador.

VIEIRA, Marina Albuquerque Regina de Mattos; SANTOS, Cláudia Regina dos; SEIXAS, Cristiana Simão. Oportunidades na legislação brasileira para sistemas de gestão compartilhada da pesca costeira. **Bol. Inst. Pesca**, p. 995–1012, 2015.

WALTER, Tatiana. *et al.* **Conflitos ambientais envolvendo pescadores (as) artesanais na zona costeira**: Mulheres na atividade pesqueira no Brasil. Campo dos Goytacazes: EDUENF, p. 77–112, 2019.

WILKINSON, John. **Mercados, rede e valores**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

YAMADA, Erika; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; GARZÓN, Biviany Rojas. **Protocolos autônomos de consulta e consentimento: guia de orientações**. RCA, Rede de Cooperação Amazônica, 2019.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO

Meu nome é Mariana Muhlenberg Soares. Sou estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estou desenvolvendo um trabalho sobre as mulheres pescadoras, suas relações com os animais, as plantas e os ambientes que convivem. Saber quais peixes que utilizam para se alimentar, vender, se nutrir, fazer artesanatos.

Este conhecimento não é somente importante para o meu trabalho ou para vocês da comunidade, mas também para conseguirmos achar formas eficientes de conservar a natureza que vem sendo destruída e valorizar toda a cultura das comunidades daqui e das mulheres pescadoras.

O nome desta pesquisa é “Territorialidades de mulheres pescadoras e seus atravessamentos nos sistemas alimentares no território do PAN Lagoas do Sul”.

Outra pessoa que está fazendo esta pesquisa é a professora Gabriela Coelho de Souza da faculdade onde estudo. O que nós queremos saber é: quais são os peixes, plantas e outros animais que vocês conhecem e usam e como fazem para pescar, preparar, vender. Para nós também é importante saber quais eram esses peixes, plantas e outros animais que tinham antes, nos tempos dos pais e avós de vocês e os que têm hoje. Pediremos permissão para tirar algumas fotos dos peixes e de vocês usando, preparando e/ou pescando.

A qualquer hora, você pode parar nossa conversa ou desistir de participar dela sem trazer nenhum prejuízo a você.

A gente trabalha no Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica, o DESMA da UFRGS e no AsSsAN - Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A gente tem o compromisso de valorizar e fortalecer os modos de vida sustentáveis de povos e comunidades tradicionais. Também nos comprometemos a trazer os resultados da pesquisa para vocês e só usá-los para comunicar a outros pesquisadores em reuniões e revistas relacionadas à faculdade.

Se você tiver qualquer dúvida ou quiser saber mais sobre nossa pesquisa, basta falar comigo a qualquer momento. Você também pode nos telefonar, para o DESMA da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Vou deixar aqui o nosso telefone e endereço:

Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica, DESMA -Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
Av. João Pessoa, 31 Porto Alegre,
90040-000
Telefone: 051 33083093
Site: www.ufrgs.br/desma

Entrevistada: Depois de eu ter sido esclarecida sobre a pesquisa, de como vai ser feita, do direito que eu tenho de não participar ou desistir dela sem prejuízo para mim e ainda de como os resultados serão usados, eu concordo em participar desta pesquisa.

Data: _____ Local: _____

Entrevistada

Entrevistadora

APÊNDICE B - ROTEIRO -SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

(Mapear os elos e ambientes dos sistemas alimentares que envolvem a pesca artesanal no PAN Lagoas do Sul)

Identificação

Data:

Quem indicou a/o entrevistada/o:

Local da pesquisa:

Nome:

AMBIENTE ORGANIZACIONAL

1. Quais organizações (formais e informais) na região que trabalham com a pesca artesanal que você conhece? Você faz ou fez parte de alguma dessas organizações?
2. Como descreveria dentro dessas organizações a presença das mulheres pescadoras nesses ambientes? Institucional, organizacional, tecnológico e sociopolítico.
3. (Sobre as organizações, pedir para o/a entrevistado/a falar sobre a presença das mulheres em cada uma, citando ações, eventos, programas e projetos direcionados para mulheres).

ELOS DO SISTEMA ALIMENTAR DA PESCA ARTESANAL

4. Quais os locais/ ambientes mais utilizados pela pesca artesanal na região?
5. Quais os modos de pesca que são mais utilizados pelos pescadores e pescadoras artesanais na região?
6. Quais os canais de comercialização e abastecimento mais utilizados pelos pescadores e pescadoras artesanais na região?
7. Como é feito o processamento do pescado feito pelos pescadores e pescadoras artesanais na região?
8. Quais as motivações que levam as pessoas a consumirem o pescado? É possível diferenciar grupos que optam por consumir o pescado?
9. Caso positivo, é possível identificar valores associados ao consumo de pescado? quais seriam? Existem receitas que são mais elaboradas com pescado?
10. Quais as formas mais comuns de acesso e obtenção dos produtos provenientes da pesca artesanal?

11. Você considera que o pescado produzido e consumido na região atende aos padrões nutricionais e sanitários adequados?
12. Você considera que as famílias pescadoras estão em segurança alimentar?
13. Você considera que o pescado é um alimento importante para que as famílias pescadoras alcancem a segurança alimentar?
14. Qual o papel das mulheres nesses elos do sistema alimentar? Quais são mais frequentes?
15. Mais alguma questão importante que deva ser incluída no sistema alimentar da pesca artesanal na região?

APÊNDICE C - ROTEIRO -TERRITORIALIDADES DAS MULHERES PESCADORAS

(Caracterizar a territorialidade das mulheres pescadoras, a partir de sua identidade e saberes seus conhecimentos e práticas sobre o seu território e o sistema alimentar)

Identificação

Data:

Quem indicou a/o entrevistada/o:

Local da pesquisa:

Nome:

IDENTIDADE

1. Qual sua idade?
2. Você é pescadora? Há quanto tempo? Tem o registro?
3. Mais alguém da sua família também é pescador ou pescadora?
4. Com quem aprendeu os conhecimentos empregados na pesca?
5. Mudou algo no modo pescar/processar de quando começou para agora? Me conta como foi essa mudança.
6. Na comunidade que faz parte, a pesca está relacionada a algum costume ou tradição específico da comunidade? Caso positivo, qual(is) seria(m)?
7. Você acredita que os conhecimentos sobre a pesca, os costumes e as tradições vem se mantendo dos pais para os filhos e filhas? Caso positivo, como as gerações mais novas recebem esses costumes? Como acontece esse processo?
8. Existe diferença entre a pesca artesanal feita pelas mulheres da pesca feita pelos homens?
9. Quais as principais contribuições que as mulheres trazem para a pesca artesanal?
10. Para você o que significa ser mulher pescadora?

ECOSSISTEMAS

11. Como é o ambiente onde praticam suas atividades? Gosta destes lugares?
12. De que outras formas esses ambientes e os recursos naturais são aproveitados na sua vida?

13. Houve alguma mudança em relação aos locais que costumava utilizar? Se sim, qual? Porquê?
14. Você acredita que devemos proteger esses locais? Se sim, de que formas?
15. Acredita que existe diferença para a conservação das espécies e do ambiente entre a pesca artesanal e a industrial? Porquê?
16. Existem dificuldades em relação ao ambiente onde vive e pesca? Quais?
17. Como é o acesso às estruturas públicas para a comunidade e para a atividade? (Posto de saúde, saneamento, escolas, assistência técnica, banco, delegacia. Secretarias do município.)
18. Caso exista alguma dificuldade, o que acredita que deva ser feito?

TRABALHO NA PESCA ARTESANAL

19. Poderia contar como é sua rotina casa-trabalho nas atividades de pesca? Quais pessoas acompanham esse processo? Os horários de preferência, a frequência?
20. Quais as espécies que você mais trabalha?
21. Acredita que vem aumentando, diminuindo ou está igual a quantidade?
22. Quais as formas de manejo e captura dessas espécies?
(espécie - local ocorrência - época ano - Artes de pesca - petrechos - insumos - processos - divisão tarefas - produtos/subprodutos - destinos - comercialização - preço kg - volume de captura por dia - volume de captura safra - preparos - nutrientes)
23. Você tem a pesca como geração de renda principal? Caso positivo, você tem outros modos para geração de renda? Quais? Porque?
24. Se envolve em outras atividades da comunidade? Quais seriam os objetivos?
25. Como é a dinâmica de trabalho durante o ano?
26. Nos últimos anos houve alguma mudança nas práticas relacionadas à pesca? Porque?
27. Acha que algo deve ser modificado para os próximos anos?
28. Você acha que as mulheres enfrentam dificuldades para trabalhar na pesca artesanal? Caso positivo, quais seriam?

SEGURANÇA ALIMENTAR

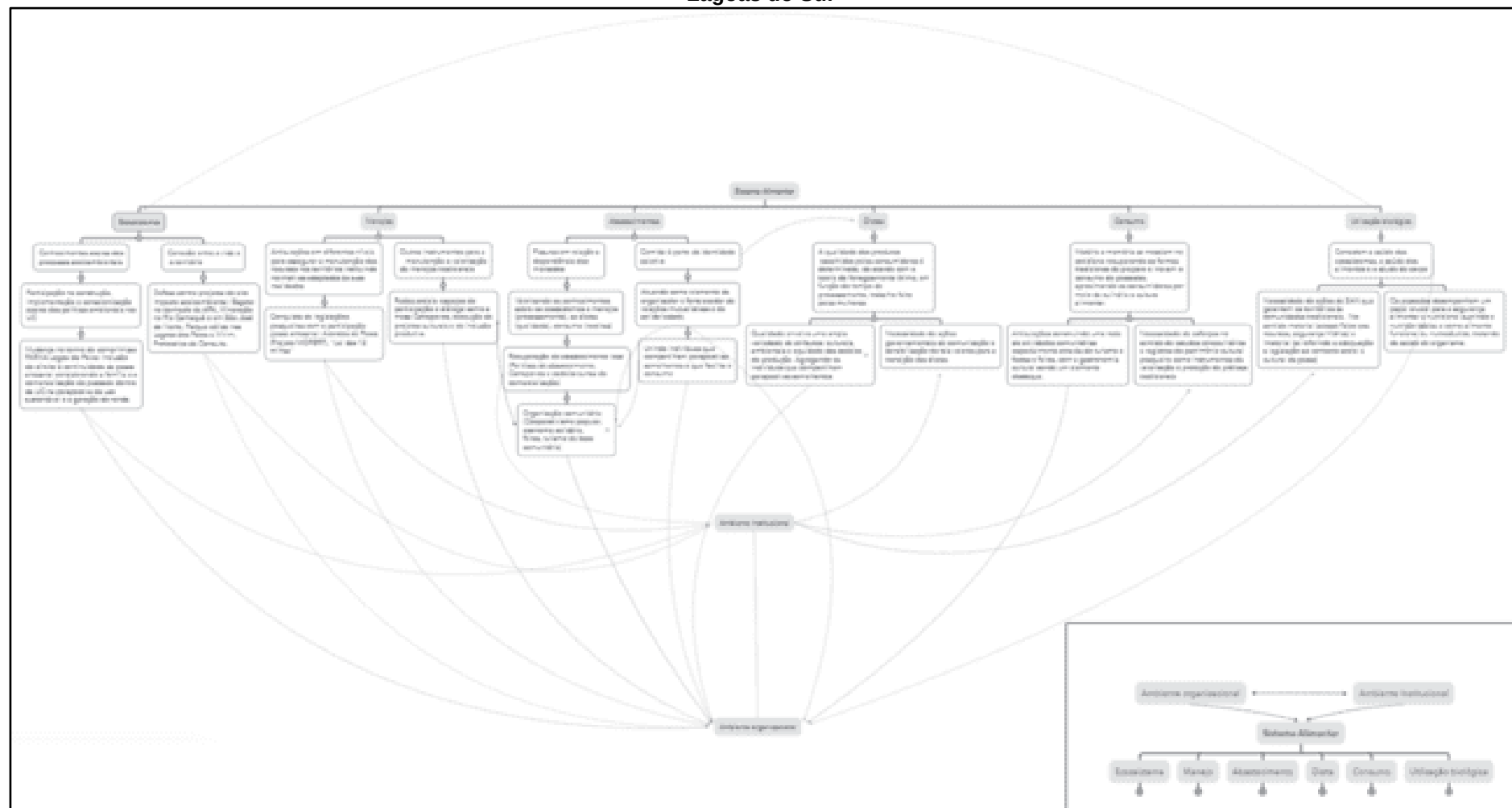
29. Você e sua família consomem o pescado? Quais espécies e formas de consumo preferidas? E qual a frequência?
30. Com quem aprendeu as formas de preparar os pescados que consome?
31. Quem é responsável pela preparação dos alimentos para a família?
32. Como fazem a separação da quantidade para consumir e para vender?
33. Quais as espécies e formas de consumo mais procuradas pelos compradores?
34. Na sua opinião qual é a importância do consumo de pescados da pesca artesanal?
35. Existe uma época quando a compra pelos consumidores aumenta? Porque?
36. Vê diferença entre o consumo de pescado da sua família e dos compradores?
37. Como é a relação com os consumidores?

AMBIENTE ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL

38. Faz ou fez parte de alguma organização ou grupo da pesca artesanal? Poderia contar qual objetivo desse grupo e como funciona a interação do grupo?
39. Faz ou fez parte de alguma outra instituição ou organização? Poderia contar qual o objetivo dessa organização?
40. Conhece outros grupos ou organizações que trabalham com a pesca artesanal? Caso positivo, como são as relações desses grupos com o(s) que você faz parte?
41. Existem acordos de pesca entre os pescadores e pescadoras na região?
42. Conhece instituições que trabalham com a pesca artesanal, como assistência técnica, órgãos governamentais, ONGs? Caso positivo, como são as relações dessas instituições com a pesca artesanal?
43. Considera que as normas e leis que regulam o trabalho e o ambiente da pesca, ajudam a pesca artesanal?
44. Você considera que faz parte de um território de pesca? Poderia contar um pouco como o vê esse território?
45. Qual o papel da mulher pescadora em fortalecer esse território? Como esse papel “de mulher pescadora” pode ser fortalecido?

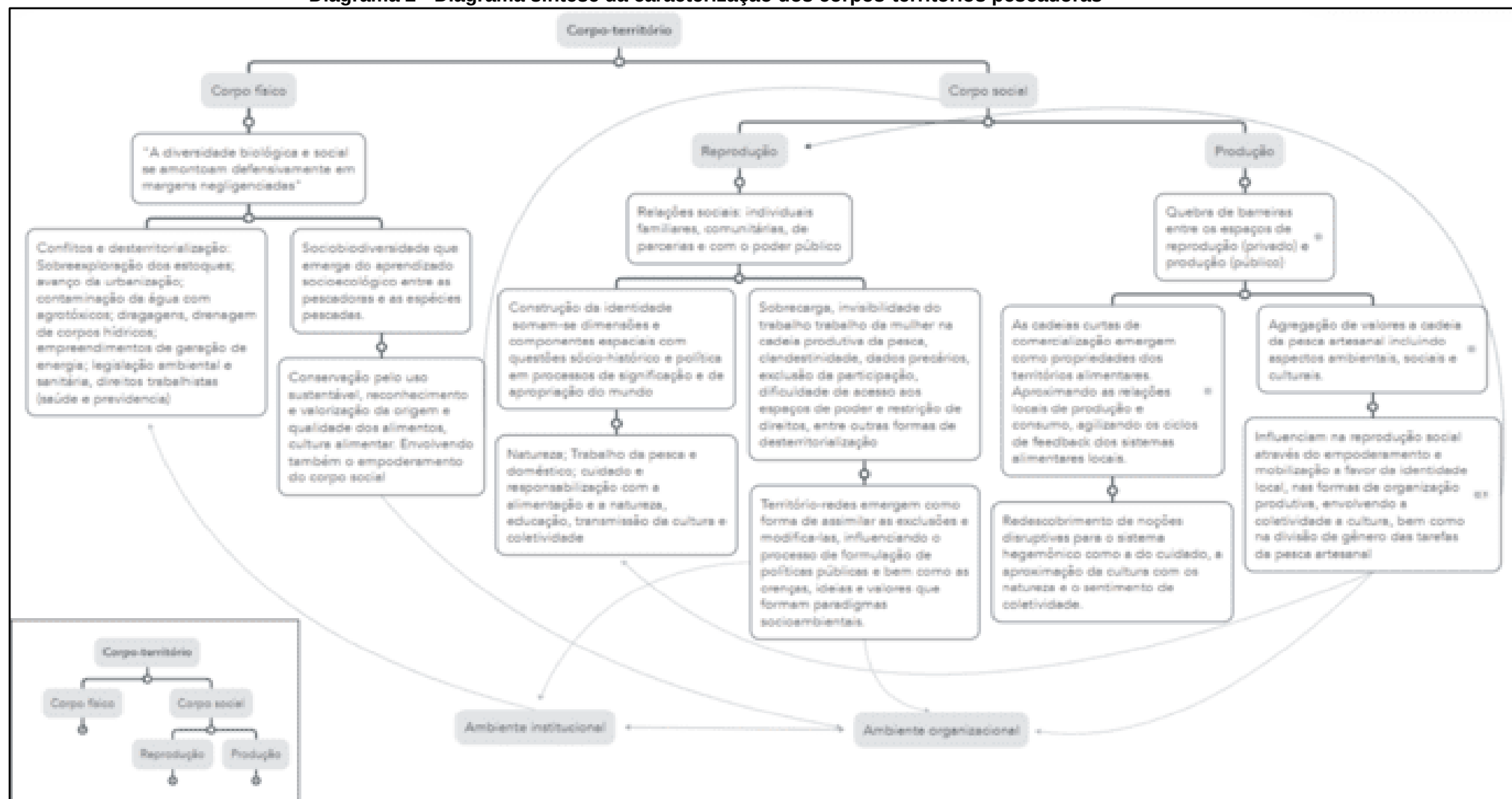
APÊNDICE D - DIAGRAMAS SÍNTESE DOS RESULTADOS

Diagrama 1 - Diagrama síntese do sistema alimentar da pesca artesanal e a caracterização de seus elos a partir das vozes das pescadoras do PAN Lagoas do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2024).

Diagrama 2 - Diagrama síntese da caracterização dos corpos-territórios pescadoras



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2024).